

811964

ps 10,00  
lvt

**POR UMA HISTÓRIA PROFANA  
DA PALESTINA**

**Obra doada por DAVID R. SILVA  
aluno do curso de Árabe  
da FFLCH/USP**

**LEITURAS  
AFINS**

As Cruzadas vistas pelos Árabes  
Amin Maalouf

Sociedade e Estado na Filosofia  
Política Moderna  
Norberto Bobbio e Michelangelo  
Bovero

Direitos Humanos  
Leah Levin (UNESCO)

Exterminismo e Guerra Fria  
E. Thompson e outros

Coleção Primeiros Passos

O que é Capital Internacional  
Rabath Benakouche

O que é Geopolítica  
Demétrio Magnoli

O que é Islamismo  
Jamil A. Haddad

O que é Nacionalidade  
Guillermo Raul Ruben

O que é a Questão Palestina  
Helena Salen

O que é Direito Internacional  
José Monserrat Filho

Coleção Tudo é História

Argélia: a Guerra e a  
Independência  
Mustafa Yazbek

Oriente Médio e o Mundo dos  
Árabes  
Maria Iedda Linhares

A Poesia Árabe Moderna e o Brasil  
Slimane Zeghidour

DEDALUS - Acervo - FFLCH-GE



21100028300

LOTFALLAH SOLIMAN

**POR UMA HISTÓRIA PROFANA  
DA PALESTINA**

Tradução:  
Maria Lúcia Pereira

SBD-FFLCH-USP



346887

*Obrá doada por DAVID R. SILVA  
aluno do curso de Árabe  
da FFLCH/USP*

**editora brasiliense**

956.94  
5686p

2165966

Copyright © by Éditions La Découverte, 1988  
Titulo original em francês: *Pour une histoire profane  
de la Palestine*

Copyright da tradução brasileira: Editora Brasiliense S.A.  
Nenhuma parte desta publicação pode ser gravada,  
armazenada em sistemas eletrônicos, fotocopiada,  
reproduzida por meios mecânicos ou outros quaisquer  
sem autorização prévia do editor.

ISBN: 85-11-13052-7  
Primeira edição, 1990

Copydesk: Eliana Rocha  
Revisão: Francisco J. M. Couto, Maria da Graça  
M. Couto e José J. Sobral  
Capa: Ettore Bottini



Rua da Consolação, 2697  
01416 São Paulo SP  
Fone (011) 280-1222 - Telex: 11 33271 DBLM BR

IMPRESSO NO BRASIL

## SUMÁRIO

Introdução .....	9
<b>1. O projeto estratégico: de Palmerston a Balfour .....</b>	<b>13</b>
<i>A Inglaterra contra Mohammed Ali</i> .....	14
<i>Da derrota de Mohammed Ali ao nascimento do projeto     sionista</i> .....	19
<i>O segundo memorando de Herbert Samuel</i> .....	24
<i>A Organização Sionista e a Declaração Balfour</i> .....	28
<i>A Conferência de San Remo e o Tratado de Sèvres</i> ...	32
<b>2. Da Declaração Balfour ao Livro Branco .....</b>	<b>37</b>
<i>A declaração do dr. Eder</i> .....	38
<i>O "muro de aço" de Jabotinsky</i> .....	39
<i>O "poder revolucionário organizado" de Arlosoroff</i> ...	41
<i>As ambigüidades da política britânica</i> .....	44
<i>A política de implantação exclusivista da Organização     Sionista</i> .....	46
<i>O jogo triangular na Palestina</i> .....	49
<i>A escalada da revolta palestina</i> .....	51
<i>A revolta palestina de 1936</i> .....	54
<i>A mediação dos soberanos árabes e a repressão de 1938</i>	57
<i>A mesa-redonda de fevereiro-março de 1939</i> .....	61

O Livro Branco de MacDonald dentro da tradição de Palmerston e de Lloyd George .....	64	"Expulsem-nos!" .....	133
		Uma política coerente .....	137
		As causas da derrota palestina .....	140
<b>3. As escolhas estratégicas dos sionistas e dos árabes ...</b>	<b>67</b>	<b>6. Man kann sich totsiegen ("A vitória pode fazê-los cavar seu próprio túmulo") .....</b>	<b>143</b>
Os árabes frente a uma guerra "que não lhes diz respeito" .....	68	A divisão dos Estados árabes .....	143
A situação no Egito .....	70	O conde Bernadotte e o problema dos refugiados :...	146
A situação no Iraque .....	75	O caso dos judeus do Egito .....	151
O caso do mufti de Jerusalém .....	76	Os judeus do Iêmen, do Marrocos e do Iraque .....	154
A Agência Judaica e a Organização Sionista contra o boicote do Reich .....	78	A paz inencontrável .....	158
Agosto de 1933: o acordo da "Haavara" entre os nazistas e os sionistas .....	81	Israel em perigo de paz .....	161
Salvar judeus ou construir o Estado de Israel? .....	84	1954-1956: Israel contra o Egito .....	165
Julho de 1938: a Conferência de Évian, ou o cinismo das grandes potências .....	87	Nasser: grandeza e miséria .....	168
A indiferença dos Estados Unidos .....	90		
O caso do "Patria" .....	92	<b>7. A lenta maturação do movimento nacional palestino ..</b>	<b>173</b>
<b>4. Apesar da guerra fria .....</b>	<b>95</b>	Os palestinos "não existem" .....	174
1943: o diálogo impossível .....	96	Uma selva de interesses contraditórios .....	175
Paralelamente à emergência dos Estados Unidos, a rivalidade anglo-francesa .....	99	Os "razoáveis" e os "ativistas" do movimento nacional palestino .....	177
De Roosevelt a Truman: uma virada da política americana? .....	101	A batalha de Karameh e suas conseqüências .....	182
As pressões de Truman sobre a Grã-Bretanha .....	104	A cegueira de certos dirigentes palestinos .....	186
A organização da imigração clandestina para a Palestina .....	107	A OLP e Nasser .....	188
A Grã-Bretanha entrega os pontos .....	110	Setembro negro .....	192
O caso do "Exodus" .....	112	A morte de Nasser .....	195
O plano de partilha de 1947 .....	116	A evolução da OLP .....	197
<b>5. O braço longo do Haganah .....</b>	<b>121</b>	<b>Anexo 1 .....</b>	<b>201</b>
A ofensiva do Haganah .....	122	Proclamação de independência do Estado de Israel (15 de maio de 1948)	
A expulsão .....	126		
O massacre de Deir-Yassin, conforme o "esquema habitual de ocupação" .....	129	<b>Anexo 2 .....</b>	<b>205</b>
		Declaração de independência do Estado palestino (adotada pelo Conselho Nacional Palestino, dia 15 de novembro de 1988)	

<b>Anexo 3</b> .....	211
<i>Texto da resolução 242, adotado pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (22 de novembro de 1967)</i>	
<b>Anexo 4</b> .....	213
<i>Texto da resolução 338 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (22 de outubro de 1973)</i>	

## INTRODUÇÃO

Neste final de século XX, ainda existe gente disposta a escrever a história da Palestina, de Israel e, em geral, do conflito que inflama o arco sudeste do Mediterrâneo a partir de uma oração principal e de duas orações subordinadas, que eles evocam certas vezes simultaneamente e outras separadamente, conforme a conjuntura política do momento.

Na oração principal, propriamente delirante, esta história remontaria a uma certa "Promessa" divina de dar aquela terra a Abraão e à descendência de sua "esposa" Sara em detrimento da de sua "concubina" Agar. Esta "Promessa" teria sido posteriormente confirmada, no que diz respeito aos primeiros, por uma "Aliança" entre Deus, agindo em seu próprio nome, e Moisés, devidamente autorizado por sua tribo, que, no exato momento da conclusão do contrato, preferia adorar o bezerro de ouro. Em suma, uma terra prometida a um povo eleito quase que à força.

A primeira oração subordinada dá um salto mortal de cerca de vinte séculos para chegar diretamente ao século XIX, aos grandes *pogroms* europeus ocidentais dos anos 1880, à conversão ao nacionalismo judaico de Leon Pinsker, à tomada de consciência, por Theodor Herzl, do "fato nacional" judaico ao qual ele era até então insensível, à fundação, no Congresso de Basiléia, em 1897, do sionismo político e à finalização prática

dessas construções ideológicas: isto é, à ação do dr. Weizmann, delegado da Organização Sionista na Inglaterra, encarregado de obter do governo de Londres a Declaração Balfour (pela qual este último prometia, em 1917, favorecer a criação de um "lar judeu" na Palestina), enquanto outros tentavam arrancar uma declaração idêntica aos governos de Berlim, Viena e Istambul.

Enfim, a segunda oração subordinada só quer mergulhar suas raízes na história contemporânea. Ela evoca a necessidade de arranjar um refúgio para um povo martirizado tempo demais pelo anti-semitismo europeu, sobretudo durante a Segunda Guerra Mundial.

Apesar de seu caráter fabuloso, a oração principal é freqüentemente evocada pelos dirigentes israelenses, confundidas todas as tendências. Ela tem a vantagem de escamotear a história da Palestina e de fazer a história de Israel aparecer como a-histórica e, por conseguinte, de subtraí-la a toda e qualquer análise. A história do "povo" judeu teria parado na destruição do Segundo Templo para só ser retomada em Basileia, em 1897, com a proclamação do Estado de Israel. O "povo-tribo" judeu, embora disperso mundo afora durante dois mil anos e submetido às mais horríveis perseguições, teria sobrevivido, qual a Bela Adormecida, fora do tempo e do espaço, fora da história, e até mesmo a despeito dela. O próprio Ben Gurion, apesar de cético, realista e pragmático, muitas vezes usou do mito e declarou que, para ele, a véspera do dia da proclamação do Estado de Israel era o dia da destruição do Segundo Templo. Como se, nesse meio tempo, nada tivesse havido.

Para aqueles que partem das orações subordinadas, a história de Israel (a da Palestina sendo sempre escamoteada) aparece não mais como um conto de fadas, mas como uma epopeia conduzida de ponta a ponta pela vontade irreduzível de um "povo" inteiro mobilizado para pôr termo à sua "dispersão", que teria durado dois mil anos, assim como a uma injustiça, permanente mas sobretudo inelutável, contra os judeus. Apenas acidentalmente essa injustiça teria desembocado numa outra, em relação aos árabes da Palestina, que eram então vistos como ectoplasmas; o que reduz consideravelmente o alcance do acidente!

Para uns e para outros, o conjunto do fenômeno fica assim circunscrito aos estritos limites de uma aventura singular, aquela do "povo" judeu e dos pioneiros sionistas, descendentes diretos e de primeira geração dos raros sobreviventes de Massada. Esta aventura, já milagrosa em si, teria sido favorecida pela obstinada recusa dos árabes da Palestina e de outros lugares, que, preferindo ignorar seus verdadeiros interesses ligados às conseqüências de uma "colonização pacífica", recusaram "a mão estendida" e se fecharam numa obstinação com fortes tons de anti-semitismo. A longo prazo, cerca de meio século após a criação do Estado de Israel, seria essa obstinação incompreensível, injustificada e intolerável que teria provocado, em contrapartida, a perversão conjuntural, que alguns denunciam hoje, dos valores humanistas e universais da tribo ressuscitada.

Nem que seja apenas para permitir àqueles que não desejam ir em frente que se detenham, devo prevenir o leitor de que sou alérgico a esse tipo de argumentação. A antinomia entre tribalismo e universalismo é tão total que se deter nela só pode ser motivo de riso. Além disso, não atribuo nenhuma virtude particular às vítimas, quaisquer que sejam elas, e aos árabes, porque sou um deles, ainda menos que aos outros. Seu nacionalismo não está isento de exclusivismo, de chauvinismo, de xenofobia, de anti-semitismo (embora o termo, forjado na Alemanha em 1879 e introduzido na língua francesa em 1886, me pareça impróprio), mas sobretudo de bajulação irritante e estéril. Todavia, é justamente para poder combater eficazmente esses fenômenos negativos que me recuso a considerá-los a não ser em sua historicidade. De que serviriam minha luta e a dos meus, pois somos muito mais numerosos do que nossos inimigos internos e externos querem admitir, se admitíssemos, mesmo que por um instante, que nossas taras têm origem em nossa "essência", palavra que, aliás, banimos do nosso vocabulário, tanto no que nos diz respeito quanto no que diz respeito aos outros?

Historicamente falando, a obstinação chauvinista, xenófoba e, por conseguinte — entre outras — "anti-semita" dos árabes, a contradição sionista-palestina, o fato colonial israelense e a resistência palestina não passam de conseqüências. As conseqüências inevitáveis de um fato político que, sem dúvida, *acabou*

*tendo realidade e vida próprias*, mas que nasceu de um projeto estratégico. Para entender o que se passa hoje, para dominá-lo e superá-lo, não é preciso, principalmente, em nome de não sei que realismo, virar a página e pretender começar uma outra, ainda em branco. Não existe página em branco. Nunca existiu.

Retomar as condições nas quais o projeto estratégico foi concebido me parece portanto indispensável se não quisermos deixar as relações de forças regerem sozinhas os problemas que se colocam para nós.

Não tenho, em absoluto, a pretensão de ser um historiador. Esta é, aliás, a razão pela qual introduzi a palavra "Por" no título deste livro. Simplesmente quis transmitir uma memória a uma juventude generosa, que faz sua ou que estaria pronta a fazer sua a luta travada pelo povo palestino para recuperar sua dignidade achincalhada. Sem memória para estruturá-la, a generosidade está muitas vezes sujeita a manipulações diversas.

## 1.

O PROJETO ESTRATÉGICO:  
DE PALMERSTON A BALFOUR

O projeto estratégico remonta ao início daquilo que os historiadores europeus e seus êmulos árabes chamam a "questão do Oriente" e que não é, na realidade, senão a transposição, para a região leste-mediterrânica, das rivalidades européis. É a época em que a França está a ponto de pôr termo à guerra intermitente, iniciada em 1750, que a opõe à Inglaterra há um século. É também a época em que todas as grandes potências européias voltam seus olhares para o leste do Mediterrâneo e iniciam com o sultão otomano, juntas ou separadamente, uma fina partida, com alternância de pressões e de negociações, a fim de conseguirem posições de força no interior de um império em plena decomposição. Todavia, as potências européias (e sobretudo a França), porque haviam triunfado sobre o "despotismo da liberdade" dos jacobinos em nome da "liberdade da liberdade", não podiam mais usar os recursos do seu cinismo e deviam cobrir suas ambições imperiais com um verniz idealista. Como o vocabulário francês ainda não fora enriquecido com o termo "modernidade" (1849) e o poeta inglês Kipling ainda não cantara "o fardo do homem branco" (1903), que haveria de mais apropriado que misturar o novo ao antigo, "os direitos humanos" do Século das Luzes à "proteção dos Lugares Santos" da Idade Média? A penetração européia na parte oriental do

Império Otomano será feita então em nome da "proteção dos Lugares Santos e das minorias"!

### A Inglaterra contra Mohammed Ali

Ao termo de uma guerra, os russos se atribuem a salvação dos santuários e a defesa da causa da Igreja Ortodoxa. Após os "excessos" da Revolução, a França, voltando a ser a filha mais velha da Igreja, considera que a proteção dos católicos — e mais particularmente dos maronitas — é de sua única e exclusiva responsabilidade. A Prússia, Hanôver, Württemberg e outros Estados reformados zelam pelos interesses protestantes. Só resta à Inglaterra, para compensar sua desvantagem, estender sua asa protetora sobre... os judeus, que, nessa época, certamente não lhe estavam solicitando isso.

Mas enquanto nas chancelarias européias tramam-se estas intrigas concorrentes, o leste mediterrânico é abalado por uma crise profunda. A favor das guerras travadas por conta do sultão otomano, Mohammed Ali — ainda paxá — havia dominado o Egito, havia-o mobilizado e transformado em arsenal. E, desta feita, descobrira ambições próprias. Por que não um califa regenerado ou, a rigor, um império árabe independente da Sublime Porta e que poderia apresentar-se como herdeiro dinâmico e moderno, ainda que ilegítimo, do "homem doente" — o Império Otomano? A conjuntura parecia favorável. Tendo deixado livre o norte da África para a França, esta bem que podia lhe pagar na mesma moeda favorecendo suas ambições sírias. Após ter conquistado a totalidade da região, os exércitos de Mohammed Ali se aprontavam para perseguir os exércitos otomanos em debandada no interior mesmo da Turquia; foi então que a Europa coalizada, encabeçada pela Inglaterra e tendo a reboque a França, que acabara de depor as armas, interveio para pôr fim a uma aventura que, por ser absolutista, monopolista e tecnicamente modernista, teria fechado a região à penetração européia. A própria Europa, sobretudo a ocidental, vivia os horrores da revolução industrial e tinha necessidade, para redu-

zir suas restrições, do trabalho a menor custo, de matérias-primas e mercados. Ela podia, a rigor e por um certo tempo, não prestar muita atenção ao que se passava em seu Oriente longínquo. Não podia, de modo algum, desinteressar-se do que se passava ou do que poderia se passar em sua periferia próxima. Naquela região do mundo, ela não podia admitir a emergência de um novo concorrente, que, além do mais, não fazia o jogo do "liberalismo", da submissão ao mais forte...

Foi então que nas chancelarias, em Londres, em São Petersburgo, Berlim, Viena, e finalmente em Paris, verificou-se que, para manter o Império Otomano aberto à sua colonização, era preciso não só pôr fim à "aventura totalitária e expansionista" de Mohammed Ali, mas também tornar impossível, no futuro, a criação, naquela região do mundo, de um novo conjunto geopolítico que teria sido muito mais viável que o conjunto otomano existente. Nessa perspectiva é que o projeto estratégico foi concebido, tendo por objeto erguer uma barreira geográfica e humana entre o Egito e sua área de expansão na Ásia.

Mas enquanto em Paris, São Petersburgo, Viena, Berlim e Roma o projeto estratégico (a barreira) é visto como uma entidade majoritariamente cristã que seria colocada sob o protetorado de uma ou outra daquelas potências católicas, ortodoxas ou protestantes, em Londres o projeto estratégico é concebido como uma "Restauração dos judeus". O projeto apresenta a vantagem de parecer ainda mais desinteressado porque a Inglaterra só havia admitido os judeus séculos depois de sua expulsão na Idade Média, porque aqueles judeus ingleses, geralmente de origem portuguesa, eram pouco numerosos, ricos e cultos, porque estavam perfeitamente assimilados e alguns dentre eles, como o célebre Disraeli, convertidos. Além disso, os judeus que viviam em Jerusalém eram religiosos que desprezavam os bens deste mundo, e ninguém podia suspeitar que nutrissem qualquer ambição colonialista.

É nessas condições que o *Times* de 24 de janeiro de 1839 toma a iniciativa e se pronuncia a favor do "direito do povo judeu a entrar em sua herança, a Palestina". Como, na época, os judeus não pensam em "povo" e, por conseguinte, nada parece justificar semelhante posicionamento, o *Times* toma o cui-



dado de situar sua proposta em estreita conexão com a crise turco-egípcia. Apesar desta precaução, a idéia parece demasiado absurda a seu próprio autor. Que importa! No dia 31 de janeiro, exatamente uma semana após o artigo do *Times*, John Bidwell, responsável pelos serviços consulares junto ao primeiro-ministro Palmerston, envia a William Young, que acaba de ser nomeado vice-cônsul em Jerusalém, uma nota para "dar-lhe a saber que uma parte da tarefa [dele] (...) será conceder [sua] proteção a todos os judeus", e que ele deve aproveitar "a primeira oportunidade para fazer à Sua Excia. um relatório sobre a atual situação dos judeus na Palestina".

Em seu livro, documentado e muitas vezes pertinente, sobre *A Declaração Balfour*, Renée Neher-Bernheim atribui o artigo do *Times* e a solicitude de Palmerston ao "amor por Sion" de Moses Montefiori e à sua notoriedade na Inglaterra<sup>1</sup>. É verdade que, após um começo modesto, Moses Montefiori, nascido em Livorno, fizera fortuna rapidamente, viera a ser genro do fundador do ramo inglês dos Rothschild e fora agraciado com um título de nobreza pela rainha Vitória. Também é verdade que em 1839 (depois do artigo e da instrução consular), ele fará uma viagem ao Egito, onde será recebido, no dia 13 de julho, por Mohammed Ali, a quem pedirá que lhe alugue, por cinquenta anos, uma parte da Galiléia, a fim de "mandar vir para ali, pouco a pouco, um milhar de irmãos nossos para a terra de Israel, onde [era] certo que eles serão felizes, observando aí nossa santa religião com uma plenitude que é impossível realizar na Europa". Porém Sir Moses tem poucas relações no governo. Só conhecerá lorde Grey, então ministro dos Negócios Estrangeiros, em agosto de 1854, e só será apresentado a Palmerston em 25 de março de 1856. Aliás, se Moses Montefiori gozava de real notoriedade entre os filantropos judeus da época, seria demasiada idealização emprestar a Palmerston intenções da mesma natureza! Primeiro-ministro de Sua Graciosa Majestade, ele só pensava nos judeus para estender sua proteção a uma parte do Império Otomano e, sobretudo, proteger este último da avidez que ainda poderia alimentar o paxá do Egito, que,

1. Neher-Bernheim, Renée, *La Déclaration Balfour*, Paris, Julliard, 1969, p. 46.

apesar de seu desentendimento com a França, não deixava de manter relações privilegiadas com Paris.

É antes à London Jews Society, sociedade londrina para a promoção do cristianismo entre os judeus, e a lorde Ashley, membro bastante ativo desta sociedade de proselitismo e parente por aliança de Palmerston, que se deve esta efervescência e esta solicitude. É à LJS e a lorde Ashley que inúmeros autores tão sérios como E. Hodder, A. L. Tibawi, A. M. Hyamson e J. Hajjar atribuem a paternidade do projeto. "Desde 3 de outubro de 1838, lorde Ashley havia entrevisto, numa visão genial porém fugaz, a possibilidade de criar um bispado protestante que deveria simbolizar e unificar o esforço das missões anglicanas, centradas até então em Malta e espalhadas em torno da bacia Mediterrânica. Porém esta idéia não cristalizava, de modo algum, no momento, sua principal preocupação. A restauração do povo judeu na Palestina captaria toda a sua atenção numa perspectiva ao mesmo tempo religiosa e econômica. Passando a ser local privilegiado e natural da nova reunião dos judeus, a Palestina serviria também de *home* aos novos prosélitos judaico-cristãos e de terreno de colonização para a economia inglesa em vias de expansão. Estes objetivos fundamentais encontram-se em seu jornal com uma percepção cada vez mais clara à medida que a crise oriental se resolve com grande vantagem para a Inglaterra, pois ela era chamada a representar um papel determinante na realização desse projeto. Solicitado por seu parente, lorde Ashley, lorde Palmerston patrocinava oficialmente o retorno dos judeus à Palestina; pelo menos, exigia o direito de proteger os judeus, espalhados por todo o Império Otomano, qualquer que fosse sua nacionalidade de origem."<sup>2</sup>

A idéia de criar um "reino judeu" na Palestina, que iria fazer um certo sucesso em 1840, não era portanto uma idéia judaica, como querem fazer crer certos autores sionistas, mas uma idéia prosaicamente estratégica, sugerida por anglicanos que, além do mais, faziam proselitismo entre os judeus.

A idéia lançada pelo *Times* em janeiro de 1839, embora estivesse na origem das instruções enviadas ao vice-cônsul da

2. Hajjar, J., *L'Europe et les destinées du Proche-Orient (1815-1848)*, Bélgica, Bloud & Gay, 1970, pp. 327-328.

Inglaterra em Jerusalém, era apenas um balão de ensaio, e seria necessário esperar catorze meses para vê-la amadurecer. Depois de novas pressões da LJS e de novas tentativas de lordes Ashley, o *Times* acabou voltando à carga. Em 29 de março de 1840, publica um novo artigo, sob a forma de memorando dirigido aos monarcas e chefes de Estado, não geralmente cristãos, pois teria sido preciso acrescentar a Rússia (ortodoxa), assim como a França, a Áustria-Hungria, a Espanha e alguns outros (católicos), mas unicamente protestantes da Grã-Bretanha e da Irlanda, da Prússia, dos Países Baixos, da Suécia e da Noruega, da Dinamarca, de Hanôver e de Württemberg, dos Cantões Suíços e dos Estados Unidos da América. O memorando tem o significativo título de “Restauração dos judeus” e apresenta, como em 1839, “o retorno dos judeus à Palestina” como “o corolário natural da solução da crise oriental”.

Porém não mais se trata, como no ano anterior, de uma simples “idéia” audaciosa. Dessa vez, as baterias estão assentadas, o argumento é retomado pela totalidade da imprensa britânica e todo jornal contribui com sua receita para a realização do projeto. Um quer que a Inglaterra simplesmente compre a Palestina. Outro vê no “estabelecimento de um reino judeu” uma solução vantajosa para todas as potências européias contra o sultão e seu vice-rei em conflito. Para o *Globe*, que não é dado a diplomacias, esse reino judeu constituiria “a mais bela jóia da coroa inglesa”. Para o *Morning Chronicle*, porta-voz de Palmerston e, portanto, mais sutil, “a restauração de um reino judeu seria uma exigência da política oriental e serviria aos interesses do Reino Unido”.

A questão não tarda, aliás, a sair do campo da imprensa para entrar no da diplomacia. Em 11 de agosto de 1840, Palmerston dirige a seu embaixador na Turquia um despacho que constitui o primeiro documento diplomático a favor da criação, na Palestina, de um “lar judeu”. A análise desse despacho permite situar o projeto em sua dimensão estratégica.

Palmerston começa por constatar que “existe, entre os judeus dispersos na Europa, a forte idéia de que era chegado o tempo de sua volta à Palestina”. Este desejo “encontra um eco favorável” e tudo parece indicar que “este projeto está muito mais próximo de sua realização que antigamente”. Por conseguinte,

é útil que o sultão estimule o retorno e o estabelecimento dos judeus na Palestina. “Não só ele retiraria desse fato um lucro material, como isso contrariaria eventuais projetos de expansão de Mohammed Ali ou de seus sucessores.”

### Da derrota de Mohammed Ali ao nascimento do projeto sionista

Como o judaísmo e o protestantismo nunca passaram de instrumentos da política inglesa, e tendo este mesmo ano de 1840 visto a derrota política de Mohammed Ali, o projeto do “reino judeu” é rapidamente abandonado. Ele não tinha mais razão de ser, agora que a Inglaterra fora bem sucedida ao impor ao Egito o respeito aos compromissos comerciais assumidos pela Porta e quando esses compromissos garantiam a livre circulação de capitais, bens e pessoas. Os monopólios nos quais se baseava o “despotismo oriental” de Mohammed Ali desmoronam. O perigo de uma industrialização do Egito é remetido às calendárias gregas.

Todavia, não deixa de ser interessante observar que o projeto inglês de “restaurar os judeus em sua herança”, projeto conjuntural, na época, não repercutiu de modo algum entre os judeus nem entre os não-judeus, e que não demorou a ir ao encontro, nos arquivos empoeirados, da proclamação dirigida aos judeus da África e da Ásia por Bonaparte em 1799.

Era o ano de 1840. O nacionalismo da burguesia ascendente dos países da Europa do Leste dava seus primeiros passos e, por conseguinte, ainda era apenas tradicionalmente — isto é, “moderadamente” — anti-semita. Os judeus daqueles países não sentiam necessidade de opor-lhe um nacionalismo de sua lavra, o que se fará mais tarde, quando a quietude feudal dos impérios multiétnicos austro-húngaro e russo for abalada e quando a vaga dos pogroms se propagar, para tornar-se cíclica a partir de 1881. Na Europa ocidental e particularmente na França, os regimes alternavam-se inconseqüentemente, e ainda não ocorrera o confronto final que designaria um judeu\* de nome Dreyfus

para servir de bode expiatório e polarizar as forças pró e anti-republicanas. Theodor Herzl ainda não era nascido. Os outros pais fundadores do sionismo político também não. Até mesmo Moses Hess, considerado por muitos o primeiro teórico do sionismo, não começara a redigir seu *Roma e Jerusalém* (1860) e ainda se afirmava que a verdadeira emancipação dos judeus passava por sua assimilação.

Muito se escreveu sobre o caso Dreyfus, que passou a ser o Caso. A toda literatura que lhe foi dedicada, prefiro as setenta páginas rigorosas e iluminadas escritas por Hannah Arendt, judia e sionista. (Seu livro *Sobre o anti-semitismo*, publicado em 1951, levará vinte e três anos para ser lançado na França.) Também se escreveu muito sobre Herzl, sobre sua conversão ao sionismo político, assim como sobre o famoso Congresso de Basileia de 1897. Portanto, só voltarei ao assunto para destacar certos pontos que me pareçam essenciais.

A derrota de 1870 dera à França, após os massacres da Comuna, um Mac-Mahon, levado à presidência da República por uma coalisão militar-monarquista! A luta entre republicanos e a coalisão militar-monarquista ainda não havia terminado quando estourou o escândalo do Panamá, que deu a Drumont e à sua *Libre Parole* a oportunidade de provar, com o apoio da lista, a corrupção do sistema parlamentar. Sem esse contexto, Dreyfus teria sido apenas “a vítima bastante estúpida de uma maquinação banal”<sup>3</sup>. Ao invés de condenar o anti-semitismo como uma manifestação política dentro de um contexto político, Herzl apressou-se a concluir que os verdadeiros responsáveis eram os judeus, que, “libertos do gueto, continuaram a ser, no fundo, em suas estruturas mentais, judeus do gueto”<sup>4</sup>. A partir daí, a teorização se tornava cômoda e, o que quer que se diga sobre ela, ultra-reacionária: “Os povos entre os quais habitam judeus são, sem exceção, aberta ou envergonhadamente anti-semitas”; “O anti-semitismo aumenta dia após dia, de hora em hora. E continuará a crescer porque suas causas continuam a existir e não podem ser suprimidas”, etc. Tantas afirmações de-

3. Arendt, Hannah, *Sur l'antisémitisme*, Paris, Calmann-Lévy, 1973, p. 191.

4. Laqueur, Walter, *Histoire du sionisme*, Paris, Calmann-Lévy, 1973, p. 103.

sesperadas e desesperantes só podiam resultar na vontade de edificar em qualquer lugar, na Venezuela, em Uganda ou na Palestina, mas na escala de um Estado, um imenso gueto onde os judeus poderiam encontrar-se e entoar juntos “cantos patrióticos” e onde “o ensino recorreria à história dos macabeus, à religião, a peças heróicas, etc.”<sup>5</sup>.

Vamos em frente. Para chegarmos, com a Primeira Guerra Mundial, ao momento em que a “profecia” sionista, formulada em Basileia em agosto de 1897, vai conjugar-se com o projeto estratégico alimentado por Londres desde 1839. Naquela época, o sistema imperial britânico tomara forma e Vitória recebera, das mãos de Disraeli, a coroa de imperatriz. Este sistema se articulava em torno de um “centro” constituído pelo subcontinente indiano, um oceano que pretendiam transformar em lago particular, com cidadelas instaladas paulatinamente, nos postos avançados (Simonstown, no Cabo, a partir de 1806, Cingapura em 1819, Freemantle em 1826 e Aden em 1838), para proibir o acesso a qualquer outra potência sem a permissão, pelo menos tácita, do governo de Sua Majestade. Entre a metrópole e seu império, seu lago e suas cidadelas, o caminho imperial comportava uma seção terrestre entre Acre e o oceano Índico. E esta seção terrestre devia permanecer aberta a qualquer preço. Tratava-se da salvação do Império.

Sendo este o sistema estratégico britânico, era ao mesmo tempo lógico e previsível que após a abertura do Canal de Suez a Inglaterra não permitisse que a França fizesse uma investida tão espetacular numa região que devia continuar a ser, tanto quanto possível, uma “reserva” britânica, ou tolerasse que o Egito permanecesse, ainda por muito tempo, fora das fronteiras do Império. Após a compra por Disraeli, em 1875, das ações egípcias do Canal de Suez, era fácil encontrar o pretexto para que, em 1884, o Egito fosse “pacificado”. O sistema estratégico britânico ficava assim salvaguardado, pois, apesar de o engodo da convenção de Constantinopla garantir teoricamente a liberdade de travessia do canal a todos os pavilhões, tanto mercantes quanto militares, em tempo de paz como em tempo de guerra,

5. *Ibid.*, p. 113.

o Canal de Suez se tornara, com a ocupação do Egito, um canal inglês. A partir daquela data e até sua nacionalização em 1956, jamais, no decorrer dos conflitos nos quais a Inglaterra esteve implicada, uma embarcação inimiga pôde atravessá-lo ou mesmo aproximar-se dele. O Egito de Nasser saberá lembrar-se disso quando essa mesma Grã-Bretanha tentar impor como credo que o canal era "uma via de água internacional".

Todavia, com a abertura do Canal de Suez, o imponderável interviaria, sem com isso alterar os dados estratégicos de base. Enquanto anteriormente a questão era defender a rota terrestre do Império contra as ambições da França ou do Egito, tratava-se, agora, de defender o Egito e o canal de todas as ambições, de onde quer que viessem.

Em suas *Memórias*, Herbert Samuel, então ministro do Interior do governo Asquith e que viria a ser o primeiro alto comissário britânico na Palestina, escreve que desde 9 de novembro de 1914 conversara com lorde Grey, ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre a eventualidade da fundação de um Estado judeu na Palestina. Ele lhe teria dito que tendo a Turquia se lançado na guerra européia, a questão da futura possessão da Palestina não ia deixar de se colocar, e que isto concernia diretamente à Grã-Bretanha, com seus importantes interesses estratégicos no Oriente Médio. "O ciúme entre as grandes potências européias tornará difícil atribuí-la a uma dentre elas. Talvez haja chegado a oportunidade de realizar as antigas aspirações do povo judeu e de restaurar ali um Estado judeu." Em sua opinião, "a Grã-Bretanha teria que desempenhar um papel considerável na formação de semelhante Estado, porque a situação geográfica da Palestina, e em particular sua proximidade do Egito, fazia de sua amizade pela Inglaterra uma coisa capital para o Império Britânico". E Herbert Samuel prossegue: "Grey me perguntou se eu era de opinião de que a Síria devia forçosamente ir com a Palestina. Eu lhe disse que não. Ao contrário, parecia-me inoportuno incluir aí cidades como Beirute e Damasco, visto que elas contêm uma considerável população não-judia que não poderia ser assimilada". No mesmo dia, 9 de novembro de 1914, Herbert Samuel conversa também sobre este caso com Lloyd George, então chanceler do Tesouro,

que lhe diz que "ficaria contentíssimo em ver um Estado judeu ser fundado na Palestina"<sup>6</sup>.

Não deixa de ser interessante notar que, quando Herbert Samuel remoja estas idéias, não tinha nenhum contato sionista e ainda não conhecia Chaim Weizmann; representante da Organização Sionista na Inglaterra e futuro primeiro presidente do Estado de Israel, a quem só seria apresentado no dia 10 de dezembro seguinte, o que leva a supor que suas cogitações, como as de Palmerston, três quartos de século antes, tinham bases unicamente estratégicas.

Este aspecto, que alguns tentam ocultar, é aliás confirmado por Herbert Samuel, que escreve que até aquela data "não havia se interessado especialmente pelo movimento sionista", que suas "ligações com o judaísmo eram bastante frouxas", mas que, "desde a entrada da Turquia na guerra estava-se diante de uma situação nova"<sup>7</sup>.

Em janeiro de 1915, Herbert Samuel envia um memorando intitulado "Futuro da Palestina" ao primeiro-ministro Asquith, que recebe o documento com ceticismo e se surpreende por "ver essa espécie de visão lírica brotar do cérebro ordenadíssimo e metódico de Herbert Samuel". Mas o projeto convém a Lloyd George. Ele "faz vibrar nele a corda poética e imaginativa, tanto romanesca quanto religiosa", se bem que, se se levar em conta Asquith, Lloyd George "não dedica o menor interesse aos judeus, a seu passado ou a seu futuro, mas pensa que seria um insulto deixar os Lugares Santos passarem para as mãos ou para o protetorado de uma França agnóstica e atéia"<sup>8</sup>.

Detenhamo-nos por um instante na personalidade de Lloyd George, que virá a ser o primeiro-ministro da Declaração Balfour e do Tratado de Sèvres (10 de agosto de 1920), que dará à Inglaterra o mandato sobre a Palestina. Na verdade, e ao contrário do que escreve o dr. Weizmann em suas *Memórias*, Lloyd George não é absolutamente afeito à idéia de uma "pátria judia". Não é nem pró nem anti-sionista, mas, muito simplesmen-

6. Samuel, Herbert, *Memoirs*, Londres, 1945, citado por Neher-Berheim, *op. cit.*, p. 186-189.

7. *Ibid.*, p. 184.

8. Asquith, *Memoirs*, t. 2, p. 65, citado por Neher-Berheim, *op. cit.*, p. 218.

te, um anglicano galês cuja infância e adolescência foram povoadas pela Bíblia. Aliás, ele se explicou a respeito disso com a sra. James de Rothschild: "Quando o dr. Weizmann falava da Palestina, pronunciava sem parar nomes que me são mais familiares que aqueles do *front* ocidental"<sup>9</sup>. Ele escreverá mais tarde que na juventude haviam-lhe ensinado muito melhor a história dos judeus que a do seu próprio país. "Faziam-nos recitar grandes passagens dos Profetas e dos Salmos, esta maravilhosa literatura que resplandecerá até os dias finais deste velho mundo." Mas, como diz Renée Neher-Bernheim, "Lloyd George viu todo o partido que poderia tirar dos pedidos sionistas para o interesse do seu país. Trata-se de adquirir a Palestina para a Inglaterra, tomando-a dos franceses"<sup>10</sup>. E ela acrescenta que esta é uma das maiores razões do desencadeamento da campanha da Palestina, cuja ordem ele dará ao general Murray bem no início de 1917, explicando a lorde Bertie, embaixador da Inglaterra em Paris, que "será necessário, mesmo, que os franceses aceitem nosso protetorado; estaremos lá por direito de conquista e lá ficaremos".

### O segundo memorando de Herbert Samuel

Mas não antecipemos os fatos. Em março de 1915, é ao gabinete e não mais somente a Asquith que Herbert Samuel envia um segundo memorando, que só será tornado público quarenta anos depois e por especial autorização da rainha. Trata-se de um documento capital que merece ser longamente analisado<sup>11</sup>.

Herbert Samuel examina as diferentes possibilidades que se colocariam para a Palestina caso a guerra tivesse por consequência a explosão do Império Otomano. Ele vê cinco delas:

9. Weizmann, Chaim, *Naissance d'Israël*, Paris, Gallimard, 1957, p. 183.

10. Neher-Berheim, *op. cit.*

11. Documento publicado pela primeira vez em 1957 por John Bowle em sua biografia de *Viscount Samuel*, Londres, Victor Gollacz, p. 172-177, e reproduzido *in extenso* em Neher-Berheim, *op. cit.*, p. 195-203.

a) uma anexação à França; b) deixar o país para a Turquia; c) a internacionalização; d) o estabelecimento de um Estado judeu independente na Palestina, e, finalmente, e) um protetorado britânico.

A anexação da Palestina à França seria perigosa. "A instalação de uma grande potência européia tão perto do Canal de Suez seria uma ameaça permanente e séria para as principais vias de comunicação do Império Britânico", pois "não podemos contar com a esperança de que nossas atuais boas relações com a França durem eternamente."

A possibilidade de deixar o país para a Turquia não merece que nos detenhamos nela, pois livrar a Palestina do jugo turco é, para as potências ocidentais, um dever tão imperioso quanto livrar as províncias européias do Império.

A internacionalização "poderia revelar-se um primeiro passo em direção a um protetorado alemão", sendo a Alemanha já muito ativa na Palestina. "Dentro de vinte anos, o país vizinho do Egito, oficialmente internacionalizado, poderia ser submetido à influência alemã para fornecer uma forte justificativa para uma soberania alemã". Esta eventualidade "seria tão perigosa para a França no norte da Síria quanto para a Inglaterra no Egito".

O estabelecimento de um Estado judeu independente na Palestina é prematuro, pois, "se se tentasse colocar os quinhentos ou seiscentos mil muçulmanos de raça árabe sob um governo apoiado nos noventa ou cem mil habitantes judeus, não é absolutamente seguro que semelhante governo, mesmo que instalado com o apoio das grandes potências, fosse capaz de impor-se", e o sonho de um Estado judeu "poderia dissipar-se em sórdidos conflitos com a população árabe". Além do mais, "é bem pouco provável que semelhante Estado seja forte o bastante para proteger-se contra agressões externas, empreendidas por seus turbulentos vizinhos".

Resta o protetorado britânico. Esta solução é que goza do favor de Herbert Samuel, pois o estabelecimento desse protetorado seria uma garantia para o Egito. É verdade que uma Palestina nas mãos dos ingleses também estaria exposta a ataques, e sua anexação provocaria maiores responsabilidades mili-

tares, porém “uma fronteira comum com um vizinho europeu no Líbano é um risco bem menor para os interesses vitais do Império que uma fronteira comum em El-Arish (no Egito)”. Esta solução teria a vantagem de ser a mais bem recebida pelos judeus, sionistas e não-sionistas, no mundo inteiro. Ainda mais porque eles poderiam esperar que, “sob a administração britânica, seriam concedidas facilidades às organizações judaicas para comprar terras, fundar aldeias, estabelecer instituições educativas e religiosas e cooperar no desenvolvimento econômico do país; a imigração judaica, cuidadosamente disciplinada, deveria ser preferencial, de maneira que, paulatinamente, os habitantes judeus, tornados majoritários e adaptados ao país, pudessem ter acesso a um tipo de governo autônomo que as condições da época justificassem”.

Herbert Samuel conclui seu memorando com um arroubo que, embora lírico, não é desprovido de considerações político-diplomáticas:

“A solução preconizada granjearia para a Inglaterra a gratidão de todos os judeus do mundo. Nos Estados Unidos, onde eles são cerca de dois milhões, e nos outros países onde estão dispersos, formarão uma opinião pública que, nos países neutros que os tivessem como cidadãos, faria com que se inclinassem a favor do Império Britânico.

“Incluir a Palestina no Império faria mesmo realçar o brilho da coroa britânica. (...) Há, profundamente arraigada na consciência protestante mundial, uma simpatia pela restauração do povo hebreu na terra que ele devia receber por herança.”

O peso deste último argumento deve, bem como a “simpatia” de Lloyd George, ser relativizado. Como diz Maxime Rodinson, “o gabinete de uma nação engajada numa guerra mundial difícil e aleatória não se decide com atos de tal alcance (a Declaração Balfour) sobre sentimentos dessa ordem”<sup>12</sup>. E ele lembra a nota enviada dia 3 de outubro de 1917 ao Foreign Office, na qual Weizmann dizia: “Submetendo nossa resolução, confiamos nosso destino nacional e sionista ao Foreign Office e ao gabinete de guerra imperial, na esperança de que o proble-

12. Rodinson, Maxime, *Israël, fait colonial*, retomado em *Peuple juif ou problème juif?* (Petite Collection Maspero.)

ma seja considerado à luz dos interesses imperiais e dos princípios defendidos pela colaboração”<sup>13</sup>. Nada menos idealista!

A França teve conhecimento, de uma maneira ou de outra, deste memorando? Não dispomos de nenhum documento para apoiar semelhante suposição. Mas a idéia deveria estar no ar, já que, desde antes da guerra, Poincaré achara necessário tranquilizar os senadores franceses, declarando-lhes, em 21 de dezembro de 1912: “Não tenho necessidade de dizer que, principalmente no Líbano e na Síria, temos interesses tradicionais e pretendemos fazê-los respeitar. (...) O governo inglês declarou-nos muito amigavelmente que não tinha, naquelas regiões, nem intenção de agir, nem propósitos, nem aspirações políticas de espécie alguma”, e que, exatamente dois meses após a apresentação do memorando Samuel, em maio de 1915, Georges Leygues, então presidente da Comissão dos Negócios Estrangeiros da Câmara, voltara ao assunto, declarando: “Não teremos as mãos livres no Mediterrâneo exceto se a Síria permanecer em nossa zona de influência”. E precisa: “Por Síria designamos não uma Síria desmantelada, mas a Síria integral, de El-Arish ao Taurus”.

Sim, mas quem pode crer que a Grã-Bretanha iria realmente deixar a França, que já possuía a Argélia, a Tunísia e bem recentemente o Marrocos, ter as mãos livres, atribuindo-lhe ainda por cima todo o arco leste do Mediterrâneo?

Então é preciso negociar. E a Grã-Bretanha empreende negociações em todas as direções, não perdendo de vista seus interesses estratégicos maiores: a proteção do seu império e dos caminhos que conduziam a ele. Ela dá início então a conversações tortuosas e assina acordos que ela própria qualificará como “fantasiosos”, e até mesmo “estúpidos”. Primeiro com os árabes, que devem ser conquistados para a sua causa contra os otomanos. Em seguida com os franceses, aos quais ela deve fazer algumas concessões. Finalmente com os sionistas, aos quais convém prometer tudo e nada ao mesmo tempo. Que essas promessas e acordos sejam contraditórios pouco importa. Pouco importa, também, que, com os árabes, duas negociações sejam conduzidas paralelamente, uma com Hussein, o xerife de Meca,

13. Weizmann, *op. cit.*, p. 240.

e outra com seu vizinho e rival, Ibn Saud, o chefe wahhabita dos Nejd. Pouco importa, enfim, que seja o mesmo homem — sir Mark Sykes — quem conclui com o cônsul-geral da França em Beirute, Georges Picot, os acordos que terão seus nomes e que serve de conselheiro a Weizmann e a seus amigos. O essencial é ganhar a guerra e salvaguardar o Império.

### A Organização Sionista e a Declaração Balfour

Seria fastidioso entrar nos detalhes, muitas vezes sórdidos, dessas negociações e acordos. Acontece que Husseín, fortalecido pelo prestígio espiritual que lhe confere seu título de xerife de Meca, acaba lançando a revolta contra a Sublime Porta em 10 de junho de 1916, apenas alguns dias após a assinatura dos acordos Sykes-Picot, sobre os quais ele ignorava tudo e que contradiziam as promessas que lhe haviam sido feitas. Acontece também que a França, apesar dos acordos Sykes-Picot, é mantida à parte das negociações conduzidas pelo governo de Londres com a Organização Sionista, e a Declaração Balfour será feita à sua revelia.

A diplomacia jamais terá se parecido tanto com um saco de gatos!

Em suas *Memórias*<sup>14</sup>, Chaim Weizmann conta que, em 31 de outubro de 1917, dia fixado para o exame, pelo gabinete de guerra britânico, da quinta versão da declaração que viria a se tornar, em 2 de novembro, a famosa Declaração Balfour, ele “esperava na antecâmara da sala de reunião, prestes a intervir”. Sykes lhe trouxe o documento com esta exclamação: “É um menino, dr. Weizmann!” E Weizmann acrescenta: “Pois bem! À primeira vista, aquele menino não me agradou. Não era o que eu esperava”.

Na verdade, não era o que ele esperava porque havia uma diferença bastante sensível entre o texto do projeto sionista,

14. Weizmann, *op. cit.*, p. 244.

apresentado no dia 18 de julho, e aquele aprovado pelo gabinete de guerra britânico em 30 de outubro. Tão sensível que merece, mesmo hoje, ser acentuada.

O primeiro comportava dois parágrafos: “1) O governo de Sua Majestade aceita o princípio de que a Palestina seja reconstituída como o lar nacional do povo judeu. 2) O governo de Sua Majestade fará o máximo esforço para garantir a realização desse objetivo e discutirá os métodos e recursos necessários para isso com a Organização Sionista”.

O outro, o aprovado pelo gabinete de guerra britânico, comporta apenas um único parágrafo: “O governo de Sua Majestade encara favoravelmente o estabelecimento, na Palestina, de um lar nacional para o povo judeu e fará todos os esforços possíveis para facilitar a realização deste objetivo, ficando entendido que nada será feito que possa acarretar prejuízo aos direitos civis e religiosos das comunidades não-júdiás existentes na Palestina, bem como aos direitos e ao estatuto político de que os judeus possam gozar em qualquer outro país”.

Detenhamo-nos um instante nas diferenças que existem entre as duas versões, aquela proposta pela Organização Sionista e aquela admitida pelo gabinete de guerra britânico e que viria a ser a Declaração Balfour.

1) Não se trata mais de (re)constituir, mas de estabelecer. A referência bíblica ou histórica é suprimida. Em suas *Memórias*, Weizmann conta ter insistido particularmente nesse (re). “Por esta pequena modificação, a relação histórica com a velha tradição seria indicada e todo o problema esclarecido.”<sup>15</sup>

2) Não se trata mais de reconstituir (a) Palestina como lar do povo judeu, mas unicamente de estabelecer (na) Palestina um lar nacional para o povo judeu.

3) Toda referência à Organização Sionista e a seu papel é excluída.

4) Para a Inglaterra, existem na Palestina “comunidades não-júdiás” às quais não se deve acarretar prejuízo. No projeto sionista, estas “comunidades não-júdiás” estão totalmente ausentes.

15. Weizmann, *op. cit.*, p. 243.

5) Finalmente, para a Inglaterra, nem se cogita de que a realização desse projeto possa acarretar prejuízo “aos direitos e ao estatuto político de que os judeus possam gozar em qualquer outro país”.

Esta última reserva é importante, pois foi introduzida para satisfazer, nem que seja um pouco, os judeus anti-sionistas Alexander, presidente do Board of British Jews, Montefiori (da família de Sir Moses!), presidente da Anglo-Jewish Association, e principalmente o ministro judeu lorde Edwin Mantagu, que se opunha à totalidade do projeto, a ponto de o gabinete de guerra ter que enviá-lo em missão às Índias alguns dias antes da famosa reunião de 31 de outubro.

Se me detenho neste ponto é para acabar com uma lenda segundo a qual a Organização Sionista era representativa de todos os judeus do mundo. Em suas *Memórias*, Chaim Weizmann não tem palavras duras o suficiente para condenar seus correligionários ingleses. Quando, em setembro de 1914, apontam-lhe a presença de um judeu, Herbert Samuel, no governo de Londres, ele exclama com horror, sobretudo, não querer ouvir falar dessa gente. Prefere tratar com “gentios”, como, no seu tempo, Herzl preferia tratar com “gentios” e até mesmo com “anti-semitas”! Ele próprio escreve que, para os sionistas, “sempre era mais fácil falar de coração aberto aos não-judeus que aos judeus ocidentais; havia menos chance de serem mal entendidos”<sup>16</sup>. E quando, no final de 1916, ante a pressão feita pelos sionistas e seus amigos, os judeus ingleses acabaram publicando uma declaração de princípios na qual afirmavam que “na eventualidade de a Palestina cair na zona de influência da Inglaterra e da França no final da guerra, os governos destas potências não deixarão de levar em conta o interesse histórico apresentado por aquele país para a comunidade judaica. A população judia se garantirá o gozo das liberdades religiosas e civis, os mesmos direitos religiosos do resto da população, facilidades razoáveis para a imigração e a colonização e certos privilégios municipais nas cidades e colônias que eles não habitam e que poderiam lhes ser necessários”, o dr. Weizmann, que reproduz esta decla-

16. Weizmann, *op. cit.*, p. 185.

ração, comenta imediatamente: “Se considerada com otimismo, esta declaração significa que, estabelecida a relação histórica entre os judeus e a Palestina, os judeus daquele país não serão tratados de maneira pior que o resto da população”<sup>17</sup>. Há, na verdade, por que indignar-se com semelhante pretensão à igualdade dos direitos!

Por sua desconfiança em relação aos judeus ocidentais, Weizmann é bem representativo do sionismo político, movimento que, até a Declaração Balfour, não deixou de ser minoritário entre os judeus, inclusive os da Europa Ocidental. Entre 1882 e 1914, uns dois milhões e meio de judeus deixaram a Europa Oriental. Em 1914, há oitenta e cinco mil judeus na Palestina. Já havia vinte e quatro mil em 1882. Saldo: sessenta e um mil. Os outros, pouco sensíveis à propaganda sionista e a Jerusalém-espago material, preferiram ir viver em outros países: na Alemanha, onde a Organização Sionista instala sua sede principal, na França, apesar do Caso (Dreyfus), na Grã-Breathna, na África do Sul, mas principalmente nos Estados Unidos. Foi a partir da Declaração Balfour que a Organização Sionista lançou sua ofensiva contra o judaísmo mundial. Ela só conseguirá afirmar sua hegemonia sobre os judeus após o trauma criado pela descoberta da amplitude do genocídio nazista, em primeiro lugar, e, com o auxílio da corda colonial, após ter-se assegurado a vitória sobre os árabes, primeiro na Palestina, em 1947-1948, e depois, sobre Nasser, em 1967. Por muitas vezes, para garantir para si o apoio dos judeus, o sionismo teve que usar, contra eles, de chantagem e de terrorismo intelectual. Esta é uma arma que ele ainda usa, hoje, contra os judeus da URSS, cuja “libertação” exige a qualquer preço, recorrendo a uma palavra de ordem de inspiração bíblica: “Deixai partir meu povo”, querendo forçá-los a ir para Israel quando mais de noventa por cento dos que saem da URSS preferem se estabelecer em outros países! Após haver descrito a URSS como um inferno para os judeus, eis que Shamir e Peres preferem deixá-los comer por lá o pão que o diabo amassou, a menos que aceitem vir “libertar-se” e viver, finalmente, “uma vida judia” na terra de seus antepassados.

17. Weizmann, *op. cit.*, p. 187.



Se insisto particularmente neste último aspecto é também para prevenir contra uma confusão corrente e sabiamente mantida. Historicamente falando, à parte os doces "Amantes do Sion", que só têm relação com o sionismo por referência à colina de Jerusalém que está na origem da palavra, o sionismo político jamais foi senão um movimento, a princípio minoritário, que se desenvolveu sob as asas protetoras da maior potência colonialista de sua época e à sombra do anti-semitismo europeu. Que este movimento minoritário tenha acabado estendendo sua hegemonia a uma grande maioria dos judeus pelo mundo afora se explica muito menos por seu poder de convicção que pelo trauma do genocídio nazista e pelo reflexo anti-árabe dos antigos colonizadores europeus. Um grande número de judeus foram vítimas (com a anuência deles, é verdade, mas ainda assim vítimas) de um partido político tão legitimamente contestável quanto um outro: não é inútil lembrar que anti-sionismo e anti-semitismo não convergem necessariamente.

#### A Conferência de San Remo e o Tratado de Sèvres

Herbert Samuel apresenta portanto seu famoso memorando em março de 1915. Asquith não lhe dá muita atenção, e Lloyd George, que se tornou primeiro-ministro, deixa-o rodando de gaveta em gaveta durante dois anos. Weizmann e seus amigos poloneses de Manchester transferiram suas atividades para os salões de Londres, mas os judeus ingleses continuam se opondo a seus projetos, que lhes parecem nocivos aos próprios judeus. E depois, eis que em 1917 tudo muda e tudo se acelera. Por quê? O ativismo de Weizmann e de seus amigos contribui de algum modo para isso? Tanto René Neher-Bernheim, sionista convicta, quanto Maxime Rodinson, anti-sionista também convicto, dão quase que a mesma resposta. Citemos este último: "Os grandes motivos da declaração são o efeito de propaganda esperado sobre os judeus dos impérios centrais e da Rússia e a esperança de um aval a ser conseguido na futura liquidação do Império Otomano. Os judeus da Alemanha (onde estava situada

a sede da Organização Sionista até 1914) e da Áustria-Hungria haviam se dedicado ao esforço de guerra em boa parte pelo fato de que se tratava de combater a Rússia czarista, perseguidora de judeus. Em território russo conquistado, os alemães haviam se apresentado como protetores dos judeus oprimidos, como libertadores 'do jugo moscovita'. A Revolução Russa reforçava as tendências derrotistas na Rússia. Atribuía-se aos judeus um papel importante no movimento revolucionário russo. Era capital dar-lhes razões para apoiar a causa aliada. Não é de modo algum uma coincidência se a Declaração Balfour precede de cinco dias a data fatídica de 7 de novembro (25 de outubro juliano) em que os bolcheviques tomam o poder. Um dos objetivos da declaração era apoiar Kerenski. Também se pensava no peso dos judeus dos Estados Unidos, país que acabava de se juntar aos Aliados. Era preciso obter deles um esforço máximo, enquanto eles tendiam mais para o pacifismo. Era preciso passar à frente dos sionistas alemães e austríacos, que negociavam com seus governos a obtenção do governo turco de uma espécie de 'Declaração Balfour' " <sup>18</sup>.

Mas é na Conferência de San Remo (1920), onde se dividem os despojos do Império Otomano, que a sordidez da situação, nascida dos interesses contraditórios dos aliados da véspera, vem a público. A conferência não demora a se transformar numa imensa rapinagem. As discussões, inúteis, mergulham mesmo no burlesco quando se trata de situar as fronteiras terrestres da Palestina. Até aí, não haviam se preocupado realmente, a Palestina era apenas a parte sul da *vilayet* (província) da Síria, e os árabes palestinos, muçulmanos, cristãos e judeus consideravam-se, da maneira mais simples do mundo, parte do conjunto árabe que os rodeava. Seria necessário que a Europa colonial se imiscuisse aí para que a questão fosse colocada.

Mas a que história referir-se para encontrar uma solução? Para Lloyd George, sobre quem lorde Curzon dirá que, "com sua ignorância em geografia, terá pensado que a Síria fica na Anatólia" <sup>19</sup> e para quem os nomes das cidades bíblicas são

18. Rodinson, *op. cit.*, pp. 177-178.

19. Cambon, Paul, *Correspondence*, t. 3, p. 378, citado por Neher-Bernheim, *op. cit.*, p. 33.

“mais familiares que os do *front* ocidental”, a resposta é simples: “A Palestina se estende de Dan a Beersheba”. Beersheba, que se perde, ao sul, nas areias do deserto, não traz nenhum problema particular. Para a localidade bíblica de Dan, a coisa é diferente, visto que ninguém pode pretender situá-la.

Se, pelo menos, o congresso se divertisse! Porém não se está em Viena e, nos corredores e nas sessões, a falta de humor é total! É da maneira mais séria do mundo que Lloyd George recomenda a seus colegas a leitura de uma *Geografia histórica da Terra Santa*, escrita por um teólogo escocês de nome George Adam Smith! A conferência está imersa numa atmosfera lunar e a leitura dos relatórios poderia inspirar um autor de ficção científica.

O que é uma pena! Muitas vezes o burlesco se confunde com o trágico, principalmente quando se trata do destino do mundo. Em San Remo, o espólio acaba sendo dividido e o trinchamento da região é confirmado pelo Tratado de Sèvres (agosto de 1920) e ratificado pela Sociedade das Nações em 24 de julho de 1922. O mandato sobre a Síria desmembrada e sobre o Líbano é confiado à França. Aquele estabelecido sobre o Iraque (após participação da França em sua companhia petrolífera) é confiado à Inglaterra. Assim como o mandato sobre a Palestina, da qual fixam arbitrariamente as “fronteiras”, mas após incorporação dos termos da Declaração Balfour.

Assim, a Declaração Balfour e o mandato britânico sobre a Palestina se inscrevem no leque de promessas contraditórias feitas pela capital inglesa e dos acordos concluídos por ela num momento preciso da história, com o fim único de preservar seus interesses estratégicos naquele momento: manter aberta a rota terrestre entre a metrópole e o que iria se tornar seu império nos anos 1840-1850, oferecer a melhor proteção ao Canal de Suez, transformado em canal inglês, nos anos 1910-1920. A intenção milenar dos judeus de (re)encontrar a Palestina só foi invocada incidentalmente por Palmerston e de modo algum por Balfour. Também não é sem espanto que se pode ler, sob a pena de Shlomo Avineri, apesar de filósofo e professor de ciências políticas, autor de uma obra sobre *O pensamento político e social de Karl Marx*, que a Declaração Balfour “(...) assim como outros sucessos sobre o caminho rumo a um Estado judeu

independente foram obtidos (...) pela capacidade do movimento sionista de mobilizar (...) os recursos intelectuais e espirituais de um povo altamente culto e ruidoso, habituado às polêmicas, loquaz e predisposto aos debates políticos”<sup>20</sup>. É verdade que, desde o prefácio do seu livro, Shlomo Avineri avisa seus leitores que seu objetivo não era escrever uma história do movimento sionista ou da luta diplomática que contribuiu para a proclamação de um Estado de Israel independente, mas unicamente “apresentar certos aspectos do pensamento sionista”. Embora seja pouco científico separar o pensamento (sionista ou outro) do terreno no qual ele se enraíza e do contexto no qual ele se desenvolve, o propósito poderia, pelo menos, ter obedecido à sua própria lógica interna se o autor houvesse negligenciado completamente a Declaração Balfour ao invés de evocá-la uma única vez para atribuí-la unicamente à capacidade de mobilização do movimento sionista. Esta capacidade, mesmo que fosse real (e não o era!), seria vã se não houvessem entrado em jogo os interesses e rivalidades das grandes potências. Porém, sem dúvida, o filósofo-professor não esquecera ter sido, até 1977, data da derrota dos trabalhistas e da chegada ao poder de Begin, diretor-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros israelense.

20. Avineri, Shlomo, *Histoire de la pensée sioniste*, Paris, J.-C. Lattès, 1982, p. 131.

2.

## DA DECLARAÇÃO BALFOUR AO LIVRO BRANCO

Quando se examinam as relações entre colonizadores e colonizados, agressores e agredidos, a classificação política dos primeiros é no mínimo ridícula. Só existe boa colonização na pretensiosa imaginação do colonizador. Para aquele que é oprimido, espancado ou fuzilado, não importa de modo algum quem usa a arma seja um socialista ou um capitalista, um progressista ou um reacionário. Sobre este ponto, apesar de sua pesada herança, a Internacional Socialista parece ter enfim mudado radicalmente. Somente alguns socialistas franceses continuam a fazer uma sutil distinção... apenas no que se refere a Israel. Os árabes não se sentem abrangidos pelo caráter socialista ou não do *kibutz*, nem pelo regime democrático ou não de Israel. E pouco importa a eles os "estados d'alma" de determinado israelense e a "consciência tranqüila" de um outro. Para o palestino dos territórios ocupados, tudo isso são apenas discussões internas dos israelenses e dos sionistas. Não há dúvida de que essas discussões o interessam, mas unicamente na medida em que abrem uma brecha na qual ele pensa poder inserir suas próprias reivindicações e, mais particularmente, as relativas à sua autodeterminação.

Quando decidi colocar no início deste capítulo a tradução do inglês de três documentos dos quais não consegui encontrar um vestígio sequer em francês, parti de um raciocínio análogo

e não me interessei, portanto, em dar boas ou más notas "morais" a seus autores, mas unicamente em situá-los, politicamente, em relação à Palestina e aos árabes palestinos.

O primeiro desses textos é uma pequena passagem da declaração feita pelo dr. Eder, presidente do comitê sionista perante a Comissão Haycraft que foi à Palestina para investigar a primeira revolta árabe de 1921. O segundo deve-se à pena de Vladimir Jabotinsky, que alguns chamam de "filho pródigo do sionismo"<sup>1</sup> e que outros apresentam como hipernacionalista, maximalista, até mesmo com tendências fascistas. Trata-se de um artigo datado de 4 de novembro de 1923, evocado com muita frequência, sobretudo para condená-lo, mas raramente reproduzido integralmente. O terceiro documento é o texto de uma carta enviada em junho de 1932 por Chaim Arlosoroff, diretor do departamento político da Agência Judaica, a Chaim Weizmann. Oriundo da extrema-esquerda sionista, Arlosoroff muitas vezes é apresentado como tendo sido o homem do diálogo com os árabes.

Da leitura desses três documentos constataremos que não existe absolutamente nenhuma diferença fundamental entre as concepções dos três homens. Sim, há, no entanto, uma: Vladimir Jabotinsky não é hipócrita.

#### A declaração do dr. Eder<sup>2</sup>

Começemos pelo documento menos elaborado. O do dr. Eder: "Só haverá na Palestina um único lar nacional, o lar judeu; não haverá nesse país uma associação paritária entre árabes e judeus, mas uma predominância judia até o momento em que os membros da raça judaica forem suficientemente numerosos. Deve-se conceder aos judeus da Palestina o direito de portar armas e deve-se proibi-las aos árabes".

1. Laqueur, *op. cit.*, p. 372.

2. Porath, Yehoshua, *The emergence of the Palestine Arab National Movement*, Londres, Frank Cass, 1974, p. 57.

#### O "muro de aço" de Jabotinsky<sup>3</sup>

O segundo documento, o de Jabotinsky, é incomparavelmente mais interessante e merece ser longamente citado:

"O autor destas linhas é considerado um inimigo dos árabes, um advogado de sua expulsão, etc. Isto não é verdade. Minha relação emocional com os árabes é a mesma que tenho com outros povos: uma polida indiferença. Quanto à minha relação política, ela é caracterizada por dois princípios. Primeiro: a expulsão dos árabes da Palestina é absolutamente impossível sob qualquer forma que seja. Sempre haverá dois povos na Palestina. Em segundo lugar, estou orgulhoso de ter sido membro do grupo que formulou o programa de Helsingfors. Nós o formulamos não só para os judeus, mas para todos os povos, e tendo por base a igualdade entre todas as nações. Estou disposto a jurar, por nós e por nossos descendentes, que jamais atentaremos contra esta igualdade e que jamais tentaremos expulsar ou oprimir os árabes. Nosso credo é completamente pacífico. Mas é outra história saber se nossos objetivos pacíficos podem ou não ser atingidos por meios pacíficos. Isto não depende de nossas relações com os árabes, mas exclusivamente das relações dos árabes com o sionismo.

"(...) Todo povo indígena (e pouco importa que seja civilizado ou selvagem) considera seu país seu lar nacional, do qual ele será sempre e totalmente dono. Jamais tolerará voluntariamente não só um novo dono, mas até mesmo um novo parceiro. Isto é o que ocorre com os árabes. Aqueles que, em nossas fileiras, favorecem os compromissos, tentam fazer-nos acreditar que os árabes são uns simples de espírito que podemos enganar com uma formulação moderada de nossos objetivos, ou que constituem uma tribo de usurários dispostos a abandonar de bom grado seus direitos de nascimento sobre a Palestina em troca de algumas vantagens culturais ou econômicas. Rejeito

3. Jabotinsky, Vladimir, artigo publicado em *Rassvet* em 4 de novembro de 1923, reproduzido em Brenner, Lenni, *The iron wall, Zionist revisionism from Jabotinsky to Shamir*, Londres, Zed Books Ltd., 1984, pp. 73-75.

totalmente esta apreciação dos árabes palestinos. É verdade que, culturalmente, eles estão quinhentos anos atrás de nós e que, espiritualmente, não têm a nossa resistência nem a nossa força de vontade. Mas param por aí todas as diferenças entre nós. . . Eles olham a Palestina com o mesmo amor instintivo com que os astecas consideravam o México e os *síoux* consideravam sua pátria. ( . . . ) A fantasia infantil de nossos 'arabófilos' tem origem num certo desprezo pelo povo árabe e numa falsa idéia segundo a qual trata-se de uma raça de canalhas dispostos a se deixar subornar e a vender sua pátria por uma estrada de ferro.

"Pouco importam as palavras. A colonização traz em si sua própria definição, total e inelutável. Ela é compreendida por cada judeu e por cada árabe. A colonização só pode ter um único objetivo. Para os árabes palestinos, este objetivo é inadmissível. Assim é a natureza das coisas. Mudar esta natureza é impossível. A colonização só pode ser conduzida contra a vontade dos árabes palestinos.

"A colonização sionista, mesmo a mais restrita, ou deve cessar, ou ser conduzida contra a vontade da população indígena. Por conseguinte, esta colonização só pode continuar e desenvolver-se sob a proteção de uma força independente da população local, de um muro de aço que a população local não possa forçar. Esta é, *in toto*, nossa política em relação aos árabes. Formulá-la de uma outra maneira seria hipocrisia.

"Deste ponto de vista, não há diferença significativa entre nossos 'militaristas' e nossos 'vegetarianos'. Um prefere um muro de aço de baionetas judias, outro um muro de aço de baionetas britânicas, e o terceiro um acordo com Bagdá, e parece satisfazer-se com baionetas de Bagdá (um gosto estranho e meio arriscado), mas aplaudimos todos, dia e noite, o muro de aço.

"Tudo isto não significa que seja impossível um acordo. O acordo voluntário é que é impossível. Enquanto eles tiverem um vislumbre de esperança de poder livrar-se de nós, não venderão este vislumbre por quaisquer palavras doces ou algumas guloseimas, porque não são usurários, mas uma nação, talvez um pouco andrajosa, mas ainda viva. Um povo vivo só faz tão enormes concessões sobre questões tão importantes quando não lhe resta mais nenhuma esperança. Somente quando não for

deixada nenhuma brecha em nosso muro de aço é que os grupos extremistas perderão seu império e a influência passará para o lado dos grupos moderados. Somente então é que estes grupos moderados poderão vir a nós com propostas de concessões mútuas sobre questões práticas, como uma garantia contra a expulsão ou uma igualdade com uma autonomia nacional. . . Porém o único caminho para chegar a tal acordo é o muro de aço, isto é, o reforço, na Palestina, de um governo sobre o qual os árabes não terão influência alguma, de um governo contra o qual os árabes lutarão. Em outras palavras, para nós, o único caminho que leva a um acordo é a recusa absoluta de toda e qualquer espécie de acordo."

#### O "poder revolucionário organizado" de Arlosoroff<sup>4</sup>

O terceiro documento também é de capital importância. Não só por causa das origens políticas de seu autor e de sua reputação de "homem de diálogo", mas porque se trata de uma carta pessoal (a Chaim Weizmann) não destinada à publicação. Ela é datada de junho de 1932. Arlosoroff será assassinado no ano seguinte.

"A etapa atual, que atingimos através de um desenvolvimento gradual, apresenta-se aproximativamente assim: os árabes não são mais bastante fortes para destruir nossas posições, porém se consideram ainda suficientemente fortes para estabelecer um Estado árabe na Palestina sem levar em consideração as demandas políticas judaicas. Paralelamente, os judeus são bastante fortes para preservar suas posições adquiridas, mas não o são o bastante para garantir o desenvolvimento constante da comunidade judaica através da imigração, colonização e manutenção da paz e da ordem no país no decorrer desse desenvolvimento.

4. *Jewish Frontier*, outubro de 1948, p. 7-8. Reproduzido em Hirst, David, *The gun and the olive branch, the roots of violence in the Middle East*, Londres, Faber and Faber, 1979, p. 99-100.

“Atingiremos a próxima etapa quando a relação de forças for tal que não mais será possível estabelecer um Estado árabe na Palestina, isto é, quando os judeus tiverem adquirido uma força que possa bloquear toda dominação árabe. Esta etapa será seguida, posteriormente, por uma outra, que será caracterizada pela incapacidade dos árabes de impedir o desenvolvimento constante da comunidade judaica através da imigração e da atividade econômica construtiva. O constante desenvolvimento da força dos judeus terá então influência sobre os árabes e os levará a buscar um acordo negociado. (...) O teste ao qual as práticas evolucionistas da política sionista são submetidas, no âmbito do mandato, consiste justamente em saber se é possível atingir esta última etapa pelo prosseguimento da política atual. (...) Se isto se revelar impossível, não nos será mais permitido ater-nos às práticas evolucionistas e fazer delas a base da força e da perenidade do movimento sionista. Inclino-me a pensar que isto não será possível.”

Para Arlosoroff, isto não é possível porque a administração do mandato tem seus limites, e não se pode esperar do governo britânico que assuma semelhante responsabilidade no interesse da empresa colonial de um povo “estrangeiro”. E Arlosoroff conclui:

“Nas atuais circunstâncias, o sionismo não pode ser realizado sem um período transitório, durante o qual a minoria judaica exerceria um poder revolucionário organizado, onde o aparelho do Estado, a administração e o estabelecimento militar estariam concentrados nas mãos de uma minoria, a fim de eliminar o perigo de uma dominação da maioria não-judia e suprimir toda rebelião contra nós... Uma tal concepção do problema poderia abalar até em seus fundamentos crenças que, até agora, privilegiamos durante longos anos e parece assemelhar-se perigosamente a certos estados de espírito políticos que sempre rejeitamos. À primeira vista, ela pode mesmo parecer pouco prática, utópica e contrária às condições nas quais vivemos sob o mandato britânico. Mas há uma coisa à qual estou profundamente vinculado. Jamais aceitarei a falência do sionismo...”

“Espero não ter que ressaltar que minha maneira de pensar continua alheia ao que designam pelo nome de ‘revisio-

mo’<sup>5</sup>. Ainda hoje, considero que as atividades, as políticas e os princípios nos quais o revisionismo se baseia têm origem na loucura.”

As atividades, as políticas e os princípios do revisionismo podem ter origem na loucura, mas que diferença fundamental existe entre “o muro de aço” de Jabotinsky e “o poder revolucionário organizado onde o aparelho do Estado, a administração e o estabelecimento militar estariam concentrados nas mãos da minoria” de Arlosoroff? Que diferença fundamental existe entre “o muro de aço”, “o poder revolucionário organizado” e “a predominância da minoria judia” de Eder? E já que não há diferença fundamental, a partir do que hoje os árabes palestinos são censurados por não terem feito nada para chegar a um compromisso com uma colonização que, a princípio, não lhes teria sido hostil?

Não hostil? O erro de Jabotinsky não terá sido, em definitivo, dizer alto e bom som o que os outros pensavam de boca fechada? A carta de Arlosoroff a Weizmann é, sobre este ponto, suficientemente explícita. Desde o início, os princípios, as políticas e as práticas sionistas na Palestina eram estatais e exclusivistas, e só podiam suscitar, da parte dos árabes palestinos, reações também exclusivistas.

Como disse claramente Jabotinsky, esta reação árabe não podia ser diferente. Trinta e três anos depois, isto será confirmado por Moshe Dayan na oração fúnebre que pronunciará nos funerais de Roy Rotemberg, morto em 1956 pelos árabes que haviam se infiltrado em Israel na esperança de ali furtar cereais: “Não lancemos hoje nenhuma acusação contra os assassinos. Quem somos nós para discutir seu ódio? Faz oito anos que eles nos vêm, desde seus campos de refugiados de Gaza, fazer do solo onde viveram seus pais nosso solo e nossa moradia. Somos uma geração de colonos. Sem o capacete e o canhão, não podemos plantar uma única árvore nem construir uma casa sequer. Mas não devemos recuar quando vemos fermentar o ódio que enche a vida de centenas de milhares de árabes que nos observam à nossa volta. Não desviemos por um instante sequer os olhos de nossa tarefa, para que ela não nos escape das mãos.

5. Nome dado à dissidência de Jabotinsky.

Este é o destino da nossa geração, a opção de nossa vida: estarmos preparados, armados, sermos fortes, duros, senão a espada cairá de nossas mãos e nossa vida se extinguirá”<sup>6</sup>. Moshe Dayan, o fiel discípulo de Ben Gurion, tem um tom que se assemelha estranhamente ao de Jabotinsky.

Mas voltemos à época do mandato. Como pressentiu Arlosoroff, a Grã-Bretanha não podia ir longe demais no apoio a uma empresa colonial que, em definitivo, não era a sua, ainda mais que a Declaração Balfour correspondia a uma conjuntura e às necessidades de uma política também pontual. Não deixa de ser interessante constatar que o verdadeiro promotor dessa estratégia conjuntural, Herbert Samuel, que veio a ser o primeiro alto-comissário na Palestina, é que se empenhará em fixar os limites dos compromissos britânicos. De todos os altos comissários, ele será o que Ben Gurion julgará mais severamente. “Estou convencido de que o governo britânico o [Herbert Samuel] nomeou alto comissário como penhor da aceitação da Declaração Balfour e como prova de boa vontade em relação aos judeus. Porém uma análise lúcida da situação teria revelado qual seria a infeliz posição de Samuel. Desde o início, ele deveria ter sido imparcial, mesmo que os termos do mandato favorecessem o renascimento de um lar nacional judeu. Sabíamos que, quando ele tivesse que resolver um conflito entre judeus e árabes, seria então um árbitro”<sup>7</sup>. Para Ben Gurion, a “imparcialidade” de Herbert Samuel era tão inadmissível quanto o era para Weizmann “a igualdade de direitos” evocada pelos judeus ingleses.

#### As ambigüidades da política britânica

A posição do governo britânico e de seus representantes na Palestina era ainda mais delicada porque a partilha operada

6. Citado por Avnery, Uri, *Israël sans sionisme*, Paris, Le Seuil, 1969, p. 120.

7. Ben Gurion, David, *Regards sur le passé*, Mônaco, Ed. du Rocher, 1965, p. 53.

em San Remo introduzia naquela região estrategicamente importante uma situação para a qual nada a havia preparado. Até então e desde o século XVI, toda a região que se estendia do Taurus ao oceano Índico e do Mediterrâneo à Pérsia formava um conjunto e constituía o domínio árabe a leste do Egito. Reconhecendo a especificidade cultural da região, a Turquia otomana não havia tentado introduzir ali sua língua, mesmo quando o sultão se investiu da condição de califa.

No interior deste conjunto inteiro submetido à autoridade otomana não se distinguiam “fronteiras” no sentido que se dá hoje a este termo, mas unicamente províncias cuja administração (à exceção da de Jerusalém, que dependia diretamente do califa) era confiada a paxás ou beis que, uma vez coletadas as taxas e pago o tributo, não tinham mais (ou quase mais) contas a prestar à Sublime Porta.

Aliás, essas próprias delimitações administrativas eram cambiantes e dependiam das relações de força entre os poderes locais dos sátrapas turcos. À estas mudanças, as populações geralmente ficavam indiferentes, desde que sua mobilidade no interior desse conjunto lingüístico, cultural e econômico fosse garantida.

Além dessa “novidade” introduzida na região pela partilha efetuada em San Remo, o mandato sobre a Palestina, confiado pela Sociedade das Nações à Grã-Bretanha, introduzia por sua vez nessa pequena porção do conjunto árabe uma situação totalmente inédita, não só para as populações desse território, como também para o próprio mandatário. Ele só se comprometera a favorecer a criação de um “lar judeu” por razões de oportunidade na condução da guerra, e só quisera o mandato sobre a Palestina para subtraí-lo à França, dar uma profundidade terrestre ao Canal de Suez e garantir assim a rota que a ligava ao Império.

Aliás, o governo de Sua Majestade tomara suas precauções. Ele multiplicara as promessas, e os termos nos quais cada uma dessas promessas era feita haviam sido escolhidos dentro de uma ambigüidade que permitia todas as interpretações. A promessa feita à Organização Sionista de favorecer a instalação, na Palestina, de um “lar nacional para o povo judeu” não escapara a esta ambigüidade, que era e continua a ser uma regra de ouro

da diplomacia inglesa e que consiste em dizer, na mesma frase e ao mesmo tempo, uma coisa e seu contrário. Quem não se lembra da famosa resolução 242/1967 do Conselho de Segurança, devida ao gênio de lorde Carandon? Sua redação era a tal ponto ambígua que naquele 22 de novembro de 1967 tanto os Estados Unidos, a URSS e a França quanto o Egito, a Jordânia, a Índia e Israel puderam adotá-la, dando a seus votos explicações diferentes, até mesmo diametralmente opostas, o que não deixará de provocar uma imensa literatura destinada a determinar — em vão, aliás — se as palavras “*from territories*” acrescentadas ao preâmbulo que, em nome da Carta, proibia toda e qualquer anexação pela força cobriam todos os territórios ocupados por Israel durante a guerra de junho ou apenas certas porções desses territórios!

A Declaração Balfour não passava de uma promessa entre outras. Mas eis que, de todas as promessas feitas pelos Aliados, a Comissão dos Mandatos da Sociedade das Nações só levava a sério aquela, excluindo todas as outras.

#### A política de implantação exclusivista da Organização Sionista

Mas se a Declaração Balfour, confirmada pelo mandato concedido à Grã-Bretanha pela Sociedade das Nações, já era considerada um *nonsense* por uma parte cada vez maior da classe política britânica, colocava os árabes da Palestina numa situação no mínimo bizarra, visto que os chamava a fazer frente a uma colonização encarregada de preparar uma outra colonização. Enquanto na Síria, no Líbano e no Iraque (país recentemente criado após o desmembramento), no Egito e em toda parte do mundo colonizado, a partida podia ser jogada a dois, na Palestina ela só podia ser triangular. Ademais, o terceiro parceiro, o colonizador cuja instalação devia ser “favorecida”, era um colonizador de um novo gênero, que não se parecia com nenhum outro da era do colonialismo capitalista.

Os árabes palestinos haviam desde sempre conhecido judeus, e se entre as comunidades havia periodicamente atritos,

estes não assumiam proporções graves ou, pelo menos, não tão graves quanto as conhecidas na Europa. Olhando-se a questão de perto, há, do ponto de vista religioso, bem mais afinidades entre o judaísmo e o Islã do que entre judaísmo e cristianismo. Contra as instruções do cristianismo europeu, muçulmanos e judeus haviam se encontrado com freqüência, na Palestina ou alhures, do mesmo lado da barricada, haviam muitas vezes lutado juntos, quando, lado a lado, quiseram defender a cidade contra os cruzados. Na Espanha, resistiram, sempre juntos, à “Reconquista” dos reis catolicíssimos.

A partir da segunda metade do século XIX, os árabes palestinos conheceram uma colonização judaica um pouco mais intensa que no passado, sobretudo nas zonas rurais. Porém essas colônias, porque o elemento religioso predominava nelas, eram mais ou menos toleradas, tanto e até mesmo mais que as outras colônias religiosas dos templários, anglicanos, protestantes, quacres, etc., que eram suspeitos porque tinham metrópoles por trás delas. Ademais, estas colônias, geralmente financiadas por filantropos, apelavam quase sempre à mão-de-obra árabe, e o operário agrícola palestino geralmente não fazia diferença entre um ou outro empregador. Para as colônias judaicas, as coisas só começaram a mudar radicalmente quando a Organização Sionista resolveu substituir a finalidade religiosa por uma finalidade política exclusivista.

Sobretudo exclusivista.

Na verdade, o congresso sionista que se realizara em Londres em 1920 adotara uma resolução que tendia a fazer admitir que todas as terras colonizadas na Palestina pelos judeus fossem consideradas como “propriedade inalienável do povo judeu”. Na aplicação desta decisão, quando a Organização Sionista, por intermédio do Fundo Nacional Judaico ou de uma maneira completamente diferente, adquiria um domínio ou um pedaço de terra, esta superfície ficava para sempre subtraída a qualquer outra soberania que não a sua e nem mesmo podia ser arrendada a um não-judeu. Ademais, ela tomava o cuidado de garantir a transação com uma cláusula irredutível (“a terra vazia de seus habitantes”), cercava a terra adquirida e proibia o acesso a ela aos trabalhadores árabes, embora o custo do trabalho árabe fosse inferior ao do trabalho judeu (em 1936, a renda média do



operário agrícola árabe era de sete libras palestinas contra as trinta e quatro do operário agrícola judeu). A central sindical sionista, a Histadrut, fora criada justamente para zelar pela aplicação desta última cláusula.

A este exclusivismo, deve-se acrescentar que as compras de terra pelo Fundo Nacional Judaico nem sempre correspondiam a uma exploração agrícola efetiva, mas procediam da vontade política de constituir uma reserva de terras para futuros imigrantes ou visavam muito simplesmente excluir dela os proprietários e trabalhadores árabes. Segundo Abraham Granot, em 1936, 20,3% das terras adquiridas pelo fundo não são arrendadas. Esta proporção subirá a 29,4% em 1941.

Durante toda uma época, a propaganda sionista não parou de repetir, para agradar o setor socializante da opinião pública ocidental, que nunca o Yishuv (nome dado aos judeus instalados na Palestina) procurou explorar os árabes. É verdade. A tendência trabalhista da ideologia sionista preconizava a "reabilitação dos judeus" pela "reabilitação do trabalho judeu" nas "fazendas coletivas" ou em empresas pertencentes à sindical operária, o que era interpretado como uma forma de "socialismo". Até a criação do Estado de Israel, e sobretudo até a guerra de 1967 e a ocupação de vastos territórios habitados por um grande número de árabes, a colonização sionista não fez, efetivamente, "suar os albornozes". Porém, e é aí que reside o sofisma, não se tratava nem de solidariedade de classe nem de generosidade de coração, mas de uma colonização ainda mais radical que as colonizações clássicas, uma colonização com base numa economia em circuito fechado, que negava até a existência do albornoz e, quando lhe acontecia de acabar percebendo-o, não queria absolutamente nada com ele, nem mesmo estabelecer uma relação de exploração que levaria à criação de um vínculo entre o explorador e o explorado. A não-exploração do trabalho árabe pelo "socialismo" sionista tinha origem na negação absoluta.

Em seu exclusivismo, a Organização Sionista só deixava aos árabes a escolha entre a "transferência" para outro lugar que não a Palestina ou a esclerose ali mesmo. Já antes do mandato, Chaim Weizmann chegara até a opor seu veto ao projeto

da administração militar na Palestina de conceder empréstimos aos agricultores árabes a fim de ressarcir prejuízos sofridos por causa da Primeira Guerra Mundial!

### O jogo triangular na Palestina

Os sionistas, confundidas todas as tendências, tinham um discurso que os árabes palestinos não podiam admitir nem compreender. Estes últimos sem dúvida haviam estabelecido relações de exploração com inúmeros cobradores de impostos e inúmeros latifundiários, mas jamais suas relações com a terra haviam sido tão inexoravelmente rompidas. Sedentários ou nômades, agricultores ou pastores, não podiam entender que bastava uma transação para transformá-los, na própria terra que haviam cultivado ou percorrido, em "estrangeiros em situação irregular", cuja expulsão podia ser requerida e legalmente executada pela potência mandatária. Apenas a venda à Palestine Land Development Company, em 1920, dos duzentos e quarenta mil *dunams* (vinte e quatro mil hectares) da família Sursock, anteriormente otomana e tornada libanesa, porque comportava a cláusula "vazia de seus habitantes", provocara a evacuação de umas vinte aldeias, com mais de mil e setecentas famílias. A partir daí, entende-se por que, ao longo do mandato, os árabes palestinos solicitariam, além da interrupção da imigração, a proibição de qualquer transação sobre a terra. Em suas reivindicações, esta terra terá sempre um lugar prioritário.

A situação era complicada pelo fato de que a região fora dividida e fronteiras tinham sido traçadas. Até então, aqueles que possuíam domínios dentro das circunscrições que viriam a ser a Palestina, e que moravam em Beirute, Damasco, Alepo ou Trípoli, eram "proprietários absentistas". A criação artificial de uma Síria mutilada e de um Líbano e de um Iraque independentes iria transformá-los em "proprietários absentistas estrangeiros" de "nacionalidades" libanesa, síria ou iraquiana. Assim rompido o encanto das relações internas, esses "proprietários absentistas", transformados além disso em "estrangeiros", iriam

ser os primeiros a aceitar os fantásticos preços que lhes oferecia, direta ou indiretamente, a Organização Sionista como preço de seus domínios. Não há nada de espantoso em que esses grandes proprietários tenham cedido ao lucro.

É preciso levar em conta esse dado, tornado objetivo pelo retalhamento da região, quando se estabelece, por "nacionalidade", a lista dos proprietários que venderam seus domínios à Organização Sionista. Qualquer que seja o rigor científico com o qual o quadro é construído, seu significado é falseado a princípio pela intrusão da noção de nacionalidade, até então desconhecida.

No jogo triangular imposto na Palestina, os sionistas tinham a parte difícil. Só podiam desenvolver suas instituições mais ou menos autônomas à sombra do mandato. A única questão era saber até que ponto a potência mandatária permitiria este desenvolvimento autônomo. Arlosoroff já havia colocado o problema e tirado conclusões dele.

Para os árabes palestinos, a questão não se colocava nos mesmos termos. A luta triangular que lhes era imposta exigia uma hierarquização, como pretendem alguns? Este era o ponto de vista de alguns de seus dirigentes e dos governantes dos Estados árabes vizinhos, seja porque eles consideravam que os judeus, ainda não organizados militarmente, constituíam o parceiro mais vulnerável da aliança inimiga, seja porque consideravam a Grã-Bretanha mais como aliada que como potência colonial e pretendiam portanto fazer dela o árbitro de uma situação que ela própria criara.

É evidente que, para os árabes palestinos, a colonização sionista, por sua própria natureza exclusivista, era a inimiga absoluta e ao mesmo tempo a mais perceptível. Porém, esta colonização só podia se desenvolver sob a tutela ou, pelo menos, com a proteção da potência mandatária, detentora da violência legal. E esta potência também estava presente no local, com seus soldados e administradores. A partir da problemática assim estabelecida na vida e na luta diária, a questão da hierarquização não podia mais ser colocada. Se, por uma perversa ginástica intelectual, a prioridade devesse ser dada à luta contra a colonização judaica, esta luta deveria necessariamente ser exercida ao mesmo tempo, no cotidiano vivenciado, contra a Grã-Bre-

tanha, cujo mandato consistia em "favorecer o estabelecimento de um lar nacional para o povo judeu".

Mas se este duplo objetivo era instintivamente claro para o povo palestino, não o era nem para suas elites, equilibristas o bastante para estabelecer uma hierarquização, nem para as dos países árabes vizinhos, onde a luta era, entretanto, mais simples. Quando, em 1936, o povo da Palestina travar lutas armadas tanto contra a Grã-Bretanha quanto contra seu subcolonialismo sionista, seus notáveis chamarão em seu socorro os dos países vizinhos, para ajudá-los a conter o movimento e reinstalar a Grã-Bretanha em seu papel de árbitro.

Na Palestina, portanto, a luta será conduzida em dois níveis. Ao nível popular, tratar-se-á de pôr termo tanto ao mandato da Grã-Bretanha quanto à colonização sionista. Ao nível dos dirigentes, tratar-se-á de obter a arbitragem da Grã-Bretanha após tê-la levado a reconhecer que "seu verdadeiro interesse" consistia mais em fazer o jogo árabe que o jogo sionista. É a este jogo complicado que os dirigentes árabes continuam a se dedicar hoje: para todos os dirigentes árabes, trata-se menos de começar uma ação (sob qualquer forma que seja) de "libertação nacional" que de levar as potências dominantes a perceber que "seus verdadeiros interesses" consistem em fazer mais o jogo árabe (o deles enquanto dirigentes) que o de Israel. Há algum tempo, ou seja, desde a morte política de Nasser em 1967, esta busca tende a se acentuar, e são incontáveis as declarações e atitudes, muitas vezes humilhantes, dos responsáveis árabes neste sentido. E, para cúmulo do absurdo, sem que eles se dêem ao trabalho de transformar as cartas de que dispõem em triunfos dignos de crédito.

### A escalada da revolta palestina

Desde 30 de agosto de 1919, a Comissão King-Crane (nome de seus dois dirigentes americanos) ativada pelo presidente Wilson havia colocado seu relatório à disposição das delegações britânica, francesa e italiana na conferência de paz

reunida em Versalhes. Nele, ela recomendava “uma modificação importante do programa sionista máximo relativo a uma imigração judaica ilimitada, visando fazer da Palestina um Estado judeu distinto”. Os membros da comissão haviam começado sua investigação com uma disposição de espírito nitidamente favorável ao sionismo, porém a realidade da situação na Palestina, conjugada aos princípios gerais proclamados pelos Aliados, levava-os a mudar de opinião. Naturalmente, a representação sionista na Palestina lhes apresentara uma abundante literatura. Os membros da comissão haviam tido reuniões com os colonos sionistas, ouvido suas reivindicações e visto pessoalmente algumas de suas realizações. “Mas se a Declaração Balfour teria que ser aplicada literalmente, o programa sionista (que consistia em criar um Estado judeu) deveria ser seriamente modificado”, pois “um Estado judeu não pode ser criado sem acarretar um grave prejuízo aos direitos civis e religiosos das comunidades não-júdas existentes na Palestina”. Ninguém devia ignorar que “a população não-júda da Palestina constitui noventa por cento da população, e que ela [era] absolutamente contrária ao programa sionista em seu conjunto”. Sobre esta questão, é tal a unanimidade que “submeter uma população tal a uma imigração judaica ilimitada e a uma constante pressão financeira e social para levá-la a abandonar sua terra constituiria uma flagrante violação dos princípios da livre aceitação, pelos povos envolvidos, de todas as disposições territoriais, de soberania, econômicas ou políticas, mesmo que isto devesse ser regulamentado por uma lei”.

A comissão convidara a conferência de paz “a não ficar cega diante do fato de que o sentimento anti-sionista na Palestina e na Síria era intenso e de modo algum superficial, e que não podia ser contornado. Nenhum oficial britânico consultado pelos membros da comissão pensa que o programa sionista possa ser aplicado a não ser pela força das armas, e seriam necessários pelo menos cinqüenta mil soldados só para começar a aplicar este programa”<sup>8</sup>.

8. Texto do relatório reproduzido em Howard, Harry N., *The King-Crane Commission*, Beirute, Khayats, 1963.

A Comissão King-Crane tem o mérito de ter sido a única comissão de inquérito a estudar a situação *in loco*. No entanto, seu relatório permanecerá secreto e só será oficialmente publicado em 1947. Porém todas as delegações aliadas tinham tomado conhecimento dele desde o mês de agosto de 1919. Por conseguinte, ninguém podia pretender ser surpreendido pela multiplicação, a partir de 1920, de manifestações sempre violentas, muitas vezes sangrentas, na maioria das cidades palestinas. Estas manifestações eram, naturalmente, antijudaicas. E não podia ser diferente, visto que os colonizadores eram judeus e que suas intenções estatais não eram mais segredo para ninguém.

É verdade que estas violências, porque instintivas, isto é, não inscritas num código estruturado, só podiam ser permeáveis a todos os argumentos que podiam justificá-las ou reforçá-las, e que sempre existem, na Palestina como em qualquer outro lugar do mundo — inclusive nos países mais ligados à famosa “modernidade” —, forças tradicionais, até mesmo arcaicas e reacionárias, dispostas a explorar a situação em proveito de não se sabe qual “fundamentalismo” étnico ou religioso. Porém, ainda aí, é preciso manter o bom senso e distinguir entre “identidade” ameaçada e “identidade” invasora, entre “fundamentalismo” defensivo e “fundamentalismo” agressor, e não ter pressa em tirar conclusões.

Em nenhum momento de sua história, os árabes, muçulmanos ou outros, haviam visto nos judeus uma etnia ou um povo, mas, como eles próprios, aliás, pessoas que professavam uma certa religião. Os sionistas é que introduziram a confusão povo-religião numa região cuja religião dominante, o islamismo, é universalista e de modo algum tribal, tanto por sua ideologia (sendo a “Mensagem” destinada a todas as nações, o Islã é naturalmente prosélito) quanto por sua história. Na época mesmo da intrusão sionista e malgrado o colonialismo “cristão”, seus intelectuais começavam, não sem dificuldade, a contestar seu próprio chauvinismo religioso. Que os meios tradicionalistas ou reacionários árabes tenham aproveitado a oportunidade que lhes oferecia a agressão etno-religiosa sionista para matar no embrião esta tentativa de “modernização-laicização” introduzindo o argumento religioso na luta contra a colonização sionista

proporciona, talvez, motivo para lamentações, mas não para espanto.

Além do mais, se a religião foi um argumento na resistência dos árabes palestinos à colonização judaica, não foi nem seu argumento exclusivo nem seu argumento decisivo. De sorte que o argumento religioso sempre foi rapidamente sufocado por um argumento absolutamente profano, visto que "nacionalista" *avant la lettre*. É preciso, para constatar isto, ler a descrição que Hurewitz faz do enterro do xeque Ezzedin el-Kassam, morto em 1935 durante um confronto desigual com forças britânicas. "Seus funerais foram transformados numa impressionante manifestação nacionalista. Contrariamente a suas próprias idéias, os funerais propiciaram a formação de uma linha que passava por cima das diferenças de religião, de comunidade, de posição e de classes sociais. (...) Dentro das condições palestinas, ele se tornou a base e mesmo o símbolo de um *front* que unia sem distinção os elementos de uma guerra camponesa e os diversos elementos nacionais e nacionalistas."<sup>9</sup>

### A revolta palestina de 1936

Estávamos em 1935, ano de transição em que a imigração judaica atinge a cifra oficial de 61.854 pessoas, 65.000 com os turistas que permanecem. Historiadores sérios atribuem este aumento à ascensão do nazismo. Considerando-se os números, esta afirmação parece exagerada: dos 61.854 imigrantes oficiais, 29.407 vinham da Polônia, 3.616 da Romênia, 8.862 de outros países da Europa Central e somente 5.464 da Alemanha. Seja como for, da Polônia, da Lituânia, da Alemanha ou de qualquer outro país, para os árabes este afluxo não poderia passar despercebido nem ser encarado sem receio, ainda mais porque havia uma crise econômica.

9. Hurewitz, J. C., *The struggle for Palestine*, Nova York, Norton, 1950, p. 63.

Por isso, em 21 de abril de 1936, após uma série de choques sangrentos entre árabes de Jaffa e colonos judeus de Telavive, ainda subúrbio de Jaffa, uma manifestação duramente reprimida e uma inútil entrevista entre os representantes árabes da cidade e o alto comissário, é formado um comitê de greve. Jaffa é paralisada e o comitê conclama todo o país a uma greve geral tendo por base três reivindicações já expostas num memorando enviado ao alto comissário em novembro de 1935: interrupção da imigração, proibição de qualquer transação com terras e criação de um governo nacional responsável, diante de um Parlamento eleito pelos habitantes do país. Quando o memorando fora apresentado, os britânicos haviam prometido, em matéria de imigração, ater-se à "capacidade de absorção econômica do país" e sugerido uma certa autonomia interna, sob supervisão britânica. Os sionistas que se aferravam à "imigração ilimitada" e "à capacidade de absorção apenas do setor judeu" haviam bloqueado qualquer solução negociada.

Nos dias seguintes, cada cidade, cada aldeia constitui seu comitê de greve. A reação britânica não se faz esperar. Jaffa e Jerusalém são colocadas em estado de alerta e, através de todo o país, as autoridades procedem a inúmeras prisões. Em 22 de abril, durante uma manifestação em Jerusalém, são mortos oito árabes. As autoridades entram em pânico e dirigem reforços blindados para as regiões de Nablus e Tulkarem. A partir do dia 25, todos os transportes, públicos e privados, são paralisados. Os notáveis palestinos, temendo perder o controle da situação, apelam a uma reunião de seus representantes com os dos comitês de greve. A reunião, que ocorre no dia 27, anuncia o nascimento de um órgão nacional, a Alta Comissão Árabe (que se tornará, durante o processo, o "Alto Comitê Árabe"), sob a presidência de Amin al-Husseini, mufti de Jerusalém e chefe patriarcal do clã dos Husseini. Seu papel consistirá em controlar o movimento para melhor negociar com os britânicos.

Naturalmente, o primeiro ato da comissão é dirigir ao alto comissário um requerimento idêntico ao memorando de novembro de 1935. Paralelamente, aproveitando a comoção popular provocada no Iraque, na Síria, no Líbano, na Transjordânia e no Egito, ela pede aos chefes de Estado árabes que intervenham junto à Grã-Bretanha para levá-la a consentir em certas conces-

sões que possibilitariam à Alta Comissão pôr fim à greve sem perder a dignidade.

Mais uma vez, apesar de todas as reservas que se pode legitimamente fazer, não se deve ter pressa em condenar. A greve, ainda não insurrecional, só afetava o setor árabe da economia e não tinha efeito algum sobre o setor judeu, que era autônomo e se desenvolvia em circuito fechado. Mesmo a paralisação do porto de Jaffa foi superada, a partir de 15 de maio, quando o alto comissário autorizou em Telavive, onde todos os operários eram judeus, a construção de um molhe, que serviu de porto.

O primeiro soberano árabe a intervir é o rei Ibn Saud. Sua fidelidade à Grã-Bretanha ainda é inabalável. Declarando não querer contrariar em nada a política britânica, pede a Londres que conceda algumas satisfações aos dirigentes árabes da Palestina. É logo seguido por Nuri es-Said, que, embora ministro iraquiano dos Negócios Estrangeiros, pretende agir em seu próprio nome!

Enquanto isso, toda a Palestina árabe é gradualmente imobilizada. Em 18 de maio, os britânicos acabam anunciando que, uma vez restabelecida a ordem, uma comissão real de inquérito será enviada à Palestina, mas que não se discutiria o que quer que fosse enquanto persistisse a greve. A Alta Comissão Árabe tende a aceitar o acordo, embora ainda não tenha meios para impor o fim da greve. As condições ainda não se prestam a isso. Então, como sempre em tais circunstâncias, o movimento grevista recrudesce e a agitação redobra.

Começa então a segunda fase, insurrecional, durante a qual uma série de ações armadas acompanham a greve. Logo a situação se torna explosiva e os conflitos são cada vez mais numerosos. Aumenta o número de grupos armados, e por vezes se assiste a verdadeiras batalhas campais. Os rebeldes dinamitam pontes, descarrilham trens, atacam comboios britânicos e colônias sionistas, fazem explodir por várias vezes o oleoduto da Irak Petroleum Company, eliminam autoridades britânicas e colaboradores árabes<sup>10</sup>.

10. Sanbar, Elias, *Palestine 1948, l'Expulsion*, Paris, Les Livres de la Revue d'Études Palestiniennes, 1984, p. 35. Ver também Weinstock, Nathan, *Le sionisme contre Israël*, Paris, Maspero, 1969, p. 178.

Diante do que não era mais uma simples greve, o revide britânico se intensifica. São tomadas medidas draconianas. Elas refiguram as aplicadas hoje por Israel nos territórios ocupados: responsabilidade coletiva das aldeias e distritos árabes pelos atos de autores não-identificados, toque de recolher, destruição de habitações, internamento administrativo. A partir de 23 de maio, sessenta dirigentes grevistas são presos. Vários outros o serão em seguida. E o alto comissário aproveita a ocasião para armar milhares de jovens judeus — dentre os quais Moshe Dayan — e organizá-los em forças de ordem supletivas, mandando dizer a Ben Gurion que se tratava, desta vez, do “maior sucesso político desde a Declaração Balfour”. As tropas britânicas são reforçadas. Em setembro, elas têm pelo menos vinte mil homens segundo alguns, trinta mil segundo outros. Esperando passar à contra-ofensiva, o exército procede à dinamitação sistemática da velha cidade de Jaffa.

#### A mediação dos soberanos árabes e a repressão de 1938

O que não estava maduro em maio fica maduro em outubro. Como era de se esperar, fazem-se sentir as primeiras rachaduras na Alta Comissão. É preciso saber pôr fim a uma greve. A intervenção dos soberanos árabes pode então permitir, hoje melhor que ontem, pôr fim à greve sem perder a dignidade. A Alta Comissão desmente categoricamente ter apelado àqueles soberanos. Porém seu comunicado é no mínimo singular: “(...) Os árabes são conhecidos por reverenciar seus reis e obedecê-los. É inimaginável que o povo árabe da Palestina faça, sobre este ponto, exceção a estas tradições. Foi por unanimidade que a comissão aceitou a mediação de S. Excia. Nuri Said Paxá, ministro iraquiano dos Negócios Estrangeiros. Se, após a partida de S. Excia., pediu o prosseguimento da greve, foi esperando que esta mediação que ela aceitou seja aceita por outras partes. (...) A comissão continua a pensar que esta mediação que ela aceitou por unanimidade constitui o caminho ideal para

chegar a uma solução da crise, solução esta que permitiria ao governo [inglês] provar suas boas intenções em relação ao povo árabe...”<sup>11</sup>.

É justamente a Nuri Said Paxá, o mais fiel dos fiéis à Grã-Bretanha, que caberá redigir, em nome do rei do Iraque, o manifesto dos reis e emires árabes. “Estamos profundamente contristados diante da atual situação da Palestina, e, em acordo com nossos irmãos, os reis e os emires, apelamos aos senhores para que façam voltar a paz e a ordem, para que o sangue não seja mais derramado e para que os senhores correspondam ao sentimento de justiça de Sua Majestade e à sua intenção declarada de manter seus compromissos. Estejam certos de que daremos prosseguimento a nossos esforços em seu favor.”

No dia 8 de outubro, o rei Ibn Saud aceita o texto do manifesto. No dia 9, Abdallah da Transjordânia e o imã Yehia do Iêmen aceitam-no por sua vez. No dia 10, o alto comissário pode telegrafar a Londres para dizer que o texto fora adotado por todos os soberanos árabes à exceção do do Egito, mas que, não obstante esta lacuna, a Alta Comissão Árabe ia pedir, a partir do dia seguinte, 11 de outubro, o fim da greve e das agitações a partir do dia 12.

Na verdade, em 11 de outubro de 1936, a Alta Comissão Árabe anuncia que, “a pedido dos reis e emires árabes”, convém cessar a greve que havia durado cerca de cento e setenta dias. Os interesses dos notáveis palestinos, apoiados pelos mais reacionários chefes de Estado árabes, prevaleceram sobre a revolta dos braços nus.

As massas palestinas estavam realmente cansadas como pretendem os notáveis palestinos e outros árabes? Pode-se duvidar disso quando esses notáveis só aparecem para lembrar “as tradições árabes” de obediência, enquanto as páginas mais gloriosas da história dos árabes estão cheias de escaramuças e de furor e quando sua decadência começou justamente com a “obediência”, promovida a “tradicional”.

Um mês depois, no dia 11 de novembro, a comissão real, presidida por lord Peel, chega à Palestina. Ele ali permanece

11. Documentos de resistência palestina árabe (em árabe). Instituto de Estudos Palestinos, Beirute, 1968, p. 441.

até 18 de janeiro de 1937. No dia 7 de julho, o governo britânico publica seu relatório, que conclui pela “impossibilidade de coexistência entre as aspirações nacionais da comunidade árabe e as da comunidade judaica” e recomenda o fim do mandato e a partilha da Palestina em três partes, uma árabe e outra judia; uma terceira, que compreenderia Jerusalém, Nazaré e Belém, permaneceria sob mandato.

Tendo endossado as recomendações da comissão, o governo de Londres ordena, para facilitar a transição, a proibição de toda transação de terras e a dosagem do volume da imigração em função das capacidades de absorção da futura entidade judaica.

Diante da hesitação de alguns dos seus membros, a reação da maioria da Alta Comissão Árabe é imediata: recusa de qualquer partilha, interrupção da imigração, fim do mandato e independência. Por sua vez, os sionistas começam por apregoar sua insatisfação: o Estado judeu proposto só se estenderá sobre um quarto do território palestino e o Neguev permanecerá englobado no Estado árabe. Ben Gurion intervém. O Estado proposto não era a meta sionista, mas podia representar uma etapa na realização desta meta. “Romperemos estas fronteiras que nos impõem... Mais cedo ou mais tarde, o impulso dinâmico da colonização judaica prevalecerá sobre o estéril patriotismo árabe.” Portanto, ele está decidido a não rejeitar a partilha, mas... a pedir aos britânicos uma maior precisão.

Porém não se contava com empecilhos. Em setembro de 1937, Andrews, o comissário do distrito da Galiléia, é abatido junto com sua escolta. Apesar da condenação do assassinato pela Alta Comissão, o revide britânico não se faz esperar. A comissão é declarada fora da lei, particularmente para acabar com aqueles que, por razões diversas, haviam se declarado contra o plano de partilha. O mufti consegue fugir e, após um desvio pela Síria, vai instalar-se no Líbano, com a bênção das autoridades francesas. Os outros quatro membros da comissão são presos e deportados para as Seychelles e mais de cem dirigentes árabes são detidos administrativamente.

A estas medidas de repressão responde a insurreição. Os britânicos, que pensavam ter decapitado o movimento, ignoram que acabavam, ao contrário, de liberá-lo. Entram em pânico.

Começam por reduzir a cota da imigração. Porém, ao mesmo tempo, confiam todas as questões de justiça aos tribunais militares. O simples porte de armas é passível de pena capital. Mas a guerrilha prossegue e se intensifica a tal ponto que as forças britânicas usam a aviação em suas operações contra os resistentes. Na primavera de 1938, os rebeldes controlam a cidade velha de Jerusalém, a região montanhosa do centro, a Galiléia, Hebron, Bír Sab' (Beersheba) e Gaza. Nas cidades, o "terrorismo" redobra. Como que para não desmentir a história, os notáveis fogem para os países vizinhos.

No dia 5 de outubro de 1938, o alto comissário chega a Londres para consultas. Retorna a seu posto no dia 14, munido de novas instruções. "Fora traçado um plano de ação em Londres", escreve Elias Sanbar. "Ele consistia, por um lado, em ceder temporariamente o controle do mandato aos militares, sob a condição de restaurar a ordem e esmagar a rebelião, e em abandonar, por outro lado, o projeto de partilha, sob a condição, para a administração, de tentar reunir no campo da lei e da ordem todas as frações palestinas 'moderadas', às quais seriam oferecidas 'recompensas' pelo abandono do mufti. No dia 18, o país foi dividido em quatro zonas de operação (Jerusalém, o Sul, a Cisjordânia, Haifa, Galiléia) e, no dia 22, o exército desencadeou sua ofensiva geral, que se parecia bastante com uma nova guerra de ocupação da Palestina. Jerusalém foi tomada de assalto (...). No dia 24, o exército cortou todas as vias de comunicação, instituiu um toque de recolher ininterrupto e proibiu qualquer deslocamento sem salvo-conduto concedido pelo estado-maior. O centro da ofensiva era a região delimitada pelas cidades de Nazaré, Acre e Safad, e as tropas pareciam decididas a ocupar sistematicamente toda e qualquer zona habitada! A situação militar tornou-se assim mais difícil para os guerrilheiros, confrontados com a presença contínua do exército nos pontos de apoio naturais que eram as aldeias. Paralelamente, os britânicos puseram em aplicação os dois princípios acima assinalados: abandono da partilha e reunião dos 'moderados' palestinos."<sup>12</sup>

12. Sanbar, *op. cit.*, p. 49.

Ao sobrevôo político-militar de Sanbar, Nathan Weinstock acrescenta algumas informações suplementares. "A ofensiva conduzida por dezessete batalhões de infantaria é acompanhada do enforcamento dos guerrilheiros presos, de castigos coletivos infligidos aos felás, da destruição em massa das habitações, da prisão de uns dois mil e quinhentos árabes e do bombardeio das aldeias insurretas pela aviação. (...) No total, segundo Hurewitz, de três a cinco mil árabes foram mortos durante as operações, enquanto os feridos são calculados no mínimo em dois mil. Walid Khalidi calcula quinze mil vítimas."<sup>13</sup>

Em seus escritos, inúmeros historiadores ocidentais escamoteiam esta página da história da Palestina. Desagradar-lhes-ia admitir que a primeira guerra de libertação da Palestina não foi feita por europeus, mesmo que judeus, mas por árabes. E que, diferentemente dos sionistas de 1945-1947, os árabes palestinos estavam sozinhos, estando todos os países da região ainda sob dominação colonial ou dirigidos por feudalidades corrompidas.

Uma nova comissão de inquérito é enviada. Em 9 de novembro de 1938 (portanto, após o Acordo de Munique, que fez parecer que a Segunda Guerra Mundial era inevitável), é publicado o relatório Woodhead. Ele rejeita o projeto de partilha da Comissão Peel, propõe um prolongamento do mandato e sugere a convocação, em Londres, de uma conferência árabe-judaica.

#### A mesa-redonda de fevereiro-março de 1939

A conferência da mesa-redonda é aberta em Londres em 7 de fevereiro e dura até 15 de março de 1939. Haverá treze sessões oficiais e várias reuniões informais: seis sessões de trabalho em que a delegação judaica é presidida pelo dr. Weizmann, outras tantas com o grupo árabe, em que a delegação palestina é presidida por Jamal al-Husseini, primo e representante pessoal do mufti, e uma sessão tripartite à qual a delegação pales-

13. Weinstock, *op. cit.*, p. 180.

tina não assistirá. Era preciso encontrar uma solução para o *imbroglio* palestino: a Inglaterra não podia travar a prova de força com a Alemanha nazista sem garantir a participação do Império e a segurança de suas comunicações. A sessão de 14 de fevereiro com a delegação judaica é, aliás, inteiramente dedicada à situação estratégica. É preciso que nos detenhamos nesta sessão para entender bem as reais motivações do Livro Branco que os britânicos acabarão publicando unilateralmente e no qual definirão seu próprio programa para o futuro da Palestina. Pegaremos suas linhas gerais no relatório feito pelo próprio Ben Gurion em seu livro *Os árabes, os palestinos e eu*<sup>14</sup>.

Para Malcom MacDonald, ministro das Colônias:

1) A segurança das forças britânicas no Oriente Médio e as comunicações com a Índia e o Extremo Oriente dependem muito da capacidade dos britânicos de convencer o Egito e os outros Estados dessa parte do mundo a respeitarem os compromissos previstos pelos tratados assinados com eles ou de manter uma neutralidade benevolente. Por exemplo: o Egito domina as vias aéreas e marítimas para o Oriente e as rotas terrestres e aéreas para o Sudão e a África; dispõe também das bases terrestres para a defesa do Canal de Suez e da única base naval (Alexandria) necessária à defesa do Mediterrâneo oriental. O Iraque domina as rotas terrestres e aéreas para o Oriente; concentra também importantes interesses petrolíferos. Uma Arábia Saudita hostil poderia ameaçar as comunicações pela Transjordânia rumo ao Iraque e rumo a Aden.

2) Em caso de guerra, muito dependerá da ajuda de [nossos] aliados no Oriente Médio e da amizade dos outros Estados árabes. O valor e a organização das forças britânicas se baseiam inteiramente nesta hipótese. Se ela se revelar falsa (...), seria indispensável aumentar fortemente e o mais rapidamente possível [nossas] forças terrestres, navais e aéreas no Oriente Médio.

3) O governo de Sua Majestade julga que convém reccar semelhante hostilidade se os Estados do Oriente Médio forem

14. Ben Gurion, David, *Les arabes, les palestiniens et moi*, Paris, Presses du Temps Présent, 1974, pp. 337-346.

submetidos a uma prova difícil por causa da política britânica na Palestina. (...) Convém também levar em consideração as agitações entre os muçulmanos da Índia, que estariam sendo explorados pelas forças hostis para impedir a colaboração da Índia com as outras partes do Império Britânico em tempo de crise.

4) O governo de Sua Majestade recebeu sérios avisos de inúmeras fontes do Oriente Médio e Próximo sobre as possíveis conseqüências de uma certa política na Palestina. Os conselheiros militares, por sua vez, também dirigiram uma séria advertência ao gabinete. O governo de Sua Majestade deve levar em conta o fato de que, em caso de guerra, o campo de batalha no Oriente Médio e Próximo será não menos importante, senão mais, que qualquer outro, e que "a queda do Império Britânico seria uma desgraça não menor para os judeus".

No decorrer da discussão que se segue, Weizmann faz valer que não era preciso exagerar a importância dos países árabes. Colocando-se como estrategista improvisado, ele diz que "o círculo interno" constituído pelos países árabes depende inteiramente do "círculo externo" constituído pela Turquia, Pérsia e Afeganistão. "Se estes últimos países não forem hostis à Grã-Bretanha, os países árabes não forem imitarão." Por sua vez, Shertock (que mais tarde se fará chamar Sharett) declara que a exposição de MacDonald não leva em consideração "facilidades militares que o Eretz-Israel poderia dar, como complemento às dos árabes e talvez como alternativa"; e ele enumera: "a situação estratégica de Eretz-Israel, que liga o mar Vermelho e o golfo Pérsico (!), sua distância das bases aéreas italianas, as grandes possibilidades industriais que ali se encontram (!!), a superioridade do material humano (!!!)". Ben Gurion faz valer que, em caso de guerra, os Estados árabes não determinarão suas posições exclusivamente a partir da Palestina.

MacDonald concorda exclusivamente com este último ponto. Os Estados árabes certamente levarão em conta outros fatores além da Palestina. Porém, acrescenta ele, não poderíamos excluir a Palestina de nossos cálculos. O mundo árabe está abalado há dois anos por causa dela e, sem exagerar a importância do problema, não se deveria, também, subestimá-lo. Ele fica surdo à ginástica intelectual do dr. Weizmann sobre os cír-



culos “interno” e “externo”, dizendo que seria falso acreditar que o círculo “externo” ficaria indiferente, nem que fosse por solidariedade religiosa, ao que se passasse na Palestina. Em relação a Shertock, ele é mais sarcástico: “O governo de Sua Majestade não subestima as possibilidades industriais e técnicas e o potencial humano do judaísmo na Palestina. Mas se fosse necessário escolher entre o apoio dos judeus e o dos árabes, [ele] não pensa que com todo o valor do apoio judeu este poderia compensar a defecção do apoio essencial do mundo árabe e muçulmano”; e, para atenuar o alcance de sua resposta, acrescenta que “uma alternativa tão simplista não é indispensável”.

#### **O Livro Branco de MacDonald dentro da tradição de Palmerston e de Lloyd George**

Os dirigentes árabes, palestinos e outros, aplaudem. Eles consideram o Livro Branco uma vitória. Vitória deles, da linha política que sempre proclamaram. Não irritar a Grã-Bretanha, não pressioná-la, mas levá-la gentilmente a entender onde se encontravam “seus verdadeiros interesses”. Para eles, só existem vitórias, pois basta batizar com este nome qualquer coisa — e sobretudo a mais ignominiosa derrota — para que ela se transforme efetivamente “numa vitória”. Até mesmo Ali Maher, que presidia a delegação egípcia e que, contudo, tinha uma sólida reputação de homem culto, inteligente, íntegro e astucioso, volta ao Cairo para clamar que na conferência de Londres as delegações árabes haviam alcançado “uma grande vitória”!

Como se estivessem contribuindo para alguma coisa, com “sua” vitória! Como se as razões, os imperativos estratégicos que haviam levado Palmerston, em 1840, a falar em “reabilitar os judeus” num “reino judeu” e Lloyd George, em 1917, a considerar a criação de um “lar judeu” na Palestina não fossem os mesmos que levavam o governo de Neville Chamberlain e seu ministro das Colônias, Malcom MacDonald, a publicar “unilateralmente” seu Livro Branco em 1939! Com um século de intervalo e por três vezes, tratava-se precisamente — nem mais

nem menos — de ser bem-sucedido ou preparar uma guerra que se tornara inevitável e da qual dependia o destino do Império.

A delegação judia na mesa-redonda era composta não só por Weizmann, Ben Gurion, Brodetzski, Goldmann, Shertock e outros membros da direção sionista, mas também por representantes dos sionistas ingleses e americanos e por diversas outras personalidades conhecidas por sua vinculação ao Eretz-Israel. Durante as seis sessões com a delegação britânica e na sessão tripartite, tratou-se de tudo, da interpretação da Declaração Balfour e do mandato, do direito imemorial dos judeus à terra de seus ancestrais, da necessidade de manter o mandato britânico para garantir uma imigração ilimitada até que os judeus acabassem constituindo uma maioria na Palestina, da aliança anglo-sionista, que era mais segura, senão mais eficaz, que a aliança anglo-árabe. De acordo com os relatórios de Ben Gurion, que, no seu livro, dedica ao assunto não menos de noventa e duas páginas, não se trata, uma vez, uma vezinha sequer, dos judeus alemães, austríacos ou tchecos e da necessidade de lhes garantir um refúgio. E estava-se, no entanto, em fevereiro-março de 1939!

O Livro Branco de MacDonald afirma que a Grã-Bretanha jamais tivera a intenção de fundar um Estado judeu na Palestina, e que tanto os árabes quanto os sionistas haviam interpretado mal a Declaração Balfour e os termos do mandato. A Grã-Bretanha está e sempre esteve a favor de um Estado palestino que agrupe árabes e judeus e esteja ligado a ela por um tratado de aliança. A diferença é que atualmente está previsto um período transitório de dez anos antes que tal Estado seja criado. Nesse meio tempo, para não satisfazer ninguém e satisfazer todo mundo ao mesmo tempo, a imigração judaica não será mais autorizada, a não ser nos próximos cinco anos e dentro do limite de somente setenta e cinco mil pessoas. A questão da venda de terras é deixada à apreciação do alto comissário.

Agora que a Grã-Bretanha situou seus interesses imperiais, só resta aos judeus e aos árabes voltar para casa e definir, por sua vez, “onde se encontram seus verdadeiros interesses”.

3.

### AS ESCOLHAS ESTRATÉGICAS DOS SIONISTAS E DOS ÁRABES

Com o Livro Branco de 1939, expressão fria dos interesses estratégicos da Grã-Bretanha, assim como o eram o projeto do “reino judeu” de Palmerston e o de “lar nacional” de Balfour, a potência mandatária deixava aos árabes e aos sionistas a responsabilidade de definir e situar seus respectivos interesses, reservando-se o direito de intervir, se necessário brutalmente, no caso de esses interesses não incidirem com os dela e com os do Império.

Os sionistas não tinham escolha. Na realidade, jamais tiveram. Na verdade, eles eram os primeiros a saber que Hitler era ferozmente anti-semita e que podia ir muito longe em sua empresa de “depuração” do Grande Reich e da totalidade da Europa, se não do mundo, da “gentalha” que constituíam para ele as “raças” classificadas por seus teóricos como “inferiores” e “poluentes”. Eles sabiam que, se saísse vitorioso da guerra, Hitler não faria distinção entre judeus sionistas ou não-sionistas.

**Os árabes frente a uma guerra  
"que não lhes diz respeito"**

Num livro publicado em inglês em 1970 (e em francês no ano seguinte)<sup>1</sup>, David Ben Gurion conta:

"Lembro-me de um incidente engraçado, porém revelador, que ocorreu em Londres durante a Primeira Guerra Mundial. [Alistado na legião judaica], eu acabava de chegar para uma licença de quatro dias. No barco, tinham nos alimentado muito mal e eu estava morrendo de vontade de fazer uma sólida refeição.

"Só que, em Londres, tudo estava racionado e eu ainda não possuía minha carteira de legionário. Na verdade, eu nem suspeitava de sua existência. Entrei no primeiro restaurante que encontrei e pedi um enorme almoço. Mas o garçom me disse: 'Mostre-me sua carteira de restrições'. Respondi que não tinha, ao que ele retorquiu que tudo o que podia me dar eram dois ovos. Devorei-os rapidamente, e pedi outra coisa. Tudo o que ele tinha a me oferecer eram, mais uma vez, dois ovos. Comi-os, mas ainda estava com fome. Só que já estava cheio de ovos. Saí do restaurante e, caminhando ao acaso, encontrei uns militares e perguntei-lhes onde podia fazer uma refeição sem carteira de restrições. Eles me disseram que fosse a Whitechapel. 'Que é Whitechapel?', perguntei, pois era a primeira vez que ia a Londres. 'Oh', disse um dos soldados, 'é o bairro judeu, e lá o senhor encontrará tudo o que quiser.' Fiz sinal a um táxi e pedi ao chofer para me levar a Whitechapel, onde logo encontrei um restaurante. E ali fiz efetivamente uma lauta refeição e ninguém me perguntou nada. Fui-me embora com o estômago cheio, porém envergonhado."

E Ben Gurion acrescenta:

"Dizendo-se ingleses, os habitantes de Whitechapel não sentiam que a guerra lhes dissesse respeito. Eles eram judeus e podiam pretender tudo o que quisessem, pois isto não mudava nada ali. Os problemas da Inglaterra, inclusive o do racionamento, não eram deles".

1. Ben Gurion, David, *Ben Gourion parle*, Paris, Stock, 1971, p. 189-190.

Não me deterei sobre a conotação anti-semita da anedota e do comentário. Atrevo-me a imaginar a grita que provocaria quem quer que, não-sionista, ousasse escrever que os judeus que vivem num país qualquer e "que se dizem" ingleses, franceses ou qualquer outra coisa não sentem que os negócios daquele país lhes dizem respeito. É para um outro aspecto do problema que eu gostaria, no âmbito deste capítulo, de atrair a atenção. Como se pode afirmar que judeus "que vivem em Londres e se dizem ingleses" podiam sentir que a guerra conduzida pela Inglaterra não lhes dizia respeito e recusar-se a admitir que esta indiferença possa ser sentida um quarto de século depois por outros que não judeus, sobretudo quando se trata de povos que não viviam nem em Londres nem em Paris, que não se diziam nem ingleses nem franceses e que, além disso, eram diretamente colonizados pelas duas grandes potências da época?

A guerra desejada pela Alemanha, Itália, França e Inglaterra era uma guerra européia. E continuou a sê-lo, mesmo após o desencadear da Operação Barba Ruiva contra a URSS. Ela só deu a impressão de ser mundial pela extensão dos impérios envolvidos, que levou uma ou outra potência européia a engajar na guerra, contra a vontade deles, os povos colonizados. Só se tornou quase mundial após Pearl Harbor, quando o Japão provocou a intervenção direta dos Estados Unidos, que, até então, se contentavam em acumular o tesouro de guerra que faria deles a maior potência do mundo. Pois sim! Nesta guerra que se tornou mundial por razões muito pouco ideológicas, os países colonizados ou semicolonizados não eram atores diretos. Os árabes, asiáticos e africanos que dela participaram, de um lado ou de outro, jamais foram senão "recrutados" e não têm por que se glorificar. Qualquer outra análise tem origem na conversa mole, na ignorância ou no discurso ideológico posteriormente esclarecido. É necessária, aos Ben Gurion e outros "lógicos, humoristas e filósofos"<sup>2</sup>, uma dose incomensurável de impudência para censurar — como farão mais tarde — os povos colonizados e algumas de suas elites por não terem, durante a Segunda

2. Qualificativos dados a Ben Gurion por Abraham F. Rad, presidente do Israel Communications Center, em sua introdução a *Ben Gourion parle*, *op. cit.*, p. 12.

Guerra Mundial, tomado o partido de seus colonizadores numa "guerra que não lhes dizia respeito", por não terem participado então da solução de problemas que "não eram deles".

Porém, antes de abordar as escolhas estratégicas feitas por uns e por outros, e para evitar qualquer má interpretação de minhas palavras, é preciso abrir um parêntese para dizer, da maneira mais clara, que, num dos mais horríveis genocídios da história contemporânea, a responsabilidade dos idealizadores e dos operadores dos massacres industriais de mais ou menos seis milhões de judeus e de um número indeterminado de milhares de ciganos não deve ser estabelecida nem discutida. Não se deve hesitar em condenar as empreitadas de "revisão" ditas "científicas" que, infelizmente, muitos árabes aplaudem hoje. Se os processos de Nuremberg, de Jerusalém (Eichmann) e de Lyon (Barbie) devem ser refeitos, e devem, não podem ter como objetivo buscar para os carrascos não sei que circunstâncias atenuantes, mesmo a partir de analogias com outros genocídios, mas estender esses processos a todos aqueles que tornaram a barbárie possível e que não fizeram de tudo para limitar os seus estragos.

Eu tinha que abrir esse parêntese e fechá-lo antes de me inclinar, desapaixonadamente, sobre as escolhas estratégicas feitas por uns e por outros. E a começar pelos árabes, visto que, teoricamente, os sionistas, sendo judeus, não tinham escolha.

Voltarei mais adiante ao caso do iraquiano Rachid Ali Kila ni e ao de Amin al-Husseini, mufti de Jerusalém. Prefiro começar pelo Egito, que conheço melhor, e do qual posso falar por experiência.

### A situação no Egito

Desde sua ocupação pelos britânicos em 1884, o Egito não deixara de ser agitado periodicamente por acessos de violência. De sorte que, imediatamente após a Primeira Guerra Mundial, o governo de Londres tivera que lhe conceder, unilateralmente, uma falsa independência, onde a política externa, a defesa e mesmo certos aspectos de soberania local permaneciam reserva-

dos à Grã-Bretanha. Fora preciso esperar 1936 e a crise internacional provocada pela conquista italiana da Abissínia para que as relações entre os dois países acabassem sendo formalizadas por um tratado de duração limitada (vinte anos). Esta formalização estava, no entanto, longe de satisfazer às reivindicações de uma opinião pública cada vez mais atraída pelo nacionalismo radical. Antes mesmo da ratificação do tratado, já se podia distinguir no seio da classe política tendências que, com argumentos diversos, se opunham ao que eles consideravam uma "legalização da alienação nacional". Estas tendências não tardariam a dotar-se, quase que a contragosto, de uma base popular. O campesinato, menos sofisticado que as elites, estava naturalmente na oposição a partir de reivindicações próprias. Ele exigia uma reforma agrária que o levaria para além do limiar de subsistência em que vivia e uma reforma política que o subtrairia à tirania dos grandes latifundiários, cuja colusão com o colonialismo e a monarquia lhe parecia evidente.

Quando, em 1939, estourou a Segunda Guerra Mundial, podia-se distinguir, entre as elites egípcias, várias categorias.

Pela educação, cultura e muitas vezes origem étnica, nacional ou religiosa de uma porcentagem considerável de seus componentes, em suma, por seu cosmopolitismo, a primeira dessas pequenas minorias era freqüentemente muito mais atingida pelas questões mundiais que pelas do país. Tendo aprendido a lidar com instrumentos ideológicos, essa minoria era naturalmente anti-racista e geralmente antifascista, antinazista e, na terminologia ocidental, mais "de esquerda". Seu patriotismo internacionalista a fizera vibrar com os ecos distantes da guerra da Espanha e, para ela, o nacional-socialismo era "o inimigo absoluto". Sem dúvida, em seu setor stalinista, essa minoria foi, por um momento, perturbada pelo Pacto Germano-Soviético, porém o mal-estar foi dissipado a partir da invasão da URSS pelos exércitos alemães. A partir daí, nenhuma dúvida mais: era preciso subordinar a luta nacional ao combate internacional, no qual "a defesa incondicional da URSS" ocupava um lugar predominante.

A outra pequena minoria, mais ou menos modernista porém essencialmente autoritária, encontrava no fascismo e sobretudo no nacional-socialismo ecos para suas próprias fantasias e

principalmente para seu anticomunismo primário. Todavia, alérgica a conceituações elaboradas, ela só retinha dos modelos alemães e italianos suas manifestações exteriores, suas camisas marrons ou pretas, suas paradas, sua exaltação da força e sobretudo sua exagerada xenofobia. Essa minoria fascizante era anti-semita, e justificava seu anti-semitismo pela colonização sionista da Palestina, pela proporção, considerável, de judeus nos movimentos comunistas locais e também por argumentos extraídos da história contemporânea do Egito.

Assim é que, num dia de 1947, após a ONU ter votado a resolução sobre a partilha da Palestina, enquanto, no decorrer de um debate organizado pela juventude wafdista, eu me esforçava para limitar os estragos fazendo uma distinção entre "judeus" e "sionistas", é por um membro dessa pequena minoria que me vi atacado: a compra, pela Inglaterra, das ações do Canal de Suez, compra que serviria de prelúdio ao bombardeio de Alexandria e à invasão e à ocupação inglesa do Egito em 1884, fora realizada por um judeu (Disraeli), por intermédio de um outro judeu (Henry Oppenheim), graças à contribuição financeira de um terceiro (Lionel Rothschild). Em sua maioria, o público era composto de jovens estudantes pertencentes à ala democrática do Wafd, que me era ainda mais favorável porque eu me pronunciara inequivocamente contra a partilha. Ele ficou, todavia, insensível à minha argumentação: nem todos os judeus eram Oppenheims e Rothschilds, e Disraeli era um judeu convertido e, principalmente, primeiro-ministro da rainha e futura imperatriz Vitória. A coisa virou uma confusão indescritível. "Verdade ou mentira?", me perguntavam de todo lado. Infelizmente, era verdade! E meu amigo Mustafá Moussa, na época presidente da juventude wafdista, teve que interromper o debate público para permitir que a discussão fosse retomada, mais serenamente, em comitê restrito.

Entre essas duas pequenas minorias, as elites do país estavam divididas entre um lodaçal e duas grandes correntes políticas.

Pertencente às zonas urbanas, o lodaçal não se perturbava com escrúpulos. Para ele, a presença no Egito de tropas estrangeiras em número cada vez maior, e dispondo de um poder de compra considerável, vinha a calhar. Porém, oportunista, ele

comerciar tanto com as tropas aliadas quanto com as do Eixo, faria tudo para agradar tanto aos exércitos de Montgomery quanto aos de Graziani ou de Rommel, e se aliaria à corrente política, maior ou menor, que tivesse sido bem sucedida, desde que seus serviços lhe fossem pagos em moeda corrente ou pudessem lhe servir de segurança contra as eventualidades, mesmo as menos prováveis.

As duas grandes correntes, por sua vez, "faziam política". Acompanhavam atentamente o que se passava no mundo. Pretendiam aproveitar as contradições internacionais para satisfazer, o melhor possível, suas reivindicações nacionalistas. Havia aqueles que, pesando tudo na balança, pensavam que a despeito das batalhas perdidas a Grã-Bretanha ainda dispunha, nos países distantes de seu Império e de seu Commonwealth (Índias, Canadá, África do Sul, Austrália, etc.), de recursos suficientes para nadar contra a corrente e acabar levando a melhor sobre ela. Parecia-lhes portanto "oportuno" fazer mais o jogo britânico que o do Eixo. E havia aqueles que, pesando todo o resto na balança, pensavam que após a rendição da França e a reunião em Vichy das tropas estacionadas no norte da África, na Síria e no Líbano, a ofensiva italiana e depois alemã em Cirenaica, a penetração nazista nos Balcãs e na URSS, a vitória do Eixo tornara-se mais que provável, e que era, por conseguinte, "oportuno" fazer o jogo de quem parecesse vitorioso, ou, não sendo isso possível, multiplicar os sinais de que eles suportavam com dificuldade a presença das forças aliadas no Egito.

Mustafá Nahas, líder do Wafd e signatário do tratado de 1936, era o campeão incontestado da primeira corrente, e Ali Maher o da segunda. Ambos eram "políticos" que faziam cálculos políticos e que, como nacionalistas consequentes, estavam prontos a concluir alianças circunstanciais com quem quer que fosse, desde que isso fosse vantajoso para o Egito.

Aqueles que, no Cairo, se manifestaram aos gritos de "Avante Rommel" só viam neste último "o inimigo do inimigo". Eram conduzidos por políticos que não davam importância à ideologia, políticos nacionalistas cujo inimigo, onipresente, era mesmo a Grã-Bretanha, que ocupava seu país há sessenta anos, e não a Alemanha, que jamais tivera história colonial nem com o Egito nem com nenhum outro país árabe ou muçulmano.

A Alemanha nazista só era “o mal absoluto” para a pequena minoria cosmopolita e internacionalista à qual pertencíamos. Quando discutimos isso com os “políticos”, nossos argumentos não surtiram efeito. E eles estavam em boa posição! Desde quando a política se detivera em “considerações idealistas, morais ou mesmo ideológicas” como aquelas que colocávamos? Chamberlain e Daladier não haviam estado em Munique? Às vésperas da guerra, Stálin não concluíra o acordo germano-soviético e pegara sua parte da Polônia, com, acima de tudo, os países bálticos? No dia 22 de junho de 1941, Churchill não se aliara à URSS, transformada em inimiga do seu inimigo? Os americanos não haviam mantido, mesmo após ter declarado guerra à Alemanha, boas relações com o governo francês de Vichy e, desembarcando no norte da África, não haviam preferido negociar com Darlan e manter a administração leal a Pétain, em prejuízo de De Gaulle? E, a esse propósito, Stálin não escrevera a Churchill para lhe dizer que os Estados Unidos não haviam “jogado direito” e que “a diplomacia de guerra devia ser capaz de usar o próprio diabo, assim como sua avó”? E a Agência Judaica e a Organização Sionista Mundial não haviam...? Mas não nos antecipemos.

Jamais entenderemos nada da história recente do Egito se não nos dermos conta de até que ponto todos os componentes — com algumas exceções — da sociedade egípcia sentiram como “uma indignidade nacional” o fato de Nahas, em 1942, ter aceitado ser imposto ao rei como primeiro-ministro por uma força armada britânica. No entanto, Nahas era o mais popular dos políticos egípcios, e o rei Faruk já havia perdido muito do crédito que tinha ao subir, moço e bonito, ao trono. Na seqüência, a ação de 4 de fevereiro de 1942 será freqüentemente condenada pelos “internacionalistas”, chamados novamente ao “patriotismo antiinglês” quando a guerra fria suceder imediatamente à “grande aliança antifascista”. Em maior ou menor grau, ela será mesmo renegada por alguns líderes da esquerda wafdistas. Enquanto nós a discutíamos em 1946, na cela de prisão que nos reunira por um dia, Mohammed Mandur me dizia que no próprio seio do Wafd, “no dia 4 de fevereiro, não se tratava realmente de entusiasmo, mas era preciso saber aproveitar uma situação contra a qual nada podíamos fazer”.

### A situação no Iraque

No Iraque, a situação era mais ou menos idêntica à do Egito, com a diferença de que a minoria cosmopolita ali era ainda mais minúscula, de que o Iraque ficava mais longe que o Egito do teatro das operações e tinha, por conseguinte, “um lodaçal” menos importante, e de que enfim, diferentemente de Mustafá Nahas, cujo patriotismo, apesar do 4 de fevereiro, ninguém jamais ousara contestar, Nuri Said, a mais influente personalidade iraquiana, era considerado “o homem da Grã-Bretanha”. No Iraque, os dirigentes nacionalistas eram, pela sua própria história, mais radicalmente antibritânicos que no Egito.

A partir daí, é preciso lembrar que um desses dirigentes nacionalistas, Rachid Ali Kilani, tornara-se primeiro-ministro em março de 1940, com o apoio de Nuri Said, que, de acordo com a Grã-Bretanha, pensava que era preferível tê-lo no poder a tê-lo na oposição. Quando a Itália entrou na guerra, enquanto a França se desarticulava, Rachid Ali recusou-se a romper relações diplomáticas com ela. Com o exército e a administração franceses da Síria e do Líbano alinhados com Vichy e uma comissão de armistício italo-alemã instalada em Damasco e Beirute, Churchill não podia admitir que, além disso, uma missão diplomática italiana permanecesse em Bagdá, de onde podia, pela propaganda, “provocar um movimento antibritânico”. Então ele fez pressão sobre o regente e Nuri Said. Rachid Ali teve que demitir-se em 31 de janeiro de 1941, para ser reconduzido ao poder, em 1.º de abril, por um golpe de Estado militar. Não querendo medir-se com a Grã-Bretanha, começou por anunciar sua adesão ao tratado anglo-iraquiano e comprometer-se a não atrapalhar em nada a utilização dos recursos petrolíferos do país pelo Reino Unido. Recusou, em contrapartida, mudar de posição no que dizia respeito à Itália. “A situação no Iraque está ficando feia”, escreve Churchill. “Devemos garantir-nos Basra, onde os americanos querem instalar uma base de reunião.”<sup>3</sup> A entrada no Iraque de uma brigada do exército das

3. Churchill, Winston, *The Second World War*, Cassel, 1949-1954, III, pp. 224-225. Citado por Knap, Wilfrid, *A history of war and peace 1939-1965*, Oxford, RIIA, 1967, p. 145.

Índias precipitou a crise. A título de represália, o governo de Bagdá mandou seu "esquadrão dourado" cercar a base aérea de Habbaniya, no norte do país. Nada mais podia deter a escalada. Os britânicos mandaram reforços da Palestina e da Transjordânia e Rachid Ali apelou ao Eixo, que, a partir da Síria, se contentou em enviar-lhe alguns aviões. Rachid Ali não pôde resistir por muito tempo. Teve que abandonar a partida e refugiar-se, com seus parceiros, na Turquia e no Irã.

### O caso do mufti de Jerusalém

O caso do mufti de Jerusalém é ao mesmo tempo o mais simples e o mais complexo e faz de Hadj Amin al-Husseini uma figura de tragédia, papel para o qual ele não estava preparado. Eleito mufti de Jerusalém em 1921, depois presidente do que viria a ser o Alto Comitê Árabe, ele começara afirmando que a resistência árabe devia ser dirigida essencialmente contra o mandato, à sombra do qual a imigração judaica se desenvolvia. Foi ele quem dirigiu as rebeliões de outubro de 1933, durante as quais não houve nenhuma vítima judia, mas vinte e seis mortos e cento e oitenta e sete feridos árabes e um morto e vinte e seis feridos ingleses<sup>4</sup>. Ele só modificou sua posição a partir de 1934-1935, quando a imigração legal e ilegal começou a assumir proporções consideráveis e a Agência Judaica apareceu na cena palestina como uma potência capaz de acabar com a reivindicação árabe de autodeterminação.

Quando o Alto Comitê Árabe foi considerado fora da lei em setembro de 1937, al-Husseini, que era objeto de um mandado de prisão, conseguiu escapar e, após uma passagem pela Síria, foi instalar-se no Líbano, sob mandato francês. Em 1940, não podendo mais ficar no Líbano, procurou refúgio no Iraque, junto a Rachid Ali. Após a deposição deste último, seu golpe de Estado e sua derrota subsequente, ele passou para o Irã. Para onde se podia ir já que a Grã-Bretanha e a União Soviética

4. Sykes, Christopher, *Cross roads to Israel*, Londres, Collins, 1965, p. 176.

ca haviam invadido aquele país? Com a cabeça a prêmio e vendo o mundo terrivelmente reduzido para ele, pediu asilo aos países do Eixo. Em Berlim, conseguiu ser recebido com honrarias e ser fotografado passando em revista forças muçulmanas "recrutadas" na Iugoslávia para lutar ao lado da Alemanha (como forças árabes, africanas e asiáticas haviam sido "recrutadas" para combater pela Grã-Bretanha ou pela França livre). Em maio de 1945, conseguiu fugir da Alemanha e passar para a França, onde foi detido e mantido em prisão domiciliar. Jamais foi procurado como "criminoso de guerra", como pretendem alguns, mas foi objeto de uma campanha que visava julgá-lo enquanto tal. Em maio de 1946, conseguiu fugir e refugiar-se no Cairo. Ao chegar ao poder em 1952, Nasser lhe ofereceu asilo político, mas proibiu-lhe qualquer atividade política. "O Rais achava que o velho líder palestino simbolizava um passado enterrado para sempre e que, mesmo assim, ficara desacreditado ao colaborar com a Alemanha nazista."<sup>5</sup> Amin al-Husseini deixará o Egito em 1959 para instalar-se no Líbano.

Seriam Faruk e Ali Maher, que meus companheiros e eu combatemos, e Rachid Ali Kilani e seus partidários, por sua vez, "nazistas", como não paravam de repetir? No Iraque, Rachid Ali e seus companheiros eram nacionalistas, apenas mais radicais que Nuri Said, o que não era difícil. No Egito, Ali Maher era um dos mais finos políticos de sua geração. O próprio Chaim Weizmann não hesitava em passar-lhe um atestado de boa conduta<sup>6</sup>. Mas para bem conduzir sua guerra e nela engajar a totalidade do Império, Churchill não pretendia admitir nenhuma derrogação que pudesse atrapalhar sua liberdade de ação, nem no Iraque, nem no Egito, nem na Índia, nem mesmo na França. Em tempo de guerra, isto se entende, mas não significa que, porque a Grã-Bretanha fazia guerra à Alemanha nazista, todos aqueles que contestavam sua autoridade fossem automaticamente "nazistas"!

Pois, neste caso, meus companheiros e eu, que na época fazíamos a única revista egípcia ideológica e politicamente enga-

5. Abu Iyad, *Palestiniens sans patrie. Entretiens avec Éric Rouleau*, Paris, Fayolle, 1970, p. 74.

6. Weizmann, *op. cit.*, p. 461.

jada contra o nacional-socialismo, seríamos, também nós, "nazistas"! Não havíamos ousado, no dia seguinte à prisão de Nehru, dedicar-lhe a capa de nossa *Al-Megala al-Gadida*? Não havíamos ousado defender o programa adotado pelo Congresso indiano e sua palavra de ordem "*Quit India*"? Não havíamos sido submetidos, desde então, à censura mais minuciosa, a ponto de termos que propor material redacional para mais de cem páginas para poder publicar trinta e duas, vinte e quatro e, às vezes, apenas quatro? A licença de publicação não nos fora retirada por "ordem do governo militar", depois de um número em cuja capa havíamos colocado a foto de Lênin e não a de Churchill ou... Stálin?

Já é hora de introduzir um pouco de seriedade em toda esta confusão e um pouco de racionalidade em todo este delírio. Não, nem Faruk, nem Ali Maher, nem Rachid Ali Kilani, nem Nehru, nem... Lênin eram nazistas, como não o eram nem a Agência Judaica, nem a Organização Sionista Mundial, nem mesmo o *Lehi-Stern*.

Pois ainda temos que falar nisso.

### A Agência Judaica e a Organização Sionista contra o boicote do Reich

A razão de Estado jamais esteve ausente das preocupações da Agência Judaica, antes mesmo que o Estado existisse e que os judeus tivessem que pagar seu preço. E, contrariamente aos dirigentes árabes, a Agência Judaica e o *Yishuv* não podiam dizer, como os judeus de Londres evocados por Ben Gurion, que a luta contra a Alemanha, que se tornara hitlerista, não era a sua.

No que diz respeito aos judeus, Hitler e os teóricos do nacional-socialismo jamais esconderam o jogo. Bem antes de 1933, todos os que eram abrangidos pela política alemã sabiam que "o problema judaico" era um componente da ideologia nazista. A passagem do *Mein Kampf* onde se podia ler: "Se tivéssemos, no início e no decorrer da [Primeira] guerra [Mundial]

posto doze ou quinze desses hebreus corruptores do povo sob os gases venenosos, como centenas de milhares de nossos melhores trabalhadores alemães tiveram que suportar, o sacrifício de milhões de homens no *front* não teria sido em vão", fora traduzida em todas as línguas européias, inclusive o iídiche. E sabia-se também, porque Hitler e os seus haviam gritado isso suficientemente aos quatro ventos, que os nazistas podiam recorrer qualquer dia a medidas extremas, mas que, enquanto isso, iam fazer dos judeus um componente da política externa do III Reich, isto é, que a política alemã consistiria, durante um tempo, em negociar judeus e seus bens com quem quisesse.

Havia várias maneiras de opor-se a esta política. Mas não é útil insistir neste ponto: toda reescritura da história é má. Restam os fatos, não interpretados segundo nossos conceitos políticos de hoje, mas tais como foram vividos em seu cotidiano.

Ao nos referirmos à imprensa da época, observamos que os escritos de Hitler e de seus ideólogos, os discursos incendiários pronunciados durante os longos anos de agitação e repetidos à exaustão durante a campanha eleitoral que iria garantir ao Partido Nacional-Socialista a maioria no Reichstag, haviam provocado uma vivíssima emoção em toda a Europa e até mesmo nos Estados Unidos. Assim, a partir do dia seguinte a 31 de março de 1933, esboçou-se nesse país um amplo movimento que conclamava, se não a declarar guerra imediatamente à Alemanha nazista, pelo menos a boicotá-la. Ainda que animado essencialmente pelos comunistas e judeus, esse movimento não chegava a desagradar aos capitalistas ocidentais, que, ainda mal recuperados da crise econômica iniciada em 1929, tinham a intenção de aproveitar-se de tudo o que pudesse justificar as medidas protecionistas das quais eles afirmavam ter necessidade.

Desde os primeiros dias do mês de abril, vê-se surgir em certas lojas de Londres, principalmente nos bairros de população predominantemente judia, cartazes nos quais se podia ler *No German goods sold here*, ou mesmo *No German travellers should call here*. O movimento se amplia após a publicação, no dia 7 de abril, das primeiras leis anti-semitas contra funcionários, médicos e advogados judeus alemães.

Mas se este é o sentimento dos judeus em todos os grandes países ocidentais, não é compartilhado pelos responsáveis sionis-



tas, que vão se dedicar a sabotar o movimento espontâneo de boicote.

Desde o mês de abril, a Agência Judaica, que representa os interesses do Yishuv, está dando o tom. Ela se declara abertamente hostil ao boicote do Reich. "As instruções que, de sua sede em Jerusalém, envia a seu escritório de Londres são categóricas: perseverar na ação diplomática e de protesto contra a política judaica do Reich; evitar todo e qualquer recurso ao boicote econômico." Quanto à Federação Sionista da Alemanha, ela é mais explícita. Numa declaração de 21 de junho, afirma que "a propaganda que exorta ao boicote da Alemanha, da maneira como ela é freqüentemente conduzida hoje, vai, *por sua própria essência, de encontro ao sionismo*". Pois o sionismo não visa combater [os governos hostis aos judeus], mas [os] vencer e construir".

A Organização Sionista Mundial não se associa, portanto, ao boicote. De todas as personalidades marcantes do sionismo, somente Jabotinsky se insurge abertamente contra a decisão da organização. Só para ele a entrada da Alemanha será proibida. Após forte oposição, o rabino Stephen Wise, eminente figura do sionismo americano, acaba entregando os pontos, como os entregará, em 1943, quando os sionistas extremistas conduzidos por Abba Hillel Silver impuserem à Conferência Judaica americana a decisão de privilegiar a criação, após a guerra, de um Estado judeu na Palestina, em detrimento do salvamento dos judeus europeus. Quanto a Nahum Goldmann, ele relatará honestamente, em sua *Autobiografia*, as censuras que lhe fez o tcheco Edward Bénès, então ministro dos Negócios Estrangeiros de Masaryk: "Ele me disse, gritando: 'O senhor não entende que, reagindo tibiamente, deixando de levantar a opinião pública e de preconizar uma vigorosa ação contra os alemães, os judeus estão pondo em risco seu futuro e seus direitos humanos no mundo todo?'" E Goldmann acrescenta: "Eu sabia que Bénès tinha razão"<sup>8</sup>.

7. Citações feitas por Ben Elissar, Eliahu, *La diplomatie du III<sup>e</sup> Reich et les juifs, 1933-1939*, Paris, Julliard, 1969, p. 70. (Sublinhado por mim.)

8. Goldmann, Nahum, *Autobiographie*, Paris, Fayard, 1971.

É dentro destas perspectivas "educativas" e "construtivas" que é concluído, a partir do mês de maio de 1933, o primeiro acordo oficial entre a Agência Judaica e o III Reich!

#### Agosto de 1933: o acordo da "Haavara" entre nazistas e sionistas

Desde a ascensão dos nazistas ao poder, e sobretudo após a publicação das leis anti-semitas de abril de 1933, milhares de judeus alemães se expatriaram. Como geralmente se tratava de gente bem-nascida, que exercia, em sua maioria, profissões liberais, não encontravam muita dificuldade em se fazer admitir nos países vizinhos e até mesmo em se fazer inscrever nas cotas de imigração para os Estados Unidos. Para os candidatos à imigração, as restrições dos países ocidentais se abrandavam como que por encanto em função do *status* social e dos capitais dos quais eles dispusessem. Porém um controle de câmbio não tardou a vir regulamentar estritamente a saída de divisas estrangeiras, e quem tinha a possibilidade de sair do Reich não podia mais, portanto, levar seus bens, principalmente quando se tratava de bens imobiliários, cuja venda era submetida a formalidades legais incontornáveis, e devia depositá-los numa conta bloqueada em marcos. Dentro da lógica capitalista, tratava-se de um insulto intolerável à integridade da carteira, aos direitos humanos e à dignidade do homem. E os judeus ricos, a quem os consulados estrangeiros teriam ficado felizes em conceder vistos de "cortesia", hesitavam em sair da Alemanha deixando o essencial de sua fortuna para trás.

Mas sabe-se que cotas e controles, por mais estritos que sejam, têm lá seus caprichos. Assim é que a imigração judaica na Palestina era submetida a uma cota que, por razões diferentes, a Agência Judaica e a Grã-Bretanha pretendiam que fosse rigorosa. Porém os chamados imigrantes "capitalistas", quer dizer, aqueles que possuíam no mínimo quinhentos, e depois mil libras esterlinas, eram admitidos "fora da cota". Por sua vez, os nazistas às vezes sabiam fechar os olhos e chegavam até a não recusar aos imigrantes a alocação requerida.

Hitler nada ignorava dessas concessões recíprocas que lhe permitiam livrar-se, por um bom preço, de alguns dos seus judeus e, ao mesmo tempo, passar um pito — e com razão — na Grã-Bretanha e bradar em 24 de dezembro de 1933: “Na Inglaterra, as pessoas pretendem estar de braços abertos para receber todos os oprimidos, particularmente os judeus que deixam a Alemanha... Está bem. Mas teria sido melhor se a Inglaterra não houvesse feito sua boa acolhida depender da posse de mil libras. A Inglaterra deveria dizer: Todo mundo pode entrar, como, infelizmente, fizemos ao longo dos últimos trinta anos. Se também nós houvéssemos declarado que só podia entrar na Alemanha quem pudesse trazer para cá mil ou mais libras, não teríamos hoje, de jeito nenhum, o problema judeu. Assim é que nós, os selvagens, provamos mais uma vez que somos mais humanos, não em declarações tonitroantes, mas na prática! E agora mostramo-nos ainda generosos dando aos judeus, em termos de porcentagem, mais meios de vida do que nós mesmos possuímos”.

Esses arranjos, porém, podiam satisfazer aqueles que, uma vez pagas todas as taxas, não possuíam muito mais de mil libras. Mas não eram satisfatórios para quem possuía muito mais. Foi então que Sam Cohen, um judeu da Palestina responsável por uma companhia de colonização, a Ha'notea, teve a idéia de reservar à Alemanha a exclusividade de suas importações de máquinas, agrícolas e outras, e de financiar suas compras com os capitais que os judeus candidatos à emigração não tinham direito de converter em divisas. Uma vez chegados à Palestina, admitidos “fora da cota” porque possuíam oficialmente mil libras, estes emigrantes receberiam da Ha'notea o contravalor de seus capitais bloqueados em marcos. Este acordo serviria a todo mundo: à Agência Judaica, pois o candidato à emigração da Alemanha só poderia recuperar sua fortuna na Palestina; à Ha'notea, que não teria mais que pagar suas importações em divisas, e sobretudo à Alemanha nazista, que, livrando-se de um certo número de seus judeus, romperia o boicote organizado pelos comunistas, judeus não-sionistas e seus aliados “democrata-plutocratas”, e daria ao mesmo tempo uma mãozinha a seus industriais, que iam mal de encomendas.

O dossiê é rapidamente concluído e um acordo de um milhão de marcos é assinado em 19 de maio de 1933. Imediatamente, a Agência Judaica, antes mesmo de ocupar oficialmente o espaço da Ha'notea, põe o caso sob a autoridade de Arlosoroff, diretor do departamento político da agência. Este último será assassinado, em 16 de junho de 1933, ao voltar de uma viagem à Alemanha, na praia de Telavive, por Abraham Stavsky, um partidário de Jabotinsky. Embora identificado pela mulher de Arlosoroff, presente no momento do homicídio, Stavsky será absolvido, precisando o tribunal que, “de acordo com a lei britânica, teria bastado um único testemunho, mas as leis de Eretz-Israel exigem pelo menos dois”<sup>9</sup>.

O assassinato de Arlosoroff não tem, todavia, nenhuma incidência sobre as relações entre a Agência Judaica e a Alemanha nazista, e é aberta uma conferência, no dia 7 de agosto, nas dependências do Ministério da Economia do Reich. Assistem a ela, do lado judeu, dois representantes da Ha'notea, delegados da Federação Sionista da Alemanha e o diretor do Anglo-Palestinian Bank, instituição criada pela Organização Sionista e pela Agência Judaica e grande especialista em questões de colonização judaica.

No dia 10 de agosto, a conferência chega ao acordo que será conhecido pelo nome hebreu de *Haavara*. Uma sociedade fiduciária, a Haavara Trust and Transfert Office, é criada sob a égide do Anglo-Palestinian Bank. Tem por função gerir os interesses dos judeus candidatos à imigração e negociar com exportadores e industriais alemães. O montante das transações é fixado em três milhões de marcos, com possibilidade de renovação.

O acordo de três milhões de marcos se revelará rapidamente insatisfatório. Ele será renovado, a partir de 13 de fevereiro de 1934, e continuará a sê-lo periodicamente, até o desencadear da Segunda Guerra Mundial, envolvendo somas crescentes, que atingirão trinta e sete milhões de marcos em 1937, para cair para dezenove milhões em 1938 e oito milhões em 1939. Permitirá a transferência para a Palestina, naturalmente apenas para o setor judeu da economia, de somas consideráveis.

9. Ben Gurion, David, *Mémoires, Israël avant Israël*, Paris, Grasset, 1974, p. 453.

### Salvar judeus ou construir o Estado de Israel?

Os efeitos políticos do acordo são ainda mais consideráveis. O XVIII Congresso Sionista, aberto em Praga em 21 de agosto de 1933, é o primeiro a se reunir desde a ascensão de Hitler ao poder. Naturalmente, a situação dos judeus na Alemanha está no centro das preocupações. Inúmeros delegados censuram a Agência Judaica por ter "pactuado com o diabo" e "sabotar a luta dos judeus contra a política racista do Reich". Mas uma moção que preconizava a participação efetiva da Organização no boicote da Alemanha é rejeitada. Em suas *Memórias*<sup>10</sup>, Ben Gurion dedica trinta e sete páginas a este congresso e à sua preparação. Nem o acordo da Haavara nem as vivas discussões que ele suscitou serão evocados nelas. Há pudores insuperáveis.

Mas Walter Laqueur, autor de uma volumosa obra de cerca de setecentas páginas sobre a *História do sionismo*, não pode se permitir a mesma leviandade. Então ele se desvia, faz mil rodeios e tenta achar uma justificativa: lembra que "havia mais de meio milhão de judeus alemães que ficaram como reféns nas mãos dos nazistas"<sup>11</sup>. É verdade, mas o argumento é ridículo.

Ainda mais ridículo porque a emigração judaica da Alemanha era livre e porque, para a imigração legal para a Palestina, a Grã-Bretanha se contentava em fixar a cota anual e deixava à Agência Judaica e à Organização Sionista o cuidado de dispor, como bem entendessem, das autorizações de imigração. Estas procediam então a uma seleção que obedecia a critérios que nada tinham a ver com o perigo que se corria. Assim é que, dos 119.315 imigrantes oficiais que entraram na Palestina entre 1933 e 1935, apenas 18.207 eram alemães, apesar da ascensão de Hitler ao poder em 1933. Entre os outros, há principalmente poloneses. Isto pode a rigor parecer normal, dado o anti-semitismo endêmico (contudo, sem comparação com o dos alemães) que grassava na Polônia. Mas como explicar que houvesse também

10. Ben Gurion, David, *Mémoires...*, op. cit., p. 417-462.

11. Laqueur, op. cit., p. 544.

3.741 americanos, 579 outros ocidentais, 1.259 turcos e 213 africanos que não corriam absolutamente nenhum perigo?

Na realidade, a preocupação da Agência Judaica e da Organização Sionista era menos salvar judeus que salvá-los com seus capitais e, sobretudo, levar para a Palestina apenas "material humano" (a expressão é de Ben Gurion) que, segundo certos critérios políticos, de idade e de formação, pudesse contribuir para a edificação de um Estado.

No dia seguinte à Noite de Cristal, evocada mais adiante, os ingleses, sem dúvida envergonhados de não poderem acolher no seu solo adultos que viriam "aumentar o desemprego", oferecem-se para receber alguns milhares de crianças judias da Alemanha e da Áustria. No dia 7 de dezembro de 1938, Ben Gurion opõe seu veto: "Se me fosse dada a possibilidade de escolher entre salvar todas as crianças judias da Alemanha levando-as para a Inglaterra ou salvar apenas metade delas transportando-as para Eretz-Israel, eu optaria pelo segundo termo da alternativa, pois devemos considerar não só a vida dessas crianças, mas igualmente a história do povo de Israel"<sup>12</sup>.

Alguns dias depois, em 17 de dezembro de 1938, numa carta ao executivo sionista, ele lhe participa "seu temor de ver os judeus perseguidos conseguirem se refugiar nos países ocidentais" e o põe em guarda contra os judeus ocidentais, pois, "se se permitir [a eles] a opção entre o salvamento dos judeus dos campos de concentração e a assistência de um lar nacional na Palestina, a misericórdia prevalecerá e toda a energia judaica será canalizada para o salvamento de judeus dos diversos países. (...) O sionismo será rapidamente riscado do mapa"<sup>13</sup>. E ele acrescenta: "Se permitirmos uma separação entre o problema dos refugiados e o da Palestina, colocamos em perigo a própria existência do sionismo".

O sionismo de Weizmann e principalmente o de Ben Gurion jamais foi senão um movimento político de vocação estatal. Sem dúvida, os judeus constituíam a "matéria-prima" desse movi-

12. Yoav, Gelbert, "Zionist policy and the fate of European jewry (1939-1942)", *Yad Vashem Studies*, vol. XII, p. 199, citado por Brener, Lenni, *Zionism in the age of dictators*, Londres, Croom Helm, 1983, p. 149.

13. Citado por Weinstock, op. cit., p. 145.

mento, mas uma matéria-prima a serviço do objetivo estatal, a qualquer preço. Neste caminho, o sionismo político nasceu como um "monstro frio". Neste caminho — e até o desencadear da guerra —, ele esteve longe, muito longe, inclusive, de negociar com Hitler, enquanto os dissidentes do Lehi-Stern tentarão dar prosseguimento a essas negociações mesmo durante as hostilidades.

Em seu livro *Israel, Israel*, Nathan Yalin Mor conta na verdade que, após a derrota da França, o fundador do Lehi (grupo Stern), Abraham Stern (de quem Yitzhak Shamir era tenente), encarregara um dos seus homens, Naftali Lubentchik, de passar para o Líbano e de transmitir, através da comissão de armistício franco-italo-alemã, uma proposta a Berlim e a Roma, um projeto de tratado entre as potências do Eixo e o Movimento de Libertação Nacional Hebreu na Palestina. O representante da Alemanha, Otto van Hanting, não escondeu a Lubentchik que havia em seu país uma corrente favorável à criação de um Estado hebreu na Palestina, e que isto representaria uma solução prática para o problema judeu. Contudo, ele pensava que essa corrente se tornara fraca demais para influenciar favoravelmente as decisões governamentais, e que, de qualquer modo, era sem dúvida tarde demais para agir. Quando a Síria e o Líbano caíram nas mãos dos ingleses em junho de 1941, Lubentchik foi preso e enviado ao campo de Mazra<sup>14</sup>. Depois da guerra, nem ele nem seu camarada Yitzhak Yezertnitzki, aliás Michael, aliás Yitzhak Shamir, foram acusados de colaboração com os nazistas.

Porém o movimento sionista não terá sido o único a colocar a razão de Estado à frente de tudo, mesmo que às custas dos mais graves compromissos. Porque também é preciso falar dos outros. É preciso falar também da tragédia que mergulhou a civilização ocidental na barbárie, não para perpetuar sua lembrança como o cristianismo perpetuou a de seus mártires, mas para acabar com a hipocrisia generalizada que fornece o terreno fértil no qual florescem transferências de culpa tão ilusórias quanto pesadas de ameaças vindouras, assim como de negociatas das mais sórdidas da história da humanidade.

14. Yalin-Mor, Nathan, *Israel, Israël*, Paris, Presses de la Renaissance, 1978, p. 93-96.

### Julho de 1938: a Conferência de Evian, ou o cinismo das grandes potências

Até a véspera da Operação Barba Ruiva contra a União Soviética, e precisamente até o dia 31 de julho de 1941, data na qual Goering deu a Heydrich a ordem fatal de "proceder à preparação da solução definitiva e geral do problema judeu do ponto de vista da organização e dos recursos materiais, nos territórios sob influência alemã na Europa", a política dos nazistas, anti-semitas declarados, consistia essencialmente em "depurar" o Grande Reich dos judeus, em "evacuá-los" para debaixo de outros céus e em multiplicar os estímulos à emigração deles, tanto legal quanto ilegal. Em seguida a Anschluss, a Gestapo irá mesmo até proceder a expulsões e "evacuações" forçadas. Em seu livro sobre *A diplomacia do III Reich e os judeus, 1933-1939*, Eliahu Ben Elissar relata que, no dia 24 de maio de 1938, a Gestapo levou, de caminhão, uns cinquenta judeus austríacos e obrigou-os a atravessar a fronteira francesa na região de Thionville; a guarda, porém, os rechaçou para a Alemanha<sup>15</sup>. Entretanto, de todos os países europeus, a França é que, para a acolhida dos refugiados, mostra-se mais generosa: eles já são aí cerca de quarenta mil. Todos os países europeus se dizem saturados, e multiplicam-se as leis que regulamentam a imigração. O regime de cotas, introduzido nos Estados Unidos nos anos 1921-1924, é estritamente aplicado. A partir de 1938, nenhum Estado sul-americano está mais disposto a acolher refugiados, a não ser a título simbólico. Todos evocam sua capacidade econômica de absorção e colocam seus interesses em primeiro lugar: se pelo menos a Alemanha permitisse que os judeus partissem com seus capitais, a "capacidade de absorção" poderia ser revista. Para Berlim, é impensável autorizar qualquer saída de divisas. Mas os alemães se dizem dispostos a fechar acordos análogos ao da Haavara e louvam as virtudes do "realismo" da Agência Judaica. Desta vez, a Organização Sionista se manifesta e pressiona as três grandes potências ocidentais a aceitar a proposta alemã. Porém estas lhe opõem um impedimento categórico. Elas

15. Ben Elissar, *op. cit.*, p. 245.

“estavam determinadas a impedir que a Alemanha procedesse não só a um *dumping* humano, mas também de mercadorias”<sup>16</sup>.

Todavia, as medidas raciais cada vez mais graves tomadas na Alemanha e na Áustria provocam uma emoção evidente em segmentos consideráveis da opinião pública, já alarmada pelo rumo tomado pela guerra da Espanha. Por toda parte, na França, na Inglaterra e até mesmo nos Estados Unidos, os intelectuais e artistas haviam-se mobilizado. Picasso já imortalizara Guernica. Depois de *O tempo do desprezo*, Malraux tinha acabado de publicar *A esperança*. Até mesmo Hemingway entrara na questão. Sua correspondência, suas crônicas, suas conferências anunciavam *Por quem os sinos dobram?* Os governos ocidentais não podiam ficar eternamente de braços cruzados, ainda mais quando seus consulados eram tomados de assalto pelos que solicitavam vistos, mesmo que temporários. Eles tinham que fazer alguma coisa, nem que fosse para divertir a galera. Que circo seria melhor que uma conferência internacional, encarregada de achar uma solução “aceitável” (*sic*) para o problema dos refugiados em potencial e que ocorresse num panorama encantador? À beira do lago Léman, por exemplo? Trinta e dois dos trinta e três países consultados responderam ao convite de enviar representantes para passar uma semana de folga nesse “panorama encantador”, e a França ficou feliz em recebê-los na bela localidade de Évian.

A conferência teve lugar entre 6 e 15 de julho de 1938. Nela, falou-se muito, como provam as *Atas do comitê intergovernamental*<sup>17</sup>, principalmente depois que o representante americano pôs todo mundo à vontade precisando que ao aceitar o convite seu governo havia declarado expressamente que “todas as medidas que possam ser aqui objeto de recomendações deveriam ser consideradas no âmbito da legislação e dos métodos atuais dos governos participantes”.

Aliviado, lord Winteron, em nome da Grã-Bretanha, pôde então permitir-se ser explícito. O Reino Unido não é um país de imigração. Está inteiramente povoado e ainda às voltas com

16. Ben Elissar, *op. cit.*, p. 257.

17. *Actes du comitê intergouvernemental, Évian 6-15 juillet 1938*, Paris, Pedone, 1938.

o problema do desemprego. Por razões econômicas e sociais, a política tradicional que consiste em conceder o direito de asilo só pode ser aplicada dentro de estreitos limites.

Em nome da França, Henri Béranger foi eloqüente, patético e pérfido: “A que as Américas e a Austrália deveram sua expansão nos três últimos séculos senão a este afluxo incessantemente renovado de emigrantes, de refugiados, de proscritos europeus que levaram para o Novo Mundo os fermentos preciosos do Antigo? Está portanto dentro da lógica da história humana que hoje a iniciativa e os recursos desses novos mundos sejam oferecidos, como que por uma espécie de reversibilidade secular, a esses novos enxames de refugiados que novas revoluções estão expulsando para fora de seus alvéolos”.

Diante de semelhante agressão contra a lei local, o delegado da Austrália não podia ficar mudo. Ele foi sublime: “É isso mesmo, e, no caso da Austrália, esta migração foi naturalmente sobretudo britânica. Não desejamos livrar-nos deste sistema numa grande proporção enquanto houver colonos britânicos disponíveis [na realidade não havia ou não havia mais] (...). Pode-se compreender sem dúvida que, como não temos problema racial real, não estejamos desejosos de introduzir um em nosso país estimulando um plano, qualquer que seja ele, de migração estrangeira em proporções consideráveis”.

O delegado australiano não havia inventado nada. Dois meses antes, a Suíça havia evocado um argumento da mesma ordem. No dia 26 de março, o Departamento de Justiça e de Polícia dirigira ao Conselho Federal uma nota onde dizia: “Se não quisermos criar condições favoráveis a um movimento anti-semita, que seria indigno de nosso país, devemos nos defender com todas as nossas forças e, se preciso for, sem piedade, contra a imigração de judeus estrangeiros, particularmente dos judeus do Leste”. Dois dias depois, o Conselho Federal havia decidido restabelecer o visto para a entrada na Suíça dos residentes austríacos e ameaçado estender a medida a todos os alemães. Havia-se seguido laboriosas negociações entre Berlim e Berna, que acabaram entrando em acordo: os passaportes dos judeus da Grande Alemanha serão carimbados com um “J” vermelho, de três centímetros de altura, no lado esquerdo da primeira página do passaporte!

### A indiferença dos Estados Unidos

Porém Hitler sabia como usar os acontecimentos e como arranjar álibis para pôr em prática uma política já planejada. Um atentado contra o terceiro-secretário da embaixada da Alemanha em Paris forneceu aos nazistas o pretexto para proceder, em 10 de novembro de 1938, a partir das duas horas da manhã, à sinistra Noite de Cristal, durante a qual, segundo o balanço feito por Heydrich, cento e uma sinagogas são queimadas, setenta e cinco destruídas, sete mil e quinhentas lojas demolidas e noventa e um judeus mortos.

Mesmo após este horrendo pogrom, a intransigência ocidental permanece inabalável. No dia 18 de novembro, ou seja, apenas uma semana depois da noite sangrenta, Sir Ronald Lindsay, embaixador de Sua Majestade em Washington, pede uma audiência urgente ao Departamento de Estado. Ele vai dizer a Sumner Welles que, para o ano de 1938, os Estados Unidos haviam concedido ao Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda uma cota de 83.575 vistos de imigração. Os cidadãos de Sua Majestade só haviam utilizado quatro mil deles, e eles ficariam felizes em colocar o saldo, ou uma parte do saldo, à disposição dos refugiados provenientes do III Reich. Welles se sobressalta. A proposta é um insulto intolerável à soberania dos Estados Unidos: as cotas concedidas pelo Congresso em virtude de uma lei não são propriedade dos Estados aos quais elas são atribuídas. Se a elaboração de um plano de estabelecimento dos refugiados malogra, é por culpa do governo britânico, que ainda não indicou claramente que colônias ou domínios lhes seriam abertos. Não resta a Lindsay senão desculpar-se a evocar as dificuldades que seu governo encontra no Império<sup>18</sup>. Durante este tempo, os judeus sionistas americanos nada fazem para levar a administração Roosevelt a revisar suas cotas em alta. Normal. Para os sionistas, americanos ou outros, os judeus não devem ir a nenhum lugar que não a Palestina. Porém os judeus americanos

18. Esse encontro é narrado em "Foreign relations of the United States 1933-1940", p. 828-831. Citado por Ben Elissar, *op. cit.*, p. 263-264.

não-sionistas também não se mexem. Mantêm sua quietude com o pretexto de "não querer provocar um agravamento do anti-semitismo" (!) num país onde, malgrado a Ku Klux Klan, um judeu jamais foi agredido a não ser com palavras, enquanto o linchamento de negros é coisa comum. Mais ainda, a grande democracia americana veta o Haiti, considerado "de elevada importância estratégica". Para quem? E contra quem? Os judeus alemães seriam espíões enviados por Hitler? Não estou inventando nada. O argumento foi efetivamente evocado.

Alguns meses mais tarde, a intransigência da administração será novamente posta à prova. No dia 27 de maio de 1939, o *Saint-Louis* ancora no porto de Havana. A bordo, novecentos e trinta e seis passageiros, dentre os quais novecentos e trinta emigrantes vindos da Alemanha. Um cordão policial o cerca. Só têm permissão para sair do barco dois cubanos, quatro turistas e vinte e dois emigrantes munidos de vistos. Depois de muitas discussões, o presidente cubano, Frederico Larado Bru, acaba aceitando o desembarque dos passageiros contra o depósito de um milhão de dólares. É sórdido. Porém os refugiados recobram a esperança. Certamente haverá entre os judeus americanos alguns filantropos dispostos a juntar o resgate exigido. Pois bem, não há! O tempo dos filantropos já passou. O barco tem então que sair de Havana.

Mas nem tudo está perdido. Estes refugiados não são quaisquer uns. Setecentos e trinta e quatro dentre eles já estão inscritos na cota de imigração dos Estados Unidos. Mas os prazos para a sua admissão variam de três meses a três anos. O capitão do *Saint-Louis* retarda-se portanto ao largo das costas da Flórida. O governo americano não poderia transigir nos prazos? Roosevelt não poderia abrir uma exceção e explicar sua decisão a seus concidadãos durante uma de suas "conversas ao pé do fogo"? E a bela Eleanor, anteriormente anti-semita, mas que se revelaria uma diva temível inteiramente dedicada à causa do Estado judeu, não podia defender a causa daqueles infelizes junto a seu esposo, o presidente? E se, entre os judeus dos Estados Unidos, passara o tempo dos filantropos, não havia entre eles bons amigos de Roosevelt e de seus secretários de Estado? Sai o veredicto, implacável: não. O barco fará, então, meia-volta.

Os refugiados nem por isso voltarão para Hamburgo, de onde haviam partido com a bênção das autoridades alemãs. Eles serão desembarcados em Antuérpia<sup>19</sup>.

### O caso do "Patria"

A "evacuação" dos judeus do Reich, que passara a ser Grande Reich, não caminhava com a rapidez que Hitler gostaria que tivesse. É para acelerá-la que, em 24 de janeiro de 1939, Goering dá ordem ao ministro do Interior de criar um serviço central do Reich para a emigração dos judeus cuja direção ele confia a Heydrich, fazendo assim da Gestapo a engrenagem central da aplicação da política de evacuação-depuração. Uma semana depois, Himmler dá ordem de libertar dos campos de concentração todo prisioneiro judeu que possuísse papéis de emigração. No dia 8 de maio, chega-se ao auge: a Gestapo envia uma delegação judia alemã a Londres. Ela é portadora de um verdadeiro ultimato. Ou são imediatamente encontrados locais de asilo para um número substancial de emigrados, ou a Gestapo voltará à "tática de choque que se revelara tão eficaz para livrar a Alemanha dos judeus".

Enquanto isso, Hitler e a Agência Judaica dão prosseguimento à sua colaboração. Desde o mês de dezembro de 1938, dois delegados vindos da Palestina, Pinhas Ginsberg e Max Zimels, trabalham sem parar no território do Reich para selecionar o "material humano" que pode convir ao Yishuv e despachá-lo em comboios clandestinos. A Gestapo não se contenta em fechar os olhos, já que, no dia 11 de fevereiro de 1939, Heydrich declara "que a Alemanha não tinha razão alguma para renunciar a despachar transportes clandestinos de emigrantes para a Palestina"<sup>20</sup>.

Por sua vez, a administração britânica na Palestina, que também sabia fechar os olhos quando se tratava de "turistas"

19. A aventura do *Saint-Louis* é contada em detalhes em Morse, Arthur, *While six millions died*, Nova York, Random House, 1967, p. 270-280.

20. Declaração relatada por Ben Elissar, *op. cit.*, p. 423.

que se perdem na natureza, não pode mais fazer isso na mesma proporção quando a guerra se torna inevitável. Por razões estritamente estratégicas, ela não mais poderá fazê-lo, em absoluto, no outono de 1940, após uma derrota tão catastrófica quanto a de Dunquerque. Imediatamente após esta derrota e a defecção da França, o Império se tornara a mola mestra da guerra, e a Grã-Bretanha não podia mais tolerar a menor turbulência nas suas retaguardas, como o provaria alguns meses mais tarde no Iraque, no Egito e na Índia.

É esta a situação quando, em 11 de novembro de 1940, dois navios, o *Pacific* e o *Milos*, são interceptados ao largo da costa palestina, com mais de mil e setecentos refugiados a bordo. No dia 20, a Agência Judaica tenta pressionar a administração britânica, proclamando uma greve geral. O alto comissário responde por um comunicado: "O governo de Sua Majestade não pode tolerar uma imigração clandestina que, na atual conjuntura, ameaça afetar seriamente a situação local".

Os passageiros são transferidos para o *Patria*, ancorado em Haifa, enquanto espera a autorização de partida para a ilha Maurício. Os passageiros estão prestes a se deixar convencer. Para judeus que escaparam dos nazistas, a ilha Maurício não chega a ser o inferno! Mas a Agência Judaica, que tem suas razões de Estado, faz ouvidos de mercador. No dia 25, às oito horas da manhã, soa o alarme no *Patria* e os passageiros são aconselhados a pularem água. Alguns minutos depois, uma explosão percorre o barco e causa a morte de duzentos e quarenta refugiados e doze policiais.

Imediatamente, a Agência Judaica descobre em si um estranho humanismo! Anuncia que se trata de "um suicídio coletivo em protesto contra a desumana decisão de Sir Harold MacMichael". Será preciso esperar dezoito anos para ficar sabendo que a operação *Patria* fora conduzida não por desesperados ou iluminados para quem era a Palestina ou a morte, mas por um comitê de ação cujo chefe não era outro senão Eliahu Golomb, amigo e braço direito de Ben Gurion<sup>21</sup>.

21. Herzl Rosenblum, diretor do diário israelense *Yediot Abaronot*, membro do comitê de ação em 1940, é que, num artigo de novembro de 1958, revelou o papel representado por Eliahu Golomb. O artigo é citado em Sanbar, *op. cit.*, p. 76-77.

O *Jerusalem Post* de 29 de novembro de 1958 pensará estar dando nuances ao testemunho de Herzl Rosenblum, diretor do *Yediot Abaronot*, ao dizer que o objetivo era sabotar as máquinas para que o barco não pudesse partir e que o técnico encarregado da operação cometera um erro!

Não há dúvida de que é indecente afirmar que, para os sionistas, o anti-semitismo nazista era bem-vindo. Mas não deixa de ser verdade que em momento algum eles deram prioridade ao salvamento dos judeus ameaçados de serem liquidados pela loucura hitlerista. Em 1943, enquanto a tragédia se desenrolava em Chelmo, em Belzes, em Mjdanec, em Treblinka, em Sobibor e em Auschwitz, e *eles sabiam disso*, preferiam convidar todas as organizações judaicas americanas para “uma ação comum para fazer frente aos problemas judaicos do pós-guerra” e para “o acionamento dos direitos do povo judeu referentes à Palestina”<sup>22</sup>! Os judeus europeus podiam morrer na indiferença. Isto era provisório. Ocupar-se-iam disso mais tarde, quando o trauma criado pela imensidão dessa tragédia pudesse servir à causa do Estado judeu.

É terrível dizer tudo isso. E, para mim, ainda mais terrível escrever. Mas era preciso dizê-lo e escrevê-lo. Não para lavar um ato acusatório qualquer. Mas para quebrar os tabus e abalar os mitos. Só existe futuro para os homens, onde quer que eles estejam e quaisquer que sejam eles, na total dessacralização de sua história, de seus mortos e de seus entes ainda vivos.

22. Inúmeros autores trataram desta questão. Citemos de data mais recente: Wyman, David S., *L'abandon des juifs, les américains et la solution finale. Préface d'Elie Wiesel*, Paris, Flammarion, 1987, p. 211-236.

## 4.

## APESAR DA GUERRA FRIA...

A política do Livro Branco, inaugurada em 1942, precipita o deslocamento do centro de decisão para o seio da Organização Sionista Mundial. Após uma luta acirrada entre as diversas tendências, a mudança do movimento é confirmada, em plena guerra, pela adoção, em 5 de novembro de 1942, do chamado programa de Biltmore, referência ao hotel de Nova York onde, de 9 a 11 de maio, se dera um congresso que agrupava seiscentos delegados da comunidade judaica americana, na presença de dois irmãos aparentemente inimigos, Weizmann e Ben Gurion. Esta mudança consagrou a vitória póstuma de Jabotinsky, morto em 1940, que jamais deixara de exigir abertamente um “Estado judeu” e, a partir de sua teoria sobre o “muro de aço”, chegara até a criar um embrião de instrumento militar que viria a se tornar o Haganah.

Até então, dentro da Organização Sionista, o poder podia pertencer àqueles que, como Chaim Weizmann, integravam o projeto sionista à estratégia da Grã-Bretanha e pretendiam manter o jogo dentro de seus limites triangulares, com o risco de dividir em etapas o período de transição para um Estado judeu do qual, aliás, se evitava falar. Não sem dificuldade, já que, como vimos, Arlosoroff se mostrava, desde 1932, muito cético sobre a possibilidade de dar prosseguimento, até a realização do programa sionista, à política gradualista do “*dunam por dunam*”.



e cabra por cabra". Doravante, o sionismo se dotaria, sob a autoridade exclusiva de Ben Gurion, de uma direção mais centrada no Yishuv palestino e mais imediatamente estadista. Além do mais, esta nova direção, menos anglófila que a anterior, ia poder atrapalhar o jogo a três, introduzindo nele um quarto parceiro, ao mesmo tempo mais eficiente e mais seguro. Mais eficiente porque nos Estados Unidos o número de adeptos da Organização Sionista passara de oito mil e quatrocentos em 1932 a mais de cem mil em 1942, e porque os Estados Unidos emergiriam da guerra como a primeira potência mundial. Era o melhor a fazer, pois o genocídio nazista poria fora do jogo o judaísmo europeu, abandonado não só por todas as potências do mundo, mas também pelo próprio movimento sionista. Ademais, o sionismo estatal palestino certamente tinha mais impacto sobre a sociedade americana do que podia ter sobre as sociedades europeias. No projeto sionista de criar um Estado a partir de emigrados-pioneiros vindos de todos os países do mundo, a sociedade americana podia ver um reflexo de si mesma.

### 1943: o diálogo impossível

Segundo Alain Gresh e Dominique Vidal, esta virada "à direita" da direção da Agência Judaica e da Organização Sionista teria, por sua vez, provocado uma reação em sentido contrário e reforçado, dentro do Yishuv, os defensores da alternativa binacional, "sobretudo depois da adesão, na primavera de 1942, da poderosa federação de *kibutzim* do Hachomir Hatzair e de sua organização política (...) à Liga para a Aproximação e a Cooperação Judaico-Árabe", antes que se acabe "a credibilidade do projeto binacionalista cujo encaminhamento parece pelo menos unilateral. A princípio, com efeito, nenhum grupo árabe da Palestina ou dos países vizinhos se afirma disposto a negociar um acordo judaico-árabe sobre o futuro da Terra Santa". E os autores citam o historiador israelense Aharon Cohen, então dirigente da liga, segundo o qual "a grande fraqueza da oposição, na opinião pública judaica, especialmente sua facção de esquerda, era

na época a ausência de um parceiro árabe com uma política franca e corajosa", antes de acrescentar: "Uma observação que ultrapassa evidentemente o âmbito desses anos..." Ainda mais porque a liga acabara "entrando em contato com personalidades árabes sírias, libanesas, transjordanianas, iraquianas e egípcias, e também palestinas"<sup>1</sup>.

A fórmula adiantada por Aharon Cohen deu certo depois, e a "ausência de um parceiro árabe com uma política franca e corajosa" tornou-se o argumento mais conveniente da classe política israelense. Por isso a apreciação de Gresh e Vidal me parece ter que ser nuançada. Eu o farei a partir de uma recordação pessoal.

Em 1943, no Egito, o grupo do qual eu fazia parte e que era formado mais por intelectuais, escritores e artistas com tendências surrealistas-trotskizantes que por verdadeiros militantes políticos, foi efetivamente um daqueles de quem o Hachomir Hatzair se aproximou, e eu fui designado pelos companheiros para discutir com ele e dar prosseguimento a essas relações. As discussões se prolongaram por todo um ano. Foram particularmente penosas. Para nós, que éramos anti-sionistas, a existência de uma "nação judaica" parecia uma aberração, e a questão só podia ser colocada em termos de imigração e de garantias das quais deviam gozar todas as minorias, não só na Palestina como também no Egito e no mundo inteiro. O Hachomir Hatzair não pensava assim. Para ele, os judeus formavam "uma nação", e a "solução revolucionária" da questão palestina residia no binacionalismo baseado no princípio da "não-dominação de uma nação pela outra".

Para sair do impasse, propus substituir a fórmula "binacionalista" por uma fórmula "federativa", que tinha a vantagem de abranger geográfica e humanamente os Estados federados, enquanto a fórmula "binacionalista" era vaga e deixava a porta aberta a todas as interpretações. Em minha proposta, a imigração, assim como o código de nacionalidade, seria, como nos Estados Unidos, de competência do governo federal. Munida de minha proposta, a representante do Hachomir Hatzair partiu

1. Gresh, Alain, e Vidal, Dominique, *Palestine 47, un partage avorté*, Bruxelles, Ed. Complexe, 1987, p. 82-83.

para a Palestina. Voltou um mês depois para me dizer que minha proposta era inaceitável e que se devia manter o conceito de “nação”. Quando lhe perguntei se por “nação judaica” ela entendia somente o Yishuv, ela me respondeu que ainda havia muitos judeus pelo mundo que se consideravam parte da “nação judaica”, e que seria “injusto” negar-lhes o direito a autodeterminar-se “sob o controle, apenas, da autoridade judia competente”. E os árabes de todos os países também poderiam imigrar para a Palestina, como era praticado antes da partilha da região apenas alguns anos atrás, “sob o controle, apenas, da autoridade árabe competente”? Não. Os árabes não-palestinos já tinham seus próprios países. E os judeus não eram ingleses, franceses, americanos, poloneses, húngaros, russos, egípcios? Ainda não. E voltávamos ao ponto de partida, aquele da “nação judaica”, e àquele da “nação palestina”, na qual eu também não acreditava. Estas longas e penosas discussões eram acrescidas de uma chantagem sob a forma de SOS; a esquerda judia tinha uma necessidade desesperadora de fiadores árabes. Eles me deixavam um gosto amargo na boca. Eu sabia que o Hachomir Hatzair era “de esquerda”, que se dizia marxizante e até mesmo marxista, e que recusava toda e qualquer discriminação entre trabalhadores judeus e trabalhadores árabes, mas não deixava de ser sionista. Quando, em maio de 1944, cansado de andar em círculos, acabei dizendo à minha interlocutora que a “Palestina binacional” me parecia ser apenas uma etapa para uma Palestina de predominância judia, deu-se o rompimento e nunca mais a vi.

Eu me sentia obrigado a dar este testemunho para dar nuances à apreciação de Gresh e Vidal e, ao mesmo tempo, responder às múltiplas acusações lançadas, tanto ontem como hoje, segundo as quais “um diálogo judaico-árabe” (mais uma expressão vagamente duvidosa) poderia ter-se estabelecido na Palestina ou a propósito da Palestina, se tivesse havido árabes dispostos a aceitar este diálogo. Não resta dúvida de que, no drama da Palestina, os árabes, palestinos e outros, têm grande parte da responsabilidade. Mas se eles são culpados *principalmente* de terem perdido e de terem sido (e ainda serem) tecnológica e sócio-estruturalmente atrasados em relação aos judeus de origem européia, ninguém pode censurá-los por terem se aferrado, justamente por causa de sua fraqueza, a um nacionalis-

mo, até mesmo a um chauvinismo definidos por Ben Gurion como “estéreis”. Quanto à esquerda árabe, à exceção dos comunistas stalinistas pós-1947, não podia, sem trair seu povo e trair-se a si mesma, prosseguir o diálogo com uma esquerda que, afinal, era sionista. O papel da esquerda árabe, palestina ou outra qualquer, jamais foi o de servir de álibi para empreitadas coloniais, mesmo que a sociedade à qual ela pertence ainda permaneça atolada em suas estruturas mentais e sociais arcaicas. Seu papel, tanto ontem quanto hoje, é lutar contra essas estruturas, mas sem pactuar com o colonialismo, mesmo que pretensamente de esquerda e de social-democrata memória. O Hachomir Hatzair e o Mapam jamais convidaram a esquerda árabe para uma luta comum por um objetivo adotado em comum. Eles sempre lhe disseram: “Ajude-nos a lutar contra nossos inimigos dentro do Yishuv (ou de Israel), inimigos políticos cuja ideologia partilhámos”. Isto era considerar a esquerda árabe uma cambada de imbecis ou de políticos de araque!

#### **Paralelamente à emergência dos Estados Unidos, a rivalidade anglo-francesa**

Sinal dos tempos! A Agência Judaica e a Organização Sionista não haviam sido as únicas a prever que a Segunda Guerra Mundial iria introduzir profundas mudanças nas relações de força em escala internacional, ainda mais que a “grande aliança antifascista” não pusera termo às rivalidades entre seus membros. No leste mediterrânico, tendo a Grã-Bretanha favorecido os movimentos pela independência na Síria e no Líbano em detrimento da França, não era surpreendente que a França livre procurasse acertar contas com a “pérfida Albion”, como era normal que ela não fosse muito criteriosa na escolha de seus pontos de apoio e eventuais aliados, ainda mais que, não recebendo nenhuma oferta de serviço nem da parte dos árabes nem da das grandes formações sionistas, ela era litigante. Na nova cartada, só lhe restava fazer o jogo do movimento sionista mais isolado,

porém mais extremista, o Lehi-Stern, do qual o futuro primeiro-ministro israelense Yitzhak Shamir era figura de proa.

"Uma noite", escreve Nathan Yalin-Mor, responsável pelas relações exteriores do Lehi-Stern, "recebi os emissários da França livre vindos de Beirute. (...) Meus interlocutores queriam, antes de tudo, saber se o Lehi pretendia persistir no compromisso com eles em troca de algum reconhecimento do nosso movimento. Este ponto lhes parecia particularmente importante diante da extrema tensão nas relações entre os franceses livres e os britânicos no Levante. Na Síria e no Líbano, os ingleses instigavam abertamente a população à revolta contra a França a fim de atrair este país para a esfera de influência inglesa. Os franceses tinham, naturalmente, o mais vivo desejo de fazer cessar aquela subversão, mas tinham que agir com cautela, pois ainda dependiam demasiado do apoio material dos britânicos. Queriam, todavia, informar-se e fazer contato com os movimentos antiingleses da região, garantir o concurso deles. (...) Os representantes da França livre mostraram-se satisfeitos com minhas respostas. (...) Ao nos deixarem, ficou combinado que a França livre daria uma subvenção, praticamente simbólica, ao Lehi, a título de penhor de boa fé. E, o mais importante para nós, os franceses deviam fornecer-nos um estoque de passaportes virgens de todos os países do Oriente Próximo e Médio."<sup>2</sup>

Estes passaportes iriam encontrar sua utilidade. Em 6 de novembro de 1944, lorde Moyne, que acabava de ser nomeado ministro de Estado, residente-geral da Grã-Bretanha no Oriente Médio, era abatido no Cairo por dois membros do Lehi-Stern. Desde sua nomeação, o boletim do Lehi-Stern havia publicado um ato de acusação: em 1941, quando dirigia o Colonial Office, lorde Moyne fora responsável pela aplicação do Livro Branco. Ademais, ele "sempre se esforçara em cobrir seus delitos com o manto da 'ciência'. Num discurso pronunciado perante a Câmara dos Lordes (...) ele negara a existência de uma 'raça judaica', afirmara que os judeus não passavam de uma mistura de povos e de raças e ressaltara que os judeus da Europa tinham nas veias uma forte proporção de sangue eslavo"<sup>3</sup>. Logo, lorde Moyne tinha que morrer!

2. Yalin-Mor, *op. cit.*, Paris, Presses de la Renaissance, 1978, p. 170.

3. Yalin-Mor, *op. cit.*

Dois anos depois, no dia 15 de novembro de 1946, o jornal *Le Monde*, geralmente bastante reservado, abrirá suas páginas para um certo P. Artigue, para explicar que o terrorismo judeu tinha como pano de fundo o terrorismo dos árabes, assim como a inação das tropas britânicas entre 1936 e 1939 (!), que aquele terrorismo dos grupos sionistas era "uma guerra conduzida pela Resistência" contra a Grã-Bretanha, que os "terroristas" tinham o apoio da população palestina e que, voltando a lorde Moyne, "quando dois jovens judeus vieram em 1944 matar no Cairo o ministro de Estado britânico, esse homicídio pareceu, antes de mais nada, absurdo. Talvez aqueles que se interessam pelo cultivo da hortênsia vejam-no por um outro ângulo: uma sociedade inglesa de jardinagem, aparentemente inocente, reunia, num mesmo comitê de honra, lorde Hamilton, na casa de quem Rudolph Hess se preparava para ir à Escócia; lorde Redesdale, o pai da egéria de Hitler, Unity Mitford, e lorde Moyne. Nesse momento, a horticultura parece bem menos inocente"<sup>4</sup>. Lorde Moyne, um dos mais próximos colaboradores de Churchill, um nazista! Com que sutileza as coisas podem ser ditas!

#### De Roosevelt a Truman: uma virada da política americana?

O apoio político dos Estados Unidos ao projeto estatal do sionismo se o presidente Roosevelt houvesse sobrevivido até o término do seu terceiro mandato, em 1948? A pergunta merece ser feita, malgrado certas afirmações israelenses, de terceira e quarta mão, segundo as quais os Três Grandes (Stálin, Roosevelt e Churchill) teriam decidido em fevereiro de 1945, em Ialta, dar a Palestina aos judeus e reabrir o país aos imigrantes. É preciso desconfiar de afirmações segundo as quais Fulano teria sabido através de Sicrano, que, por sua vez, teria sabido por Bel-

4. Artigue, P., "L'Irgoun Tsvaï Léoumi est en guerre contre l'Angleterre", *Le Monde*, 15 de novembro de 1946, citado por Lazar, David, *L'Opinion française et la naissance de l'État d'Israël*, Paris, Calmann-Lévy, 1973, p. 43.

trano, etc., sobretudo quando numa ponta da corrente há sionistas americanos e, na outra, Weizmann ou Ben Gurion. De acordo com o documento de primeira mão de que dispomos, não se tratou, em Ialta, nem da Palestina nem do mundo árabe em geral. Também não se tratou deles em Potsdam em julho de 1945, visto que, segundo Truman, ele só teria abordado o problema com Churchill. Ao voltar, ele declararia, aliás, que a política americana consistia em “fazer com que entrassem na Palestina tantos judeus quanto possível” e que “o caso devia ser discutido diplomaticamente com os britânicos e os árabes, a fim de que, se podia ser criado um Estado naquela região, eles pudessem instalar-se nele pacificamente, pois [ele] não desejava enviar quinhentos mil soldados americanos para garantir a paz na Palestina”<sup>5</sup>.

Tendo governado os Estados Unidos durante cerca de treze anos, Franklin Delano Roosevelt acabara adquirindo uma aguda percepção dos interesses estratégicos do capitalismo americano. Quando, de volta de Ialta, ele tem um encontro, em 14 de fevereiro de 1945, com o rei da Arábia Ibn Saud, sabe que a região é o maior reservatório de petróleo do mundo e que em 1943 a Standard Oil Company of California obtivera a concessão do desenvolvimento dos recursos da Arábia. Num registro totalmente diferente, Roosevelt se diz “muito sensível” aos sofrimentos por que passaram os judeus europeus, sem todavia chegar a aceitar a recomendação de seu amigo Morris Ernst de facilitar-lhes a acolhida nos Estados Unidos.

Roosevelt foi abalado, como afirmam alguns, pelo “bom senso” de Ibn Saud? Certamente seria exagerado dizer isso. Com dois mandatos presidenciais e um terceiro em curso, uma guerra e rudes negociações com estadistas da têmpera de Churchill e Stálin, Roosevelt havia aprendido a lição e, para ele, a arte da linguagem dúbia não tinha mais segredo. Para seus eleitores americanos, ele dava a impressão de ser totalmente favorável à transformação da Palestina em “um Estado judeu, livre e democrático”. Para as relações diplomáticas internacionais, ele parecia

5. Truman, Harry, *Years of trial and hope (Memoirs of)*, Nova York, Doubleday and Co., 1956, 2 vol., II, p. 136-137.

outro, mais reservado, que fará o roteirista sionista Ben Hetch dizer que Roosevelt era “um anti-semita”.

É verdade que, na época, como hoje, é “anti-semita” quem não adere incondicionalmente ao projeto sionista e à sua ideologia. O advogado judeu Morris Ernst, encarregado por Roosevelt de uma missão exploratória sobre as possibilidades de um esforço internacional em que cada país terá que receber “um número razoável de refugiados”, ficará “surpreso e até mesmo chocado pela maneira como os ativistas entre os dirigentes judeus ergueram a voz e atacaram-no como se ele fosse um traidor. Durante um jantar, [ele foi] abertamente acusado de pregar uma imigração mais livre [nos Estados Unidos], a fim de melhorar a reivindicação sionista sobre a Palestina”<sup>6</sup>.

No dia 5 de abril de 1945, Roosevelt, após muitas consultas a seus colaboradores, acaba confirmando por escrito as promessas feitas a Ibn Saud: “(...) Faço empenho em dar-lhes a garantia formal de que não tomarei nenhuma decisão referente à Palestina sem ter procedido, antecipadamente, a uma ampla consulta a judeus e árabes, e que nunca farei nada que seja contrário aos interesses árabes”.

Exatamente uma semana depois, no dia 12 de abril, morre Franklin D. Roosevelt. Harry Truman sucede a ele. Ex-governador do Missouri, um Estado agrícola do centro dos Estados Unidos, onde as fazendas crescem diminuindo em número, vice-presidente há apenas pouco mais de um ano, ele não tem nem a estatura, nem o carisma, nem a experiência de seu predecessor, e só se considerará realmente “realizado” após sua reeleição em 1948. Sua caça ao voto o levará a dizer aos embaixadores americanos nos países árabes, reunidos em Washington para consulta: “Lamento, senhores, mas tenho que corresponder a centenas de milhares de eleitores judeus que desejam vivamente o sucesso do sionismo; não tenho centenas de milhares de árabes entre meus eleitores”<sup>7</sup>. Deverá sua reeleição, improvável até a última hora,

6. Ernst, Morris L., *So far so good*, Nova York, Harper & Bros, 1952, p. 176-177, citado por Hadawi, Sami, *Bitter Harvest*, Nova York, The New World Press, 1967, p. 52.

7. Eddy, William, F. D. *Roosevelt meets Ibn Saud*, Nova York, American Friends of the Middle East, 1954, p. 36.

a Hiroxima e Nagasáqui, ao apoio do *lobby* sionista e sobretudo à guerra fria. Sempre manifestando seu descontentamento (suas *Memórias* e a biografia que lhe dedicou sua filha<sup>8</sup> revelam o mal-estar), ele continuará “pressionável” e, conseqüentemente, “sob influência”. Saberá usar de suas prerrogativas presidenciais para afastar o general MacArthur, que se tornara ambicioso demais, porém, anticomunista primário, abandonará o país aos ataques do macartismo. Dizendo-se muito sensível às vítimas do nazismo, não hesitará em estender sua proteção a nazistas procurados por crimes de guerra e “crimes contra a humanidade”, o que não deixará de lançar o descrédito sobre esta noção.

#### As pressões de Truman contra a Grã-Bretanha

Complexado por não passar de um “sucessor”, Harry Truman quer inaugurar sua presidência com algo de efeito. Tendo sabido que, na Europa, as forças aliadas repatriavam para seus países de origem as “pessoas deslocadas” pela guerra, sem fazer distinção entre judeus e não-judeus, ele encarrega imediatamente George Harrison, deão da faculdade de direito da Universidade da Pensilvânia, de uma pesquisa sobre a situação dos judeus na Europa libertada. Harrison expressara com frequência sua simpatia pela causa sionista<sup>9</sup>.

A missão de Harrison difere, neste ponto, daquela confiada por Roosevelt a Morris Ernst, e os sionistas, dessa vez, dão a melhor recepção ao representante do presidente americano. Harrison é muito sensível às atenções de que é cercado e, no relatório que envia a Truman, “constata” (*sic*) a existência, nos campos de deslocados na Alemanha e na Áustria, “de cerca de cem mil judeus que querem ser imediatamente evacuados para a Palestina, assim como os outros grupos nacionais eram repatriados”. Ele faz notar que a Agência Judaica solicitara ao governo

8. Truman, Margaret, *Harry S. Truman*, Nova York, Morrow, 1973.

9. Zaar, Isaac, *Rescue and liberation, America's part in the birth of Israel*, Nova York, Bloch Pub. Cy, 1954, p. 114-115.

britânico a concessão de cem mil vistos fora da cota para a Palestina e acrescenta: “É moralmente inadmissível e politicamente indefensável que sejam colocados obstáculos à entrada na Palestina de todo judeu que deseje ir para lá”<sup>10</sup>. Para Gresh e Vidal, o número de cem mil parece surpreendente. “Na época, não arrolamos senão cinqüenta mil judeus nos campos aliados”, escrevem eles, antes de acrescentar, referindo-se a Michael J. Cohen: “Seu número se acercará de duzentos e cinqüenta mil somente em agosto de 1946, após a transferência em massa dos judeus residentes nos países sob controle soviético, com, por conseguinte, a cumplicidade ativa do Krêmlin”<sup>11</sup>.

Antes que o relatório seja publicado, o Congresso Sionista Mundial, reunido em Londres, toma conhecimento dele (por intermédio de Peter Bergson, cujo verdadeiro nome é Hillel Kook, a quem Harrison havia enviado uma cópia) e manda imediatamente Ben Gurion para junto do secretário de Estado nas Colônias para exigir “a atribuição imediata de cem mil vistos aos refugiados judeus que se encontram nos campos de pessoas deslocadas”.

Contra o parecer de seu Departamento de Estado, que lhe havia escrito que “nenhum governo deve preconizar uma política de imigração em massa sem estar disposto a fornecer as forças de segurança, os meios de transporte, o alojamento e as garantias de emprego”, Truman, presidente há apenas quatro meses, faz suas as recomendações de seu emissário. E mais, não se contenta em pedir. Exige, chegando a ponto de fazer chantagem. A Grã-Bretanha estava, então, numa situação econômica desastrosa. Da guerra, ela sairá exangue. Por um lado, liquidara uma grande parte dos seus bens nos domínios e, por outro, contraíra dívidas no valor de quinze bilhões de libras esterlinas no estrangeiro, ao passo que só conseguira obter um novo empréstimo dos Estados Unidos em condições leoninas. Suas finanças são, portanto, totalmente tributárias de Washington. Truman sabe disso, mas deixa sua expressão brutal a seu acólito, o prefeito de Nova York, Fiorello La Guardia, que põe os pingos nos *ii* e precisa a ameaça: “Se a Grã-Bretanha desejar créditos, o melhor meio de

10. Zaar, *op. cit.*, p. 141-143.

11. Gresh e Vidal, *op. cit.*, p. 65.

obtê-los é mostrar que o devedor tem palavra”<sup>12</sup>. Que palavra? A de criar um Estado judeu numa Palestina “não dividida e não amputada”, responde a Agência Judaica.

O novo governo inglês mal acabou de se instalar. Antes das eleições que o levariam ao poder, o Partido Trabalhista esposara as teses sionistas mais extremistas, chegando até a endossar uma moção que favorecia a transferência para fora da Palestina da população árabe. Mas, ao chegar ao poder, o partido tinha que lidar com a realidade. A delegação sionista que, havendo tomado conhecimento do Relatório Harrison, viera lhe pedir a emissão imediata de cem mil vistos fora da cota, o Colonial Office encarregado da Palestina só pudera lhe oferecer a emissão imediata de dois mil vistos, esperando sondar as disposições árabes quanto a um aumento de cinquenta por cento da cota mensal de imigração. A delegação sionista, presidida por Ben Gurion, rejeitara imediatamente a proposição.

Porém as pressões de Truman são muito mais sérias que os pedidos da delegação sionista. O governo inglês não pode deixar a carta de Truman, tornada pública, sem resposta. Por isso, propõe a criação de uma comissão de inquérito anglo-americana. Esta, dominada pelos americanos e pelos trabalhistas ingleses simpáticos à causa sionista, revela-se mais realista que o rei. Em seu relatório apresentado em maio de 1946, propõe a liberação imediata de cem mil autorizações de imigração, a manutenção do mandato inglês (maneira de deixar a Inglaterra virar-se sozinha diante dessa imigração em massa), a suspensão de todas as restrições à compra de terras e, para não parecer partidária demais, a supressão da proibição feita pela Organização Sionista do emprego dos não-judeus em suas empresas!

Em resposta a essas “recomendações”, que lhe parecem impossíveis de aplicar, a Inglaterra proporá, em julho de 1946, a divisão da Palestina em duas províncias, árabe e judaica, autônomas porém federadas, sob a autoridade de um governo central, permanecendo Jerusalém e o Neguev sob sua autoridade direta. A proposição será imediatamente rejeitada, tanto por uns quanto por outros.

12. Citado por John, R. e Hadawi, S., *The Palestine diary*, 2 vol., The Palestine Research Center Beyrouth, 1970, II, p. 10.

### A organização da imigração clandestina para a Palestina

A intervenção oficial de Truman anunciara a aproximação da vitória. A Grã-Bretanha, potência mandatária, recém-saída da guerra, estava internacionalmente sitiada. Ademais, a opinião ocidental, fortemente abalada pela descoberta da amplitude da barbárie nazista, a colocava numa situação “moral” desconfortabilíssima. O gênio dos responsáveis pelo movimento sionista consiste então em perceber com lucidez que era chegado o momento de dar o golpe de misericórdia em seus ex-protetores. Imediatamente, no local, na Palestina, o Haganah, o Irgun e o Lehi-Stern conjugam seus esforços. Ou melhor, eles rivalizam em quem levará mais longe a escalada batizada de “guerra de libertação”. A preparação dos planos de ataque e sua execução são perfeitas. Quando, em 31 de outubro de 1945, é atacada a estação de Lod, os trilhos são danificados em duzentos e quarenta e dois pontos diferentes. Sucodem-se os ataques contra bancos, postos policiais e arsenais do exército.

No plano político, a reivindicação sionista, tanto na Palestina quanto no resto do mundo, organiza-se em torno dos cem mil judeus do Relatório Harrison. Número que, embora exagerado, permanece estranhamente estável, enquanto a imigração clandestina chega ao auge. Tornando-se chefe das operações da UNRRA, a organização das Nações Unidas encarregada das pessoas deslocadas, o general Morgan, ex-chefe de estado-maior do comando aliado em 1943-1944, descobre que os campos de pessoas deslocadas dos quais ele estava encarregado eram objeto de um estranho tráfico e que pessoas entravam e saíam deles sem controle algum. Numa entrevista coletiva, ele declara que uma organização secreta organizava um êxodo em massa de judeus da Polônia para Berlim, donde o incessante vaivém nos campos de “pessoas deslocadas”. Ele diz não estar absolutamente convencido de que este êxodo fosse devido aos *pogroms*, como pretendiam alguns, e que os judeus que transitavam pelos campos não tinham em absoluto o aspecto de terem sido perseguidos, que estavam bem alimentados e tinham dinheiro. Acrescenta: “Creio que eles obedecem a um plano para tirar os judeus

da Europa". Mais tarde, em suas *Memórias*, publicadas em 1961, o general Morgan voltará ao caso, descreverá o tráfico nos mínimos detalhes, antes de acrescentar: "Para o mundo todo, o caso foi apresentado como a marcha espontânea dos sobreviventes de uma perseguição infame rumo à paz e à segurança numa pátria que lhes era há tanto tempo e tão viciosamente contestada... Visto de dentro, não era exatamente assim. À exceção de alguns ardentes devotos, (...) nunca pude descobrir um grande entusiasmo entre o grande número de pessoas com quem pude falar. (...) Imagino que, na realidade, se tivessem possibilidade, bem poucos dentre esses viajantes teriam escolhido ir para outro lugar que não os Estados Unidos"<sup>13</sup>.

Naturalmente, o general Morgan é imediatamente objeto de uma campanha de imprensa que denuncia que a UNRRA é dirigida "por um anti-semita!" Chaim Weizmann, que se acha então nos Estados Unidos, intervém pessoalmente para dizer que as declarações de Morgan são "manifestamente anti-semitas". O rabino Stephan Wise, presidente da seção americana do Congresso Judaico Mundial, descobre aí "um gosto de nazismo que [lhe] lembra o Protocolo dos Sábios de Sião". O ator Eddie Cantor manda inserir no *New York Times*, em duas colunas, uma matéria publicitária: "Eu pensava que Hitler estivesse morto!" Churchill e Eisenhower intervêm junto a Morgan para fazê-lo lembrar-se de "seu dever de reserva". O irascível general diz-lhes só haver falado após ter acumulado um grande número de documentos e testemunhos.

A partir de 1957, William Polk e os co-autores de *Backdrop to tragedy* escreverão que milhares de passaportes gregos haviam sido distribuídos aos judeus da Polônia e que a rede que garantia seu deslocamento na Europa (ainda não havia o "Muro de Berlim") era alimentada pela Brigada Judaica do exército inglês, então estacionada na Itália<sup>14</sup>.

Mais tarde, muito mais tarde, os sionistas acabarão admitindo que, naquela época, houvera efetivamente "recrutamento" e "enquadramento" de candidatos à imigração para a Palestina,

13. Morgan, Frederick, *Peace and war, a soldier's life*, citado por John e Hadawi, *op. cit.*, II, p. 24-25.

14. Polk, William, *et alii*, *Backdrop to tragedy*, Boston, Beacon Press, 1957, p. 111-112.

que mil e quinhentos agentes recrutadores esquadrihavam os campos de pessoas deslocadas, assim como vários países da Europa Oriental e particularmente a Polônia, e que o Mossad se encarregava em seguida de comboiar os "voluntários". Mas, esperando o dia em que os sionistas poderão gabar-se da alta técnica desenvolvida por seus agentes na Europa, sua febril atividade não devia vir a público. Era preciso, portanto, abafar rapidamente as vozes discordantes, como a de Morgan, que, apesar das pressões e advertências, não parava de multiplicar as declarações à imprensa e chegava até a organizar encontros entre jornalistas e judeus poloneses recém-vindos para os campos. Porém, para isso, era preciso começar por livrar-se de Herbert Lehman, o judeu pusilânime que se encontrava à testa da UNRRA. Substituem-no por um "bom de prosa", o prefeito de Nova York, Fiorello La Guardia, que se apressa, "para acalmar os espíritos", a privar-se dos serviços do incômodo general.

Esta arrumação não muda nada da realidade das coisas, visto que em sua *História do sionismo* Walter Laqueur parece compartilhar das conclusões do general Morgan, embora com certas nuances: "Richard Crossmann, deputado trabalhista (Laqueur não diz que Crossmann era um membro destacado da causa sionista) que visitara campos enquanto membro da comissão de inquérito anglo-americana no início de 1946, escreveu que os judeus teriam optado pela Palestina mesmo que nenhum emissário estrangeiro ou nenhum vestígio de propaganda sionista tivesse atingido os campos. Este era, sem dúvida, um resumo exato da situação no decorrer do primeiro ou do segundo ano. Na seqüência, o estado de espírito começou a mudar, em parte por causa da desmoralização que fatalmente provocaria a permanência forçada nos campos. Mas também é fato que um grande número de sobreviventes queria antes de tudo uma vida tranqüila depois de tudo o que haviam sofrido e, em 1947, a Palestina não a prometia muito. Um conselheiro do governo militar, judeu americano, escrevia em 1947 que o nascimento do Estado não afetaria sensivelmente a emigração para a América. Se lhes fosse dada uma igual possibilidade de ir para a Palestina ou para os Estados Unidos, cinquenta por cento dos sobreviventes iriam ao encontro dos desgraçados judeus da diáspora na América"<sup>15</sup>.

15. Laqueur, *op. cit.*, p. 613.

### A Grã-Bretanha entrega os pontos

Os emigrados clandestinos se precipitam para a Palestina. O dinheiro e as armas também. Em 20 de janeiro de 1946, as forças sionistas fazem a estação-radar de Haifa explodir. Os atentados prosseguem numa sucessão cada vez mais rápida e se fazem cada vez mais audaciosos.

Os serviços britânicos na Palestina estão infiltrados. Em Londres, o governo também está. Em sua biografia de John Strachey, então ministro do governo Atlee e membro do comitê ministerial encarregado da Defesa, Hugh Thomas conta: "Um dia, Crossmann, que se tornara membro da Câmara dos Comuns, veio ver Strachey. Crossmann devotava todos os seus esforços à causa sionista. Fora informado por seus amigos da Agência Judaica de que eles tinham em vista um ato de sabotagem que seria, ao mesmo tempo, uma demonstração de força. Dever-se-ia ou não proceder a ele? Haveria alguns mortos, mas isto não poderia ajudar os judeus? Crossmann pede a opinião de Strachey. Este último, membro do Comitê de Defesa no gabinete, quer refletir e sondar seus assessores. No dia seguinte, no *fumoir* da Câmara dos Comuns, Strachey dá o sinal verde a Crossmann. O Haganah passa à ação e [no dia 16 de junho] faz saltar todas as pontes sobre o Jordão. Não há mortos, mas as linhas de abastecimento do exército inglês a partir da Jordânia são cortadas"<sup>16</sup>.

No dia 22 de julho, é a apoteose: quinhentos quilos de explosivos fazem saltar o King David, então sede central do governo. Balanço: oitenta e oito mortos.

Antes de entregar definitivamente os pontos, a Grã-Bretanha tenta uma última concessão. Seria outorgada a independência à Palestina após um período transitório de cinco anos. Durante os dois primeiros anos, os cem mil imigrantes exigidos seriam admitidos, mas durante os três anos seguintes a imigração seria dosada segundo as capacidades de absorção do país. Os árabes palestinos, reduzidos à defensiva, só podem se esconder por trás da recusa. Eles rejeitam o plano. A Agência Judaica também,

16. Thomas, Hugh, *John Strachey*, Londres, Eyre Methuen, citado por Hirst, *op. cit.*, p. 122.

mas unicamente porque "a capacidade de absorção" não devia levar em conta a situação de emprego do setor árabe, a fim de que só o setor judeu pudesse se desenvolver e acabar cobrindo a totalidade do país.

Só resta então à Grã-Bretanha abandonar o páreo.

No dia 2 de abril de 1947, Sir Alexander Cadogan, em nome do governo de Sua Majestade, pede ao secretário-geral da ONU a convocação, dentro do menor prazo possível, de uma sessão extraordinária da Assembléia Geral "para constituir um comitê especial encarregado de preparar os debates da questão da Palestina quando da próxima assembléia ordinária". Nos dias 21 e 22, os cinco países árabes então membros da ONU pedem que seja incluída na ordem do dia "a discussão do fim do mandato na Palestina e a proclamação da independência".

Aberta no dia 28 de abril, a sessão da Assembléia Geral começa rejeitando a proposição árabe. Por seu lado, a Agência Judaica pede autorização para aparecer perante a ONU, "em nome do povo judeu", visto que os árabes já estão representados nela. Ela consegue o apoio imediato da delegação soviética. Walter Laqueur fala em "apoio inesperado", e, em sua *Autobiografia*, Abba Eban apresenta o discurso de Gromiko de 14 de maio como "uma vantagem inusitada". A tradução desse discurso foi publicada na revista *Partisans*<sup>17</sup> e reproduzida por Gresh e Vidal, que se questionam, com razão, sobre a realidade da "surpresa" e enumeram alguns sinais prenunciadores<sup>18</sup>. É constituída uma Comissão Especial das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP) e, para apresentar propostas "para a solução do problema da Palestina", ela é encarregada "de fazer investigações na Palestina e em toda parte onde isto possa se revelar necessário"<sup>19</sup>, o que era uma maneira de juntar o problema palestino ao das pessoas deslocadas na Europa.

Os membros da UNSCOP chegam à Palestina nos dias 14 e 15 de junho. Ainda estão lá quando, com a cumplicidade francesa, o *Exodus 1947*, fretado pelo Mossad, chega à baía de Haifa.

17. *Partisans*, 52, Maspero, março-abril 1970 (publicado em anexo por Gresh e Vidal, *op. cit.*, p. 226-233).

18. *Ibid.*, p. 132.

19. Sublinhado por mim.



A tecnicidade do “golpe mediático” do qual os sobreviventes judeus dos campos nazistas constituem o “material humano”, a inépcia e a cegueira com as quais a Grã-Bretanha, em agonia enquanto império, trata todo o caso, as paixões que este desencadeia, os recônditos e as manipulações desta emoção, a exploração que se fará dela merecem que nos detenhamos um pouco.

### O caso do “Exodus”

É um velho navio, o *Presidente Warfield*, que o Mossad freta. Com pavilhão de Honduras, ele chega à França, a Marselha e depois a Sète, com uma tripulação de voluntários americanos e de alguns oficiais da Agência Judaica. Estando o segredo bem guardado, ninguém sabe de nada, nem o porquê de sua chegada nem sua futura destinação. Um barco como os outros, em pior estado que os outros. No espaço de uma semana (as operações agora são bem planejadas), mandam vir dos campos de pessoas deslocadas, trazidos pelos homens do Aliah Beth, a seção do Mossad encarregada da imigração, 4.554 refugiados (dos quais 1.784 mulheres e 685 crianças). Esperando o embarque, são alojados em Marselha em locais emprestados ao Haganah pelas autoridades francesas. Acabam por amontoá-los no *Presidente Warfield*, cujo capitão tomara a precaução de munir-se de um falso certificado de navegação para o transporte de 4.500 pessoas, enquanto o barco só podia transportar mil.

No dia 10 de julho, com a cumplicidade das autoridades do porto de Sète, o barco zarpa. Em alto-mar, ele é rebatizado *Exodus 1947*, toma o rumo da Palestina e é então, e só então, que a operação mediática tem início. Os refugiados crêem poder desembarcar. Os organizadores da viagem sabem perfeitamente que isto não acontecerá. Mas que importa! Quando se quer produzir um grande golpe mediático, preocupa-se pouco com a carga. O importante é forçar o bloqueio e infligir à Grã-Bretanha uma derrota humilhante, ou sensibilizar os membros da comissão de inquérito da ONU e a opinião mundial para o infame tratamento a que eram submetidos os sobreviventes dos campos nazistas.

Ao largo de Haifa, o comandante inglês informa os passageiros de que não se cogitava de deixá-los desembarcar. No caso do porto, os membros da comissão da ONU são testemunhas de cenas dilacerantes. Enfim, os passageiros do *Exodus* são transportados para três barcos que supostamente deviam transportá-los para Chipre. Os organizadores da viagem acabam aceitando essa alternativa, sendo um de seus objetivos “afogar Chipre com um número elevadíssimo de imigrantes que embarcaria o governo britânico”<sup>20</sup>. Mas, ao invés de tomar a direção de Chipre, os três barcos rumam para a França. Uma mensagem, atribuída aos refugiados, mas irradiada no dia 23 de julho pelo quartel-general do Haganah na Palestina, declara: “Corre entre nós o boato de que é possível que nos levem novamente para a França. Sobre o solo sagrado da Palestina, fazemos o juramento de que jamais nos desembarcarão na França. A partir de agora, apelamos ao povo da França e à consciência dos povos livres...”

O governo britânico intima a França a receber novamente os refugiados cuja partida ela havia favorecido. Observa que “esses refugiados não vinham da França, mas haviam transitado por ela. Permitindo este trânsito, ‘por motivos evidentemente humanitários’, o governo francês não deixara de permitir-se ser levado a apoiar ativamente o movimento sionista e a causar o maior embaraço ao governo de Sua Majestade”. No dia 24 de julho, François Mitterrand, porta-voz do governo Bidault, define a política da França: “Se os barcos atingirem um de nossos portos, os passageiros não serão obrigados a descer em terra, e serão fornecidos socorros imediatos àqueles que quiserem ficar em solo nosso”. E, para responder às insinuações britânicas, F. Mitterrand acrescenta que o governo não está dirigindo ninguém para a Palestina e não tem nenhuma responsabilidade quanto à partida do *Exodus*. Em outras palavras, o governo ignora as atividades às quais se dedicam seus mais altos funcionários, a começar por Marcel Pagès, diretor de regulamentação do Ministério do Interior!

Antes que os barcos cheguem a Port-de-Bouc, a máquina mediática é posta novamente em funcionamento. No dia 23 de julho, os representantes da Agência Judaica em Paris organizam

20. Lazar, *op. cit.*, p. 81.

uma entrevista coletiva. No dia seguinte, a Liga Francesa pela Palestina Livre, emanção do Irgun Tsvai Leumi, organização paramilitar de Begin, organiza uma outra com a participação de Alfred Coste-Fleuret e Edgard Faure. No mesmo dia, uma delegação da liga é despachada para junto de Georges Bidault. E a agitação prossegue nos dias seguintes.

Finalmente, no dia 29 de julho, os barcos lançam âncora ao largo de Port-de-Bouc. Ficam imobilizados ali durante três semanas. A Liga Francesa, que faz bem seu trabalho, aproveita-se disso para conseguir a cumplicidade dos jornalistas. No pequeno porto, há cento e cinquenta deles. Embora proibidos de subir a bordo, descrevem em páginas e mais páginas como os refugiados cantaram sucessivamente *La marseillaise* e a *Hatikva*, e insistem nas condições extremamente penosas em que vivem os passageiros. Porém Alfred Coste-Fleuret, que não sabe conter a língua, lembra com indignação a política britânica que havia eliminado a França do Oriente Médio.

O delírio é tal que Samuel Katz, um dos comandantes do Irgun, de passagem por Paris, observa, atônito: "Os franceses estavam furiosos. Sua velha animosidade em relação aos ingleses fora reavivada. Nenhuma expressão parecia forte o bastante para exprimir os sentimentos de horror e de desgosto para com aqueles que infligiam tais sofrimentos aos passageiros do *Exodus*. Ninguém poderia ter acreditado que a França e a Grã-Bretanha fossem países aliados. As palavras trocadas nos restaurantes, no metrô, até mesmo nas ruas, poderiam levar a supor que os dois povos estivessem em guerra"<sup>21</sup>.

Na realidade, pela própria violência de suas reações, os franceses exprimiam várias coisas ao mesmo tempo: sua secular animosidade contra a Grã-Bretanha, sua ignorância em termos de geografia, sua convicção de que havia outros palestinos além dos judeus e sua compaixão pelos sobreviventes da barbárie nazista. Eles exorcizavam ao mesmo tempo o anti-semitismo pelo qual um certo número deles tinha se deixado tomar durante a Ocupação. Citemos pela última vez David Lazar: "A apresentação da causa sionista varia conforme a pessoa à qual ela é dirigida. Com relação a isso, os responsáveis palestinos [naquela época, não

21. Citado por Lazar, *op. cit.*, p. 90-91.

havia palestinos que não fossem os judeus da Palestina] e seus amigos franceses possuíam um arsenal de argumentos dos quais podiam servir-se conforme as circunstâncias e conforme as particularidades do interlocutor: ora evocando os interesses paralelos ou a solidariedade entre resistentes, ora o problema humanitário dos refugiados ou o renascimento nacional na Palestina. Evocava-se o comportamento dos ingleses diante da França na Síria e no Líbano. Às vezes, para vencer uma hesitação, imputava-se ao interlocutor tendências *vichyssoises*"<sup>22</sup>. Este era o argumento supremo, tendo os *vichyssois* se tornado, imediatamente após a Libertação, resistentes e gaullistas.

Nesse caso do *Exodus*, conduzido pelos sionistas com uma técnica perfeita e um excelente conhecimento da sociedade francesa, o governo inglês teria certamente limitado os desgastes transportando os passageiros para Chipre ou mesmo deixando-os desembarcar na Palestina. Ele não estava arriscando grande coisa. Não era mais imperioso defender o Império e as rotas que levam a ele. Os palestinos ainda não haviam se reerguido da derrota de sua "guerra de camponeses" de 1939 e os dirigentes dos outros países árabes davam prova, então como hoje, de muita mansuetude em relação às potências suseranas! Optando por vencer pelo cansaço o governo francês, ele fez uma má escolha. Deixando seus barcos durante três semanas ao largo de Port-de-Bouc, permitiu que a "operação mediática" se desenvolvesse.

Porém a decisão de transportar os passageiros do *Exodus* para a Alemanha, mesmo para os campos da zona britânica, é particularmente desastrosa. O trajeto de Port-de-Bouc a Hamburgo é lento, penoso, atroz. Não dura menos de quinze dias, e o desembarque em Hamburgo, a golpes de cassetete e gás lacrimogêneo, é escandaloso.

Os sobreviventes dos campos nazistas não desembarcaram na Palestina. Mas quem se preocupa realmente com isso? Os organizadores da viagem talvez ainda menos que os outros. Eles tinham uma outra meta, a única que sempre perseguiram, e haviam-na atingido. O caso do *Exodus*, planejado e executado pelos agentes do Mossad, estimulado pelos franceses e mal gerido pelos ingleses, sensibilizara a opinião ocidental ainda sob o

22. Lazar, *op. cit.*, p. 146-147.

choque da descoberta macabra das câmaras de gás e dos fornos crematórios.

O *Exodus* cumprira sua missão. Ninguém se interessará mais por seus passageiros, exceto quando se tratar, vários anos depois, de reavivar a lembrança... para atingir outros objetivos. Da triste odisséia, farão um filme execrável e séries de televisão. Escreverão livros e ganharão bastante dinheiro. Sinal do verdadeiro "tempo do desprezo" em que também as tragédias dão lucro!

### O plano de partilha de 1947

A comissão de inquérito da ONU estava na Palestina no momento da chegada do *Exodus*, e o representante guatemalteco pudera subir a bordo e colher o testemunho do pastor John Frauel, que se encontrava no barco. O golpe mediático para o qual os sobreviventes judeus dos campos nazistas serviram de matéria-prima havia comovido os membros da comissão.

O relatório que eles expõem no dia 30 de agosto de 1947 na Assembléia Geral da ONU revela isso. Os membros da comissão são unânimes em preconizar o fim do mandato e a independência da Palestina após um breve período de transição sob a jurisdição da ONU, um estatuto especial para Jerusalém e os Lugares Santos, unidade econômica, respeito aos princípios democráticos, proteção dos direitos das minorias e um acordo internacional para resolver o problema dos judeus europeus. A partir desses bons sentimentos, uma maioria composta por Canadá, Guatemala, Países Baixos, Peru, Suécia, Tchecoslováquia e Uruguai recomenda um plano de partilha da Palestina em dois Estados, um árabe, outro judeu, com união econômica e um período de transição de dois anos, enquanto uma minoria formada pelo Irã, Índia e Iugoslávia se pronuncia por uma federação independente, compreendendo um Estado árabe e um outro judeu, tendo Jerusalém por capital federal. A Austrália não avança nem uma nem outra recomendação, o que não a impedirá, no dia 29 de novembro, de votar pela partilha! Os sionistas

aprovam imediatamente o plano majoritário. Os árabes, inábeis e ainda pouco acostumados às justas internacionais, rejeitam ambos.

O plano de partilha proposto pela maioria da comissão parece ter sido traçado num asilo de loucos. Uma simples olhada no mapa basta para provar sua incoerência. Ele realiza vários projetos impossíveis ao mesmo tempo. Primeiro, o de dar aos dois Estados criados as fronteiras proporcionalmente mais longas do mundo, sendo cada um dos dois Estados composto de três partes apenas ligadas entre si. Em seguida, o de dar ao Estado sionista mais da metade da Palestina, quando os judeus representam apenas um terço da população e possuem apenas seis por cento da superfície total. E, ainda, o de conceder ao Estado sionista toda ou quase toda a planície fértil do litoral e de confinar o futuro Estado árabe às colinas pedregosas do interior. Enfim, o de incluir no futuro Estado sionista 407.000 árabes, numa população total de 905.000 habitantes, e no Estado árabe 10.000 judeus, numa população total de 735.000 habitantes, como se não houvesse absolutamente nada a temer para os árabes colocados sob a dominação sionista, enquanto havia tudo a temer para os judeus colocados sob dominação árabe!

Para complicar as coisas, no dia 23 de setembro a Assembléia Geral da ONU se constitui como comitê *ad hoc* e, em 22 de outubro, este comitê constitui dois novos subcomitês encarregados de formular, cada um por sua vez, as disposições para a realização de um dos dois planos propostos pela UNSCOP. A composição dos dois novos subcomitês é uma obra-prima de hipocrisia. Na verdade, o primeiro é formado por Canadá, Tchecoslováquia, Guatemala, Polônia, África do Sul, Estados Unidos, Uruguai, URSS e Venezuela, enquanto o segundo é formado por Afeganistão, Colômbia, Egito, Iraque, Líbano, Paquistão, Arábia Saudita, Síria e Iêmen. O desequilíbrio é flagrante.

Mas que importa isso? No dia 24 de novembro, a Assembléia Geral, enquanto comitê *ad hoc*, passa à votação. Por vinte e cinco votos contra treze e dezenove abstenções, aprova o plano proposto pela maioria da UNSCOP, após tê-lo modificado ligeiramente, reduzindo a minoria árabe no Estado sionista de 407.000 para 325.000, unindo Jafa e Beersheba ao Estado árabe. Cabe agora à Assembléia Geral, enquanto tal, pronunciar-se.

É apenas uma questão de procedimento, já que o comitê da Assembléia é idêntico. Porém, para serem válidas, as moções desta devem conseguir dois terços dos votos, e os vinte e cinco votos obtidos na Assembléia-comitê *ad hoc* estão longe de serem suficientes, principalmente se se levar em conta a fluidez dos absenteeístas. As cartas marcadas e os dados viciados não bastam, vai-se, como nos faroestes mais representativos da cultura americana, sacar a carteira e o revólver!

A Assembléia Geral enquanto tal examina o relatório da Assembléia Geral-comitê no dia 26 de novembro. Tendo contestado a competência da ONU e recorrido à Corte Internacional de Justiça para resolver este problema de competência, os árabes apressam-se a rejeitar sua requisição. Sendo este ponto rapidamente acertado, as discussões se arrastam. Os delegados se sucedem na tribuna. Dizem qualquer coisa, e, às vezes, enormidades. Os louros cabem ao representante da Polônia, de onde o anti-semitismo estava longe de ter desaparecido e que, mais de dois anos após a derrota do nazismo, ainda fornecia aos campos de “pessoas-deslocadas” uma porcentagem considerável de seus “judeus refugiados”. Com uma audácia descarada, ele ousa afirmar que “o povo e o governo da Polônia acompanham com interesse a situação na Palestina porque o destino do povo judeu nos diz respeito. (...) Acompanhamos com orgulho a grande obra construtiva realizada pela comunidade judaica na Palestina, porque sabemos que a maior parte daquela comunidade é composta por judeus vindos da Polônia e que eram cidadãos da República polonesa”. Tudo tendo sido dito durante as reuniões anteriores da Assembléia-comitê, os árabes propõem passar à votação. A proposição é rejeitada por vinte e quatro votos contra vinte e um. A maioria dos dois terços está na verdade longe de estar garantida. A sessão é adiada para o dia 28, sendo que 27 de novembro, por causa do Dia de Ação de Graças, é feriado.

Feriado? Não para todo mundo. Em todo caso, não para Truman, que, fazendo as vezes de seu Departamento de Estado, intervém pessoalmente, nem para os sionistas, que mobilizam todos os seus amigos. Alvos privilegiados, as nações absenteeístas; para “convencê-las”, Washington — a exemplo da Agência Judaica — não recua diante de nenhum “argumento”. Instigada pela administração americana, a companhia de borracha Firestone

previne a Libéria de que reveria seus projetos de expansão no país se Freetown não alterar seu voto. E chegam mesmo a ameaçar a França, que se abstinera por medo das reações no norte da África, de cortar-lhe provisões. Oferecem a alguns chefes de delegação “envelopes” e até mesmo presentinhos para suas esposas<sup>23</sup>.

Porém quando, na manhã de sexta-feira, 28 de novembro de 1947, o presidente da Assembléia Geral da ONU, o dr. Arranda, chega a seu escritório, diz aos jornalistas presentes que, se a votação tivesse lugar naquele dia, a partilha seria rejeitada<sup>24</sup>. E quando começa o debate, às onze horas, a tensão está no auge. A surpresa é quase total quando, às dezesseis horas, o delegado da França, que na antevéspera pronunciara um verdadeiro requisitório contra a partilha, pede de repente o adiamento da sessão para o dia seguinte, 29. Às 16h38, sua moção é aprovada por vinte e cinco votos contra quinze. “Imediatamente, delegados e conselheiros, igualmente atônitos, precipitam-se no salão das delegações, onde se pegam pelos colarinhos e discutem freneticamente para saber se aquele pedido de adiamento, feito pela França, significava a possibilidade de uma fórmula de compromisso.”<sup>25</sup>

Infelizmente, não era por uma “solução de compromisso” qualquer que a França havia, na vigésima quarta hora, exigido que seu delegado pedisse o adiamento, mas para aderir ao plano de partilha. As múltiplas intervenções feitas junto a Georges Bidault e sobretudo a Vincent Auriol, acordado em plena madrugada, haviam dado frutos. Assim como haviam dado frutos as advertências e ameaças feitas alhures.

Naquele 29 de novembro de 1947, o plano de partilha é votado por trinta e três votos contra treze e dez abstenções. O delegado da Tailândia não participara da votação, pois ocorrera um golpe de Estado em Bangcoc. Oito países absenteeístas, dos quais a França arrastava em sua esteira a Bélgica, Luxemburgo e os Países Baixos, haviam cedido às pressões e aderido à maioria. Só a Grécia havia resistido.

23. Gresh e Vidal, *op. cit.*, p. 30.

24. *New York Times*, 29 de novembro de 1947, citado por John e Hadawi, *op. cit.*, II, p. 263.

25. John e Hadawi, *op. cit.*, II, p. 264.

A "legalidade internacional" que permitiu a criação do Estado de Israel é formada por África do Sul, Austrália, Bélgica, Bielo-Rússia, Bolívia, Brasil, Canadá, Costa Rica, Dinamarca, República Dominicana, Equador, Estados Unidos, Filipinas, França, Guatemala, Haiti, Islândia, Libéria, Panamá, Paraguai, Países Baixos, Peru, Polónia, Suécia, Tchecoslováquia, Ucrânia, União Soviética, Uruguai e Venezuela. Uma turma muito, muito imparcial.

Apesar da guerra fria que ameaçava a qualquer momento transformar-se em guerra quente, os Estados Unidos e a União Soviética haviam misturado seus votos, assim como os de seus respectivos satélites. Eles só tinham em comum a vontade de acabar com o Império Britânico. Na época, o conhecimento que tinham das realidades da região era muito rudimentar. Porém os Estados Unidos tinham a ambição de substituir a Grã-Bretanha numa região que já sabiam ser o maior reservatório de petróleo do mundo. Quanto à União Soviética, tinha todo o interesse em desestabilizar uma região onde sua penetração ainda não estava inscrita na ordem do dia da história.

## 5.

## O BRAÇO LONGO DO HAGANAH

Os mitos só têm vida longa quando a inteligência, atingida pela amnésia, abdica. "A pureza das armas judaicas" é um desses mitos, já que ainda se encontram hoje, a propósito do que se passa nos territórios ocupados, escrevinhadores dispostos a perpetuá-lo e a compadecer-se das "verdadeiras vítimas" que são os bravos soldados israelenses, forçados, para se defender, a atirar em crianças, rapazes e moças que os "aterrorizam" jogando-lhes pedras! Era, no entanto, um tempo em que a funda e a pedra ocupavam um lugar especial na lenda bíblica.

Na origem desse mito sobre "a pureza das armas" está aquilo que Israel e seus arautos ocidentais chamam "a guerra da independência". Ora, nenhuma história foi tão manipulada, tão falsificada quanto a daqueles seis meses que separam o dia 29 de novembro de 1947, data da votação pela Assembléia Geral da ONU da partilha da Palestina, e o dia 15 de maio de 1948, data da proclamação unilateral do Estado de Israel, e daqueles seis outros meses que separam "a invasão de Israel" pelos exércitos árabes e o fim das operações militares. E, no entanto, não faltam documentos nem testemunhos sobre esse período, durante o qual foram instalados e acionados a maioria dos mecanismos que, ainda hoje, continuam a provar sua pavorosa eficácia.

### A ofensiva do Haganah

O plano de partilha adotado pela ONU era alucinante. Era, além do mais, impraticável, não só por causa da sempiterna impossibilidade de conciliar dois nacionalismos irreduzíveis, mas porque, no seio do movimento sionista e mais particularmente no seio do Yishuv, as teses mais extremistas haviam prevalecido. Todos os dirigentes defendiam agora as teses d'annunzianas de Jabotinsky, racionalizadas por Ben Gurion e levadas adiante por Begin, que substituíra o aforismo de Descartes: "Penso, logo existo", por este outro: "Lutamos, logo existimos"<sup>1</sup>.

Certamente, sem procurar demais, podemos alinhar toda uma série de declarações, de proclamações que provariam que as populações árabes eram submetidas ao mesmo fenômeno de exacerbação. Mas pode-se seriamente comparar o extremismo daqueles que conquistaram ou (re)conquistaram e o daqueles que resistem ou tentam resistir, sobretudo com uma relação de forças tão desequilibrada? Voltarei a isso. Que me baste, aqui, assinalar que, desde 1946, o general J. C. d'Arcy, comandante-em-chefe das tropas britânicas na Palestina, calculara que o Haganah podia, a partir da retirada dos ingleses, conquistar a totalidade da Palestina e preservá-la da totalidade do mundo árabe<sup>2</sup>.

O general d'Arcy estava ainda em melhor posição para saber do que estava falando porque as forças militares do Yishuv haviam sido formadas, treinadas, equipadas e armadas, seja diretamente pela potência mandatária, seja com sua cumplicidade. No final dos anos 30, esta potência mandatária soubera lançar cem mil homens na batalha para acabar com a rebelião árabe e desarmá-la. Imediatamente após a guerra, ela tinha na Palestina um exército forte de mais de duzentos mil homens muito bem equipados. Em nenhum momento tentará usá-lo seriamente para abafar no embrião a contestação judaica. Em nenhum mo-

1. Begin, Menahem, *The revolt*, Londres, W. H. Allen, 1951, p. 46.

2. Brum, B. C., *Behind the silken curtain*, Londres, Victor Gollancz, 1947, p. 220.

mento fará explodir a casa de um "terrorista" judeu, como fazia, coletivamente, com os "terroristas" árabes.

É verdade que esta última contestação nada tinha de espontânea, e por conseguinte de mais ou menos anárquica, como havia sido a rebelião árabe de 1936-1939. Desde sua criação, em 20 de junho de 1920, em cima de uma idéia de Jabotinsky, pelos "esquerdistas" da Frente Operária Ahdut Avoda, o Haganah não deixara nada ao acaso. "As terras colocadas sob a autoridade do povo judeu eram escolhidas em função de sua localização estratégica, ao longo das estradas e em torno das principais zonas de colonização. Em cada nova implantação, tudo, até a localização precisa dos imóveis, era decidido por uma unidade secreta do exército sionista — ele próprio então clandestino — que era o Haganah, e isto com a finalidade de garantir uma melhor estrutura ofensiva e defensiva." Yagal Allon, na época comandante-em-chefe do Palmach (tropas de choque do Haganah) e futuro ministro israelense dos Negócios Estrangeiros, é quem diz isso. E ele também está bem colocado para saber do que está falando.

A partir daí, aqueles senhores da UNSCOP, comissões e subcomissões, podem traçar as fronteiras que quiserem. Ben Gurion não pregara a aceitação de um plano de partilha muito mais desvantajoso, o da Comissão Peel, dizendo que as fronteiras eram feitas "para serem rompidas"?

A Agência Judaica apressa-se então a aceitar o plano de partilha. A configuração territorial deste plano está longe de ser satisfatória. Mas com a infra-estrutura "ofensiva e defensiva" preparada pelo Haganah, fazer esta configuração explodir passa a ser brincadeira de criança. Ainda mais que os *experts* do exército sionista, ainda pretensamente secreto, tinham da ofensiva e da defensiva uma concepção "dissuasiva" que se tornará o conceito estratégico básico do Estado de Israel.

O "ataque-surpresa" feito pelo Haganah contra a aldeia de Sa'sa' ilustra bem esta concepção, na qual a discussão se torna o componente essencial da ofensiva-defensiva. Tomemos sua descrição emprestada ao testemunho de dois militantes sionistas, Jon e David Kimche (este último se tornará um dignitário do Ministério dos Negócios Estrangeiros israelense e se distinguirá no caso Irãgate): "O objetivo era advertir e intimidar.

Aplicando esta nova política, foi lançado um *raid* contra (...) Sa'sa', uma pequena aldeia quase inacessível da Galiléia central, a uns vinte quilômetros da comunidade judaica mais próxima. Se existia, na Palestina árabe, uma aldeia que tinha razões para se sentir segura, era aquela. No entanto, de madrugada, sessenta homens do Palmach, conduzidos por Moshe Kelman, chapinhando na lama do inverno galileu, atingiram Sa'sa', onde vinte casas explodiram, e partiram novamente, como tinham vindo, através de vinte quilômetros de território inimigo. A operação tinha por objetivo demonstrar que nenhuma aldeia, por mais perdida que fosse, estava ao abrigo do longo braço do Haganah. Para que os árabes ficassem bem convencidos disso, foi efetuado um certo número de operações análogas, na mesma noite, seguindo um horário rigoroso. Mesmo que isto não tenha acontecido com seus dirigentes, os camponeses árabes, em sua grande maioria, ficaram convencidos da eficiência do Haganah"<sup>3</sup>. Isto se deu no dia 15 de fevereiro de 1948. Ainda não haviam começado as grandes operações. Estavam apenas treinando.

O que os Kimche não dizem é que "as vinte casas foram dinamitadas com seus moradores" e que "sessenta árabes foram massacrados ali, na maioria mulheres e crianças". Os árabes não deixarão de clamá-lo. Porém o mundo só começará a acreditar nesses fatos quando Arieh Yitzhaki, autor de um importante estudo sobre o exército israelense, os relatar no *Yediot Abaronot* de 14 de abril de 1972, no âmbito de uma polêmica sobre o massacre de Deir-Yassin.

Haverá outros ataques-surpresa e outras batalhas cuja iniciativa ora caberá aos sionistas, ora aos árabes. Mas são apenas aperitivos. Só passarão às coisas realmente sérias com a aplicação do plano político-militar preparado pelo estado-maior sionista, o Plano Dalet (a letra D do alfabeto hebraico).

Este Plano Dalet era a quarta possibilidade do plano de ofensiva-defensiva cogitado desde fevereiro de 1945. Fora estudado e definitivamente acertado, nos meses de janeiro e fevereiro de 1948, pelos dirigentes do Haganah: Ben Gurion, Galili, Yadin, Allon, Dostrovski, e seus "segundos", Lashov e Dayan.

3. Kimche, Jon e David, *La première guerre d'Israël*, Paris, Arthaud, p. 89.

Visava não só assenhorear-se do futuro Estado judeu, mas também estender o espaço desse Estado a todas as colônias situadas fora do plano de partilha, a Jerusalém, a Guch-Etsion, às montanhas de Hebron e à Galiléia ocidental. Em outras palavras, era preciso manter abertas as vias de comunicação entre essas colônias, o que não podia ser feito sem a ocupação das elevações estratégicas, assim como dos pontos árabes considerados "próximos demais" dessas colônias. Esta era a maneira "legítima" de eliminar o plano de partilha aceito e de fazer as fronteiras do Estado de Israel passarem por todos os pontos onde existisse uma colônia judaica. Dirigindo-se ao executivo sionista, Ben Gurion será explícito: "Tomemos a decisão de não nos contentarmos com uma tática defensiva, mas, no momento certo, atacar em todo o *front*, e não só no interior do Estado de Israel ou nas fronteiras da Palestina, mas de procurar o inimigo e esmagá-lo onde quer que ele possa estar". Em termos de arte militar, está correto. Porém, paralelamente, é preciso definir e situar o inimigo, ou melhor, definir e situar o que não é o inimigo, pois o Plano Dalet também tinha por objetivo livrar esse Estado judeu ampliado do maior número possível de árabes palestinos<sup>4</sup>.

A aplicação do Plano Dalet começa no dia 31 de março de 1948 com a Operação Nachson, que se desenvolve fora do território concedido ao Estado judeu pela resolução da ONU. Ela tem por finalidade abrir um corredor entre Telavive e Jerusalém, a fim de cortar em duas a principal porção do *puzzle* territorial atribuído pelos "experts" da ONU aos árabes. O ataque do Haganah tem por alvo a aldeia de Qastal. Defendida pelo primo do mufti, Abdel Kader al-Husseini, a aldeia mudará muitas vezes de mãos antes que Abdel Kader seja morto, em 9 de abril, durante uma escaramuça na entrada da aldeia. Qastal será perdida e a resistência palestina não sobreviverá por muito tempo a seu bravo cavaleiro.

Atingido o primeiro ponto do Plano Dalet, só resta prosseguir a ofensiva. Isto será feito, a partir do dia seguinte. Em Deir-Yassin.

4. Ben Gurion, David, *Rebirth and destiny of Israel*, Nova York, Philosophical Library, 1954, p. 239.

### A expulsão

Durante muito tempo, a propaganda sionista não parou de repetir que os árabes da Palestina haviam deixado seus países e lares ao apelo de seus dirigentes e dos outros dirigentes árabes, que lhes prometiam pronto retorno após a vitória. Os sionistas, boas almas, teriam mesmo multiplicado esforços para persuadir as populações árabes a ficarem e retomarem sua vida normal, mas teriam se chocado com as injunções contrárias do Alto Comitê Árabe. Chegarão até a pretender que apelos à partida haviam sido lançados simultaneamente por todas as rádios dos países árabes vizinhos, e esta lenda será retomada em brochuras, livros, conferências e mesmo em notas oficiais apresentadas na ONU. Dois eminentes cientistas, um palestino, Walid Khalidi, em 1959, e outro, irlandês, Erskine Childers, em 1961, tentarão em vão demonstrar que todas essas afirmações não tinham por base nem mesmo falsas interpretações de fatos reais, mas simples alegações que nenhuma peça, mesmo que forjada, apoiava, e o mito perdurará e sobreviverá aos trabalhos recentes dos pesquisadores israelenses publicados nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha desde 1987. Na França, esses trabalhos de Tom Seguev, Simha Flapan, Bennie Morris, Avi Shlaim, etc., continuam, aliás, a ser ignorados. Na França, onde a pesquisa histórica deve continuar a ser ideológica, prefere-se as certezas delirantes de uma Annie Kriegel e as jeremiadas de um Élie Wiesel.

Recuso o termo "êxodo" no que se refere à partida dos árabes da Palestina e prefiro a ele o termo "expulsão", usado por Elias Sanbar no título do seu livro, *Palestine 1948*<sup>5</sup>.

Desde o início, esta expulsão ou "transferência" era um sonho que povoava a imaginação de inúmeros dirigentes do executivo sionista. E eis que em 1947, na esteira do genocídio nazista e da resolução da ONU, este sonho longamente reprimido finalmente ia poder ser realizado. A situação amadurecera e podia-se visar à realização de uma velha fantasia: "um país sem povo para um povo sem país".

5. Sanbar, *op. cit.*

A "operação expulsão" começa por um massacre. A aldeia que se chama Deir-Yassin, a quatro quilômetros de Qastal e a vinte quilômetros do centro de Jerusalém, devia pertencer ao Estado árabe criado. Seus quatrocentos (ou quinhentos, conforme as fontes) habitantes tinham-se mantido, até então, à parte do conflito. Seu prefeito selara um acordo de não-agressão com o da implantação judia vizinha de Giva't Sha'ul<sup>6</sup> e, levando-se em conta Jon Kimche<sup>7</sup>, tinha mesmo cooperado ocasionalmente com a Agência Judaica.

Na noite de 9 para 10 de abril, os moradores da aldeia vão dormir, após terem, como de costume, instalado sentinelas armadas de *mausers* e velhos fuzis turcos que "jamais haviam atirado a não ser estrepitosas e alegres salvas por ocasião das festas"<sup>8</sup>.

As quatro e meia da manhã, uma força combinada do Irgun de Begin e do Lehi-Stern de Shamir, com cento e trinta e dois homens, ataca a aldeia adormecida. Segundo Begin, ela é acompanhada de uma caminhonete munida de um possante alto-falante destinado a pedir aos moradores que deixem a aldeia, mas não foi possível lançar nenhum aviso, pois o alto-falante apresentara um defeito. Ao meio-dia, os assaltantes já haviam massacrado trezentos e quarenta e sete dos quatrocentos ou quinhentos habitantes da aldeia, segundo Jacques de Reynier, chefe da delegação da Cruz Vermelha Internacional na Palestina, duzentos e cinquenta segundo as fontes israelenses. Não discutirei nem um número nem outro. Quando se trata de massacres em massa, a contabilidade fica tão odiosa quanto o próprio crime.

Walter Lever, professor da universidade hebraica do monte Scopus, escreverá em 1951: "Eu pensava então, e ainda hoje penso, que a tomada de Deir-Yassin era militarmente necessária. (...) Grandes quantidades de armas e munições estavam estocadas ali: muito mais do que possuíamos em toda a Jerusalém ocidental"<sup>9</sup>. Situada numa elevação, Deir-Yassin certamente

6. Sanbar, *op. cit.*, pp. 171-172.

7. Kimche, Jon, *Seven fallen pillars*, Nova York, Praeger, 1953, p. 227.

8. Lapierre, D. e Collins, L., *O Jérusalem*, Paris, Robert Laffont, 1971, p. 286.

9. Citado por Jacques Deroogy, em Deroogy, J., e Saab, E., *Les deux exodes*, Paris, Denoël, 1968, p. 120.



ocupava uma importante posição estratégica. Acontece que seu "arsenal" fez apenas quatro feridos entre os assaltantes, que, por sua vez, violam, matam, e — "para economizar munição" — às vezes com arma branca. Em sua pressa de pilhar jóias, braceletes e brincos, usam seus punhais. Os dirigentes da Agência Judaica atribuirão essas "conversas" às "fantasias" dos árabes e ao "anti-semitismo notório" de Sir R. C. Catling, diretor-adjunto do Departamento de Investigações Criminais, que interrogara os sobreviventes. O testemunho de Jacques de Reynier dá, no entanto, uma certa credibilidade a essas "fantasias".

"Na tarde de sábado, 10 de abril, recebo uma chamada telefônica dos árabes, que me suplicam que vá imediatamente a Deir-Yassin, onde a população civil de toda a aldeia acaba de ser massacrada. (...) A tropa está em uniforme de campanha, com capacete. Todos jovens e até mesmo adolescentes, homens e mulheres, armados até os dentes: revólveres, metralhadoras, granadas, mas também grandes-alfanges, muitos deles ainda ensanguentados, que eles seguram. Uma jovem bonita, mas com olhos de criminoso, mostra-me o dela, ainda pingando, que ela exhibe de lá para cá como um troféu. É a equipe de limpeza que realiza certamente muito conscienciosamente seu trabalho. (...) Empurro aqueles que me cercam e entro na casa. O primeiro quarto está escuro, está tudo em desordem, mas não há ninguém. No segundo, acho, entre móveis arrebatados, mantas e destroços de toda espécie, alguns cadáveres frios. Aqui, fizeram a limpeza com metralhadora, depois com granada; terminaram-na com faca, como qualquer um poderia ver. A mesma coisa no quarto seguinte, mas, no momento de sair, ouço como que um suspiro. Procuro em todo lugar, mexo em cada cadáver, e acabo encontrando um pezinho ainda quente. É uma menina de dez anos, muito machucada por uma granada, mas ainda viva. Como quero levá-la comigo, o oficial me proíbe e me barra a passagem com o corpo. Empurro-o e passo com meu precioso fardo. (...) Entro na casa vizinha, e assim por diante. Em toda parte, o mesmo espetáculo medonho. Encontro apenas duas pessoas ainda vivas, duas mulheres, uma delas uma velha avó, escondida atrás das pilhas de lenha, onde se mantinha imóvel há no mínimo vinte e quatro horas. Havia quatrocentas pessoas naquela aldeia, umas cinquenta fugiram, três ainda estão vivas,

todo o resto foi massacrado proposital e voluntariamente, pois, como constatei, aquela tropa é admiravelmente disciplinada e só age sob comando..."<sup>10</sup>.

Este testemunho é completado pelo de uma testemunha ocular, publicado vinte e quatro anos depois. O coronel Meir Pail, na época Meir Philipski, combatente do Palmach, mandara um relatório a Israel Galili, comandante do Haganah. Após ter descrito o massacre, ele acrescentava: "Vinte e cinco homens que haviam sido tirados de suas casas foram carregados num caminhão para 'uma parada à romana', através dos bairros de Mahaneh Yahuda e de Zakhron Josef [em Jerusalém]. Depois, foram levados a uma pedreira entre Giv'at Sha'ul e Deir-Yassin e, ali, abatidos a sangue-frio. Os assaltantes pegaram então as mulheres e crianças que haviam sobrevivido e deixaram-nas na porta de Mandelbaum"<sup>11</sup>.

Posso multiplicar as citações. Testemunhos não faltam. Mas resta-me algum pudor e, além do mais, não sou vendedor de horrores, embora essa profissão pareça continuar a ser uma sinecura particularmente rendosa.

#### O massacre de Deir-Yassin, conforme o "esquema habitual de ocupação"

Mais importantes que o próprio massacre são as repercussões das quais Begin, chefe do Irgun, se gabará: "Os quartéis-generais árabes em Ramallah difundiram uma história cruel de atrocidades, pretendendo que o Irgun procedera ao massacre, sem discriminação, de cerca de duzentos e quarenta homens, mulheres e crianças em Deir-Yassin. Os órgãos oficiais sionistas, assombrados com o desenvolvimento das forças do Irgun e com o crescimento de sua base popular, apoderaram-se avidamente dessas acusações árabes e, sem mesmo procurar verificar sua

10. Reynier, Jacques de, *A Jérusalem un drapeau flottait sur la ligne de feu*, Genebra, Histoire et Société d'Aujourd'hui, 1950, p. 69-77.

11. *Yediot Aharonot*, 4 de abril de 1972, citado por Sanbar, *op. cit.*, p. 167.

veracidade, aceitaram-nas como vieram e apressaram-se a denunciar e condenar o Irgun. Esta *Greuelpropaganda* árabe-sionista teve, entretanto, conseqüências imprevistas e imediatas. Através de todo o país, os árabes, levados a acreditar em loucas lendas sobre a 'carnificina do Irgun', foram tomados de pânico e começaram a fugir para salvar suas vidas. Esta fuga em massa desenvolveu-se rapidamente em louca e incontrolável debandada. Dos oitocentos mil árabes que viviam no território atual do Estado de Israel, só restam cento e sessenta e cinco mil. O significado político e econômico desse desenvolvimento dificilmente pode ser superestimado"<sup>12</sup>.

Begin tinha algumas razões para denunciar os oficiais sionistas. Assombrados pelas proporções do massacre, eles tinham, realmente, tentado lavar as mãos com relação a ele. Retomando o roteiro preparado imediatamente após o atentado contra o King David, a Agência Judaica denunciara publicamente os "dissidentes", e Ben Gurion publicara uma declaração na qual expressava "seu horror e sua repugnância"; ainda por cima, fizera os grandes rabinos de Jerusalém excomungarem os "dissidentes" e afirmara que o Haganah não tinha nada a ver com aquela "orgia de carnificina".

Uma palhaçada. O ataque e a tomada de Deir-Yassin se inscreviam realmente no âmbito do Plano Dalet. Benny Morris fala do "consentimento a contragosto do Haganah". De fato, desde 7 de abril, o comando do Haganah, informado das intenções do Irgun e do Lehi-Stern, escrevera a seus respectivos comandantes: "Gostaria de atrair sua atenção para o fato de que a tomada de Deir-Yassin está incluída em nosso plano geral. Não faço nenhuma objeção a que o senhor se encarregue desta ação, desde que esteja em condições de manter o lugar. Se o senhor não tem recursos para isso, coloco-o em guarda contra a dinamitação daquela aldeia, pois isso provocaria seu abandono pelos habitantes, e forças estrangeiras ocupariam então as casas destruídas. Ao invés de facilitar nosso esforço de guerra, uma ocupação assim nos obrigaria a sacrificar muitos dos nossos para retomar a aldeia. Ademais, se forças estrangeiras chegas-

12. Begin, *op. cit.*, p. 164.

sem ao local, isto comprometeria nosso projeto de aeroporto rebaixado"<sup>13</sup>.

Aliás, a "desavença" não durará muito tempo. Três dias após o massacre, os chefes do Haganah e do Irgun selarão um acordo de cooperação e, doze dias depois, montarão um ataque conjunto contra a cidade de Haifa. Esta desavença só ficará séria mais tarde, depois da proclamação do Estado de Israel, quando Ben Gurion não poderá mais admitir a existência de um exército paralelo.

Nesse ínterim, o Irgun só havia feito empurrar um pouco mais para a frente uma política geral. Em Deir-Yassin, seus combatentes haviam simplesmente "exagerado" uma prática comum. Num artigo publicado em 14 de abril de 1972 pelo *Yediot Aharonot* em resposta ao de Meir Pail publicado dez dias antes, Ariele Yitzahki, autor de uma história volumosa e oficialíssima, devia lembrá-lo: "Se reagruparmos os fatos, verificaremos que, *grosso modo*, a batalha [de Deir-Yassin] obedecia ao esquema habitual de ocupação das aldeias árabes em 1948. Durante os primeiros meses da guerra de independência, o Haganah e o Palmach conduziram dúzias de operações que consistiam em atacar uma aldeia árabe inimiga para dinamitar o maior número de habitações. No decorrer dessas operações, inúmeros velhos, mulheres e crianças eram abatidos desde que houvesse resistência. A este propósito, posso citar várias operações desse tipo conduzidas pelas tropas irregulares do Palmach, que eram treinadas na base do princípio da 'pureza das armas judaicas'. Na noite de 30 para 31 de janeiro de 1948, uma força mista do 1.º Batalhão do Palmach e a Brigada Carmel, sob o comando de Haim Avinoam, atacou a aldeia de Balad-al-Shaykh. No decorrer dessa operação, mais de sessenta inimigos, em sua maioria não-combatentes, foram mortos em casa. Segundo o relatório do comandante da operação, as unidades ordenaram o cessar-fogo, penetraram então na aldeia e começaram a operar no interior das casas, onde, por causa da densidade do fogo nos quartos, foi-lhes impossível evitar as mulheres e as crianças. Na noite de 14 para 15 de fevereiro de 1948, uma força do 3.º

13. Citado por Benaudis, Jacques, *Tsahal*, Paris, Ramsay, 1984, p. 90.

Batalhão do Palmach fez um *raid* na aldeia de Sa'sa'<sup>14</sup>. Durante essa operação, considerada durante anos um modelo do gênero pela alta tecnicidade de sua execução, vinte casas foram dinamitadas com seus moradores e sessenta árabes foram mortos ali, na maioria mulheres e crianças. Na batalha que ocorreu em torno do monastério Saint-Simon em Qatamon, mulheres árabes que trabalhavam como empregadas no monastério foram mortas no massacre que perpetuou o 4.º Batalhão do Palmach."

Contudo, não se deve acreditar, como pretende uma certa propaganda árabe, que unicamente o massacre de Deir-Yassin esteja na origem do problema dos refugiados palestinos. Ao próprio massacre, deve-se acrescentar o "mau uso" que os árabes fizeram dele e o "bom uso" que fez dele a ação sionista. O rádio e a imprensa árabes haviam dado uma ressonância que, nas mãos dos técnicos sionistas, foi transformada numa temível arma psicológica. Em geral, isso se passava da seguinte maneira: aproveitando-se da escuridão da noite, soldados do futuro Exército de Defesa de Israel começavam cercado a aldeia, deixando apenas uma única saída, geralmente em direção ao leste. Em seguida, penetravam na aglomeração e atiravam para o alto, enquanto um alto-falante, instalado numa caminhonete, irradiava, a pleno volume, uma gravação de bombardeios e tiros, gritos de mulheres e crianças, entrecortados de ordens, em árabe, de "fugir antes que seja tarde". Só restava aos soldados canalizar a fuga desvairada dos moradores aterrorizados e pilhar as casas abandonadas.

Muitos árabes palestinos fugiram assim. Porém muitos outros só abandonaram sua aldeia após terem lutado e sido derrotados, e muitos, muitos mais foram simplesmente expulsos *manu militari* pelo Haganah. Em condições atrozes, tão atrozes, que fizeram um dia Aharon Cizling, ministro da Agricultura do governo provisório de Israel que acabava de nascer, dizer no decorrer de uma reunião de gabinete: "Acabo de receber uma carta. Devo dizer que, há algum tempo, eu já estava a par do que está acontecendo. Aliás, levantei o problema por várias vezes. Mas, desde que recebi esta carta, não consigo mais dor-

14. Ver p. 121-122.

mir à noite. Sinto que as coisas, como estão acontecendo, partem o meu coração, o da minha família e o de todos aqui. Não consigo imaginar para onde vamos depois de termos chegado aonde chegamos... Sempre discordei quando usavam o termo 'nazista' para os britânicos. Eu não queria usar este termo quando os britânicos cometiam crimes nazistas. Mas agora, eis que os próprios judeus também estão agindo como nazistas e todo o meu ser fica abalado. (...) Naturalmente, devemos esconder estas coisas do público, e concordo em dizer que não devemos nem mesmo revelar que estamos fazendo um inquérito. Mas este inquérito deve ser feito por nós". De fato, Shimson Shapira foi encarregado do inquérito, e quando este último apresentar, no dia 5 de dezembro de 1948, seu relatório, será formado um comitê especial encarregado de "aconselhar o governo sobre os métodos a serem empregados para evitar os atos de atrocidades cometidos pelo exército contra a população civil"<sup>15</sup>. Era tarde demais. As operações militares haviam terminado, e quem devia ser massacrado ou expulso já o fora.

#### "Expulsem-nos!"

Apenas algumas semanas depois da votação, pela ONU, do plano de partilha, Ben Gurion prometera a seu partido (o Mapai) que "maiores mudanças" iriam intervir na composição demográfica do país. Do seu ponto de vista, a partida voluntária ou forçada dos árabes era um desenvolvimento desejado. "Uma terra com árabes e uma terra sem árabes são duas terras de tipos diferentes."<sup>16</sup>

Naquela época, Yitzhak Rabin, que se tornaria o único primeiro-ministro "sabrá" de Israel antes de dirigir a repressão do Intifada (a revolta das pedras nos territórios ocupados), comandava a Brigada Harel que operava na região central. Em

15. Arquivos do governo. Citado por Seguev, Tom, 1949, *The first Israelis*, Nova York, The Free Press, 1986, p. 26.

16. *Ibid.*, p. 25.

1979, ele se lembrará de sua implicação na expulsão, no decorrer da guerra oficial israelense-árabe de 1948, das populações árabes de Lydda e Ramleh situadas em território atribuído, em princípio, ao Estado árabe:

“Devíamos ocupar-nos de um problema que nos incomodava, ainda mais porque não era novo para nós... Que fazer da população civil de Lod<sup>17</sup> e Ramleh, em número de cinquenta mil? Nem mesmo Ben Gurion tinha a solução e, durante nossas discussões no estado-maior, ele guardou silêncio, como costumava fazer em circunstâncias semelhantes. Evidentemente, não podíamos deixar, atrás de nós, uma população hostil e armada como aquela de Lod. Isso podia pôr em perigo a rota de abastecimento de Yiftach [uma outra brigada], que avançava rumo leste.

“Quando saímos da câmara das operações, [Yigal] Allon repetiu sua pergunta: ‘Que fazer da população?’ Ben Gurion fez um gesto que significava: ‘Expulsem-nos!’ Allon e eu nos consultamos. Eu aprovava: era essencial enxotar os habitantes. Conduzimo-los a pé até a estrada de Bet Horon, pensando que a Legião [árabe] teria a obrigação de responsabilizar-se por eles, o que aumentaria suas dificuldades logísticas, reduziria suas capacidades combativas e tornaria as coisas mais fáceis para nós.

“‘Expulsão’ é uma palavra que soa duro. Psicologicamente, esta foi uma das mais difíceis ações que tivemos que empreender. A população de Lod não deixou a cidade por livre e espontânea vontade. Não pudemos evitar recorrer à força e atirar à guisa de advertência para obrigar os habitantes a caminharem de dez a quinze milhas.

“Os habitantes de Ramleh haviam sido testemunhas do que se passara em Lod. Aprenderam a lição. Seus chefes aceitaram ser evacuados, desde que tivessem condução para isso. Ônibus levaram-nos a Latrun, de onde foram evacuados pela Legião.

“Grandes sofrimentos foram infligidos aos homens que tomaram parte na operação de evacuação. Entre os soldados da Brigada Yiftach, alguns tinham pertencido aos movimentos de juventude, onde lhes foram inculcados valores de humanidade

17. Nome hebraizado de Lydda.

e de fraternidade internacional. A operação contradizia os conceitos aos quais estavam habituados. Depois da operação, teve-se que recorrer a intensas atividades de propaganda para reduzir a amargura deles e explicar-lhes por que tivéramos a obrigação de recorrer a uma ação tão brutal e cruel.”

Esta página não figura nas *Memórias* de Rabin, publicadas em Israel em 1979. Fora censurada pelo comitê ministerial, ao qual todo funcionário ou ex-funcionário do Estado de Israel tem que submeter seu manuscrito antes da publicação. Ela foi descoberta por David K. Shipler, diretor da sucursal do *New York Times* em Jerusalém. Após tê-la submetido a Rabin, para identificação, ele a publicou em seu jornal antes de retomá-la em seu livro, *Arab and Jew, wounded spirits in a Promised Land*, que, em 1987, ganhou o Prêmio Pulitzer<sup>18</sup>.

Quando o *New York Times* publicou a página censurada das *Memórias* de Rabin, Yigal Allon contestou vigorosamente sua autenticidade. E, no entanto, ele sabia. Tanto que Ben Gurion, muito inocentemente, escrevera em seu *Diário*, na data de 15 de julho de 1948: “A Legião Árabe telegrafou para dizer que trinta mil refugiados se encontravam na estrada entre Lydda e Ramleh e que punham a culpa na Legião. Estão pedindo pão. Deveriam ser transportados para além do Jordão”.

A versão de Rabin, Allon preferia a sua, segundo a qual os árabes da Palestina foram quando muito “incitados” e não “forçados” a partir: “Só nos restavam cinco dias antes da data fatídica de 15 de maio. Era urgente limpar a Galiléia central e criar uma unidade territorial em toda a Alta-Galiléia. As inúmeras batalhas que tínhamos travado haviam debilitado nossas forças, e tínhamos que bloquear as rotas da invasão árabe [em hebraico a palavra “*plisha*” significa literalmente “expansão”]. Procuramos então meios de provocar a fuga das dezenas de milhares de árabes que restavam na Galiléia, sem ter que recorrer à força. Em caso de invasão árabe, aqueles moradores podiam atacar nossas retaguardas. Recorremos a uma tática que se baseava na impressão deixada pela queda de Safed e pela

18. Shipler, David K., *Arab and Jew, wounded spirits in a Promised Land*, Londres, Bloomsbury, 1987, p. 33-34.

derrota [árabe] na região que fora limpa pela Operação Metaheh. Esta tática revelou-se milagrosamente eficiente. Reuni todos os *mukhtar* judeus que estavam em contato com os árabes em diferentes aldeias e pedi-lhes que fizessem certos árabes ficarem sabendo que reforços judeus haviam chegado à Galiléia e que iam queimar todas as aldeias da Huleh. Eles deviam sugerir àqueles árabes, enquanto amigos, que fugissem enquanto ainda era tempo. Assim é que, em toda a Huleh, espalhou-se o boato de que era tempo de fugir. Houve milhares de fugitivos. A tática atingira todos os seus objetivos. O posto policial de Halsá caiu em nossas mãos sem um único tiro. As vastas extensões foram limpas, o perigo se afastou das estradas e pudemos nos organizar para enfrentar os invasores ao longo das fronteiras sem ter que temer por nossas retaguardas”<sup>19</sup>.

O pesquisador israelense Benny Morris enumera trezentas e sessenta e nove cidades ou aldeias cujos habitantes árabes foram levados a fugir, seja por iniciativa própria sob efeito do pânico, seja literalmente expulsos pelas forças sionistas. Examinando os arquivos mortos israelenses, ele chegou à conclusão de que a expulsão dos árabes se dera em fases sucessivas. Numa primeira, que ocorreu em fevereiro e março de 1948, várias aldeias da planície costeira foram esvaziadas de seus habitantes. No dia 3 de abril, o Haganah expulsou os 994 habitantes de Khirbet-Azzun. No dia 10, foi a vez dos 620 habitantes de Ad-Dumeira, dos 910 beduínos de An-Nufeiat e dos 340 beduínos de Al-Faqora. Dia 15, os cerca de 650 habitantes da aldeia de Miska foram expulsos de suas casas, assim como um número indefinido dos de Khirbet-as-Sarkas. Um terceiro ciclo começou em maio. No dia 12, o Haganah esvaziou as aldeias de Najd e Sumsum de seus habitantes (respectivamente 600 e 1.200). Dia 27, a Brigada Givati ocupou-se das aldeias de Zarnuka e Kaukaba e expulsou seus 2.600 e 1.870 habitantes. Os 1.550 habitantes de Rubin foram expulsos em 1.º de junho e, no dia 4, Yibna foi esvaziada de seus 5.920 habitantes. Mesmo a aldeia de Huj, que era considerada pró-judaica e cujo

19. Allon, Yigal, “Sefer Hapalmach”, citado por Morris, B., *The birth of the Palestine refugee problem, 1947-1949*, Cambridge, Cambridge University Press, 1987, p. 122.

*mukhtar* fora assassinado em janeiro, quando de uma visita a Gaza, por suas simpatias pró-sionistas, mesmo essa aldeia “colaboracionista” foi esvaziada de seus 800 habitantes. Benny Morris enumera estas expulsões e muitas outras no seu livro *The birth of the Palestine refugee problem, 1947-1949*<sup>20</sup>, lançado na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos em 1987. Os leitores franceses estão arriscados a esperar por muito tempo sua tradução.

Outro jornalista israelense, Tom Seguev, também começou a examinar os dossiês encontrados nos arquivos mortos israelenses. De suas descobertas, escreveu um livro, publicado em hebraico em 1984 e, numa versão ligeiramente reduzida, em inglês, em 1986, com o título de *1949, The first Israelis*<sup>21</sup>. Este livro não é em nada antiisraelense, muito pelo contrário. Porém revela certas verdades até então ferozmente negadas. Também deste livro estamos arriscados a esperar ainda um longo tempo por uma versão francesa.

### Uma política coerente

A “transferência” das populações árabes é inerente ao próprio conceito do Estado judeu. É claro que, à exceção de Jabotinsky, ninguém falava nisso “abertamente”, e os dirigentes sionistas preferiam recorrer a retóricas mais ou menos elaboradas. Protestando seus bons sentimentos, Chaim Weizmann evocava “uma Palestina tão judia quanto a Inglaterra era inglesa”, fórmula ambígua que podia dar margem a interpretações diversas. Mas aqueles que viviam naquele país sabiam o que tinha que ser feito. Desde 1940, Yosef Weitz, diretor do departamento de colonização do Fundo Nacional Judaico, podia escrever em seu *Diário*: “Entre nós, deve estar claro que não existe lugar neste país para os dois povos ao mesmo tempo. (...) A

20. Morris, Benny, *The birth of the Palestine refugee problem 1947-1949*, op. cit.

21. Citado *supra*, nota 15.

única solução é uma terra de Israel, ou pelo menos uma terra de Israel ocidental, a oeste do Jordão, sem árabes. Sobre este ponto, não pode haver compromissos. Não há outro meio senão transferir os árabes daqui para os países vizinhos, e transferir todos; nenhuma aldeia, nenhuma tribo deve ficar. Unicamente após a transferência é que nosso país poderá absorver os milhões de irmãos nossos. Não há como escapar disso”<sup>22</sup>. Oito anos depois, em 26 de setembro de 1948, o mesmo Weitz propôs a Ben Gurion toda uma série de medidas para que os refugiados sejam enxotados para longe das zonas fronteiriças, dizendo que era preciso “jamais lhes dar sossego”<sup>23</sup>.

O ponto de vista de Yosef Weitz não era compartilhado unicamente pelos “revisonistas”, mas também pela corrente majoritária, a chamada socialista. Já nos anos 30, Chaim Weizmann havia dito a William Ormsby-Gore, secretário de Estado britânico nas Colônias, que o sucesso do plano de partilha “com transferência de população”, recomendado pela Comissão Peel, dependia “da vontade do governo de proceder ou não à transferência [de população]. Esta transferência só podia ser realizada pelo governo britânico e não pelos judeus. Eu lhe explicava as razões pelas quais damos tanta importância a esta proposição”<sup>24</sup>. Berl Locker, um dos mais importantes dirigentes trabalhistas do movimento sionista, chegara, em 1944, a fazer o comitê nacional executivo do Partido Trabalhista inglês adotar uma moção na qual podia-se ler: “Estimulem os árabes a ir embora enquanto os judeus se instalarem. Dêem-lhes uma séria compensação por suas terras e que sua instalação em outro local seja generosamente financiada e cuidadosamente organizada”. Chaim Weizmann propaga esta moção e a lastima, porque ela ia além de [nosso] “programa oficial...”<sup>25</sup> Os trabalhistas britânicos, em seu entusiasmo pelos sionistas, ultrapassaram nossas

22. Citado mais extensivamente por Shahak, Israel, “L'idée du transfert” (A idéia da transferência) na *Revue d'Études Palestiniennes*, n.º 29, outono de 1988, p. 115.

23. Ben Gurion, *Journal*, entrada do dia 26 de setembro de 1948.

24. *Jewish Chronicle*, 13 de agosto de 1937.

25. Sublinhado por mim.

intenções”<sup>26</sup>. Nem uma palavra de Berl Locker, que redigira a moção!

Nas palavras de Weizmann, sublinhei uma: *oficial*. Isto porque, na história do sionismo político, é preciso procurar continuamente o que está por trás do que foi dito, o “não-dito”. Basta examinar detidamente para constatar que entre os três grandes do sionismo político pós-herzeliano, Weizmann, Ben Gurion e Jabotinsky, não havia nenhuma divergência quanto aos objetivos. Apesar das declarações conjunturais de uns e de outros, apesar das acusações recíprocas, todos os três eram “estadistas” e todos os três, em graus diversos, pretendiam fazer de toda a Palestina o Estado do “povo judeu” de volta à “terra que era dele”. Os pontos de divergência situam-se noutra parte. Enquanto Jabotinsky queria que o objetivo final fosse continuamente proclamado alto e bom som, Weizmann, até o fim, e Ben Gurion, até 1942, pensavam que a proclamação de um objetivo como esse seria no mínimo inábil, lhes alienaria certas simpatias e, sobretudo, despertaria prematuramente a animosidade dos árabes. Todos os três estavam convencidos de que o sionismo deveria desenvolver-se sob as asas protetoras de uma grande potência, mas enquanto Weizmann e Jabotinsky eram ferozmente anglófilos, Ben Gurion atribuía pouca importância à escolha da “mãe portadora”, com a única condição de que esta fosse capaz de levar o projeto até sua maturação. Jabotinsky, tribuno inflamado, acreditava na onipotência do verbo; Weizmann, finório, na da política e da diplomacia, enquanto Ben Gurion, realista e pragmático, voluntarioso, ciumento e ditador, dava prioridade à ação *in loco*, às “situações de fato” sem as quais tanto o verbo quanto a diplomacia seriam inúteis. Jabotinsky, querendo “tudo e agora”, recusará todos os planos de partilha que serão sucessivamente propostos, enquanto Weizmann e Ben Gurion os aceitarão todos como *à-valoir\**, esperando

26. Weizmann, *op. cit.*, p. 491.

\* Termo usado em questões de direito autoral; trata-se de quantia paga antecipadamente ao autor ou a seu representante para garantir o direito de uso da obra. No caso, o termo é emprestado para designar genericamente “adiantamentos” na evolução do plano de instalação do Estado de Israel. (N. da T.)

que a evolução das relações de força permita extorquir novos *à-valoir*, até a realização do Grande Israel, aquele do Terceiro Templo.

### As causas da derrota palestina

Porém, antes de encerrar este capítulo e de passar às relações que serão estabelecidas entre Israel e os Estados árabes vizinhos, até a guerra de 1967, devemos voltar ao conflito durante o qual os árabes palestinos foram esmagados e tentar desvendar as razões desta derrota.

Vimos a que ponto a partilha operada imediatamente após a Primeira Guerra Mundial e o traçado de fronteiras artificiais haviam perturbado uma região que não estava preparada para isso. Será preciso tempo para que, nos países recém-criados, nasçam e se desenvolvam partidos independentistas que não sejam, ao mesmo tempo, irredentistas. Até a derrota de Nasser, em junho de 1967, todos os países da região, inclusive o Egito, terão a nostalgia do sonho unitário fracassado. Projetos unitários, às vezes complementares, muitas vezes contraditórios, virão à luz periodicamente.

Vimos, também, a que ponto o que devia vir a ser a Palestina sob mandato britânico se considerava parte do conjunto árabe a leste do Egito. Se a Síria e a Palestina não haviam sido postas sob dois mandatos diferentes e meio antagônicos, é muito provável que a Palestina jamais se concebesse senão como "a Síria do Sul", tão inconcebível era um "nacionalismo palestino".

Abandonada à sua sorte, a sociedade palestina ainda não podia segregar uma direção política "nacional". A sociedade estava organizada em torno de notabilidades, muitas vezes citadinas, os Husseini, os Nachachibi, os Khalidi, os Khatib, os Chawa, os Dajani, etc., cujas alianças e divergências, embora raramente devidas a razões políticas, não deixariam de ter graves conseqüências políticas.

Nas zonas rurais, cada aldeia ou grupo de aldeias era economicamente quase autônomo, o que os levava a ser mais ou

menos politicamente autônomos. Nos primeiros meses de 1948, as forças sionistas puderam assim atacar, desocupar e ocupar, uma atrás da outra, cada aldeia sem que a aldeia vizinha viesse em seu socorro. Em outras palavras, apesar das aparências, não podia haver direção verdadeiramente nacional capaz de coordenar as resistências locais à ofensiva do Haganah e outras formações militares sionistas que, elas sim, tinham suas unidades, brigadas, comandos e estados-maiores, que Ben Gurion não tardará, aliás, a unificar.

Face a essa dispersão política, econômica e militar, o Yishuv estava dotado de todos os aparelhos de Estado. No plano militar, o Haganah podia contar com trinta mil homens de tropas regulares, bem-treinados e enquadrados, trinta e dois mil de tropas auxiliares, as chamadas "de segunda linha", encarregadas essencialmente da defesa estática, mas que podiam, a qualquer momento, juntar-se às forças regulares. A estas forças, convém acrescentar aquelas, "dissidentes", do Irgun (três a cinco mil homens) e do Lehi-Stern, particularmente agressivas mesmo contando apenas com duzentos a quatrocentos homens e mulheres.

Em outras palavras, a sociedade palestina era um castelo de cartas prestes a desmoronar, enquanto o Yishuv já era um Estado.

6.

*MAN KANN SICH TOTSIEGEN*  
("A vitória pode fazê-los cavar seu  
próprio túmulo")

Muitas vezes se censura os palestinos por não terem sido "realistas" não aceitando o plano de partilha que lhes era proposto pela ONU. Fazer tais censuras é supor que a aceitação formal desse plano pela Agência Judaica era séria e que os sionistas se contentariam em viver dentro de fronteiras bem-determinadas, traçadas com serra e delimitando, ainda por cima, porções de território à considerável minoria árabe! Isto é supor que "a saída" dos árabes da porção da Palestina atribuída ao futuro Estado sionista não passou de um "incidente providencial", como dirá, chorando de alegria, Chaim Weizmann, e não a concretização de uma política de "expulsão" longamente amadurecida e minuciosamente executada! Isto é supor que o rei Abdallah da Transjordânia e sua Legião Árabe já não tivessem tomado suas disposições, com a bênção da Grã-Bretanha e a cumplicidade da Agência Judaica, para anexar à Transjordânia o que devia ser a Palestina árabe!

#### **A divisão dos Estados árabes**

Segundo a versão sionista, o rei Abdallah teria, desde o mês de novembro de 1947, declarado a Goldá Meyerson (Meir),



delegada da Agência Judaica, que eles, ela e ele, tinham um inimigo comum: o mufti Amín al-Husseini.

Esta versão, que nunca foi desmentida, deve ser completada pelo que relata em suas *Memórias*, publicadas sob o título de *Um soldado com os árabes*, Glubb Paxá, que, na época, comandava a Legião Árabe, o mais bem-equipado e treinado de todos os exércitos árabes.

No final do mês de fevereiro de 1948, o primeiro-ministro transjordânico, Tewfik Abul Hoda, está em Londres para negociar as modificações a serem introduzidas no tratado de 1946, que consagrara a "independência" da Transjordânia. Uma vez concluídas as negociações, Abul Hoda solicita ao ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Ernest Bevin, uma entrevista confidencial da qual Glubb participa como intérprete.

Abul Hoda espousa o ponto de vista do rei. A situação que vai resultar da partilha da Palestina é previsível: ou o Haganah ultrapassaria as fronteiras demarcadas para o futuro Estado judeu e os árabes palestinos não estariam em condições de deter sua expansão, ou se conformaria com o plano de partilha e Amin al-Husseini é que estaria à frente do Estado árabe. Nos dois casos, os interesses britânicos sofrerão. Por isso, Abdallah, como leal aliado de Londres, propõe ocupar, depois de 15 de maio, todo o território adjacente à Transjordânia e originalmente atribuído aos palestinos. Isto lhe parece o melhor meio de proteger os interesses de todos. Tendo ouvido a tradução, Bevin teria comentado: "Isto parece mesmo a coisa mais evidente a ser feita", antes de acrescentar: "Mas não vá invadir as zonas atribuídas aos judeus!"<sup>1</sup>

Segundo Glubb, o plano do rei Abdallah não fazia menção nem a Gaza nem à Alta-Galiléia, que estavam reservadas ao futuro Estado palestino, mas que poderiam ser deixadas, como pastagem, ao Egito e à Síria (ou ao Líbano). Assim é que, de acordo com a Grã-Bretanha, a Transjordânia começa, desde o mês de março de 1948, a se preparar seriamente para intervir militarmente na Palestina.

1. Glubb, Sir John Bagot, *A soldier with the Arabs*, Londres, Hodder and Stoughton, 1957, pp. 62-68.

Os outros Estados árabes, à exceção do Iraque (também ele fiel aliado da Grã-Bretanha), ficam fazendo hora. O Egito, a Síria e o Líbano preferem não intervir diretamente e contentar-se em pôr homens e equipamentos à disposição do comitê militar organizado pela Liga dos Estados Árabes. Quanto à Arábia Saudita, não esconde sua hostilidade com relação aos hachemitas.

Desde a abertura, em 10 de abril de 1948, no Cairo, da sessão do conselho da Liga dos Estados Árabes, a delegação transjordânica anuncia que a Legião Árabe entrará na Palestina a partir do instante em que terminar o mandato. Diante desta determinação transjordânica, o Egito, a Síria e o Líbano acabam decidindo intervir, mais para fazer frente às ambições hachemitas que para obstar a criação do Estado de Israel. No dia 12 de abril, o rei Faruk põe os pingos nos *ii*. Dirigindo-se pessoalmente aos chefes das delegações árabes, diz-lhes que "a ocupação da Palestina por qualquer exército árabe que seja deve ser considerada um expediente estritamente provisório; em nenhuma circunstância ela poderá constituir uma conquista ou uma partilha do país. Uma vez liberado, este deve ser entregue a seus habitantes, que escolherão seu próprio governo". A resposta do chefe da delegação transjordânica não é menos clara: "A Transjordânia pensa, como o rei Faruk, que os palestinos devem decidir por si mesmos; todavia, a Palestina e a Transjordânia são uma coisa só, pois a Palestina é a faixa costeira e a Transjordânia o interior de uma só terra".

A partir de posições tão divididas, é inútil entrar em detalhes. A guerra oficial iniciada em 15 de maio de 1948 não é uma guerra árabe-israelense. É uma guerra entre o novo Exército de Defesa de Israel e cada um dos exércitos árabes tomado isoladamente, assim como a anterior era uma guerra entre o Haganah e seus associados contra cada aldeia e cidade palestina tomada isoladamente. O todo, desdobramento de uma guerra política árabe-árabe generalizada! Em tais condições, não resta dúvida quanto à saída. A relação de forças é desequilibrada demais. Enquanto o IDF\* pode alinhar sessenta e cinco mil

\* Sigla de "Israel Defense Force", traduzido aqui por "Exército de Defesa". (N. da T.)

homens perfeitamente equipados e treinados por já terem participado de combates durante a Segunda Guerra Mundial, a Legião Árabe de Abdallah, comandada pelo britânico Glubb, dispõe somente de quatro mil homens — bem equipados e treinados, também —, porém os outros exércitos árabes tinham por efetivos globais apenas vinte e sete mil homens mal equipados, mal preparados e mal comandados. Em momento algum nem a Legião Árabe nem os outros exércitos árabes romperão as fronteiras atribuídas pela ONU ao Estado judeu. Todos, à exceção do exército sírio, que, por força das circunstâncias, ocupa uma cabeça-de-ponte que controla a entrada da Síria, permanecerão em zonas árabes, onde o IDF nascente irá buscá-los. Contarão, no entanto — e todo mundo acreditará — que, desde seu nascimento, Israel foi invadido por cinco exércitos árabes! Quantos mitos! Quantos mitos!

#### O conde Bernadotte e o problema dos refugiados

O conde Folke Bernadotte acaba chegando à Palestina. No dia 14 de maio de 1948, véspera do dia fixado para o fim do mandato e para a intervenção dos exércitos regulares árabes, porém após a proclamação unilateral do Estado de Israel, a ONU finalmente se decidia a designá-lo como mediador, com a missão de “promover um ajustamento pacífico da situação futura na Palestina”!

À sua chegada à Palestina, Bernadotte tem uma opinião prévia favorável aos judeus, cujo “retorno” à Palestina se reveste, a seus olhos, de uma conotação bíblica à qual ele é sensível. Ademais, não lhe haviam dito que “os judeus haviam feito o deserto florir”? Em contrapartida, não sente nenhuma afinidade cultural com os árabes, com os quais nunca se encontrou e que se expressam “de maneira enfática e cerimoniosa”. As primeiras páginas de seu *Diário*<sup>2</sup> não fazem mistério de seus sentimentos.

2. Bernadotte, Folke, *To Jerusalem*, Londres, Hodder and Stoughton, 1951.

Ele começa por considerar o problema e sua solução apenas do ângulo humanitário. No início do mês de julho, envia uma carta a Shertock (Sharett), ministro dos Negócios Estrangeiros do governo provisório de Israel, na qual diz que o êxodo dos árabes palestinos, em número de trezentos mil no fim do mês de junho, “resulta do pânico criado por atos reais ou alegados de terrorismo e de expulsão”. Pensa que, a seu ver, e “consideradas todas as circunstâncias, dever-se-ia garantir a todos esses refugiados o direito de retornar a seus lares”.

Enquanto isso, e para responder às objeções de ordem econômica que poderia formular o governo provisório de Telavive, sugere que, a título simbólico, “aceite-se em princípio o repatriamento, a partir de 15 de agosto, e numa proporção fixada em consulta ao mediador, de um número limitado de refugiados que manifestem este desejo, particularmente daqueles que moram em Jafa e Haifa”, comprometendo-se a obter dos organismos internacionais os fundos necessários. E, para acalmar as apreensões de Shertock relativas à segurança, lhe diz que considere excluir desta medida imediata os homens em idade de portar armas.

A resposta de Shertock, datada de 30 de junho, constitui um elemento essencial do dossiê: “Este problema não pode ser examinado independentemente do regulamento geral. Dados os termos da trégua<sup>3</sup>, o retorno dos refugiados árabes constituiria um seriíssimo risco para a segurança do Estado judeu, notadamente o retorno dos árabes de Jafa e de Haifa (. . .). As dificuldades econômicas — alojamento, emprego e, de maneira geral, condições de vida — seriam intransponíveis”.

Shertock não se contenta em evocar “os termos da trégua” e de ligar assim, indissolavelmente, o problema dos refugiados ao das relações de Israel com os Estados árabes vizinhos. Vai mais longe. Mesmo na hipótese de um regulamento definitivo, Israel não está disposto a reconhecer o princípio do direito ao retorno dos árabes expulsos: “Quando os Estados árabes estiverem prontos a concluir um tratado de paz com Israel, esta questão figurará na ordem do dia e receberá uma solução consistente”.

3. Trata-se da segunda trégua com os exércitos árabes, que entrou em vigor em 18 de julho de 1948.

trutiva enquanto parte do regulamento geral e considerados nossos contrapedidos de compensação por todos os estragos, todas as destruições e todas as perdas de vidas humanas, bens e meios de existência que eles causaram, o interesse a longo prazo das populações judias e árabes, a estabilidade do Estado de Israel e o caráter duradouro da paz entre ele e seus vizinhos, a posição atual e o destino das comunidades judias nos países árabes, as responsabilidades dos governos árabes por sua guerra de agressão e a obrigação de reparação que cabe a eles, todas estas questões serão levadas em consideração para determinar se, em que medida e sob quais condições os árabes residentes anteriormente em território israelense podem ser autorizados a voltar a ele. . . .”

Como base para a sua recusa, Shertock acrescenta um último argumento: “O retorno a Israel de vários milhares de árabes (. . .) aliviaria os Estados agressores de grande parte da pressão que exerce sobre eles o problema desses refugiados”.

Alguns dias depois, Bernadotte almoça com Moshe Sharett. “Disse a ele que, a meu ver, a situação internacional do governo de Israel se agravou no decorrer da semana passada. (. . .) Por várias vezes, este governo se expressou de maneira que autoriza as pessoas a pensarem que ele estava perdendo a cabeça e que os pedidos judeus não teriam mais limites.” Durante o almoço, ele anuncia a Sharett que seu grupo de observação seria reforçado por trezentos novos oficiais e lhe diz: “Soube disso por experiência própria. Ao chegar aqui, estes oficiais começarão por simpatizar com a causa judaica. Mas serão rapidamente obrigados, por força das circunstâncias, a mudar de opinião. Não entendo por que o governo judeu adota semelhante atitude, constituída de arrogância e de hostilidade”. Bernadotte pensa ter impressionado seu interlocutor, mas, enquanto eles discutem as diversas alternativas, Sharett olha para ele e diz que “uma das alternativas a ser consideradas poderia ser dar toda a Palestina a Israel”<sup>4</sup>.

No dia 17 de setembro, um comando do Lehi-Stern abate o mediador, mas, anteriormente, a totalidade da comunidade

4. Bernadotte, *op. cit.*, p. 200-210.

sionista já se dedicara a erodir sua visão de uma Palestina em paz consigo mesma. Seus assassinos serão julgados *pro forma* e condenados a penas leves.

Antes de ser abatido, Folke Bernadotte enviara ao secretário-geral da ONU inúmeros relatórios sobre a questão que não lhe saía da cabeça, aquela do retorno a seus lares dos expulsos palestinos e até mesmo um novo plano para a partilha da Palestina. No último desses relatórios, enviado em 16 de setembro, véspera do seu assassinato, ele se inquieta, entre outras coisas, pelos inúmeros casos em que casas árabes foram saqueadas ou submetidas a pilhagem em grande escala, enquanto “aldeias eram destruídas sem necessidade aparente”. O relatório é tão deprimente que a comissão política da Assembléia Geral apressa-se a enterrá-lo com seu autor.

Esta vontade israelense de negar a existência de um problema de palestinos expulsos para fazer dele apenas um problema originário de suas relações com seus vizinhos é estimulada pela decisão, tomada em maio de 1950, pelo rei Abdallah, de ligar a Palestina árabe a oeste do Jordão a seu reino da Transjordânia, rebatizado “Jordânia”. Não se pode dar melhor presente a Israel, que, naturalmente, se apressa a aplaudir uma decisão que corresponde à sua visão do problema. Ele a acolhe ainda mais favoravelmente porque a Grã-Bretanha, também desejosa de acabar com o problema palestino, faz coincidir seu reconhecimento da vinculação decidida por Abdallah com seu reconhecimento *de jure* do Estado de Israel.

Todavia, esta conjunção entre os objetivos israelenses e os de certos Estados árabes não faz desaparecer um problema que se inscreve na realidade. Os refugiados expulsos estão realmente lá, e, no local, as linhas de armistício, que coincidem com aquelas atingidas pelo exército israelense (à exceção da cabeça-de-ponte síria, cuja evacuação Israel exige e consegue), são impossíveis de gerir pacificamente. Cidades e aldeias árabes são privadas do contato com outras localidades e com suas populações, recursos e campos que há apenas alguns meses ainda cultivavam. Assim, acontece de alguns simplesmente atravessarem as linhas de armistício para irem ao outro lado colher laranjas das árvores que eles haviam visto crescer ou, às vezes, plantado com as próprias mãos. Outros iam ver se suas casas ainda estavam em pé

e se podiam pegar nela nem que fosse uma panela, uma chaleira! Da maneira mais natural do mundo, essas inofensivas passagens sempre eram consideradas pelos israelenses como "infiltrações" que necessitavam da intervenção das forças armadas e da convocação urgente das comissões mistas de armistício, onde, justamente, os palestinos não eram representados, pois "não tinham existência legal"!

Estas comissões mistas de armistício foram criadas no âmbito das convenções assinadas em 13 de janeiro de 1949 com o Egito, em 23 de março com o Líbano, em 13 de abril com a Jordânia e em 20 de julho com a Síria. Foram necessárias áspersas discussões para incluir nessas convenções a fórmula "preto no branco"; segundo a qual "as linhas de demarcação não constituem, de modo algum, fronteiras" e constatavam muito simplesmente uma situação de fato "sem prejuízo dos direitos, reivindicações, posições de um ou de outro dos dois campos no que diz respeito ao regulamento definitivo da questão palestina".

Finalmente, em 11 de maio de 1949, Israel é admitido na ONU, sem entregar um mapa de suas fronteiras, sem dúvida porque, do ponto de vista do direito internacional tal como definido pela Assembléia Geral da ONU, essas fronteiras deveriam ser as do plano de partilha, embora estas não correspondessem mais a nenhuma realidade. Todavia, às vésperas de sua admissão, Israel se comprometera, em Lausanne (no âmbito da negociação entre delegações israelenses e árabes conduzida sob os auspícios das Nações Unidas), em "contribuir para a solução do problema dos refugiados".

Em dezembro, a Assembléia Geral da ONU codifica este compromisso em termos precisos: "(...) Decide que é conveniente permitir aos refugiados que o desejem voltar para seus lares o mais cedo possível e viver em paz com seus vizinhos, e que indenizações devem ser pagas a título de compensação pelos bens daqueles que decidirem não voltar a seus lares e por todo bem perdido ou danificado..."

Esta resolução será renovada a cada sessão da Assembléia Geral. Ela será letra morta. A doutrina israelense na matéria já fora claramente explicitada na carta de Sertock a Bernadotte de 30 de julho de 1948.

Quando se começa a sobrevoar a história para captar seu sentido, quando passamos em revista os documentos, as recordações e as memórias, só podemos ficar literalmente siderados ao ler, da pena de Abba Eban, frases como esta: "Negando o aspecto essencialmente humano da questão e colocando-a no contexto político-militar, aqueles diversos governos [árabes] pretendiam vincular o destino dos refugiados à saída do conflito"<sup>5</sup>.

Sem dúvida, é preciso audácia para ousar escrever tais inverdades. Chega-se a acreditar que Abba Eban, ministro dos Negócios Estrangeiros, não se dera o trabalho de ler os documentos do seu próprio ministério! Ou que não descobrira a carta de Shertock a Bernadotte para saber quem colocou o problema dos refugiados "no contexto político-militar" e dispensar-se de distribuir diplomas de humanismo! É verdade que, mais tarde, Abba Eban afinará sua argumentação fazendo valer que, definitivamente, não haveria entre Israel e os diversos países árabes senão uma "troca de população".

Este último argumento merece uma pausa. E, como anteriormente, começarei falando do Egito e de seus judeus.

### O caso dos judeus do Egito

Os judeus deixaram o Egito em três levadas sucessivas e que não se assemelham. Em 1948-1949, em 1956-1957 e em 1961-1962.

A primeira, a de 1948-1949, deve-se essencialmente ao pânico acentuado pela ação das organizações sionistas. Para entender bem isso, é preciso delimitar seu contexto. A criação do Estado de Israel, e sobretudo a tragédia dos refugiados palestinos, não deixara de avivar um certo anti-semitismo já alimentado pelas pequenas formações fascizantes e pela organização dos Irmãos Muçulmanos, que, nos anos 1948-1949, estava no

5. Eban, Abba, *Mon pays*, Paris, Buchet-Chastel, 1975, p. 99.

auge de sua glória. Esta escalada dos Irmãos Muçulmanos devia-se menos a seu próprio mérito que à falência dos partidos políticos tradicionais, particularmente o de mais prestígio entre eles, o Wafd, desacreditado desde o passo em falso de fevereiro de 1942 (ver *supra*), assim como à incapacidade da sociedade egípcia de gerar organizações alternativas ao mesmo tempo modernistas e dignas de crédito. Lançando mão de todos os recursos, os Irmãos Muçulmanos apossaram-se naturalmente da questão palestina. Sendo demagogicamente religiosa, sua abordagem do problema não deixou de provocar entre os judeus crédulos um movimento de pânico. Pânico justificado, porém estritamente psicológico, visto que, apesar da tensão, em momento algum os judeus foram molestados enquanto tais. Aliás, os judeus "bem-nascidos" não se enganaram a esse respeito e, em momento algum, perderam o sangue-frio. Este pânico foi estimulado — e às vezes provocado — pelos elementos sionistas, particularmente felizes de se aproveitarem de um clima favorável para a *Alyá*. Em 24 de julho de 1949, Shilo, o representante do Mossad no Egito, envia a Telavive um relatório no qual escreve: "Ultimamente, graças à intensificação das atividades dos nossos, muitos judeus começaram a pedir passaportes estrangeiros, recorrendo seja ao dinheiro, seja a documentos que provavam que tinham parentes estrangeiros. Nossos homens estimulam as massas a emigrar". Em seguida a pressões exercidas sobre eles pela companhia aérea Swissair, que os transportava do Cairo, o governo de Berna deu aos judeus do Egito autorização para transitar pela Suíça.

A segunda leva de emigração tem sua origem ligada mais à expulsão. Na época das Capitulações<sup>6</sup> (antes de 1936), inúmeros judeus optaram pelas cidadanias britânica ou francesa. Naquela época, isso lhes conferia inúmeras vantagens. Depois

6. Privilégios concedidos benevolmente no século XVI pelo sultão otomano, que reconhecia às potências cristãs a proteção das minorias no Império. O Egito foi o último país a abolir estes privilégios pelo Tratado de Montreux (8 de maio de 1937). Em virtude desse regime "preferencial", os estrangeiros eram julgados, em matéria penal, por seus cônsules. Em matéria civil e comercial, eram-no por tribunais mistos onde os juízes eram majoritariamente estrangeiros.

da abolição das Capitulações, que se seguiu ao tratado de 1936, eles conservaram sua nacionalidade britânica ou francesa e, em 1956, foram expulsos pelo governo de Nasser, assim como todos os outros britânicos e franceses. Alguns desses judeus expulsos nem mesmo sabiam que seus parentes haviam optado por uma nacionalidade estrangeira e se consideravam egípcios. Houve, um dia, uma cena dilacerante. Estavam se aprontando para expulsar um judeu, de nacionalidade francesa. Seus avós haviam vindo da Argélia após o Decreto Crémieux, e ele, o neto, não sabia que esse decreto tornara seus avós automaticamente franceses. Era um artesão de condição modesta. Só falava árabe e jamais saíra do seu bairro. Suplicava ao responsável pela administração que não o mandasse para longe demais. "Se tiver que me expulsar de qualquer jeito, mande-me para Alexandria", dizia-lhe ele! O funcionário manteve-se inflexível, e o judeu, francês à força, foi expulso!

A terceira leva de emigração, a de 1961-1962, deve-se a razões econômicas e sociais. O Egito era o teatro de uma reviravolta de estruturas que não agradava não só a certos judeus pertencentes à alta e à média burguesia, mas também a inúmeros não-judeus, que, por sua condição social, não podiam adaptar-se às novas estruturas que privilegiavam a pequena burguesia, particularmente a pequena burguesia burocrática. Os judeus dessa última leva de emigração, como aqueles de 1956-1957, não foram buscar "refúgio" em Israel, mas na Europa, nos Estados Unidos e no Canadá, assim como na América Latina, onde podiam integrar-se a estruturas "liberais" e, portanto, mais familiares.

Digamos, sem deixar de falar do Egito, que as reviravoltas sociais são quase sempre — e em toda parte — acompanhadas de movimentos migratórios. E muitas vezes, quando as reviravoltas sociais não são ditadas por uma ideologia estruturada e fortemente trabalhada por equipes que tenham um senso certo da "utopia" que se busca, esses movimentos migratórios são acentuados pela "corrida do ouro" das camadas "arrivistas", impacientes por terem sua parte do bolo até então reservado a uma elite burguesa ou feudal. Isto talvez esteja na ordem das coisas. Mas atendo-me a meu direito de não me dar por satisfeito com isso.

### Os judeus do Iêmen, do Marrocos e do Iraque

Houve, também, os judeus do Iêmen. Como todos os iemenitas da época, os judeus viviam totalmente isolados do mundo, numa perpétua Idade Média. Seu transporte será feito em aviões de carga a partir de Aden, ainda sob administração britânica, em seguida a um acordo concluído com o imã Yehia e os diversos sultões da região. A operação, chamada Tapete Voador, foi objeto de uma literatura abundante, ilustrada e exótica. O representante da Agência Judaica nos sultanados do sul arábico, Yosef Tsadok, ele próprio de origem iemenita, diz ter oferecido presentes aos sultões que lhes causaram forte impressão, e que seu papel não consistia apenas em zelar pelo bom andamento das operações, mas também em “fazer passar” os livros de ouro de que dispunham os “que escaparam” individual ou comunitariamente. Por sua vez, os judeus iemenitas crêm que os tempos messiânicos chegaram e, porque o nome do chefe do governo é David (Ben Gurion), vêem em Israel “o reino de David” e correm ao encontro do país dos ancestrais! “Quando vêem surgir o Skymaster branco, seus olhos brilham. Iam montar no jumento voador do Messias, que os transportaria até Israel! Estavam cheios de alegria e entusiasmo. Haviam esperado por aquela hora durante dois mil anos. Para eles, era um grande privilégio viver aquele momento, enquanto seus pais e avós eram mortos no exílio, aspirando à redenção.”<sup>7</sup>

Após os iemenitas, foi a vez dos marroquinos. Com muita frequência, os representantes da Agência Judaica e o próprio Ben Gurion haviam tentado moderar esse afluxo de “material humano de baixa qualidade”, que preferiam substituir por “material humano” de “melhor qualidade” proveniente da Europa Oriental. Mas que é que eles podiam fazer? Aqueles marroquinos que pertenciam às classes mais deserdadas do Marrocos eram “trabalhados” pelo Betar, organização criada por Menahem Begin antes de assumir a direção do Irgun, após a morte de Jabotinsky. E os elitistas sionistas não podiam deixar Begin ter a pretensão de querer “salvar” sozinho todos os judeus, onde quer que eles

7. Seguev, *op. cit.*, p. 181.

estivessem ou qualquer que fosse sua condição. Aqueles judeus deserddados do Marrocos, que viviam em condições difíceis e discriminatórias (a discriminação só será atenuada após a chegada ao poder do sultão Mohammed V), tinham, aliás, pressa de ir a Israel compartilhar “o leite e o mel” da Terra Prometida e, igualmente, acertar contas com os árabes (sem distinções particulares), que eles consideravam responsáveis pela discriminação sócio-econômica de que eram objeto no Marrocos. Ninguém teve então a idéia, e os comunistas menos que os outros, de fazer notar àqueles infelizes que outros marroquinos, não-judeus, eram objeto dessa mesma discriminação.

Ben Gurion podia opor-se ainda menos a essas imigrações de “material humano de baixa qualidade” porque Begin e seus parceiros haviam descoberto antes dele o argumento supremo contra todo retorno dos refugiados expulsos palestinos, o argumento da troca de populações, a partir do qual podiam se considerar quites. Tendo Israel acolhido os judeus “perseguidos” dos países árabes, cabia aos Estados árabes arranjar-se com os palestinos, também eles árabes! Aliás, Ben Gurion não demonstra má vontade em relação ao caso. Ele tinha necessidade de “material humano” para fazer florescer o Neguev, onde pretendia instalar de três a quatro milhões de “trabalhadores”, e era pouco provável que o “material humano” vindo do Ocidente quisesse ir para o deserto, a não ser para fazer turismo.

Por essas mesmas razões é que Ben Gurion ordena ao Mossad, que depende diretamente do Ministério da Defesa, que assuma a questão dos judeus do Iraque. Esta questão dos judeus iraquianos até hoje é controvertida, e os documentos tornados públicos ainda não permitem saber até onde pôde ir a “solicitude” do Mossad e de outras organizações sionistas. Por isso, parece-me preferível reproduzir aqui a página que Tom Seguev, ex-colaborador do diário israelense *Ha'aretz* e chefe de redação da revista *Koteret Rashit*, dedica a esse caso:

“O êxodo dos judeus do Iraque começou durante a primeira metade de 1950, quando o Parlamento iraquiano decidiu deixá-los partir. Na verdade, tratou-se de uma expulsão. A maioria dos judeus foi forçada a partir e suas propriedades foram confiscadas. Diversas fontes (...) indicam que a decisão do Parlamento iraquiano era, em parte, resposta às atividades da

Organização Sionista, que, com o auxílio dos agentes do Mossad, introduzia clandestinamente judeus no Iraque, mas quase todos esses documentos dizem respeito a judeus implicados em atividades clandestinas sionistas ou suspeitos de pertencerem à Organização Sionista. Os outros judeus pouco eram perturbados. Em março de 1949, o público israelense ficou chocado ao saber que sete judeus haviam sido enforcados no Iraque por atividades sionistas. A notícia foi amplamente divulgada. Foi objeto de inúmeros editoriais e protestos públicos, inclusive na Knesset. Porém, os agentes do Mossad no Iraque mandaram um telegrama para dizer que 'o relatório relativo ao enforcamento dos judeus era falso. Acusados de atividades sionistas, alguns judeus foram efetivamente condenados à morte, mas apenas *pro forma*, pois já haviam saído do país. Muitos outros judeus foram citados judicialmente, a maioria por ter recebido cartas de Israel'. Apesar deste esclarecimento, os responsáveis pela seção de imigração do Mossad provocaram uma ampla campanha internacional contra o Iraque, com a finalidade de apressar uma legislação favorável à emigração dos judeus. Para isto, fizeram toda uma série de sugestões, dentre as quais: uma declaração do ministro israelense dos Negócios Estrangeiros aos jornalistas estrangeiros, uma campanha de imprensa internacional, pressões para bloquear um empréstimo que o Iraque tentara obter do Banco Mundial, agitações em torno do embaixador do Iraque junto à ONU, inclusive manifestações e vaia em suas entradas e saídas da sede da ONU, um apelo à ONU e à sra. Eleanor Roosevelt e uma 'alusão oficiosa' a uma agitação clandestina que Israel poderia provocar contra Nuri Said, e, finalmente, um comunicado oficial às embaixadas americana, britânica e francesa em que lhes fazia notar que os judeus do Iraque poderiam transmitir sua ira aos árabes israelenses. Nesse comunicado, devia ser ressaltado que o governo israelense estava tomando todas as medidas necessárias a fim de garantir a segurança de seus cidadãos árabes, mas que seria difícil evitar que houvesse abusos. Também se propunha enviar às principais embaixadas em Telavive delegações árabes, para preveni-las dos perigos que estavam correndo em consequência da perseguição dos judeus no Iraque. Tudo isso estava sendo tramado a fim de forçar o governo iraquiano a expulsar os judeus, dos quais alguns eram

sionistas e queriam ir para Israel e outros teriam preferido ficar no Iraque. Antes que o Parlamento iraquiano resolvesse deixar os judeus partirem, o escritório do Mossad em Telavive recebeu do seu correspondente em Bagdá um telegrama que dizia: 'Proseguimos nossas atividades habituais para apressar a legislação e ver como o governo iraquiano pretende pô-la em prática' ”<sup>8</sup>.

Contudo, apesar das pressões locais e internacionais, os judeus do Iraque não têm pressa de partir. Afinal, eles estão ali há tanto tempo! Uma ajudazinha até que viria a calhar. Em 14 de janeiro de 1951, por volta das sete horas da noite, explode uma bomba no pátio da grande sinagoga de Bagdá. Quatro mortos e vinte feridos. O autor desse atentado continua a ser um mistério. Correram boatos entre os judeus do Iraque, e até em Israel, que acusam Mordechai Ben Porat, na época agente do Mossad (antes de se tornar ministro), de ter sido seu instigador. Houve mesmo, em 1981, um processo movido por Ben Porat contra um jornalista que espalhara o boato. Porém o tribunal não teve que se pronunciar, pois as partes entraram em acordo. O jornalista declarou ter feito sua reportagem a partir dos persistentes boatos que circulavam há muito tempo, inclusive em Israel, e Ben Porat contentou-se com esta explicação.

Como se vê, é difícil falar em "troca de populações" quando o principal (se não o único) ator dessa troca é Israel. Foi Israel que expulsou os árabes palestinos e foi Israel que, na maior parte dos casos, empregou imensos esforços para "importar" os judeus originários dos países árabes. Passada a tormenta, certos governos árabes (e mais particularmente o governo marroquino) convidaram os judeus a voltar para seus lares. Em nenhum momento o governo israelense pensará em convidar os refugiados expulsos palestinos a reintegrarem os seus. Esses refugiados expulsos eram preciosos. Iriam manter, entre Israel e os Estados árabes vizinhos, a tensão da qual ele necessitava para justificar sua política de dissuasão, de represália, de expansão e de repressão.

8. Seguev, *op. cit.*, p. 165-167.

### A paz inencontrável

É dito e, infelizmente, geralmente admitido que as quatro guerras interestatais israelense-árabes (1948, 1956, 1967 e 1973) foram "impostas" a Israel, que não podia permitir que o masoquismo o levasse ao ponto de cruzar os braços e se deixar massacrar. Isto não é verdade. A exceção da guerra de outubro de 1973, nenhuma das outras guerras interestatais árabe-israelenses foi realmente "imposta" a Israel e em nenhuma dessas guerras "a existência de Israel foi ameaçada". Muito pelo contrário.

Não voltarei às condições nas quais Israel foi criado nem à expulsão dos árabes da Palestina. Também não voltarei às circunstâncias sob as quais o problema dos palestinos acabou sendo incluído no das relações interestatais, tornando quase impossível a normalização dessas relações. O que devo, em contrapartida, ressaltar aqui é que a vitória de 1948, "obtida sobre os exércitos dos cinco países árabes" realmente subiu à cabeça de Israel e de seus dirigentes.

A partir de 1949, os acordos de armistício poderiam ter sido substituídos por verdadeiros acordos de paz. Em Lausanne, onde se encontravam as partes da comissão de conciliação, os representantes árabes e israelenses haviam aprendido a se conhecer e amizades haviam nascido, sobretudo entre Eliyahu Sasson, membro da delegação israelense, e Abdel Moneim Mustafá, presidente da delegação egípcia. E chegou-se a falar em "reconhecimento" e "paz".

Segundo os relatórios enviados por Sasson ao ministro israelense dos Negócios Estrangeiros, o "reconhecimento" de Israel pelo Egito não apresenta dificuldade alguma. A conclusão do acordo de armistício e sua assinatura pelas duas partes constituem em si um "reconhecimento".

Resta a paz. Para os egípcios, uma paz condicionada a uma solução adequada para o problema dos refugiados expulsos. Como conseguir isso? Através da criação de um Estado palestino que compreendia Gaza, o Neguev e a margem ocidental do Jordão. Esta solução teria três vantagens: a) criar um Estado-tampão entre o Egito e Israel, entre o Egito e a Transjordânia e entre Israel e a Transjordânia; b) não mais obrigar Israel a

reintegrar em seu território os palestinos refugiados ou expulsos, podendo estes, com o auxílio da comunidade internacional, instalar-se na parte norte do Neguev; e c) ser mais ou menos conforme às resoluções da ONU.

Para Sasson, em permanente contato com Ben Gurion através de Sharett, essa proposição é inaceitável. Israel não pode, em caso algum, abandonar o Neguev, que, aliás, lhe fora atribuído pelo plano de partilha. Os egípcios observam que Israel ocupara a Galiléia, que por sua vez fora atribuída ao Estado árabe, e que é do seu interesse trocar a Galiléia pelo Neguev. Mas os israelenses tampouco cogitam em abandonar a Galiléia, já que estão ali por direito de conquista.

Segundo o relatório de Sasson, Abdel Moneim Mustafá lhe teria dito então: "Entendam-me bem. O Egito não quer ter fronteira com Israel. O Egito teria preferido que Israel não existisse. Ele fez tudo para evitar a proclamação da independência israelense. O Egito está convencido de que a presença de um Israel totalmente estrangeiro no oceano árabe que o cerca será sempre uma fonte de conflitos, de complicações e de instabilidade na região. Pode ser que o Egito tenha errado em sua apreciação da natureza de Israel e de suas intenções. Mas, por si sós, as palavras não podem — pelo menos por um tempo — tranquilizar o Egito. Devemos considerar todas as eventualidades, mesmo as mais catastróficas, e queremos que haja, entre nós, um Estado-tampão"<sup>9</sup>.

Não querendo Israel ceder em nenhum ponto, nem no do Neguev, nem no da Galiléia, nem no dos refugiados expulsos, Abdel Moneim Mustafá acabou dizendo a Sasson que não havia mais nada a negociar, mas que ficaria sempre feliz em encontrar-se com ele para falar de qualquer outra coisa que não política.

Pouco a pouco, Sasson punha Sharett a par de seus contatos e todos, em Israel, sabiam que aqueles conciliábulos-negociações que já duravam há certo tempo não iam e não podiam levar a nada. Todos, exceto Abba Eban. "Abba Eban veio ao meu encontro", escreve Ben Gurion em seu *Diário* na data de 14 de julho de 1949. "Ele não vê razão alguma para buscar a paz. Para nós, basta o acordo de armistício. Se correr

9. Seguev, *op. cit.*, p. 24.



mos atrás da paz, os árabes nos cobrarão seu preço em territórios, em troca de refugiados ou nos dois. É preferível esperar alguns anos.”

Ben Gurion não comenta as palavras de Abba Eban. Sua doutrina na matéria já está cristalizada: jamais aceitar que as relações israelense-palestinas e israelense-árabes em geral sejam estabelecidas de outro modo que não em cima de relações de força.

A partir daí, de nada servirá aos Estados árabes mais bem dispostos querer manter relações de boa vizinhança com Israel. Quando, por exemplo, os traçados dos mapas de armistício se prestam à ambigüidade, Israel resolve unilateralmente o litígio e tenta inscrever seu ponto de vista no local.

É o que acontece, desde 1950, na fronteira que se tornou jordano-israelense. De acordo com o mapa anexado aos acordos de armistício, num certo lugar do Neguev a linha de demarcação passa “ao longo da depressão mais profunda na vala do Arava”. Porém o nível mais profundo da depressão muda de tempos em tempos conforme a importância das chuvas, da erosão e dos depósitos, “e aquilo que era uma ravina torna-se uma larga faixa de areia sinuosa”. A diferença nunca é muito grande: algumas dezenas de metros no deserto. Porém Israel decide fazer passar justamente por ali a estrada que leva a Om-Charchar, tornada Eilat, que fora ocupadíssima após a cessação das hostilidades sem que este rompimento do cessar-fogo encontrasse a menor oposição da parte de Abdallah. Não seja por isso! Israel ocupa a faixa litigiosa.

“Israel não tinha escolha”, comenta Moshe Dayan na *História de [sua] vida*<sup>10</sup>. Este argumento virará uma lenga-lenga. Israel, sempre forçado a sobreviver, jamais terá escolha! No entanto, quando, na seqüência, a comissão mista de armistício não der razão a Israel, “a escolha” será oferecida e Israel descobrirá a possibilidade de fazer passar, por quatro quilômetros, a estrada de Eilat a alguns metros dali!

O caso pode “assemelhar-se um pouco a uma ópera-bufa”, como escreve Dayan. Na verdade, ele não é anódino a esse

10. Dayan, Moshe, *Histoire de ma vie*, Paris, Fayard, 1976, p. 149.

ponto, tão carregado de símbolos está, e prefigura a política do “inscrito no local” e dos “fatos consumados” que se tornará a política oficial de Israel após sua vitória de 1967.

### Israel em perigo de paz

Seja como for e apesar de alguns incidentes “um tanto ópera-bufa”, reina uma relativa paz na região. Os países árabes estão ocupados noutro lugar, e os palestinos, infelizes demais para pensar em qualquer outra coisa a não ser em sobreviver. Em 30 de março de 1949, um coronel toma o poder em Damasco. Este primeiro golpe de Estado sírio é seguido de outro, em agosto, e de um terceiro, em dezembro. Em maio de 1951, o rei Abdallah da Jordânia é assassinado em Jerusalém. No Egito, as tensões internas atingem o paroxismo em 26 de janeiro de 1952, com o incêndio do Cairo, seguido, seis meses depois, da tomada do poder por um grupo de jovens oficiais que têm por prioridade absoluta livrar-se da monarquia e da velha classe política, em primeiro lugar, e, em seguida, da presença militar britânica na Zona do Canal. Apesar de sua intransigência, de sua arrogância, Israel não pode continuar a viver em paz.

Mas, do mesmo modo que a não-perseguição dos judeus não era favorável ao sionismo, a paz também não o é, em absoluto, para Israel. Apesar da contribuição dos judeus árabes, a imigração do “povo judeu” começa a dar para trás. De 250.000 em 1949, o número de imigrantes cai para 160.000 em 1950. Sobe novamente para 175.000 em 1951, para cair de novo para 25.000 em 1952 e 10.000 em 1953. Pelo mundo afora, os judeus não estão mais tão mobilizados quanto em 1947 ou 1948.

Os judeus americanos sentem-se à vontade onde estão e não querem mais ouvir falar em Israel, a não ser para facilitar financeiramente a instalação ali de outros judeus, vindos de outros países. Pouco a pouco, até mesmo essas contribuições financeiras começam a escassear. Israel está em verdadeiro perigo de paz.

"Naqueles primeiros anos do Estado, e considerada retrospectivamente, a paz com os árabes poderia ter tido efeitos desastrosos", declara um diplomata e professor universitário israelense a Kennet Love. "Os quinhentos mil judeus originários dos países árabes não teriam sido forçados a imigrar para Israel. Se houvesse havido a paz em 1952 ou 1953, esses imigrantes, pobres e despojados de todos os bens, vindos de um ambiente cultural pouco familiar, até mesmo hostil, e tendo que proceder a ajustamentos sociais, econômicos e alimentares, provavelmente teriam preferido voltar para os países de onde tinham vindo. Quando muito, submetidos às necessidades de uma associação livre e pacífica com os árabes, teriam preservado sua velha cultura, que é incompatível com uma nação israelense moderna, forte, homogênea, capaz de sobreviver. Talvez não tivesse havido uma única pessoa capaz de falar hebraico em Beersheba... ou mesmo em Jerusalém. Com o relaxamento da tensão, as pessoas teriam perdido de vista o sentido do objetivo a ser atingido."<sup>11</sup>

Israel está muito mais em perigo de paz porque o movimento de descolonização, iniciado imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, se amplia com a subida ao poder, no Egito, da equipe nasseriana.

Para Israel, só havia um meio de se safar dessa situação: manter a tensão, pretendendo fazer-se admitir como potência regional, potência que pode fazer tudo mas sem a qual nada pode nem deve ser feito ou desfeito na região. E, para isso, é-lhe necessário estar pronto a intervir em todos os rumos, em toda parte onde estão em jogo, direta ou indiretamente, seus "interesses estratégicos", e em toda parte onde possa se apresentar a oportunidade.

Naquele início de ano de 1954, cada um tem seu plano. Para Moshe Dayan, o principal inimigo é o Egito, ainda não "arabista", mas demasiado "faraônico", em sua opinião, e a quem é preciso, periodicamente, dar uma lição de humildade. Ademais, é preciso, a qualquer preço, tomar a faixa de Gaza, a fim de que ela deixe de ser motivo para a questão palestina.

11. Love, Kennett, *Suez, the twice fought war*, Nova York, McGraw Hill, p. 54.

Ben Gurion tem a mesma opinião. Mas quando se brinca de "potência regional", não se está mais livre para escolher o teatro de suas intervenções. Por isso, quando, em 25 de fevereiro, as tropas sírias estacionadas em Aleppo se revoltam contra o chefe de Estado, o coronel Adib Chichikli, Ben Gurion sugere a seus tenentes que revisem seus planos e concentrem toda a atenção na Síria, onde a situação interna parece favorecer uma intervenção israelense para ocupar as zonas fronteiriças além da zona desmilitarizada.

Mas sob que pretexto? É fácil. Sempre se pode afirmar que a revolta de Aleppo é sustentada por uma intervenção militar iraquiana "ilegal". No dia 26, os estados-maiores trabalham ininterruptamente em planos de campanha. Impacientam-se e querem passar imediatamente à ação. Na vigésima quarta hora, Sharett, então primeiro-ministro, consegue segurar o fogo do Dayan, dizendo-lhe que mais vale começar seguindo o conselho do "Velho" (Ben Gurion), que se retirara para o *kibutz* Sdeh Boker, no Neguev, e com quem iria se encontrar no dia seguinte.

Naquele 27 de fevereiro, não existe mais caso sírio. O regime de Adib Chichikli fora deposto na véspera e, em nenhum momento, se cogitara da intervenção iraquiana. Do que iria se falar, agora que "os bárbaros não tinham vindo"?

E por que não do Líbano? Em seu diário, Sharett relata a reunião com Ben Gurion, Dayan e Lavon: "É o momento, para os maronitas nesse país, disse Ben Gurion, de proclamar um Estado cristão. Respondi que aquilo era insensato, pois o Líbano cristão deveria abandonar Tiro, Trípoli, Bekaa, e que não havia força no mundo capaz de fazer o Líbano voltar a suas dimensões de antes da Primeira Guerra Mundial, sobretudo porque perderia então sua razão de ser econômica".

Ben Gurion se aferra a sua idéia e, para precisá-la, escreve uma carta a Sharett: "(...) O Líbano é o elo mais fraco da Liga Árabe. (...) Os cristãos constituíam a maioria da população no Líbano histórico, uma maioria que tinha uma tradição e uma cultura diferentes das dos outros membros da Liga. (...) Em suas fronteiras ampliadas (a França cometeu o maior erro estendendo as fronteiras do Líbano), os muçulmanos não são livres para agir como quiserem, mesmo que tivessem a maioria, por medo dos cristãos. A criação de um Estado cristão

é, por conseguinte, um ato natural; ela tem raízes históricas. (...) Em tempo normal, isso seria praticamente impossível. (...) Mas nos momentos de confusão, de revolução ou de guerra civil, a situação muda e até mesmo os fracos se proclamam heróis. Talvez este seja o momento de criar um Estado cristão na nossa vizinhança. Isto significa que, desta vez, devem ser empregados toda a energia e todos os meios para este fim, e devemos agir em todas as direções para provocar uma mudança radical no Líbano.

"Nossa meta não será atingida numa redefinição das fronteiras do Líbano. Mas se pudéssemos encontrar no Líbano homens ou emigrados libaneses capazes de mobilizar [a população] para a criação de um Estado maronita, fronteiras alargadas e uma considerável população muçulmana não lhes seriam mais úteis."<sup>12</sup>

No dia 16 de maio de 1954, em seguida a uma reunião dos responsáveis pelos ministérios da Defesa e dos Negócios Estrangeiros, Ben Gurion volta à carga: o momento lhe parece propício devido à tensão entre a Síria e o Iraque e às agitações internas que abalam a Síria. Dayan, então chefe de estado-maior, expressa imediatamente seu entusiasmo:

"Segundo ele", conta Sharett, "só seria necessário encontrar um oficial, mesmo que um simples major. Poderíamos ganhar sua simpatia ou comprá-la para incitá-lo a proclamar-se salvador dos maronitas. Então, o exército israelense entraria no Líbano, ocuparia o território necessário e instalaria um regime cristão que se aliaria a Israel. Os territórios ao sul do Litani seriam totalmente anexados a Israel e tudo correria da melhor maneira possível."

Finalmente, em 28 de maio, Sharett volta à questão e anota: "O chefe de estado-maior sustentou um plano que visava subornar um oficial [libanês], que aceitaria servir de marionete

12. Esta citação e todas as que se seguem foram tiradas do "diário pessoal" de Sharett, cujos excertos foram traduzidos por Livia Rokach, filha de Israel Rokach, ministro do Interior do governo Sharett, e publicados com o título de *Israel's sacred terrorism* pela Aaub, Belmonte, em 1980. Os excertos relativos ao Líbano foram publicados por *Le Monde Diplomatique*, setembro de 1983.

a fim de que o exército israelense pareça responder a um apelo pela libertação do Líbano de seus opressores muçulmanos".

Vinte e oito anos depois, Begin e Sharon se encarregarão da execução dos planos de Ben Gurion e de Dayan!

### 1954-1956: Israel contra o Egito

Mas é no Egito que, naquele mesmo ano de 1954, Israel experimenta sua "política regional". O governo de Nasser entabulara com a Grã-Bretanha laboriosas negociações com vistas à evacuação das tropas inglesas estacionadas na região do Canal de Suez. Estas negociações haviam se tornado ainda mais difíceis em razão da guerra fria e da recusa de Nasser a se deixar comprometer num pacto militar qualquer que não aquele que ligava o Egito aos outros países da Liga Árabe. Todavia, os Estados Unidos, cujo objetivo continuava a ser tirar a Grã-Bretanha da região para substituí-la ali, ainda estavam fazendo o jogo nasseriano e pesavam a favor da tese egípcia.

Israel, enquanto "potência regional", não pode aceitar ser mantido fora das negociações. Em 2 de julho, uma bomba explode na agência do correio em Alexandria. No dia 14, bombas incendiárias são colocadas no serviço de informação da embaixada americana. No mesmo dia, um certo Philip Natnason é preso em Alexandria: uma bomba de fósforo que ele carregava no bolso pegara fogo prematuramente, queimando-o gravemente, quando se preparava para entrar num cinema. Ele é preso. No dia 23 de julho, aniversário da "revolução", põem fogo em dois cinemas, no correio e na estação central do Cairo. Mas em 27 de julho é assinado o acordo anglo-egípcio sobre a evacuação da base de Suez.

A imprensa e a opinião pública começam a acusar os Irmãos Muçulmanos pela série de atentados. Porém, no dia 5 de outubro o Ministério do Interior provoca sensação ao publicar um comunicado no qual anuncia o desmantelamento de uma rede israelense de sabotagem. Em Telavive, é grande a indignação. Ela atinge o auge quando, no dia 11 de dezembro, os membros

da rede são processados. Na Knesset, o primeiro-ministro, Moshe Sharett, denuncia "o complô urdido contra jovens judeus, dos quais o poder egípcio tenta arrancar, através da tortura, confissões de crimes imaginários"<sup>13</sup>. O diário *Davar* do dia 13 denuncia o regime egípcio, que "parece inspirar-se nos nazistas", e evoca "a deterioração do estatuto dos judeus egípcios". Para o *Ha'aretz*, este processo comprova que, para desviar a atenção, "os dirigentes egípcios não hesitam em inventar as acusações mais fantasiosas". O processo vai, contudo, provar que as acusações não eram fantasiosas, que a rede de espionagem e de sabotagem era bem real, que era dirigida por um coronel de nome Avraham Dar (*aliás* John Darling) e que compreendia um certo número de profissionais que, sob diversos pretextos, haviam se introduzido no Egito, assim como alguns judeus egípcios, dentre os quais uma jovem, Marcelle Ninio.

Em Israel, acabam admitindo os fatos. A partir daí, coloca-se a questão: quem está na origem desse caso, no mínimo lastimável? O ministro israelense da Defesa lava as mãos e acusa o estado-maior, ou seja, indiretamente, Ben Gurion. O primeiro-ministro Sharett não está longe de compartilhar desse ponto de vista. É o início de um escândalo que abalará profundamente Israel. Ben Gurion aproveita-se dele para sair de seu retiro e recuperar o Ministério da Defesa.

Este é o momento decisivo que culminaria com a guerra de 1956 e, mais tarde, com a de 1967. Duas semanas após o retorno de Ben Gurion, em fevereiro de 1955, os israelenses atacam os postos avançados egípcios em Gaza. Trinta e nove oficiais e soldados egípcios são literalmente assassinados, alguns em seus leitos.

Em seus relatórios da época, nem Ben Gurion nem Moshe Dayan evocam o *raid* sobre Gaza. E com razão! Durante seis anos, o Egito de Faruk e de Nasser havia feito tudo para evitar o menor acidente, a ponto de atrair para si a reprovação dos palestinos. Em suas *Memórias*, o general Burns, chefe de estado-maior das forças da ONU, conta como, alguns dias antes do *raid*, Nasser fora a Gaza e dissera aos militares egípcios que

13. Sessão de 13 de dezembro de 1954. Declaração publicada em anexo por Rokach, L., *op. cit.*, p. 70.

excluía todo e qualquer perigo de guerra e que as linhas de demarcação, em Gaza, não corriam nenhum risco de serem transformadas em campo de batalha. E o general Burns prossegue: "Como vários deles foram mortos em seus leitos, Nasser nunca mais poderia dizer a suas tropas que não havia por que temer ataques. Nunca mais poderia dizer-lhes que podiam relaxar a vigilância. Esta é a razão pela qual ele não poderia mais proibir seus soldados de abrir fogo contra os israelenses que patrulhavam a linha de demarcação, a cem metros ou menos das posições egípcias. Essas posições eram guardadas por amigos ou, quem sabe, parentes daqueles que haviam perecido naquela noite sangrenta"<sup>14</sup>.

Durante três dias após o *raid*, Nasser teve que fazer frente a violentos tumultos em Gaza, Khan-Yunes e Raffah. Não houve confronto, pois os próprios soldados de Nasser, irados, confraternizavam com os revoltosos. Eles exigiam armas.

Era possível recusá-las?

Nasser começou dirigindo-se aos Estados Unidos. Embora, diante da ordem de comando, Eisenhower houvesse exclamado: *Why, this is peanuts!*, a administração americana faz ouvidos de mercador. Às vésperas de Bandung (abril de 1955), isso era um erro estratégico colossal. Para satisfazer seu exército irado, Nasser foi buscar suas armas na URSS, via Tchecoslováquia. E, desta vez, a ordem de comando era muito mais importante.

Para Israel, fora encontrado o *casus belli*. Para este país, que fizera a guerra de 1948 com armas tchecas, estas mesmas armas se tornavam subitamente "comunistas" e, por conseguinte, intoleráveis! Só restavam, para Ben Gurion, o álibi e as alianças. Ele achará o primeiro na multiplicação das incursões palestinas em território israelense. E as segundas em Guy Mollet e seus ministros, que, cegos, continuavam a ver na guerra de independência travada pelos argelinos apenas uma operação "teleguiada" pelo Cairo, e em Anthony Eden, para quem a nacionalização do Canal de Suez era um golpe de força comparável à anexação da Tchecoslováquia por Hitler.

14. Burns, general, *Between Arabs and Israel*, Londres, Harraps, 1962, p. 18.

Após a nacionalização do canal, em 26 de julho de 1956, Nasser sabia que provavelmente teria que afrontar a França e a Grã-Bretanha. Até o último minuto, não pôde imaginar que aqueles dois "grandes" países iam cometer o erro fatal de aliarse a Israel. Entretanto, foi o que ocorreu.

A guerra foi breve, e seu epílogo, ignominioso. Os três atacantes haviam simplesmente deixado de revisar seus clássicos. Haviam esquecido que a guerra tinha origem, antes de tudo, na política. Cegos, não haviam notado que a conjuntura internacional lhes era desfavorável. Não esperavam que os Estados Unidos e a União Soviética rivalizassem em quem lhes daria o golpe fatal. A Grã-Bretanha, ameaçada do exterior pelos Estados Unidos, que queriam suplantá-la, e, do interior, pelo Commonwealth prestes a explodir, foi a primeira a pedir clemência. Seguiu-se a França. Israel se fez de rogado. Mas com a reeleição de Eisenhower, apesar da oposição do *lobby* sionista, Ben Gurion não teve outro recurso senão retirar suas tropas do Sinai.

Israel saberá, entretanto, aproveitar a desventura de 1956. O próximo *round* será minuciosamente preparado, não só militarmente, mas também — e sobretudo — politicamente.

### Nasser: grandeza e miséria

A campanha de Suez mudou totalmente os dados estratégicos dominantes até então. Politicamente vencida, a influência britânica teve que ceder lugar à hegemonia americana. Politicamente vitorioso, Nasser foi empurrado para a boca da cena árabe e internacional. A URSS fez uma sensacional irrupção na região, atribuindo-se a construção da represa de Assuã: obra monumental que, apesar de todas as críticas "pretensamente técnicas" (na realidade políticas), iria, nos anos 80, preservar o Egito da seca e da fome que grassariam, durante cinco anos, em todos os países da África onde o Nilo tem suas fontes.

Os povos árabes, todos os povos árabes, reconheceram em Nasser seu herói. Aquele que iria restaurar sua dignidade nacional achincalhada e realizar a unidade à qual aspiravam apesar

de seus dirigentes estreitamente nacionalistas. Querendo estar à altura do novo papel que lhe era designado, Nasser estará em todas as batalhas árabes pela independência e pela unidade, chegando até a enviar seu exército ao Iêmen para proteger uma República nascente, o que o porá diretamente em conflito com a Arábia Saudita, e até a não mais prestar suficiente atenção ao desenvolvimento e ao reforço do Egito, que deixou nas mãos de uma burocracia e de um aparelho policial que não compartilhavam de seu idealismo e que viriam a ser o calcanhar-de-aquiles de toda a sua empreitada.

Para as grandes potências cujos interesses ele ameaçava, Nasser tornou-se rapidamente o homem a ser abatido, sobretudo por causa das relações privilegiadas que mantinha com a URSS. Tornou-se o mesmo também para todos os príncipes feudais da região.

Bom estrategista, fizera da unidade árabe a condição prévia para todo e qualquer confronto com Israel. Nem por isso esquecia a Palestina, mas, para ele, a unidade árabe é que era o caminho da Palestina, e não o contrário. Todavia, tático, pensava poder jogar alternadamente com "a unidade dos objetivos", que constituía uma declaração de guerra aos outros regimes árabes, e com "a unidade das fileiras", que normalizava as relações entre os Estados árabes tais como eles estavam. Isso era ignorar que, um dia, todos os seus inimigos iriam se cansar desse equilibrismo e acabar se unindo contra ele. . . . que Israel estaria lá, pronto a dar-lhe o golpe de misericórdia.

Porque Israel estava lá. Desde sua retirada do Sinai, seus generais haviam começado a trabalhar no plano de campanha que poriam em ação no dia em que a conjuntura política lhes parecesse favorável.

Esperando o dia D e a hora H, 1965 é o ano A. É efetivamente em 1965 que, ante a escalada do nacionalismo radical nos países árabes, a presença egípcia no Iêmen e a proximidade da retirada britânica da zona a leste do Suez e o "vazio estratégico" que estaria arriscado a decorrer daí, os Estados Unidos decidem pôr termo à "brincadeira". Nasser é intimado a submeter-se ou a renunciar, e mesmo mais a renunciar que a submeter-se. A simples "retirada" do Iêmen é considerada insuficiente. Com o fim evidente de dar à retirada egípcia o aspecto de uma

derrota maior, que teria posto termo a toda a empreitada nasseriana, o rei Façal da Arábia é aconselhado a anunciar, durante uma visita oficial ao xá do Irã, a organização de um "Pacto Islâmico", que visava "barrar o caminho ao ateísmo e à subversão". Ao mesmo tempo, o Banco Mundial e o FMI, retomando a estratégia aplicada em 1956, declaram que a economia egípcia não oferece garantias suficientes e exigem a desvalorização da moeda, a redução das forças armadas e da burocracia do Estado e a desnacionalização das indústrias dependentes do setor de Estado. Pedidos inimagináveis, que só são formulados para serem rejeitados. Diante de recusa de Nasser em dobrar-se a essas exigências, os Estados Unidos decidem cortar os fornecimentos dos "excedentes alimentares" ao Egito, ainda República Árabe Unida. O plano de desenvolvimento desmorona. Fora elaborado com base no pagamento em moeda local (e não em divisas) das importações alimentares do Egito.

Estando o terreno assim preparado, Israel pode fazer sua entrada em cena. Começa se autoproclamando fiador do *statu quo* na região. A partir do mês de fevereiro de 1966, afluem armas americanas. Embora não haja nada a assinalar na fronteira oriental do Egito, o general Hod, promovido a comandante do exército aéreo israelense, declara "só conceber a defesa de Telavive na vertical do Cairo!"

Desde a publicação, em janeiro de 1967, do Livro Branco, onde a Grã-Bretanha anuncia as etapas de sua retirada da zona a leste do Suez, Abba Eban corre a Londres "para tentar introduzir uma dose considerável de realismo na decisão referente à retirada da Grã-Bretanha". Ele explica seu procedimento: "Israel não é um vizinho próximo da Arábia do Sul, porém nossos objetivos e princípios se aplicam a todo o Oriente Médio. . . O fato de os habitantes de Aden e da Arábia do Sul serem de língua árabe não dá, em nossa opinião, direito algum sobre eles ao mais importante dos países árabes. . ."

Não tendo conseguido dissuadir a Inglaterra de retirar-se de Aden e da Arábia do Sul, o que iria "necessariamente criar um vazio estratégico que corre o risco de ser preenchido pelo Egito nasseriano aliado da URSS", ele participa seu fracasso aos jornalistas que foram recebê-lo no aeroporto de Lod, antes de acrescentar: "Tudo vai depender, agora, do que será feito no

período que precederá a evacuação". Tendo a retirada britânica sido fixada para o mês de novembro, pode começar a contagem regressiva.

A contagem regressiva é acompanhada de uma campanha de propaganda intensa e, dessa vez, Nasser não sabe manobrar. Não sabe nem deter a escalada à qual a Síria se atira ingenuamente, nem ignorar as acusações de "trair a causa palestina" das quais é objeto. Cai na armadilha que lhe arma Israel com a cumplicidade não disfarçada dos conservadores e reacionários árabes. Ademais, não domina seu aparelho. O pedido de retirada dos capacetes azuis instalados desde 1957 na fronteira israelense-egípcia dá-se à sua revelia, e ele tem que encobrir os "abusos" do seu estado-maior. Tendo o secretário-geral da ONU se apressado a retirar os capacetes azuis, Nasser nada mais pode fazer senão decretar o fechamento do golfo de Akaba à navegação israelense. Ele crê poder dominar a situação declarando que esse fechamento só dizia respeito aos "produtos estratégicos". Porém Israel se atém a seu *casus belli*. Ele desencadeia a guerra em 5 de junho de 1967. O desbaratamento dos exércitos árabes será total.

Alguns dias antes de sua morte, em julho de 1967, o grande historiador Isaac Deutscher concede sua última entrevista. Ele lembra a fórmula alemã *Man kann sich Totsiegen!* ("A vitória pode fazê-los cavar sua própria sepultura")<sup>15</sup>. Quem o escuta? O Ocidente, em delírio, tinha finalmente sua revanche! Cedendo à síndrome goebelliana, a imprensa publica a foto de sapatos, pretensamente abandonados pelos soldados egípcios, para poderem correr melhor. Não passará pela cabeça de ninguém perguntar se era possível, no mês de junho, correr descalço no deserto do Sinai!

Israel realizara todos os seus objetivos. Tinha, ao mesmo tempo, escancarado as portas do inferno!

15. Entrevista publicada na revista *Les Temps Modernes*, novembro de 1967.

7.

## A LENTA MATURAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL PALESTINO

A história do renascimento da identidade nacional palestina e do papel representado, nesse renascimento, pelas diversas organizações de combate, ainda hoje unificadas no âmbito da Organização para a Libertação da Palestina (OLP), ainda tem que ser escrita. Os documentos e testemunhos de que dispomos são seletivos e, sobretudo, conjunturais. De tanto querer provar que sempre tiveram razão e, ao mesmo tempo, serem vítimas da conjuntura do momento, que necessita de uma nova mudança política tão provisória quanto as anteriores, eles acabam se contradizendo e traindo a verdade. A odisséia do povo palestino que renasce de suas cinzas é ao mesmo tempo terrível e grandiosa. Ela merece mais que jeremiadas ou adulações.

Mas como conciliar a lucidez e a verdade, muitas vezes — senão sempre — cruéis, e as obrigações — mesmo que apenas emotivas ou morais — do momento e do futuro imediato? Tal conciliação é difícilíssima. Ela necessita de uma distância da qual me confesso ainda incapaz e à qual não estou, aliás, disposto. . . no momento. Sem ser em absoluto partidário incondicional dos dirigentes da resistência, meu engajamento ao lado do povo palestino que luta para fazer reconhecer seu direito a uma existência nacional é total e absoluto.

Sem dúvida ainda será preciso voltar um dia a todos esses problemas com menos paixão e, talvez, um pouco mais de obje-

tividade, pois o problema do renascimento nacional palestino e sua inscrição na ordem do dia da história é um dos mais complexos que existem. Ele não só deve ser recolocado no seu contexto local (luta de clãs), regional (contradições maiores árabe-israelenses e contradições não menores árabe-árabes) e internacional (guerra fria entre os dois blocos e divergências dentro de cada bloco), como, além disso, não pode ser reduzido a nenhum esquema ou assimilado a qualquer modelo. Daí sua grandeza e sua tragédia.

### Os palestinos “não existem”

Para dar-se conta disso, basta dar uma olhada num mapa da região, tanto antes quanto depois de 1967. Que é que se vê ali? À exceção do Egito, um certo número de Estados criados peça por peça após o desmantelamento do Império Otomano, não para corresponder aos desejos dos habitantes, mas para satisfazer aos interesses contraditórios dos aliados ocidentais da véspera. Imediatamente após a Segunda Guerra Mundial, um nome — e um único — desaparece do mapa: o da Palestina. Os palestinos, ou aqueles que ainda eram somente os “árabes da Palestina”, haviam desaparecido, portanto? Não, porém haviam sido expulsos, anexados, administrados, reduzidos ao estado de “refugiados”.

Riscado do mapa, o nome da Palestina igualmente o seria das agendas das organizações internacionais. Em 1952, a “Questão da Palestina”, que até então figurava na ordem do dia da Assembléia Geral da ONU, era substituída pelo título, mais anódino, de “Relatório Anual do Comissariado Geral do Serviço de Socorro e de Trabalhos das Nações Unidas (UNRWA)”. No Conselho de Segurança, a Questão da Palestina terá vida mais longa. Ela atingirá 1967, para ser substituída pela da “Situação no Oriente Médio”.

Os desejos de Israel eram assim atendidos e, com quatro meses de intervalo, em fevereiro e junho de 1969, dois primeiros-ministros israelenses poderão, sem pudor algum, declarar que

os palestinos não existiam, que jamais haviam existido. Levi Eshkol: “Quem são os palestinos? Quando cheguei aqui, havia duzentos e cinquenta mil não-judeus, principalmente árabes e beduínos. Isto era um deserto. Só depois que fizemos florir o deserto e que o povoamos é que eles procuraram tomá-lo de nós”. Golda Meir: “Quando vim para Israel em 1921, os palestinos não existiam. Quando houve um povo palestino independente com um Estado palestino? Houve a Síria do Sul antes da Primeira Guerra Mundial, e depois a Palestina, englobando a Jordânia. Não é como se houvesse um povo palestino na Palestina, por si mesmo considerado como um povo palestino, que teríamos expulso após nossa chegada e de quem teríamos tomado o país. Eles não existiam”.

A partir de afirmações feitas com tanta segurança, onde são confundidas as noções de “povo que se considera como tal” (conceito comum a todas as comunidades humanas, inclusive as mais primitivas) e “nação” no sentido político do termo (conceito histórico relativamente recente), a lógica sionista-israelense torna-se terrivelmente coerente. “Os palestinos não existindo” e jamais tendo existido — não só enquanto nação, mas mesmo enquanto povo —, não pode existir nem “problema palestino” nem “problema dos refugiados”, sendo este último um problema artificial, criado peça por peça pelos Estados árabes, que devem não só assumir a responsabilidade pela reabilitação dos não-seres e por sua inserção, mas também por suas ações e suas eventuais infiltrações por qualquer razão que seja.

### Uma selva de interesses contraditórios

Nesse meio tempo, sempre sob a égide do colonialismo triunfante, elites emergiam em cada um dos Estados árabes, e cada um destes Estados se dotava de estruturas políticas, administrativas, militares e policiais para defender os interesses dessas elites. No conjunto da região, Israel não tardava a aparecer como o “monstro frio” por excelência e a potência militar dominante.



Nessa selva de interesses contraditórios, que podiam fazer os palestinos para afirmar sua identidade própria? Não tinham nem terra na qual afirmar essa identidade, nem estruturas para defendê-la. Só lhes restava exibir as contradições, todas as contradições, aquelas chamadas maiores entre Israel e todos os seus vizinhos árabes, visto que Telavive os considerava individual e coletivamente responsáveis pela segurança de suas fronteiras eternamente provisórias, mas igualmente aquelas, chamadas menores, que opunham os Estados árabes uns aos outros, visto que os interesses de suas elites eram contraditórios e que cada uma dessas elites usava o problema palestino para aparecer mais que a outra, a fim de saber qual, por não ser a mais conseqüente, era a mais eloqüente em sua "defesa da Palestina árabe"!

O fato de que, nessas condições, os palestinos tenham cometido erros, que por várias vezes tenham queimado os dedos (por porem a mão no fogo) e, muitas vezes, mais que os dedos, deve, sem dúvida, ser posto no seu passivo... mas com inúmeras circunstâncias atenuantes. Eles abriam seu caminho no mais completo negrume, e às vezes no vermelho-sangue. Apesar do blablá de alguns, eles não tinham nenhum modelo em que se inspirar. Nem o da China, nem o, exaltante, do Vietnã, nem, apesar da tentação — freqüentemente aguçada por uma insistência não isenta de chantagem —, o da Argélia. Tanto as revoluções quanto os movimentos de libertação ou simplesmente independentistas sempre tiveram que traçar seu caminho original a partir de um povo instalado numa terra. Aliás, qualquer comparação entre a situação do povo palestino, expulso de sua terra e reduzido ao estado de populações refugiadas, e a dos sionistas que aspiravam ao "retorno" à Palestina parece-me safadeza. Sem os projetos estratégicos europeus, é provável que nem mesmo a Declaração Balfour houvesse existido. "O povo sem terra" jamais poderia ter ido ao encontro da "terra sem povo" se não tivesse, por trás dele, uma metrópole que, na época, por acaso era a maior potência do mundo. A "profecia" do Congresso de Basiléia teria continuado a ser uma promessa piedosa, se, tornando-se potência mandatária, a Grã-Bretanha houvesse adotado em relação ao "retorno" dos sionistas à "Terra Prometida" a

mesma política que persegue, desde sua criação, o Estado de Israel com relação aos palestinos que ele mesmo expulsou. E a famosa "guerra de independência" conduzida pelo Yishuv provavelmente teria conhecido um resultado diferente se não houvesse se desenrolado num contexto internacional eminentemente favorável, onde a exploração da comoção legítima suscitada pela descoberta da imensidão dos massacres nazistas representou um papel maior.

Quanto aos palestinos, tinham que travar sua luta de libertação fora de qualquer "projeto estratégico" que lhes tivesse servido de matriz, num contexto internacional que lhes era desfavorável, a partir de territórios (à exceção, totalmente teórica, de Gaza) que não eram mais deles e nos quais reinavam regimes que lhes eram opostos. Pode-se seriamente censurar os pais fundadores do movimento nacional palestino por, nessas condições, terem optado, em diversos momentos — mas sobretudo no início — pela política do pior?

### Os "razoáveis" e os "ativistas" do movimento nacional palestino

Porém, para melhor captar a mentalidade daqueles que levavam o povo palestino ao combate em nome de sua "identidade nacional", convém deter-me naquele momento histórico de 1964 onde foi tomada a decisão de passar da propaganda política à ação militar.

Para começar, tenho que esquecer que, como pano de fundo dessa decisão, há um imenso desespero. Claro, os Estados árabes, próximos ou distantes, não paravam de clamar alto e bom som sua "recusa" a Israel, cujo nome chegariam até a omitir dos mapas e livros de geografia. Porém cada um deles, agora que o esmigalhamento da região se enraizara, só se preocupava com a Palestina e os palestinos para determinar quem os usaria melhor ou quem os abraçaria mais forte para melhor abafá-los.

Os pais fundadores do Movimento de Libertação da Palestina (cujas iniciais, em árabe, formam o nome Fath\*) não o escondem. Quando, em 1.º de janeiro de 1965, armados apenas de sua esperança existencial, eles passam à ação, sob o nome de Al-Assifa, e vão colocar uma carga explosiva, sem grande efeito, aliás, a uma centena de metros no interior de Israel, pretendem atrair "represálias" que obrigariam os Estados árabes fronteiriços de Israel a enfrentá-lo ou, pelo menos, a se preparar para enfrentá-lo. Esta política do pior será explorada por Israel e contribuirá para a grande catástrofe de 1967. Irá também se inserir na estratégia dos mais retrógrados países árabes.

Esta decisão de passar à ação fora precedida de um longo debate dentro do comitê central do Fath, no qual os "ativistas" haviam vencido os "razoáveis". Uns e outros mantinham estreitas relações com a Síria pós-unionista, assim como com a Arábia Saudita e os emirados e sultanatos do sul arábico. Para uns e outros, Nasser era, depois de Israel, o inimigo principal, e não havia mal em atraí-lo para a armadilha. Não estava ele pretendendo, com o auxílio da administração Kennedy, chegar a um acordo com Israel com base na resolução da ONU de 1947, no retorno de um certo número de refugiados e numa compensação financeira para os outros<sup>1</sup>? Não fora ele que, no princípio do ano de 1964, convocara uma conferência de cúpula árabe sob o pretexto oficial de preparar uma réplica árabe coletiva ao desvio, por Israel, das águas do Jordão, mas, na realidade, para melhor controlar o extremismo sírio e evitar os riscos de um confronto com Israel? Ora, na época, dentro do Fath, tanto os "razoáveis" quanto os "ativistas" eram maximalistas. Para ambos, não se tratava de voltar ao plano de partilha de 1947, mas de libertar toda a Palestina, e as "manobras" nasserianas lhes pareciam cheirar a traição. Contudo, os "razoáveis" invocavam as relações de forças que lhes eram desfavoráveis, enquanto os "ativistas" faziam pouco-caso de tais considerações. Diziam que os pales-

\* Embora mantenhamos a sigla adotada pelo autor, esta organização é mais conhecida entre nós como "Al Fatah". (N. da T.)

1. Declaração de Hani el-Hassan, confirmada por Arafat e Khaled el-Hasan a Alan Hart, em Hart, Alan, *Arafat, terrorist or peacemaker?*, Londres, Sidwick and Jackson, 1984, p. 161.

tinhas nada tinham a perder, e sobretudo que represálias israelenses certamente seriam exercidas contra regimes execrados.

No debate que durou mais de um mês, os "razoáveis" acabaram se alinhando com o ponto de vista dos "ativistas" quando, com base na proposição de Nasser, as duas conferências de cúpula árabes de 1964 decidiram a criação de uma Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Os fundadores do Fath viram nessa decisão uma manobra destinada a melhor controlar as atividades palestinas e, mais particularmente, as suas. Por unanimidade, resolveram passar imediatamente à ação quando a OLP decidiu dotar-se de um apêndice militar, o Exército de Libertação da Palestina (ELP) e este ELP começou a atrair militantes anteriormente afiliados ao Fath. Segundo Khaled el-Hassan, este último elemento é que teria sido decisivo<sup>2</sup>.

Abu Iyad (cujo verdadeiro nome é Salah Khalaf) confirma esta versão: "A direção do Fath descobriu de imediato a manobra e calculou a ameaça que tal instituição, formada, animada e controlada pelos regimes árabes, fazia pesar sobre o movimento nacional palestino. (...) O ELP era um engodo. Ele se destinava não a combater Israel — q que todos os regimes árabes queriam evitar a qualquer preço —, mas a desviar os palestinos da tentação de conduzir uma luta armada autônoma. A previsão não era infundada e, se é que devíamos fraudá-la, tínhamos que passar à ação sem demora"<sup>3</sup>.

A esses argumentos é preciso acrescentar que os primeiros dirigentes do Fath não podiam imaginar que os exércitos árabes estivessem tão mal preparados e tão mal comandados. Nacionalistas palestinos, eles levavam pouquíssimo em conta o fato de que a metade dos efetivos dos exércitos egípcios estava engajada no Iêmen em nome de uma estratégia totalmente diferente da sua, mas que nem por isso era menos válida. Para levar até o fim sua coerência nacionalista, eles precisavam mesmo ficar contra essa estratégia nasseriana e afirmar que não era a unidade árabe que constituía o caminho para a Palestina, mas que, ao contrário, a Palestina é que constituía o caminho para a unidade árabe.

2. Hart, *op. cit.*, p. 171.

3. Abu Iyad, *op. cit.*, p. 74.

Essa estratégia antinasseriana era estimulada pela Argélia, particularmente após o golpe de Estado de junho de 1965 e a deterioração de suas relações com o Egito. Também o era pela Síria, que chegou até a fechar com o Fath um acordo que o autorizava a instalar campos de treinamento em seu território, mas sob a condição expressa de que todas as operações empreendidas só o fossem a partir da Jordânia ou do Líbano. Era, sobretudo, estimulada pela Arábia Saudita, incomodada tanto pela presença do exército egípcio no Iêmen quanto pela "amizade" soviético-egípcia, à qual ela dava dimensões ideológicas "insuportáveis". Quando, em 1966, o regime sírio se aproximou do Egito, exigirá dos dirigentes do Fath que normalizem suas relações com o Cairo. Estes últimos tentarão fazê-lo, mas darão com a cara na porta. Era tarde demais, os serviços de informação egípcios já os haviam fichado ora como Irmãos Muçulmanos, ora como agentes do rei Faiçal, inimigos ferrenhos de Nasser, ou da nova equipe que ocupava o poder na Síria, na qual Nasser tinha uma confiança bastante limitada.

Após a vitória israelense de 1967, recrudescer dentro do Fath a batalha entre "razoáveis" e "ativistas". Para estes últimos, o revés não significava uma derrota, já que não passava da derrota dos regimes árabes, que eles esqueceram de dizer quais. Para os outros, tratava-se de uma catástrofe ainda maior que a de 1948, uma catástrofe com a qual eles não contavam e para a qual não estavam preparados. Mais uma vez, os "ativistas" levaram a melhor, e decidiu-se empreender, imediatamente, uma guerra de libertação nacional a partir dos territórios ocupados.

A se crer em Khaled el-Hassan (tal como relatado por Alan Hart), a decisão de dar início à resistência armada imediatamente após a derrota foi tomada para prevenir uma iniciativa israelense, que consistiria em abandonar a margem ocidental do Jordão em troca de uma paz em boa e devida forma com a Jordânia, provavelmente com o acordo dos outros países fronteiriços, o que poderia ter por efeito apagar a chama do nacionalismo palestino. O Fath não podia aceitar uma retirada voluntária de Israel: isso teria constituído, para o povo palestino, uma catástrofe ainda maior que as anteriores. Era preciso a qualquer preço inverter os termos da equação e não deixar a

Israel outra escolha senão manter sua ocupação ou ser forçado a retirar-se sem contrapartida<sup>4</sup>.

Para mim, é difícil acreditar que Khaled el-Hassan tenha sido capaz de um raciocínio tão infantil. É verdade que desde seu retorno ao poder em 1967, Nasser não havia parado de repetir a quem quisesse ouvir que ele não se preocupava em absoluto com o Sinai, que ele recuperaria qualquer dia, através da guerra ou da diplomacia, já que as fronteiras orientais do Egito eram internacionalmente reconhecidas e o Sinai era um deserto pouco habitado, sobre o qual Israel só podia alegar pretensões exclusivamente expansionistas. Em contrapartida, Nasser não parava de se inquietar a propósito da margem ocidental do Jordão: sua anexação, em 1950, pelo rei Abdallah era juridicamente contestável e podia dar uma "base jurídica" às pretensões israelenses, sem dúvida tão expansionistas quanto no Sinai, mas dessa vez apoiadas por considerações religiosas e outras. A partir dessa constatação, Nasser dizia-se disposto a avaliar qualquer iniciativa que tendesse a arrancar, por qualquer meio que fosse, a Cisjordânia à ocupação israelense. Na conferência árabe dentro da conferência de cúpula de Cartum (agosto de 1967), ele suplicou a seus pares que isentassem somente o rei Husseín do compromisso de não concluir a paz separadamente com Israel, se esta paz pudesse realizar o objetivo, que ele considerava prioritário, de libertar a margem ocidental do Jordão. Ninguém quis ouvi-lo, e os palestinos, representados então por Ahmed Chukeiry, menos que os outros<sup>5</sup>.

Mas daí a acreditar que Israel estivesse disposto a satisfazer os desejos de Nasser há uma distância considerável. Temer tal eventualidade comprovava uma imaginação excessiva. E travar uma "guerra de libertação nacional" imediatamente após uma derrota tão total, para evitar que Israel se retirasse "benevolmente" da margem ocidental, era um erro monumental, que atestava uma ignorância absoluta da dinâmica israelense e de seus ali-cercos ideológicos, e um desconhecimento total do inimigo que se pretendia combater. Lembremos que Israel levará mais de

4. Hart, *op. cit.*, p. 246.

5. Riad, Mahmud, *The struggle for peace in the Middle East*, Londres, Quartet Books, 1981, p. 53-59.

cinco meses para aceitar a resolução 242 do Conselho de Segurança de 22 de novembro de 1967... e ainda por cima da boca para fora e demonstrando a ambigüidade do texto inglês da resolução para inferir que não se tratava de modo algum de se retirar de *todos* os territórios ocupados.

A essa explicação primária das operações desencadeadas pelo Fath após a derrota de junho de 1967, prefiro aquela dada por Arafat, segundo a qual era preciso muito simplesmente mostrar que a resistência palestina e árabe não havia cessado.

Seja como for, a "guerra de libertação", travada prematuramente, foi um completo fracasso. Yasser Arafat e seus companheiros teriam ficado com esse fracasso se Israel não lhes houvesse fornecido a oportunidade de alcançar simbolicamente uma vitória que iria consagrá-los como verdadeiros representantes da resistência palestina.

Foi a batalha de Karameh.

### A batalha de Karameh e suas conseqüências

No dia 21 de março de 1968, às cinco e meia da manhã, a título de "represália" contra infiltrações palestinas, quatro colunas blindadas israelenses atravessam o Jordão em direção a Karameh. Elas são imediatamente apanhadas pelo fogo da artilharia jordaniana, sob o comando do general Machhur Haditha. Mas antes de serem bloqueados, os blindados israelenses tiveram tempo de penetrar na localidade de Chuna e de arrasá-la.

Enviados como reforço, pára-quedistas israelenses saltam sobre as colinas situadas a leste de Karameh. Eles são alcançados pelos tiros das armas automáticas dos *fedayin*, mas, no final da manhã, conseguem penetrar em Karameh, que dá a impressão de uma cidade morta. Os comandos do Al-Assifa aparecem então e opõem-lhes uma resistência encarniçada. Mais tarde, o general Machhur Haditha homenageará os combatentes palestinos dizendo que eles se comportaram como heróis.

Às catorze horas, os soldados israelenses se retiram, mas a cidade está quase que totalmente destruída. No caminho de

volta, são novamente perseguidos pelos comandos do Al-Assifa e pela artilharia jordaniana. O último soldado israelense só atravessará o Jordão às nove horas da noite. A batalha de Karameh terá durado quinze horas.

Como de costume, de ambas as partes os comunicados são contraditórios. Mas que importa? Pela primeira vez, e menos de um ano após a derrota de junho de 1967, os trezentos *fedayin* de Karameh mostraram que era possível fazer frente a um exército até então sempre vitorioso. A realidade não tarda a se transformar em lenda, à qual o romantismo que se desencadeara na época no mundo inteiro dará uma ressonância particular. No mês de maio, em Paris, no pátio da Sorbonne, aparecerão, ao lado dos *posters* de Mao Tsé-tung, "Che" Guevara e Ho Chi Minh, desenhos que representam o *fedai* palestino com sua *kefieh* e seu revólver-metralhadora.

No local, os efeitos de Karameh (cujo nome, em árabe, significa "dignidade") são imediatos. Abu Jihod (cujo verdadeiro nome é Khalil el-Wazir) recorda: "No dia seguinte, e durante três dias, das sete horas da manhã às nove da noite, com minhas cadernetas e lápis, eu fiquei sentado debaixo de uma árvore a registrar os nomes e endereços daqueles que queriam juntar-se a nós. Apenas naqueles três dias tivemos cerca de cinco mil voluntários vindos de toda parte"<sup>6</sup>. Haverá vinte e cinco mil outros no decorrer dos dezoito meses seguintes.

O aspecto político da "vitória" de Karameh é mais importante que seu aspecto militar. O rei Hussein não perde tempo. Aproveita a oportunidade, manda que o fotografem ao lado de um tanque israelense calcinado e declara, durante uma entrevista coletiva, que "talvez chegue o dia em que todos seremos *fedayin*".

As organizações combatentes palestinas vão de vento em popa. No dia 15 de abril, um comunicado publicado pelo comitê central designa Yasser Arafat como porta-voz oficial do Fath. Em meados de junho, na formação do IV Conselho Nacional Palestino (CNP), a Organização para a Libertação da Palestina (OLP) e o Exército de Libertação (ELP) que dela depende re-

6. Hart, *op. cit.*, p. 265.

cebem apenas quarenta e sete cadeiras, contra quarenta e oito das organizações de *fedayin*.

No dia 1.º de janeiro de 1969, o comitê central do Fath publica um comunicado no qual proclama que "o Movimento de Libertação da Palestina, Fath, rejeita categoricamente a resolução do Conselho de Segurança de 22 de novembro de 1967 e a missão Jarring que dela emana" e que, "em todo caso, a aceitação da resolução de 22 de novembro de 1967 ou qualquer outra solução pseudopolítica, de qualquer parte que seja, não compromete de modo algum o povo palestino, que está determinado a prosseguir impiedosamente sua luta contra a ocupação estrangeira e a colonização sionista".

Em seu discurso inaugural da quinta sessão do CNP que se dá no Cairo em fevereiro de 1969, Nasser responde ao comunicado do Fath: "A RAU [o Egito] respeita a atitude adotada pela Resistência quando ela rejeita a resolução 242 do Conselho de Segurança que a RAU, de sua parte, aceitou. (. . .) A resistência palestina tem o direito de rejeitar esta resolução. Ela talvez seja suficiente para apagar as marcas da agressão de junho de 1967, mas não o é no que diz respeito ao destino do povo palestino. Rejeitamos as explicações que limitam o problema dos refugiados aos sentimentos humanitários e à caridade".

Após quatro dias de debates, Yasser Arafat é eleito presidente do comitê executivo da OLP. A vitória das organizações de resistência parece total. Porém uma vitória só é vitória se bem administrada e principalmente se os vencedores estão de acordo sobre o sentido a lhe atribuir. Este não é o caso.

Todos os dirigentes palestinos, sem exceção, entendem mal as palavras de Nasser quando diz que "a RAU respeita a atitude adotada pela Resistência quando ela rejeita a resolução 242 do Conselho de Segurança que a RAU, de sua parte, aceitou". Eles vêm nisso um endosso de Nasser à política deles, enquanto na realidade Nasser estava lhes dizendo, da maneira mais clara possível, que ele tinha "sua" política, que a resistência palestina tinha "a dela", e que estas políticas, sem serem necessariamente contraditórias, não eram as mesmas. Acrescentando entender que a resistência palestina tivesse a "sua política", ele dava a entender que ela devia, por sua vez, admitir a dele. Com esse discurso pronunciado na tribuna do CNP, Nasser acabava de

declarar que a RAU, admitindo a legítima diversidade das estratégias e das táticas árabes, não se sentia mais comprometida com outras estratégias e táticas que não as suas. Ainda não era o descomprometimento árabe do Egito (descomprometimento que só iria aparecer claramente com Sadat), mas já era uma concessão que o campeão do arabismo fazia àqueles que, no Cairo e desde 1967, pregavam uma certa volta do Egito para si mesmo. No entanto, esta "egipcianização" da RAU não deveria escapar a ninguém quando um mês depois, em março de 1969, Nasser encetou a guerra de usura no *front* do canal sem solicitar uma ativação qualquer do *front* oriental: o Egito não fazia mais a Israel senão a SUA guerra!

Paralelamente a este erro de análise, alguns dirigentes palestinos entendem igualmente mal o sentido real de sua popularidade. A se crer neles, não era apenas a causa palestina que havia dado um grande passo à frente, mas a Revolução com R maiúsculo! Tendo os regimes árabes sido vencidos em 1967, seus aparelhos de Estado não podiam mais ter uma eficácia qualquer, e eles, os palestinos, tinham se tornado os donos da região, onde nada mais podia ser decidido sem seu aval explícito!

Por toda uma série de assimilações primárias, eles identificam Amã com Hanói e exigem "todo poder à guerrilha". Comandos armados aparecem nas ruas da capital jordaniana, onde eles imaginam que o rei Hussein e seu exército só têm que lhes garantir a intendência! Quando, em março de 1969, o Egito desencadeia a guerra de usura, alguns, tomados pela vertigem, chegam até a afirmar que Nasser só tomou essa decisão para "rivalizar" com a resistência palestina que disputava prestígio com ele no próprio Egito e lhe havia "roubado o estrelato" na cena árabe!

A aparência parece dar razão a esses fantasistas. Em Beirute, o esquerdismo verbal deleita a boa sociedade e o campus da universidade americana! Porém os combates entre os comandos palestinos e o exército libanês se multiplicam, ao mesmo tempo que as agressões israelenses. O acordo do Cairo de 3 de novembro de 1969, imposto por Nasser, contenta gregos e troianos. Ele tenta prevenir as "represálias" israelenses proibindo tiros a partir do território libanês, mas faz da resistência pales-

tina um componente da vida política libanesa. Esta opção custará caro tanto ao Líbano quanto à resistência palestina.

Esperando o amadurecimento da tragédia libanesa, é na Jordânia que os palestinos pagarão, em primeiro lugar, pela superestima de suas forças e pela subestima das forças dos adversários.

### A cegueira de certos dirigentes palestinos

O mês de maio de 1970 ficará gravado para sempre em minha memória. É o mês em que, por instância de meus amigos, o intelectual marxizante Yassin el-Hafez e o escritor Ghassan Kanafani, aceito o convite da Frente Popular de Libertação da Palestina (FPLP), uma das principais organizações de resistência, para participar de sua "escola de quadros". Eu devia aproveitar a ocasião para estudar a situação *in loco* e participar-lhe minhas impressões. Na época, contrário a qualquer abordagem tanto palestina quanto egípcianista da problemática árabe, eu me sentia bastante próximo da FPLP, e conservo, ainda hoje e malgrado o abismo político que se cavou entre nós, um fraco afetivo por Georges Habache, que considero um homem honesto, devotado — sem segundas intenções — à causa que ele acredita ser justa.

Na Jordânia, acompanhado de um "comissário político", só precisei de dois ou três dias para constatar que, no plano estritamente militar, a desproporção entre as forças jordanianas e palestinas era tal que nem mesmo se podia falar em qualquer relação de forças, e que o desequilíbrio demasiado flagrante não era compensado por uma verdadeira adesão popular aos objetivos e métodos da resistência. Os lojistas, comerciantes e "cambistas" de Amã formavam um imenso "lodaçal", tal como aquele que conheci no Egito durante a Segunda Guerra Mundial. Eles sorriam para nós, recebiam-nos com abraços, mas não deixariam, em caso de conflito, de ficar neutros ou juntar-se ao campo que lhes parecesse mais forte. Dentro do exército, a aviação, a artilharia e os blindados eram comandados por generais que queriam

se bater, e era de se prever que, em caso de confronto, a infantaria, que contava com um grande número de soldados de origem palestina, representaria apenas um papel menor e que, em todo caso, esse papel só seria confiado às unidades incondicionalmente fiéis ao rei. A posição dos oficiais superiores, mais ou menos favoráveis às organizações de resistência, como o general Machhur Haditha, era extremamente delicada, e não se devia, sobretudo, fragilizá-la mais.

Da Jordânia, fui para o Iraque, para a Síria e depois para o Líbano. Em Bagdá, disseram-me o mais claramente possível que "o Iraque se atribuía como tarefa prioritária a defesa das fronteiras leste da pátria árabe", o que significava que, em caso de confronto na Jordânia, os palestinos e seus aliados não deviam contar com o exército iraquiano que se encontrava naquelas fronteiras. Em Damasco, as cisões existentes no poder que eu constataria anteriormente haviam se agravado, e eu concluí disso que o enfrentamento decisivo era iminente. Em Beirute, as pichações antipalestinas nas paliçadas e nos muros haviam proliferado.

De volta à Jordânia, participei minhas observações não só à FPLP, pela qual eu fora convidado, mas também às outras organizações de resistência, e sobretudo ao Fath. A conjuntura local, regional e internacional me parecia desfavorável tanto à "resistência palestina" quanto à "revolução árabe". Esta resistência não poderia manter por muito mais tempo a contradição entre seu comportamento nos países árabes que lhe serviam de "santuários" e sua recusa de uma ingerência qualquer daqueles países — que dispõem de aparelhos de Estado — em suas próprias questões. Esperando que esse ponto, ao mesmo tempo ideológico e programático, fosse esclarecido num ou noutro sentido, eu recomendava a adoção, pelo menos provisória, de um perfil baixo. Terminava meu relatório dizendo que o rei Hussein e seus generais de extrema direita pareciam ter tomado sua decisão de acabar com a resistência palestina, mas que, para passar à ação, estavam esperando o "sinal verde", ou o que pudesse ser interpretado como tal, de Nasser. Também sobre este ponto era preciso evitar toda e qualquer ação da qual pudesse resultar tal quiproquó. Em suma, "perfil baixo" em todos os planos.

Algumas organizações de resistência — particularmente a Frente Popular de Georges Habache e a Frente Democrática de Nayef Hawatmeh fizeram exatamente o contrário do que eu recomendara. É verdade que estas organizações, dizendo-se “revolucionárias”, e não, em absoluto, “estritamente nacionalistas”, não se consideravam atingidas pela clarificação ideológica que eu recomendara. Ademais, aos olhos deles, eu devia parecer bastante derrotista ao afirmar que, naquele ano de 1970, a “revolução árabe” estava em pleno refluxo e que, para mantê-la inscrita na ordem do dia da história, era preciso evitar a qualquer preço todo confronto prematuro e, principalmente, não fornecer nenhum álibi aos inimigos em potencial e contentar-se em preservar as posições adquiridas pela resistência palestina em sua totalidade.

Perguntei-me na época e ainda me pergunto: como é que se pôde, àquela altura, superestimar as próprias forças e subestimar as do adversário? Como se pôde imaginar, por um instante que fosse, que o rei Hussein aceitaria a existência e, *a fortiori*, a manutenção de um duplo poder num país do qual ele era o soberano? O massacre dos *fedayin* pelo exército jordaniano em setembro de 1970 estava inscrito nos fatos e não era difícil ver sua aproximação... de muito longe! Enquanto rei, Hussein não podia “trair” nada além de seu estatuto de rei, e seus generais de extrema direita só estavam esperando a oportunidade para acabar com aqueles “agitadores” palestinos que contestavam sua autoridade.

### A OLP e Nasser

Esta oportunidade seria oferecida pelo Plano Rogers e sua aceitação pelo Egito, pela Jordânia e, da boca para fora, por Israel. Este plano previa, no *front* do canal, um cessar-fogo de noventa dias e a retomada, pelo embaixador Jarring, representante pessoal do secretário-geral da ONU, da missão de conciliação. Nada de particularmente novo. O cessar-fogo, que devia ocorrer em 8 de agosto de 1970, só reconduzia a situação ao

que ela era antes de março de 1969, quando o Egito iniciara a guerra de usura enquanto o “*front* oriental” (o da Síria e da Jordânia) permanecia exasperadamente imóvel, tanto do ponto de vista militar quanto do ponto de vista político e diplomático, e os chefes de Estado árabes, reunidos numa conferência de cúpula no Marrocos, regateavam sua ajuda financeira a Nasser, a menos que ele lhes submetesse os planos de seu estado-maior! Ademais, ele era limitado a noventa dias. E o Plano Rogers previa apenas uma “retomada”, pelo embaixador Jarring, de sua missão anterior, que consistia em buscar os meios para pôr em prática a resolução 242 do Conselho de Segurança, já aceita por Nasser e da qual ele fazia mesmo seu cavalo de batalha diplomático. Seria isso suficiente para que os palestinos tivessem a sensação de estar sendo traídos, quando Nasser havia reiterado sua aceitação diante do CNP em seu discurso de 1.º de fevereiro de 1969?

Na realidade, até aquela data (julho de 1970), todas as organizações palestinas que haviam entendido mal o discurso de Nasser de fevereiro de 1969, rejeitavam qualquer solução do conflito que não a militar. E todas eram estimuladas pela Síria, pelo Iraque, pela Argélia e pela China, que denunciavam, cada um por razões diferentes, as iniciativas políticas ou diplomáticas consideradas “rendicionistas” e “liquidadoras”. Tendo Yasser Arafat declarado que o Fath “não reconhecia nem Jarring nem quem quer que seja. Só sabemos de uma coisa: queremos recuperar nosso país, e o único meio para conseguir isso é o fuzil”, Georges Habache vai ainda mais longe: “Deve ficar bem entendido para nós que a Resistência está totalmente disposta a transformar o Oriente Próximo num inferno, a atacar todos os interesses colonialistas e imperialistas e todos aqueles que querem destruir a esperança do nosso povo. (...) Só haverá solução pacífica se a resistência palestina for esmagada. Pois bem, ela está decidida a não o ser”<sup>7</sup>.

Cerca de quinze anos depois, num livro escrito “com a cooperação de Yasser Arafat e dos principais dirigentes da OLP”<sup>8</sup>, Alan Hart atribuirá a Yasser Arafat a seguinte versão:

7. Baron, Xavier, *Les palestiniens, un peuple*, Paris, Sycomore, 1984, p. 241.

8. É a frase impressa na capa do livro de Hart.

“Os radicais no seio da OLP decidiram então organizar uma manifestação contra Nasser. Supliquei-lhes que não o fizessem. Como se recusassem a me ouvir, sugeri a eles que fossem discutir com Nasser antes de fazer a manifestação. Nada foi feito. A manifestação ocorreu, tendo na frente um burro em cuja cabeça haviam colocado uma fotografia de Nasser, que foi chamado de ‘traidor’ e de ‘agente do imperialismo americano’”. Então, acrescenta Arafat, é que Nasser teria enviado ao rei Hussein “um recado no qual lhe dizia que já era tempo de dar-nos uma lição”<sup>9</sup>.

Nasser realmente mandou um “recado” desses? Esta versão do “recado” atribuída a Arafat é tão pouco digna de crédito quanto diversas outras asserções de Alan Hart, que parece ter induzido um pouco demais as declarações do presidente da OLP e de seus companheiros. A versão da crise egípcio-palestina dada por Abu Iyad em suas entrevistas com Éric Rouleau me parece mais digna de crédito:

“O conselho central da Resistência estava dividido sobre a atitude a adotar com relação a Nasser. Era necessário travar a prova de força com o regime egípcio? A maioria, favorável a uma política aventureira, respondeu a esta questão pela afirmativa. O Fath, apoiado pela organização pró-síria Saika e alguns independentes, estava, ao contrário, resolvido a não romper os laços com o Egito. Decidimos a partir de então enviar emissários até Nasser a fim de buscar um *modus vivendi*.

“Várias razões incitaram-nos a tomar essa iniciativa. Taticamente, teria sido um suicídio atacar o Rais quando nos arriscávamos a ser apunhalados pelas costas por Hussein. Estrategicamente, não podíamos permitir-nos romper com o mais poderoso dos países árabes, cujo peso regional e internacional nos era precioso. Além disso, tínhamos confiança no patriotismo de Nasser.

“A delegação que foi a Alexandria compreendia Yasser Arafat, Faruk Kaddumi, Hayel Abdel Hamid e eu (representante do comitê central do Fath), Daffi Gamassin (da Saika) e Ibrahim Nakr (independente). Nasser recebeu-nos com uma certa frieza. ‘Caminhei pelo meu jardim durante uma hora para

9. Hart, *op. cit.*, p. 315.

poder dominar minha raiva antes de recebê-los’, disse-nos de cara. Estava indignado com os ataques de que era objeto nas publicações do Fath, e mostrou-nos uns exemplares jogados sobre sua escrivaninha. Não tínhamos o direito de criticá-lo antes de tomarmos conhecimento das motivações que o haviam levado a aceitar o Plano Roger, prosseguiu ele.

“No decorrer da entrevista, que durou mais de sete horas, indicou que havia uma chance em mil de que o projeto americano fosse realizado, pois sabia por antecipação que Israel não tinha, em absoluto, a intenção de respeitar seus compromissos e de restituir em sua totalidade os territórios ocupados. No entanto, ele prosseguia em seus esforços para chegar a um acordo pacífico. Enquanto isso, precisava ganhar tempo para preparar a guerra, que lhe parecia, num primeiro tempo, inelutável.

“(…) Participou-nos a inquietação que lhe inspirava a situação na Jordânia. ‘Sei’, disse-nos ele, ‘que os serviços especiais hachemitas espalharam o boato de que encorajei o rei Hussein a atacar vocês. O contrário é que é verdadeiro. Quando de sua recente visita ao Cairo, eu o pus em guarda contra tal tentação por duas vezes: uma numa conversa pessoal e a segunda na presença do seu primeiro-ministro, Abdel Moneim el-Rifai’.

“Deixamos Alexandria apenas meio tranqüilos. O rei Hussein não parecia levar em conta as advertências de Nasser, visto que mandava bombardear sistematicamente as posições da Resistência.”<sup>10</sup>

Mais adiante, Abu Iyad prossegue:

“Sem dúvida, [Nasser] demorou a reagir à ofensiva lançada pelo rei Hussein contra os *fedayin* em setembro de 1970. Certos espíritos desconfiados não hesitaram em retomar a seu modo o boato espalhado pelos serviços jordanianos segundo o qual ele teria “dado o sinal verde” ao rei para eliminar os *fedayin*. Tudo me parece desmentir esta tese. Se era verdade que ele desejava nossa destruição, teria despendido tantos esforços, como fez, para parar os combates, para salvar os dirigentes da Resistência? As razões que me forneceu para explicar a passividade durante os quatro ou cinco primeiros dias da guerra me pareceram sinceras.

10. Abu Iyad, *op. cit.*, p. 128-130.



Se não o eram, a pior das hipóteses que se poderia adotar é a daqueles que afirmam que Nasser tentou nos dar uma lição, lembrar-nos nossos limites”<sup>11</sup>.

### Setembro negro

Parece-me curioso que nem Abu Iyad em suas entrevistas com Éric Rouleau, nem Yasser Arafat, nem Abu Jihad, nem Khaled el-Hassan nem nenhum dos interlocutores de Alan Hart tenham se dado ao trabalho de se deter nas razões “sinceras” dadas por Nasser para justificar-desculpar seu “atraso” de três ou quatro dias. Eles sabiam, no entanto, que há dois anos ele estava gravemente doente. O diabete o minava e a arterioesclerose o fazia sofrer terrivelmente. Seus médicos soviéticos, iugoslavos, egípcios e outros tinham-no prevenido: ele não podia manter seu ritmo de trabalho e continuar com vida. Alguns meses antes, seu amigo Tito, aproveitando um dos seus encontros regulares, o havia retido em Brioni, quase prisioneiro. Desde o início do mês de setembro, seus médicos egípcios, constatando a deterioração de seu estado de saúde, pressionavam-no a se conceder alguns dias de folga.

Como um mediador da Liga Árabe havia começado suas negociações em Amã, Nasser pensou poder contar com o bom senso do primeiro-ministro jordaniano, Abdel Moneim el-Rifai, e com Yasser Arafat e seus companheiros para evitar o pior. Partiu então para Marsa Matruh, no litoral mediterrânico, perto da fronteira líbia, oficialmente por uma semana. Por ordem médica, seus assessores haviam combinado não o chamar de jeito nenhum e não lhe transmitir nenhum documento, porém não podiam privá-lo do seu rádio<sup>12</sup>. Acompanhado somente por seus médicos, ele estava em Marsa Matruh há apenas vinte e quatro horas quando, no dia 16 de setembro, fica sabendo da

11. *Ibid.*, p. 146.

12. Para a cronologia, Riad, *op. cit.*, p. 161-164.

destituição de Rifai e de sua substituição pelo general Mohamed Daud, um palestino ao qual o rei impõe um governo de militares, assim como a nomeação do marechal Habes el-Madjali como chefe de estado-maior e governador militar geral encarregado da lei marcial. Nasser não hesita. Decide, contra a opinião dos médicos, voltar no dia seguinte para o Cairo.

Naquele dia, 17 de setembro, o rei Hussein desencadeia uma ofensiva geral contra as forças palestinas. Nos primeiros dias, a maioria dos dirigentes palestinos acredita poder vencer. Eles contam com a dispersão do exército jordaniano, com a intervenção que lhes fora prometida do contingente iraquiano estacionado em Mafrak e com a das forças armadas sírias. Porém o exército real não se dispersará: Habes el-Madjali cuida de só colocar nos combates as unidades, beduínas de blindados e de artilharia. Quanto ao contingente iraquiano, não só ele não se coloca “sob o comando do comitê central da OLP”, conforme o prometido, mas retira-se de suas posições para deixar as forças reais passarem. Enfim, só cinco dias depois do início das operações é que a Síria acaba deixando os tanques palestinos (de um modelo vetusto, pertencente à Brigada Hittin do ELP) passarem para a Jordânia. Esta autorização é imediatamente denunciada por Amã como “uma intervenção síria” e resultará, simultaneamente, numa crise internacional e numa outra, local.

O secretário de Estado americano William Rogers condena “a intervenção irresponsável e imprudente da Síria” e declara que “esta ação comporta o perigo de um conflito ampliado”; Washington instala um estado-maior de crise, reforça a VI Frota americana no Mediterrâneo e põe em estado de alerta a 82.<sup>a</sup> Divisão Aerotransportada. Moscou previne Nasser de uma “intervenção iminente da aviação israelense” e pede-lhe que intervenha para circunscrever o conflito. Em Damasco, a crise no cerne do regime, até então latente, explode. O general Hafez el-Assad, ministro sírio da Defesa, recusa fornecer à Brigada Hittin a menor cobertura aérea. Após um combate desigual com os blindados e a aviação jordaniana, o que resta da Brigada Hittin atravessa novamente, no dia 23 de setembro, a fronteira síria, após ter perdido, conforme as estimativas, certamente exageradas, cento e três tanques e cento e setenta veículos diversos.

Nesse meio tempo, desde o dia 18 de setembro, isto é, desde o dia seguinte à ofensiva real, Nasser envia a Amã o comandante-em-chefe das forças armadas egípcias para pedir ao rei a cessação dos combates. Hussein, decidido a acabar de uma vez por todas com uma situação que lhe parece intolerável, espera vinte e quatro horas antes de receber o general Sadek, e Nasser tem que intervir pessoalmente, enviando, no dia 19 de setembro, um telegrama ao rei para pedir-lhe que interrompa o bombardeio sistemático das posições palestinas. Hussein só lhe responde no dia seguinte, 20 de setembro, para dizer-lhe ter ordenado a cessação dos combates, que no entanto prosseguem tanto em Amã quanto em Irbid e em todas as cidades do norte da Jordânia.

Diante da degradação da situação, Nasser convoca uma conferência de cúpula. Só participam dela, a seu lado, os reis, emires e presidentes da Arábia Saudita, do Kwait, do Líbano, da Líbia, do Sudão, da Tunísia e da República Árabe do Iêmen. De modo bastante curioso, "os chefes da causa palestina" não respondem ao apelo. Sem dúvida acreditam que a relação de forças era favorável às organizações dos *fedayin*, o que os leva a denunciar "as manobras de conciliação"! De sorte que no dia 22 de setembro o presidente sudanês Nemeiry (e não um "puro" e "duro") é que conduz, em Amã, a primeira missão interárabe. Ela sofre um fracasso, porém consegue reconduzir ao Cairo os dirigentes palestinos aprisionados: Abu Iyad, Faruk Kaddumi, Ibrahim Bakr e Abu Gharbia. Ela voltará a Amã no dia 24, quando, em condições rocambolescas, consegue encontrar Yasser Arafat, que a reconduz ao Cairo. As reuniões da miniconferência de cúpula prosseguem, na presença de Yasser Arafat. No dia 25, tarde da noite, Nasser dirige ao rei Hussein uma mensagem cominatória, na qual lhe diz que o relatório da missão de conciliação "não deixa nenhuma dúvida sobre a existência de um plano conjunto que visa eliminar a resistência palestina através de um terrível massacre". Finalmente, na noite de 26 de setembro, o rei aceita ir ao Cairo. Ao termo de uma sessão dramática, chega-se, no dia 27 de setembro, a um acordo que é quase a cópia escarrada daquele concluído em 15 de setembro, entre o primeiro-ministro jordaniano Abdel Moneim el-Rifai e Abu Iyad em nome de Yasser Arafat.

### A morte de Nasser

Desde 18 de setembro, Nasser dormiu apenas duas ou três horas por dia e, às vezes, nada. Durante as reuniões, tem que se levantar de hora em hora ou de duas em duas horas para dar alguns passos nos corredores a fim de aliviar as dores na perna que ficavam insuportáveis. Para agüentar o tranco, ele se entope de medicamentos. Contudo, tem que ir ao aeroporto receber cada um dos seus hóspedes. Ainda está no aeroporto quando Nemeiry volta de Amã acompanhado de Abu Iyad, Faruk Kaddumi e seus companheiros, com os quais ele passa uma noite em claro. Vai ainda ao aeroporto para receber Yasser Arafat e depois o rei Hussein. Apesar de seu esgotamento, vai ainda ao aeroporto acompanhando cada um dos seus hóspedes. Na volta, após ter acompanhado o último que partia, o emir do Kwait, é que ele morre de parada cardíaca. Chamados com urgência, os médicos podem apenas menear a cabeça. Eles tinham previsto isso... e o haviam prevenido.

Mais uma vez, passo a palavra a Abu Iyad: "Em 28 de setembro, o dia seguinte à assinatura do acordo Arafat-Hussein no Cairo, Kaddumi e eu nos encontrávamos em casa de amigos quando o rádio se pôs de repente, e sem razão aparente, a transmitir os versos do Corão. Aquele sinal de luto nos deu o sentimento de que a desgraça chegara para Nasser. Amigos da imprensa confirmaram a terrível notícia: o homem que tinha acabado de nos salvar estava morto. Apesar da dor insuportável que me atingiu, redigi — em nome de Fath — uma mensagem de condolências a Anuar el-Sadat, vice-presidente da República. O texto brotava do meu coração; cada palavra, tenho certeza, traduzia os sentimentos profundos de todos os palestinos. Nasser, que encarnava as aspirações e os sonhos de toda a nação árabe, escrevi eu, em suma, caiu no campo de honra; suas idéias ficarão gravadas para sempre na memória das gerações vindouras do povo palestino, ao qual ele devolveu, como a todos os outros povos árabes, dignidade e razões de esperança... Yasser Arafat, Abu Jihad e Abu Mazer, que naquela noite circulavam de automóvel por Damasco, souberam da notícia pelo rádio, que transmitiu também o texto do meu telegrama. Os três explodiram em

soluços. E quando me encontrei com Arafat, que voltou precipitadamente ao Cairo, suas lágrimas ainda continuavam a correr.

"Alguns poderão surpreender-se com a profundidade de nossa mágoa, ressaltando as divergências, e às vezes os choques, que tivemos com Nasser. (...) Nasser foi para todos nós um pai e um guia, mesmo quando lhe acontecia de se enganar. Patriota, ele serviu ao povo egípcio; nacionalista árabe, deu uma ajuda apreciável ao povo palestino. Ele nos amava sinceramente."<sup>13</sup>

É fácil falar assim em 1978, oito anos após a morte de Nasser, um ano após a visita de Sadat a Jerusalém e às vésperas da conclusão dos acordos de Camp David, que consagrarão aquilo a que Nasser sempre se recusara: a volta do Egito à sua egípcianidade.

Nasser morreu ao querer salvar a resistência palestina e seus dirigentes. Com ele, e apesar de suas inúmeras falhas, a opção árabe (e, logo, palestina) do Egito perdeu seu herói mais autêntico. Se ele estivesse vivo, Hussein jamais teria ousado prosseguir sua ofensiva, que duraria até 17 de julho de 1971, e suprimir a presença da resistência palestina na Jordânia, ajudado nisso por Hafez el-Assad, que, tendo conseguido monopolizar o poder em Damasco, bloqueava em Lattaquieh as armas pesadas que a Argélia destinava aos palestinos.

Sem sombra de dúvida, dando continuidade à reconstituição de seu exército, Nasser teria prosseguido seus esforços políticos e diplomáticos com vistas a conseguir uma paz com Israel, pois considerava Israel um fato irreversível. Sobre este ponto, Sadat não o traiu. Porém, contrariamente à paz de Sadat, os palestinos certamente não teriam sido excluídos da paz de Nasser.

Com Nasser morto e a egípcianização do Egito mais provável que anteriormente, os dirigentes palestinos começarão a mudar o rumo de sua política, não sem cometer novos erros, que implicarão a guerra, primeiro intercomunitária, em seguida interárabe no Líbano, dando a Israel o alibi, há tanto tempo procurado, para expulsá-los desse último santuário e de encontrar o "major" cristão com o qual ele sonhava. Em 1982, pela primeira vez desde a destruição de Bagdá pelos mongóis, uma capital

13. Abu Iyad, *op. cit.*, p. 145.

árabe — Beirute — será sitiada, bombardeada e destruída, sob o olhar impávido de todos os dirigentes árabes, que, dessa vez, não demorarão três ou quatro dias antes de intervir, mas cruzarão, muito simplesmente, os braços.

Imediatamente após a saída dos combatentes palestinos de Beirute, milícias cristãs procederão, de 16 a 18 de setembro, a um dos mais terríveis massacres de civis palestinos, sob o signo conjugado da cruz e da estrela-de-davi. Um pouco mais tarde, a Síria, que pouco se mexera quando da invasão israelense, descobrirá um número suficiente de aviões, canhões, blindados e soldados para expulsar os combatentes palestinos do seu último reduto.

### A evolução da OLP

A mudança de rumo da política da OLP se dará de maneira irregular e abrupta. A reivindicação da OLP passará da recusa da partilha e da libertação de toda a Palestina, o que significa a destruição do Estado de Israel, à constituição de uma "Palestina democrática" onde todas as confissões religiosas teriam espaço, mas que significa igualmente a desaparecimento do Estado de Israel enquanto tal, e depois à aceitação oficiosa de todas as resoluções da ONU (sem outra precisão), à criação de um Estado palestino em toda porção de território palestino que fosse libertada e, finalmente, à proclamação de um Estado palestino conforme a resolução 101 de 1947 (o que implica um reconhecimento explícito da partilha da Palestina e do Estado de Israel e a conclusão de um tratado de paz a partir de negociações que se fariam sob a égide de uma conferência internacional da qual participariam os membros permanentes do Conselho de Segurança e todos os Estados da região implicados no conflito israelense-árabe).

Quanto tempo será preciso para chegar a isso! Mas era difícil descobrir uma estratégia e uma política nítidas e claras, e esforçar-se para privilegiar o consenso entre diversas organizações, às vezes fantoches, onde se refletissem todas as ideologias e tendências do mundo árabe. Para clarificar a situação, fora

preciso começar admitindo que “consenso” e “democracia” não rimavam e aceitar o risco de uma explosão da OLP, risco, aliás, menor, tão real é o engajamento de Georges Habache e de seus companheiros da Frente Popular de Libertação da Palestina na causa comum. Enquanto presidente do conselho executivo da OLP, Yasser Arafat não podia continuar eternamente a iniciar uma política para em seguida deixá-la ser sabotada por esta ou aquela organização menor, à qual, por uma razão qualquer, esta política não convinha. Tal falta de clareza só podia fazer o jogo de Israel, que prosseguia em seu objetivo de colonização rasteira nos territórios palestinos ocupados.

Por outro lado, o Intifada (a revolta das pedras) embaralhou os dados do problema dentro mesmo do movimento nacional palestino. Durante meses, tanto na Cisjordânia quanto em Gaza, homens e mulheres, adolescentes e crianças não pararam de fazer manifestações e de enfrentar o exército israelense. No local, esses resistentes conseguiram dotar-se de um programa mínimo (a recusa da ocupação) e de uma direção quase nacional de coordenação. Daqueles que, no exterior, os representavam, eles esperavam uma expressão política que lhes descortinasse uma perspectiva de futuro. Nacionalista ou revolucionária, estatalmente palestina ou federativamente árabe, mas uma perspectiva.

Todavia, não há dúvida de que semelhante clarificação, mesmo no sentido da mais extrema moderação, pode não resultar numa solução do problema palestino. Não faltam “falcões” em Israel, onde, principalmente a partir de 1967, a sociedade seguiu um itinerário totalmente oposto ao da OLP, alimentada que fora por toda uma série de mitos devastadores: mito do “povo da nuca dura”, mito do “braço longo”, mito de Sansão, mito de Massada, mito de Beirute, de Entebe e de Túnis. A vitória da direita e da extrema direita nas eleições israelenses de 1.º de novembro de 1988 só foi surpresa para aqueles que, por indulgência com “*l'enfant terrible*”, fechavam voluntariamente os olhos ante a degradação de todos os valores que eles haviam, um dia, atribuído à sociedade israelense. Com a menor dose de rigor, poderiam ter constatado que o condicionamento antiárabe e anti-palestino dos israelenses foi uma constante que, a longo prazo, acabou predominando. Todos os governos que se sucederam em Israel desde a sua criação ensinaram os israelenses a odiar o

palestino e, sobretudo, a desprezá-lo. É terrível a conversa, relatada por David Shippler, com Galila Barkai, a professora de Nazaré-Ilit. Ela é jovem, bonita, elegante, e fala inglês fluentemente. Seu filho tem que ir a um jardim de infância onde há dois árabes. Este é o dilema. Ela não pode dizer ao filho, que afinal de contas não passa de uma criança, para não brincar com as crianças árabes. Mas também não pode admitir que brinque com elas. “Que acontecerá se uma daquelas duas crianças lhe agrada e eles começarem a brincar juntos e ficarem amigos? Quando as crianças brincam juntas, você não pode falar nada. Como dizer a uma criança para não brincar com outra porque é árabe? (...) Não posso dizer a meu filho, que tem três anos, que não brinque com aquela criança porque é árabe.” E Galila Barkai fica rubra de cólera. Grita. Berra. A situação é um problema. Só há uma saída: se os árabes se forem, não haverá mais problema<sup>14</sup>.

Galila Barkai não é uma exceção. O mesmo Shippler relata toda uma série de pesquisas de opinião realizadas nas escolas e universidades israelenses. Todas dão um arpejo na espinha. E vá, depois disso, falar em democracia! A democracia jamais foi uma panacéia. De todas as democracias européias, a República de Weimar era, no seu tempo, a mais democrática. E foi da maneira mais democrática do mundo que ela pariu um monstro cuja barbárie, para que não seja esquecida, não se cessa de denunciar.

Com excessiva indulgência, a “democracia” permitiu o desenvolvimento, dentro da sociedade israelense, de noções que hoje representam um problema para ela e a ameaçam. Não se brinca impunemente com a Bíblia e noções de “povo eleito” e de “terra prometida”. O sagrado acaba condicionando a cultura, o comportamento, assim como a política, mesmo quando esta pretende ser pragmática. E todo sagrado traz em si uma bomba de efeito retardado.

Opor a esse sagrado um sagrado antagônico seria catastrófico. Para todo mundo. Tanto para os árabes quanto para os judeus.

E daí? Daí, só nos resta nos agarrarmos ao lirismo libertador do Intifada e à racionalidade profana da ação política.

14. Shippler, *op. cit.*, p. 286-288.

SBD/FFLCH/USP

SBD/FFLCH

SBD / FFLCH / USP

Bib. Florestan Fernandes Tombo: 346887

Aquisição: DOAÇÃO /

Proc. / D.R.R.S. DA SILVA

N.F.: / R\$ 39,00 30/3/2011

## ANEXO 1

### Proclamação de independência do Estado de Israel (15 de maio de 1948)

Eretz-Israel é o local onde nasceu o povo judeu. Ali é que se formou seu caráter espiritual, religioso e nacional.

Ali é que ele realizou sua independência e criou uma cultura de alcance tanto nacional quanto universal. Ali é que ele escreveu a Bíblia e a doou ao mundo. Obrigado ao exílio, o povo judeu continuará fiel ao país de Israel no transcorrer de todas as dispersões, orando sem cessar para voltar a ele, sempre com a esperança de ali restaurar sua liberdade nacional.

Dominados por esse vínculo histórico, os judeus se esforçaram, durante séculos, para voltar ao país de seus antepassados, para ali reconstituírem seu Estado. Ao longo dos últimos decênios, foram para lá em massa: pioneiros, *ma'apilim* e defensores. Ali eles desbravaram o deserto, fizeram sua língua renascer, construíram cidades e aldeias e estabeleceram uma comunidade em pleno crescimento, com sua própria vida econômica e cultural. Só aspiravam à paz, ainda que sempre estivessem prontos a se defender. Trouxeram os benefícios do progresso a todos os habitantes do país. Sempre alimentaram a esperança de realizar sua independência nacional.

Em 1897, o primeiro congresso sionista, inspirado pela visão do Estado judeu que tivera Theodor Herzl, proclamou o direito do povo judeu ao renascimento nacional em seu próprio país. Esse direito foi reconhecido pela Declaração Balfour de 2

de novembro de 1917 e reafirmado pelo mandato da Sociedade das Nações que concedia um reconhecimento internacional formal dos vínculos do povo judeu com o país de Israel, assim como de seu direito de reconstituir ali seu lar nacional.

A hecatombe nazista, que aniquilou milhões de judeus na Europa, demonstrou a necessidade urgente de remediar a falta de uma pátria judaica com o restabelecimento do Estado judeu no país de Israel, que abriria suas portas a todos os judeus e conferiria ao povo judeu a igualdade de direitos na família das nações.

Os sobreviventes do holocausto nazista na Europa, assim como judeus de outros países, reivindicando seu direito a uma vida de dignidade, de liberdade e de trabalho na pátria de seus antepassados, e sem se deixar atemorizar pelos obstáculos e pela dificuldade, procuraram sem descanso voltar ao país de Israel.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o povo judeu no país de Israel contribuiu plenamente para a luta travada contra o flagelo nazista pelas nações que amam a liberdade. Os sacrifícios de seus soldados e o esforço de guerra de seus trabalhadores qualificavam-no para ocupar o seu lugar, em pé de igualdade, entre os povos que fundaram a Organização das Nações Unidas.

No dia 29 de novembro de 1947, a Assembléia Geral das Nações Unidas adotou uma resolução que previa a criação de um Estado judeu independente no país de Israel, e convidou os habitantes do país a tomar as medidas necessárias para aplicar esse plano. O reconhecimento, pelas Nações Unidas, do direito do povo judeu a estabelecer seu Estado independente não poderia ser revogado. É, enfim, o direito natural do povo judeu a ser uma nação como as outras e a se tornar senhor do seu destino em seu próprio Estado soberano. Por conseguinte, nós, membros do Conselho Nacional que representa o povo judeu de Israel e o Movimento Sionista Mundial, reunidos hoje, dia da cessação do mandato britânico, em assembléia solene, e em virtude dos direitos naturais e históricos do povo judeu, assim como da resolução da Assembléia Geral das Nações Unidas, proclamamos a fundação do Estado judeu no país de Israel, que portará o nome de: "*Estado de Israel*".

Declaramos que, a contar do fim do mandato, à meia-noite, na noite de 14 para 15 de maio de 1948, e até que organismos

constitucionais regularmente eleitos entrem em função, conforme uma Constituição que deverá ser estabelecida por uma Assembléia Constituinte até 1.º de outubro de 1948, o presente Conselho agirá enquanto assembléia provisória do Estado, e que seu próprio órgão executivo, a administração nacional, constituirá o governo provisório do Estado de Israel.

O Estado de Israel será aberto à imigração dos judeus de todos os países onde eles estão dispersos; desenvolverá o país em benefício de todos os seus habitantes; será baseado nos princípios de liberdade, justiça e paz ensinados pelos profetas de Israel; assegurará uma completa igualdade de direitos sociais e políticos a todos os seus cidadãos, sem distinção de crença, raça ou sexo; garantirá a plena liberdade de consciência, de culto, de educação e de cultura; assegurará a salvaguarda e a inviolabilidade dos Lugares Santos e dos santuários de todas as religiões e respeitará os princípios da Carta das Nações Unidas.

O Estado de Israel está disposto a cooperar com os organismos e representantes das Nações Unidas para a aplicação da resolução adotada pela Assembléia no dia 29 de novembro de 1947 e a tomar todas as medidas para realizar a união econômica de todas as partes do país.

Apelamos às Nações Unidas a fim de que elas ajudem o povo judeu a edificar seu Estado e que admitam Israel na família das nações.

As voltas com uma brutal agressão, convidamos entretanto os habitantes árabes do país a preservar os caminhos da paz e a desempenhar seu papel no desenvolvimento do Estado sobre a base de uma cidadania igual e completa e de uma justa representação nos organismos e instituições do Estado, sejam eles provisórios ou permanentes.

Estendemos a mão da amizade, da paz e da boa vizinhança a todos os Estados que nos rodeiam e a seus povos, convidamo-los a cooperar com a nação judaica independente para o bem comum de todos.

O Estado de Israel está pronto a contribuir para o progresso da totalidade do Oriente Médio.

Lançamos um apelo ao povo judeu do mundo todo a se ligar a nós na tarefa de imigração e de valorização, e a nos assistir no

grande combate que travamos para realizar o sonho perseguido de geração em geração: a redenção de Israel.

Confiantes no Eterno Todo Poderoso, assinamos esta declaração no solo pátrio, na cidade de Telavive, nesta sessão da assembléia provisória do Estado, ocorrida na véspera do *shabbath*, 5 *Iyar* 5708, catorze de maio de mil novecentos e quarenta e oito.

## ANEXO 2

### **Declaração de independência do Estado palestino (adotada pelo Conselho Nacional Palestino em 15 de novembro de 1988 \*)**

Em nome de Deus clemente e misericordioso  
Declaração de independência

Terra de mensagens divinas reveladas à humanidade, a Palestina é o país natal do povo árabe palestino. Ali é que ele cresceu, desenvolveu-se e expandiu-se. Sua existência nacional e humana afirmou-se ali numa relação orgânica ininterrupta e inalterada entre o povo, sua terra e sua história.

Continuamente enraizado em seu espaço, o povo árabe palestino forjou sua identidade nacional, e ergueu-se, por sua obstinação, para defendê-la até o nível do impossível. A despeito do fascínio provocado por essa terra antiga e por sua posição crucial na conjunção das civilizações e das potências, a despeito das intenções, ambições e invasões que impediram o povo árabe palestino de realizar sua independência, a ligação permanente desse povo à sua terra, contudo, imprimiu ao país sua identidade e ao povo seu caráter nacional.

Inspirado na multiplicidade das civilizações e na diversidade das culturas, buscando nela suas tradições espirituais e temporais, o povo árabe palestino desenvolveu-se numa completa unidade entre o homem e seu solo. Sobre os passos dos profetas que se

---

\* Texto oficial publicado pelo *Libération* de 16 de novembro de 1988.

sucederam nessa terra bendita, é de suas mesquitas, igrejas e sinagogas que se elevavam os louvores ao Criador e os cânticos da misericórdia e da paz.

O povo árabe palestino jamais deixou de defender sua pátria. De geração em geração, suas sucessivas revoltas concretizaram sua aspiração à liberdade e à independência nacional.

No entanto, quando o mundo contemporâneo começou a instaurar uma nova ordem, as relações de força regionais e internacionais concluíram pela exclusão dos palestinos do destino comum, e parece, mais uma vez, que a justiça era incapaz por si mesma de fazer girar a roda da história.

À ferida infligida no corpo palestino, privado de sua independência e submetido a uma ocupação de tipo novo, veio se juntar a tentativa de tornar crível a ficção segundo a qual a Palestina era uma "terra sem povo". Apesar dessa falsificação histórica, a comunidade internacional, pelo artigo 22 da Carta da Sociedade das Nações adotada em 1919, e pelo Tratado de Lausanne assinado em 1923, reconhecia implicitamente que o povo árabe palestino, a exemplo dos outros povos árabes desligados do Império Otomano, era "um povo livre e independente".

A despeito da injustiça histórica imposta ao povo árabe palestino, que resultou em sua dispersão e o privou de seu direito à autodeterminação após a resolução 181 (1947) da Assembleia Geral das Nações Unidas, que recomendava a partilha da Palestina em dois Estados, um árabe e outro judeu, não deixa de ser verdade que esta resolução é que ainda hoje assegura as condições de legitimidade internacional que garantem igualmente o direito do povo árabe palestino à soberania e à independência.

A ocupação por etapas dos territórios palestinos e de outras porções de territórios árabes, a privação de posse e a expulsão deliberada dos habitantes da Palestina, pelo terrorismo organizado, a submissão daqueles que ficaram em sua pátria à ocupação, à opressão e à destruição dos fundamentos de sua vida nacional, constituem também violações flagrantes dos princípios da legalidade internacional, da Carta das Nações Unidas e de suas resoluções, que reconhecem os direitos nacionais do povo árabe palestino, inclusive seu direito ao retorno, à autodeterminação, à independência e à soberania sobre seu solo nacional.

No coração da pátria e em torno dela, nos exílios próximos ou distantes, jamais o povo árabe palestino perdeu a fé em seu direito ao retorno e à independência. A ocupação, os massacres e a dispersão não conseguiram tornar o palestino alheio à sua consciência e à sua identidade. Ele continuou seu combate obstinado, aprofundando sua personalidade nacional através da experiência de uma luta ilimitada.

Esta vontade nacional encarnou-se num quadro político, a Organização para a Libertação da Palestina, seu único representante legítimo, reconhecido pela comunidade internacional representada pela Organização das Nações Unidas e suas instâncias, assim como pelas organizações regionais e internacionais. Baseando-se nos direitos inalienáveis do povo árabe palestino, no consenso árabe assim como na legalidade internacional, a OLP conduziu os combates do seu grande povo, galvanizado por uma unidade nacional exemplar e uma resistência ferrenha aos massacres e ao estado de sítio, no interior como no exterior de sua pátria. Esta epopéia palestina impôs-se à consciência árabe e internacional como um dos movimentos de libertação nacional mais notáveis de nosso tempo.

O grande levante popular, o Intifada, em pleno desenvolvimento nos territórios palestinos ocupados, como a pertinaz resistência dos acampamentos de refugiados no exterior da pátria, elevaram a consciência universal da realidade dos direitos nacionais palestinos a um nível superior de percepção e de compreensão. Finalmente caiu uma cortina sobre toda uma época de falsificação e de sono das consciências. O Intifada fez o cerco da mentalidade israelense oficial, acostumada a recorrer ao terror para negar a experiência nacional palestina.

Com o Intifada e a experiência revolucionária acumulada, o tempo palestino chegou aos umbrais de um momento histórico decisivo. O povo árabe palestino reafirma hoje seus direitos inalienáveis e o exercício deles em solo palestino.

De acordo com os direitos naturais históricos e legais do povo árabe palestino à sua pátria, a Palestina, e fortalecido pelos sacrifícios de sucessivas gerações de palestinos em defesa da liberdade e da independência de sua pátria,

Tendo por base as resoluções de conferências de cúpula árabes,



Em virtude da primazia do direito e da legalidade internacional encarnadas pelas resoluções da Organização das Nações Unidas a partir de 1947,

Exercendo o direito do povo árabe palestino à determinação, à independência e à soberania em seu solo,

O Conselho Nacional Palestino, em nome de Deus e do povo árabe palestino, proclama o estabelecimento do Estado da Palestina em nossa terra palestina, tendo por capital Jerusalém (Al-Qods Assharif).

O Estado da Palestina é o Estado dos palestinos onde quer que eles estejam. É neste âmbito que eles poderão desenvolver sua identidade nacional e cultural, gozar da plena igualdade de direitos, praticar livremente suas religiões e exprimir sem entraves suas convicções políticas.

Ali será respeitada sua dignidade humana dentro de um regime parlamentar democrático baseado na liberdade de pensamento, na liberdade de constituir partidos, no respeito pela maioria dos direitos da minoria, e no respeito pela minoria das decisões da maioria.

Este regime se baseará na justiça social, na igualdade e na ausência de toda e qualquer forma de discriminação que tenha por base a raça, a religião, a cor e o sexo, no âmbito de uma Constituição que garante a primazia da lei e a independência da justiça, e em total fidelidade às tradições espirituais palestinas, tradições de tolerância e de generosa coabitação entre as comunidades religiosas através dos séculos.

O Estado da Palestina é um Estado árabe, indissociável da nação árabe, de sua herança e de sua civilização, e de suas aspirações à libertação, ao desenvolvimento, à democracia e à unidade. Ao reafirmar seu compromisso em relação à Liga dos Estados Árabes e sua determinação de consolidar a ação árabe comum, o Estado da Palestina apela aos filhos da nação árabe para que ajudem a concluir seu estabelecimento efetivo, mobilizando seu potencial e intensificando seus esforços para pôr fim à ocupação israelense.

O Estado da Palestina proclama sua adesão aos princípios e objetivos da Organização das Nações Unidas, à Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como aos princípios e à política de não-alinhamento.

O Estado da Palestina é um Estado que ama a paz, vinculado aos princípios de coexistência pacífica. Ele cooperará com todos os Estados e povos do mundo para instaurar uma paz duradoura baseada na justiça e no respeito aos direitos, que permitirá a expansão das potencialidades criativas da humanidade, e eliminará o medo do amanhã garantindo um futuro seguro àqueles que aspiram à justiça.

No prosseguimento de sua luta pelo advento da paz na terra do Amor e da Paz, o Estado da Palestina exorta as Nações Unidas, que têm uma responsabilidade particular em relação ao povo árabe palestino e à sua pátria, assim como todos os povos e Estados do mundo, a ajudá-lo a realizar seus objetivos e a pôr termo à tragédia do seu povo, garantindo-lhe a segurança e trabalhando para pôr fim à ocupação israelense dos territórios palestinos.

O Estado da Palestina afirma igualmente que acredita na resolução dos conflitos regionais e internacionais por meios pacíficos, de acordo com a Carta e as resoluções das Nações Unidas. Ele condena a ameaça de uso da força, a violência e o terrorismo, assim como rejeita a utilização deles contra sua integridade territorial ou a de outros Estados. Isso sem contestar seu direito natural a defender seu território e sua independência.

Neste 15 de novembro de 1988, dia que não se parece com nenhum outro, nos umbrais de uma nova era, inclinamo-nos humilde e respeitosamente ante nossos mártires e os da nação árabe que, pela pureza do seu sacrifício, acenderam a chama dessa aurora resoluta. Eles caíram para que viva a pátria.

Hoje, nossos corações estão iluminados pela chama do Intifada, pela grandeza dos resistentes nos campos, na dispersão e no exílio, e por aqueles que erguem o estandarte da liberdade: nossas crianças, nossos velhos, nossa juventude, nossos prisioneiros apegados à nossa terra sagrada, em cada acampamento, em cada aldeia, cada cidade. Prestamos homenagem à mulher palestina, heróica guardiã de nossa perenidade e de nossa existência, e do fogo que nos anima.

Diante de nossos mártires, diante das massas do nosso povo árabe palestino, diante de nossa nação árabe e diante de todos os homens que amam a paz e a dignidade no mundo, juramos

prossequir a luta para pôr fim à ocupação e estabelecer nossa soberania e nossa independência.

Conclamamos nosso grande povo a se unir em torno da bandeira palestina, a orgulhar-se dela, e a defendê-la para que ela continue a ser para sempre o símbolo de nossa liberdade e de nossa dignidade numa pátria que será para sempre uma pátria livre para um povo de homens e mulheres livres.

Em nome de Deus clemente e misericordioso.

Dizei: O Deus, senhor de realeza, Tu dás a realeza a quem queres e Tu tiras a realeza de quem queres; e Tu dás poder a quem queres e Tu humilhas quem queres. O bem está em Tuas mãos. Sim, Tu és capaz de tudo.

Sadaqa Allah al-Azhim.

## ANEXO 3

**Texto da resolução 242,  
adotado pelo Conselho de Segurança  
das Nações Unidas (22 de novembro de 1967)**

O Conselho de Segurança,

*Exprimindo* a inquietação que continua a lhe causar a grave situação no Oriente Médio,

*Ressaltando* a inadmissibilidade da aquisição de territórios pela guerra e a necessidade de trabalhar por uma paz justa e duradoura que permita a cada Estado da região viver em paz,

*Ressaltando além disso* que todos os Estados membros, aceitando a Carta das Nações Unidas, contraíram o compromisso de agir de acordo com o artigo 2 da Carta.

1. *Afirma* que o cumprimento dos princípios da Carta exige a instauração de uma paz justa e duradoura no Oriente Médio que deveria compreender a aplicação dos dois princípios que seguem:

i) Retirada das forças armadas israelenses dos territórios ocupados quando do recente conflito;

ii) Cessação de todas as asserções de beligerância ou de todos os estados de beligerância, e respeito e reconhecimento da soberania, da integridade territorial e da independência política de cada Estado da região e de seu direito a viver em paz dentro de fronteiras seguras e reconhecidas, ao abrigo das ameaças ou de atos de força;

2. *Afirma além disso* a necessidade,

a) De garantir a liberdade de navegação em todas as vias aquáticas internacionais da região;

b) De realizar uma justa resolução do problema dos refugiados;

c) De garantir a inviolabilidade territorial e a independência política de cada Estado da região pelas medidas que compreendem a criação de zonas desmilitarizadas;

3. *Roga* ao secretário-geral que designe um representante especial para ir ao Oriente Médio a fim de estabelecer e manter ali relações com os Estados interessados, visando favorecer um acordo e secundar os esforços que tendem a se concluir num acordo pacífico e aceito, conforme as disposições e os princípios da presente resolução;

4. *Roga* ao secretário-geral que apresente o mais rápido possível ao Conselho de Segurança um relatório de atividade sobre os esforços do representante especial.

## ANEXO 4

**Texto da resolução 338  
do Conselho de Segurança  
das Nações Unidas (22 de outubro de 1973)**

### O Conselho de Segurança

1. *Solicita* a todas as partes nos presentes combates que cessem fogo e ponham fim a toda atividade militar imediatamente, no mais tardar doze horas após o momento da adoção da presente decisão, nas posições que ocupam agora;

2. *Solicita* às partes em questão que comecem imediatamente após o cessar-fogo a aplicação da resolução 242 (1967) do Conselho de Segurança em todas as suas partes;

3. *Decide* que, imediata e simultaneamente ao cessar-fogo, começarão negociações entre as partes em questão sob auspícios apropriados, visando instaurar uma paz justa e duradoura no Oriente Médio.

REPT. DE BOMAS...  
...  
...

### Sobre o autor

Lotfallah Soliman nasceu no ano de 1918 em Mansourah, Egito. Jornalista, escritor, livreiro, editor, militante comunista — sempre marginal —, esteve presente em todas as lutas que marcaram a história do Egito e do mundo árabe até sua saída da Algéria em 1966. Foi viver na França, onde continua seu engajamento, suas rupturas e suas excepcionais fidelidades.

*Obra doada por DAVID R. SILVA  
aluno do curso de Árabe  
da FFLCH/USP*